

FERNANDO APARECIDO DELARISSA

**ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO E OBJETOS TRANSICIONAIS:
UMA APROXIMAÇÃO PSICANALÍTICA SOBRE
A INTERAÇÃO CRIANÇA-ANIMAL**

Assis
2003

**ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO E OBJETOS TRANSICIONAIS:
UMA APROXIMAÇÃO PSICANALÍTICA SOBRE
A INTERAÇÃO CRIANÇA-ANIMAL**

Fernando Aparecido Delarissa

ERRATA

<i>Página</i>	<i>Parágrafo</i>	<i>Linha</i>	<i>Onde se lê</i>	<i>Leia-se</i>
125	citação	1	por mero gestos	por meros gestos
152	3	5	quando a mão lhe confirmou	quando a mãe lhe confirmou
166	Segunda citação	4	mas quando estudo o objeto visado	mas quando estudou o objeto visado
187	Nota de rodapé 79	1	Laplanche e Pontalis (1991, p. 268) frisam que a nível terminológico	Laplanche e Pontalis (1991, p. 268) frisam que a nível terminológico

FERNANDO APARECIDO DELARISSA

**ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO E OBJETOS TRANSICIONAIS:
UMA APROXIMAÇÃO PSICANALÍTICA SOBRE
A INTERAÇÃO CRIANÇA-ANIMAL**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, para obtenção do título de Mestre em Psicologia.
(Área de concentração: Psicologia e Sociedade).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Olga Ceciliato Mattioli

Assis
2003

D339a Delarissa, Fernando Aparecido
Animais de estimação e objetos transicionais :
uma aproximação psicanalítica sobre a interação
criança-animal / Fernando Aparecido Delarissa. --
Local : [s.n.], 2003.
407 f.

Orientador : Prof^a. Dr^a. Olga Ceciliato Mattioli.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual
Paulista Julio Mesquita Filho.

1. Psicologia infantil. 2. Psicologia da criança.
3. Psicologia - Pré-escolar. 4. Interação criança-
animal - Aspectos psicológicos. 5. Criança - Idade
pré-escolar - Desenvolvimento psicológico. 6.
Objetos transicionais - Psicanálise. 7. Interação
criança-animal - Aproximação psicanalítica. I.
Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho.
II. Título.

FERNANDO APARECIDO DELARISSA

ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO E OBJETOS TRANSICIONAIS:
UMA APROXIMAÇÃO PSICANALÍTICA SOBRE
A INTERAÇÃO CRIANÇA-ANIMAL

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, para obtenção do título de Mestre em Psicologia.
(Área de concentração: Psicologia e Sociedade).

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Olga Ceciliato Mattioli
Universidade Estadual Paulista – UNESP (Assis) – Orientadora e Presidente

Prof. Dr. Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto
Universidade Estadual de Maringá – UEM – Efetivo

Prof. Dr. José Sterza Justo
Universidade Estadual Paulista – UNESP (Assis) – Efetivo

Prof. Dr. Mário Sérgio Vasconcelos
Universidade Estadual Paulista – UNESP (Assis) – Suplente

Prof.^a Dr.^a Rozilda das Neves Alves
Universidade Estadual de Maringá – UEM – Suplente

Assis, outubro de 2003.

Dedicamos este trabalho

a todos os que se dedicam verdadeiramente ao bem-estar dos animais

e a eles dispensam consideração.

Em especial, a todos os que não se importam em descer do pedestal antropocêntrico para olhar para os animais como entes que ao menos sentem. Sentem prazer em estar na companhia de seus semelhantes; sentem as mesmas misérias que afetam a carne humana; sentem os efeitos da animosidade e crueldade da espécie humana para com eles; alguns sentem até amor incondicional por alguns humanos. Dedicamos a esses humanos que assim consideram os animais, como nossos amigos compartilhantes de tantas incertezas, sem serem traídos pelo ponto de vista antropocêntrico de que apenas a Natureza tenha concedido a esses seres “infra-humanos” o sentir, e querer como respostas mal interpretadas, provenientes tão-somente dos instintos de autopreservação (e podemos dizer o pensar para alguns indivíduos de algumas espécies, como Alex, um papagaio cinzento; Kanzi, um bonobo; Koko, uma gorila; etc. como veremos ao longo deste trabalho). É uma forma de retribuir ao reino animal os benefícios que dele obtivemos até hoje a possibilidade de apresentar, por meio deste trabalho, para alguns humanos o quanto os animais podem acrescentar às suas vidas, em especial à vida de seus filhos – até por serem alguns daqueles, como os cães, fontes de amor incondicional.

Se os animais dispusessem de uma estrutura psíquica que lhes permitisse receber abstrações humanas como uma dedicatória, um reconhecimento – aliás, uma abstração que se rarefaz a cada dia entre os próprios humanos –, da parte daqueles que os amam, teríamos algo

desastroso para o bem-estar psíquico deles: aumentaria sobremaneira seu sofrimento, já que vivem sob tantas ações aviltantes, degradantes, aniquiladoras, ou o descaso que a maioria dos indivíduos da espécie humana lhes dispensam. Naturalmente, não caberia de forma direta tratar de dignidade de espécies não-humanas neste trabalho. No entanto, de certa forma, alimentamos a esperança pretensiosa de que o conteúdo desta dissertação possa despertar ainda o olhar com o qual alguns indivíduos da espécie humana passem a considerar as outras espécies.

É a forma de demonstrar nosso reconhecimento a elas – de modo indireto.

Infelizmente, a magnitude deste reconhecimento que ora dedicamos às espécies animais, via espécie humana, expressa-se e expressar-se-á na razão direta da conscientização dos indivíduos da espécie humana. E isso é muito triste.

AGRADECIMENTOS

Aos meus amados pais, Aldo e Maria, pelo amor, por tantas renúncias, pela dedicação, por serem fontes de ótimas identificações, pela minha formação, por todo auxílio prestado até hoje.

À minha amada esposa, Abigail, pelo amor, por tantas renúncias, pela cumplicidade, pelo apoio, pela tolerância, pelos auxílios.

Aos meus amados irmãos Paulo, Célia e Elaine, ao amado cunhado Edvaldo, aos amados sobrinhos Filipe, Juliana e Rafael, por todo incentivo e ajuda prestada.

Aos que convivem comigo e de alguma forma certamente contribuíram para a realização deste trabalho, como a D. Adelina, a Sônia, e a Edinéia.

Aos meus avós (in memoriam) pelos primeiros contatos com os animais. Ao “vô” Eustáquio (in memoriam), por “contar estórias”, descrevendo as “características psicológicas” dos animais.

À prof. Dr.^a Olga Ceciliato Mattioli, minha sincera gratidão e reconhecimento, não somente pela orientação competente, sempre oportuna na elaboração deste trabalho mas também pela compreensão, incentivo, confiança e amizade durante esses anos de estudo e pesquisa.

Aos Prof. Dr. José Sterza Justo, Prof. Dr. Mário Sérgio Vasconcelos, Prof.^a Dr.^a Mériti de Souza, pelo incentivo e sugestões, pela consideração, pela amizade.

Aos Prof. Dr. Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto, à Prof.^a Dr.^a Rozilda das Neves Alves, ao Prof. Dr. José Sterza Justo, e ao Prof. Dr. Mário Sérgio Vasconcelos, por terem aceitado o convite para compor a Banca.

À Prof.^a Dr.^a Viviana Carola Velasco Martínez pela pronta disponibilidade em ter aceitado o convite para compor a Banca, embora não tenha sido possível sua participação na defesa.

À Dr.^a Hannelore Fuchs, por proporcionar-me o primeiro contato com os estudos científicos sobre a interação homem-animal, pelo material fundamental cedido, pelas sugestões, pelo incentivo.

Ao Luís Guilherme Coelho Buchianeri, pelos textos “amparadores” cedidos.

Ao professor e amigo Antonio Jayro F. Motta Fagundes, da Universidade de Guarulhos, pela atenção e material cedido.

Às amigas do curso, Leila Rute Gurgel do Amaral e Cristina S. Ricci de Almeida.

Às crianças e responsáveis que gentilmente participaram das entrevistas.

Aos psicólogos, professores e amigos da Universidade Estadual de Maringá Cyril Maurice Warren, Jorge Manoel Mendes Cardoso, Eduardo Augusto Tomanik, Jorge Benjamin Fernández Martínez, e José Artur Molina, pelo incentivo e por toda ajuda oferecida.

Ao amigo José Antonio de Souza, por toda ajuda.

À professora Zilda Aparecida Campos, diretora da Creche do Núcleo Social de Maringá, por ter nos permitido realizar entrevistas com as crianças e pais dessa instituição.

Aos médicos veterinários Dr. Egon José Fuck, Dr.^a Eliane Fuck, Dr. Mauro L. C. Cardoso e Dr.^a Giovana G. C. Cardoso, por nos indicar, para as entrevistas, crianças e pais que levam seus animais a suas clínicas veterinárias, bem como amizade.

Ao psicólogo Moacyr Mendes de Moraes, por ter me apontado a Psicologia.

A todos os funcionários da Seção de Pós-Graduação e da Biblioteca da UNESP – Campus de Assis.

Ao Dr. Emílio Piccioli, por todos favores e auxílios prestados durante todos esses anos.

À D. Cenita, pelo amor e por todo auxílio.

Ao Sr. Jeremias Ruiz Chavez e ao Roberto César Leonello, da panificadora e confeitaria Geysa, pelos auxílios oportunos.

À Eliane Jovanovich, pelos seus préstimos como bibliotecária da Universidade Estadual de Maringá.

Ao pastor Adílson A.Pavan e à professora Roselaine Vieira Sônego, da Faculdade Adventista Paranaense, pelos socorros referentes a normas técnicas.

À Fátima Pagotto e Clóvis Pagotto, pelo material cedido.

Ao João Manara, da Compubrás, pela paciência e apoio técnico em informática.

Ao Sr. Garcia, à D. Maria José, à Neusa, à Isabel, ao Gimenez, ao Carlos, ao Luís Carlos, Rosani, ao Sr. Sílvio pela assistência sempre presente.

À Selma Solange Ferrari e ao Ney Márcio Ferrari, do Instituto Adventista Paranaense, pelos socorros oportunos.

Ao Fluke, meu cãozinho, companheiro durante a elaboração deste trabalho, pelo amor incondicional, pelas lições decorrentes de nosso relacionamento.

À Ariely de Lima Guelfi, que aceitou ser fotografada junto ao Fluke, e a sua mãe, Edinéia Borges dos Santos, por permitir.

E ainda a todos os amigos que ora não me passam diante de meus olhos, mas foram e são presentes na minha existência. Ajudaram-me e ajudam-me sempre.

Sou-lhes grato a todos.

Parece-me merecer observação atenta a maneira como se processa o relacionamento do homem (doente ou não) com o animal. Este relacionamento reflete a problemática entre o homem que se esforça para afirmar-se na condição humana, e o animal existente nele próprio. Relacionamento difícil, de luta, de sacrifício, confronto, amizade, desenvolvido ordinariamente numa trama complexa de projeções e identificações (NISE DA SILVEIRA, em FUCHS, 1988).

RESUMO

A relação entre o homem e os animais domésticos data de milhares de anos e tem sido objeto de estudo de várias áreas do conhecimento como a Antropologia, a Paleontologia, a Sociologia, a História das Mentalidades e a Psicologia. O estudo dos papéis desempenhados pelo animal de estimação na relação com os homens, bem como os desejos projetados por estes sobre os animais podem trazer importantes conhecimentos sobre o psiquismo humano. Esta pesquisa tem como objetivo o estudo da relação entre a criança e os animais de estimação, buscando compreender a possível influência desse vínculo sobre o desenvolvimento psíquico de pré-escolares, com idade entre 3 e 6 anos. Será desenvolvida a partir de um estudo teórico e de entrevistas com as crianças e seus respectivos responsáveis. O referencial teórico adotado será a Psicanálise, sobretudo a Teoria dos Objetos Transicionais, de Winnicott. Os dados preliminares extraídos das entrevistas realizadas com os responsáveis e com a própria criança permite-nos considerar que um animal de estimação auxilia no desenvolvimento psíquico infantil, uma vez que desempenha algumas das funções de um objeto transicional, permitindo à criança elaborar as frustrações e ansiedade decorrentes da ameaça de separação da figura materna, assim como outros conflitos advindos da relação com as figuras parentais.

Palavras-chave: 1) interação criança-animal. 2) espaço potencial. 3) objetos transicionais. 4) o brincar. 5) animais e desenvolvimento psicológico.

ABSTRACT

The relationship between Man and pets dates from thousands of years and has been studied by different areas of knowledge such as Anthropology, Paleontology, Sociology and Psychology. The study of the roles played by pet in their relationship with Man, as well as Man's desires projected into these pets may cast light on important psychological knowledge about Man himself. This research deals with the study of the relationship between children and pets, trying to understand the possible influence of such a relationship upon the psychological growth of kindergarten children, ranging from 3 to 6 years old. The research at issue will be carried out holding interviews with children and their parents. Its theoretical basis will include Psychoanalysis, mainly Winnicott's Theory of the Transitional Objects. The preliminary data collected in clinical conditions along with those collected in the interviews held with the parents and the child himself allow us to conclude that a pet enhances the psychological growth of children, since it performs some roles of a transitional object, allowing children to cope with their frustrations and anxieties resulted from the threat of separation from the maternal figure, as well as other conflicts resulted from their relationship with parental figures.

Keywords: 1) interaction child-animal. 2) potential space. 3) transitional objects. 4. the playing. 5) animals and child psychologic development.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	
	SOBRE A RELAÇÃO HOMEM-ANIMAL	22
2.1	A ETOLOGIA, A SOCIOLOGIA E A PSICANÁLISE CONTRIBUINDO	
	PARA UMA COMPREENSÃO SOBRE A INTERAÇÃO HOMEM-ANIMAL.....	22
2.1.1	Uma Leitura Etológica Sobre a Interação Homem-Animal	22
2.1.2	A Sociologia Como Base Para Uma Leitura Psicanalítica	
	Sobre a Interação Homem-Animal	30
2.1.3	Uma Leitura Psicanalítica Sobre a Interação Homem-Animal	34
3.	ALGUNS REFLEXOS DA DOMESTICAÇÃO DOS ANIMAIS SOBRE	
	A SUBJETIVAÇÃO	41
4.	ALGUNS LUGARES DOS ANIMAIS: DOS CERCADOS AOS	
	CONSULTÓRIOS PSICOLÓGICOS.....	59
4.1	UMA BREVE ANÁLISE SOBRE OS LUGARES DOS ANIMAIS NA	
	PÓS-MODERNIDADE.....	59
4.2	O ANIMAL DE ESTIMAÇÃO E SEUS LUGARES.....	66
4.3	O LUGAR DOS CÃES NA ARTE E NA CULTURA.....	75
4.4	O LUGAR DOS ANIMAIS NOS CONSULTÓRIOS PSICOLÓGICOS	
	E NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE.....	83
4.4.1	A Terapia Mediada por Animais.....	83
4.4.2	A Terapia Mediada por Animais no Tratamento de Crianças.....	88
5.	O PAPEL DOS ANIMAIS NA PSICOLOGIA DO	
	DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	124
6.	A INTERAÇÃO CRIANÇA-ANIMAL: UMA RELAÇÃO OBJETAL?.....	155
6.1	A PSICANÁLISE E AS RELAÇÕES OBJETAIS.....	155
6.1.1	As Relações Objetais Segundo Freud.....	155
6.1.1.1	O auto-erotismo.....	155
6.1.1.2	O narcisismo.....	179
6.1.1.2.1	O complexo de Édipo.....	193
6.1.2	As Relações Objetais Segundo Melanie Klein.....	217
6.1.2.1	A posição esquizo-paranóide.....	218

6.1.2.2	A posição depressiva.....	250
6.1.2.3	Transferência e relações objetais.....	272
6.1.3	Winnicott: das Relações Objetais ao Uso de Objetos.....	276
6.1.3.1	Fenômenos transicionais e objetos transicionais.....	283
6.1.3.2	O brincar na teoria winnicottiana.....	293
6.2	ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO E OBJETOS TRANSICIONAIS	302
6.2.1	Relatos Clínicos em que Animais de Estimação Possivelmente Desempenharam Funções de Objeto Transicional.....	304
6.2.2	Algumas Observações Teóricas Sobre Objetos Transicionais e Animais de Estimação.....	311
7.	METODOLOGIA.....	315
7.1	A PESQUISA.....	316
8.	ANÁLISE DOS DADOS.....	320
8.1	ELEMENTOS EXTRAÍDOS DAS ENTREVISTAS.....	321
8.1.1	As Funções Atribuídas Pela Criança ao Animal.....	322
8.1.2.	As Funções Atribuídas ao Animal por um ou Ambos os Responsáveis.....	329
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	332
	REFERÊNCIAS.....	338
	ANEXOS.....	344

1. INTRODUÇÃO

Ao determo-nos com a cena em que uma criança ou um adulto brinca com um cão¹, naturalmente não imaginamos que houve um tempo necessário para que a cauda dos ancestrais desse animal recebesse um impulso nervoso enviado por seu cérebro e apresentasse um movimento oscilatório, uma reconhecida manifestação de seu prazer por estar junto de seu líder tribal – como assim explicam alguns etologistas a proximidade entre cães e humanos. Assim, tal cena é produto de um processo de aproximação entre esses representantes de espécies diferentes, separadas por um grande salto na escala filogenética.

Desde que o animal foi domado, amansado, para depois ser domesticado, sua interação com o ser humano foi mudando. E, naturalmente, a relação da família com seu animal também tem mudado. Atualmente, eles passaram a ser considerados pelas famílias que os adotam como mais um integrante do grupo – e veremos que é assim mesmo que eles se sentem, segundo a Etologia. É notório como aumenta o número de lares que incorporam como co-habitantes seres de outras espécies que não a humana: cães, gatos, iguanas, hamsters, pássaros, peixes, serpentes, etc².

Mas, afinal, o que faz com que uma pessoa opte por trazer um animal para conviver sob o mesmo teto, ter que prover seu sustento, a manutenção de sua saúde – e por que não... considerá-lo no âmbito bio-psico-social? tolere, por exemplo, comportamentos de demarcação de território, como urinar e defecar até dentro de casa?

¹ Há 15 exemplares de cães para cada ser humano (D'AMBROSIO, 2000, p. 07). Em *Canis familiares*, o segundo termo, *familiares*, já indica o quanto já é próximo da nossa espécie.

² Haja vista que o setor de petshops vem apresentando um crescimento, em média de 17% ao ano, desde 1995 – segundo a Associação dos Revendedores e Prestadores de Serviços ao Mercado Pet, a Assofauna (CEMIGNANI, 2003).

Por meio da apresentação de duas leituras sobre a interação homem-animal, pretendemos oferecer esclarecimentos sobre as motivações para essa relação. A primeira tomamos de empréstimo da Etologia (Bernard e Demaret)³; a segunda, psicanalítica (Winnicott), formulamos com base na Sociologia, de Bauman.

No entanto, esses esclarecimentos não serão apresentados como algo desvinculado de uma seqüência de significações do existir humano durante sua evolução. Há um ponto importante a ser ressaltado: o de que os objetos reais componentes de nosso mundo tiveram o significado do seu “existir” mudado sempre que novas “conquistas psíquicas” surgiram, em decorrência da nossa subjetivação. Portanto, o lugar do animal enquanto um ente do mundo, as funções e os significados a eles atribuídos por nós mudaram de acordo com o desenvolvimento do processo de subjetivação. Isso se evidencia quando analisamos os pontos de vista etológico e psicanalítico sobre a interação homem-animal: num momento, o animal era companheiro tribal; noutro, passa a ser sobretudo um ente com quem criamos um *espaço potencial*. Por esse conceito, Winnicott se refere a uma área intermediária entre a realidade externa e a interna, que vivenciamos por exemplo quando somos absorvidos pela experiência íntima, intransferível a outro sujeito, de “viajarmos” ao ouvirmos uma belíssima composição instrumental. Da mesma forma, a interação com um animal pode criar um espaço potencial, que pode ser notado quando brincamos com nosso cão: estamos alienados da realidade externa e nem estamos mergulhados na vida psíquica; estamos transitando pelo espaço potencial criado e mantido enquanto brincamos com nosso animal. Trata-se de um espaço “onde” podemos viver uma experiência criativa e reontologizadora.

³ Nourissier (em BERNARD & DEMARET, 1996, pag.5, tradução nossa) sublinha que não obstante as razões apresentadas, as causas subjacentes do entusiasmo por animais domésticos continuam a ser um mistério, afirma mesmo que nenhuma explicação etológica ou psicológica – chegando a sublinhar “(...) mesmo psicanalítica (...)” – é satisfatória. Sem grandes pretensões, pretendemos oferecer uma análise sobre esse tema, fundamentando-nos na Sociologia e na Psicanálise.

Winnicott (1975, p. 145-146) explana sua idéia central de espaço potencial a partir da constatação de que o existir abarca não somente nossa conduta na realidade externa ou uma experiência interna, esta experimentada como algo íntimo, próprio somente do indivíduo – mas abrange também uma área intermediária entre a realidade externa e a interna.

Ainda com base em Bauman, verificaremos alguns dos lugares a que têm sido destinados os animais, apontando sua marcante presença na vida da espécie humana, de modo a sugerir que, tendo sido postos em tantos lugares diversos pelos humanos, da mesma forma pode ser que sejam convocados a desempenhar algumas das funções de um objeto transicional. Um dos lugares apresentados que julgamos de suma importância é o lugar da filosofia. Ela vem trazer dignidade aos seres eclipsados pelo nosso olhar altaneiro – e é justamente isso que não permite maior número de pesquisas sobre interação homem-animal –, lembrando que de acordo com os defensores e simpatizantes da filosofia dos direitos dos animais, como o filósofo australiano Peter Singer, por exemplo, não há características morais relevantes pelas quais se possam distinguir todos os espécimes humanos de todos não-humanos. Aliás, essa busca por uma única característica moral “demarcadora” leva o psicólogo Paul Chance, em seu artigo *We're Only Human*, publicado em *Psychology Today*, Jan. 88, a concluir que a única coisa de fato diferente nos seres humanos é que estes são “a única criatura na Terra que tenta provar que é diferente, e preferivelmente superior às outras espécies” (ESPECISMO, s/d).

Como neste trabalho analisamos a relação criança-animal sob o ponto de vista psicanalítico, adentramos necessariamente no âmbito das relações objetais. E na interação estudada, o objeto do sujeito criança é o seu animal de estimação. Para entendermos as relações objetais, recorreremos a Freud, Melanie Klein, e, naturalmente, a Winnicott, pela sua ligação visceral com o problema levantado nesta dissertação. Em Freud buscamos

especificamente o que concerne ao auto-erotismo, ao narcisismo, à triangulação edípica – bem como os decorrentes processos de identificação como componentes das relações objetais; lembrando que Freud vê o objeto como o ponto para a satisfação das pulsões. Em Melanie Klein, notaremos que as relações objetais ganham outra conotação: o objeto interage com o sujeito, assumindo aspectos bons ou maus conforme os conteúdos projetados do bebê sobre ele; além disso, dependendo da percepção que o bebê tem do objeto, as relações objetais podem ser parciais ou totais. A profundidade de Melanie Klein em apreender as emoções dos bebês em muito nos ajudou a entender a importância que os objetos transicionais assumem na tenra infância. Veremos ainda como Winnicott também avança em termos teóricos ao inserir a noção de *uso de objeto*. Assim, analisaremos como cada um desses autores concebe a gênese da interação do sujeito com os objetos componentes de seu mundo.

Desse modo, sendo o animal de estimação um elemento constituinte da cultura, a criança o encontra disponível em seu lar. Levinson⁴, Caplan (em LEVINSON, 1969, p.159), Bernard e Demaret⁵ afirmaram que o animal pode ser utilizado como objeto transicional. Neste texto apresentamos conteúdos que nos permitem refletir sobre a plausibilidade de o animal poder exercer algumas das funções pertinentes a um objeto transicional – o que não é a mesma coisa do que afirmar que um animal de estimação funcione tal e qual um objeto transicional. Estamos sugerindo que a criança possa atribuir a esse ser alguma(s) da(s) função(ões) de um *objeto transicional* – um aliado que vem auxiliar a superar a ansiedade provocada pela idéia de separação da mãe.

Em nenhum momento afirmamos que em toda relação criança-animal encontraremos no animal um pleno objeto transicional, mas que a ausência ou a presença de

⁴ LEVINSON, Boris M., *Pet-Oriented Child Psychotherapy*. Springfield: Charles C. Thomas, 1969.

⁵ BERNARD. P.; DEMARET, A. *Why have pets? Present and permanent reasons*. [artigo científico]. 1996. Disponível em: <<http://www.users.skynet.be/ethologia/study.html>> Acesso em 18 out. 2002.

determinados comportamentos e dados na relação do bebê com a mãe – ou quem realiza a função de maternagem – valida ou não a hipótese de o animal desempenhar algumas funções de um objeto transicional.

Vale lembrar que as considerações inscritas neste trabalho no que tange a interação criança-animal foram compostas com base no dado de que Winnicott fundamentou sua teoria nos objetos inanimados. Sendo assim, abordamos o pensamento mágico, o controle onipotente da criança diante de animais de estimação no momento em que a eles podem ser atribuídas funções de objetos transicionais tais quais aos apresentados pela teoria winnicottiana, isto é, os bichinhos de pelúcia, etc. –, uma vez que de fato têm vida própria, e, portanto, podem se manifestar frente ao pretense controle onipotente de seu pequeno dono.

A princípio, é impossível negar que a escolha do tema se justifica pelo nosso interesse e estima pelos animais demonstrados desde a infância. E ao assistir às aulas próprias ao período de créditos, quando pudemos ler mais sobre Winnicott, acabamos por relacionar os animais de estimação à teoria deste autor. Naquela ocasião pudemos apresentar no seminário “A Criança e o Brinquedo”, um texto em que sugeríamos – precipitada e equivocadamente, cremos – poderem os animais de estimação funcionar como objetos transicionais.

Conquanto Winnicott bem como aqueles que se dedicaram a dar continuidade ao seu trabalho não tenham incluído os animais de estimação na classe de objetos transicionais, nem mesmo terem afirmado que possam desempenhar tal função, ter conhecimento, ao entrar em contato com a tese de doutoramento da Dr.^a Hannelore Fuchs (1988), de que a hipótese de animais de estimação desempenharem a função de objetos transicionais fora levantada por Boris Levinson, cujos trabalhos mostram o valor terapêutico

de animais no tratamento de problemas psicológicos de crianças e adultos – demonstra ser um problema passível de ser pesquisado.

A Dr.^a Hannelore Fuchs, médica veterinária e psicóloga, coordenadora do programa *Pet Smile*, no Hospital da Criança da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, em São Paulo, comenta que as crianças ali internadas recebem a visita de alguns animais de estimação. O programa tem como objetivo estimular as habilidades motoras e a autoconfiança das crianças bem como diminuir a ansiedade das mesmas. Para Fuchs, o contato com os pequenos animais do programa acabam reduzindo o estresse provocado pelo problema enfrentado (EMOÇÃO E INTELIGÊNCIA, 2000, p. 49).

Vale ainda citar o programa de equoterapia realizado no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Equoterapia, no Parque da Água Branca, em São Paulo. Para a psicóloga Patrícia Amaral, uma das integrantes, a equoterapia desenvolve através de brincadeiras aspectos motores e emocionais da criança, facilitando a aprendizagem. (EMOÇÃO E INTELIGÊNCIA, 2000, p. 49).

Ainda que não se trate de material, tampouco de referências precisas – por não dispormos de fontes nas bibliotecas mais próximas e não os termos encontrado através de pesquisa eletrônica até o momento –, mas tão-somente de informações extra-oficiais, obtivemos a informação da existência de uma clínica para farmacodependentes, situada na Itália, que emprega a Terapia Mediada por Animais, cujos resultados são os mais animadores possíveis. Também não encontramos material referente aos trabalhos de Guatarri, na Clínica La Borde, em Paris, onde, mediante emprego de equoterapia, tratava de psicóticos.

Os trabalhos citados nos indicam que de fato a terapia mediada por animais bem como o convívio com os mesmos trazem benefícios para o ser humano. Hannelore Fuchs escreveu em sua tese de doutoramento (1988) que o relacionamento entre ser humano e

animal é muito amplo, compreendendo desde pesquisa aplicada, clínica e terapêutica, estudos de comunicação. Até aquela data havia empenho por parte dos pesquisadores em responder e solucionar questões específicas, relegando questões básicas como por exemplo o papel do animal na terapia, as razões para efeitos benéficos na terapia. Bergler faz um comentário semelhante ao de Fuchs (1988). Afirma que as pesquisas continuam a ignorar a relação psicológica entre o homem e seu animal, no sentido de buscar o significado dos animais para as pessoas e de suas funções psicológicas no cotidiano, preocupando-se em focalizar os aspectos estritamente terapêuticos (BERGLER, 1988, p. 38, tradução nossa).

Em certa medida, esta pesquisa tem como objeto as funções psicológicas desempenhadas pelos animais na relação com as crianças, bem como os significados a eles atribuídos pelos seus pequenos donos. Para tanto, acreditamos que a Teoria de Winnicott acerca dos objetos e fenômenos transicionais pode em muito nos auxiliar.

Um dado encontrado no trabalho de Fuchs (1988) que vem diretamente justificar a proposição da Teoria de Winnicott para o desenvolvimento desta pesquisa pode ser encontrado no capítulo referente aos benefícios para o ser humano advindos da convivência com o animal, extraídos das entrevistas com possuidores de animais de estimação. Dentre os benefícios, Fuchs observa que o animal proporciona prazeres substitutivos. A autora cita um excerto em que um dos sujeitos descreve uma fotografia de um filhote de pássaro sendo alimentado pela fêmea, sua mãe. Fuchs sugere haver uma fixação na privação de amor materno.

Um fato curioso apontado por Freud (1997, v. 20), que vem a servir de reforço para a questão aqui levantada, é que uma criança não encontra diferença entre a sua própria natureza e a dos animais. Por isso, não acham os contos de fada, as fábulas algo de outro mundo ao encontrarem animais pensantes e falantes.

Talvez esse fato explique a força do vínculo entre uma criança e seu animal de estimação.

O amor incondicional proporcionado por um animal pode ser um instrumento poderoso para o desenvolvimento de uma criança. Nada é exigido em troca. Apenas que se cuide da manutenção de sua existência, para a continuidade do seu amor incondicional. A clássica cena de fazer xixi e cocô no devido lugar para a conquista do amor dos pais não se inscreve no relacionamento com o animal. Aliás, talvez uma das maiores demonstrações do quanto a criança é pelo seu animal aceita tal como é se concretize quando este prova os excrementos de seu pequeno dono.

Considerando a referência feita por Bauman a Schütz, de que

(...) ingressamos num mundo em que uma terrível quantidade de aspectos são óbvios a ponto de já não serem conscientemente notados e não precisarem de nenhum esforço ativo, nem mesmo o de decifrá-los, para estarem invisivelmente, presentes em tudo o que fazemos – dotando desse modo os nossos atos, e as coisas sobre as quais agimos, de uma solidez de ‘realidade’ (BAUMAN, 1987, p. 17),

tentemos estudar a relação criança-animal, num esforço para decifrar esse aspecto de nossa sólida realidade que é a presença do animal em nossa vida.

Por meio de uma aproximação teórica com base na psicanálise, pretendemos verificar se, na relação da criança de 3 a 6 anos⁶ com seu animal de estimação, este pode desempenhar algumas das funções atribuídas a um objeto transicional.

⁶ Quanto à escolha da faixa etária entre 3 a 6 anos, consideremos que Winnicott diz que os padrões estabelecidos em relação ao uso dos objetos transicionais na tenra infância podem se estender pela infância propriamente dita (1975, p. 17). Acrescenta ainda que “a necessidade de um objeto específico ou de um padrão de comportamento que começou em data muito primitiva pode reaparecer em idade posterior, quando a privação ameaça.” (WINNICOTT, 1975, p. 17).

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A INTERAÇÃO HOMEM-ANIMAL

Neste capítulo, apresentamos uma leitura da Etologia (Bernard & Demaret) sobre a interação homem-animal, e, com o auxílio da Sociologia (Bauman), propomos uma leitura fundamentada na teoria psicanalítica de Winnicott sobre esse fenômeno.

2.1 A ETOLOGIA, A SOCIOLOGIA E A PSICANÁLISE CONTRIBUINDO PARA UMA COMPREENSÃO SOBRE A INTERAÇÃO HOMEM-ANIMAL

2.1.1 Uma Leitura Etológica Sobre a Interação Homem-Animal

Vejam como a Etologia nos explica a aproximação entre seres humanos e animais, nas palavras de P. Bernard e A. Demaret (1996). Esses autores colocam que no passado cães e gatos primordial e especificamente eram mantidos para desempenharem funções práticas. Dessa forma, gatos caçavam ratos; cães caçavam ou rastreavam a caça, até participavam de guerras protegendo as tropas, serviam como guardas, puxavam trenós ou aranhas [espécie de charrete], proporcionavam calor, serviam como alimento, etc. Não havia esse elo como nos dias de hoje; tanto é que no século XVII, quando cães de guarda e de pastoreio chegavam a uma idade avançada, que já os impedia de desempenharem de forma satisfatória suas funções, eram sacrificados por enforcamento ou afogamento (BERNARD & DEMARET, 1996, p. 01, tradução nossa). Notemos que esses animais eram sacrificados porque o ser humano ainda não tinha desenvolvido por eles uma consideração como hoje se faz – “considerar” nos sentidos de “deter a vista em” seres como sendo capazes de poder oferecer trocas afetivas; “conceber” os cães como seres dotados de sentimentos; “julgar” esses animais não como simples autômatos.

É curioso notar que, pelo tratamento dispensado hoje, especialmente nas cidades, cães e gatos ganharam *status* de seres mimados. Por meio da observação de caçadores-colhedores contemporâneos, como os aborígenes australianos, os índios amazônicos, podemos ter conhecimento de que os seres humanos, antes do advento da agricultura, viviam cercados por pequenos animais, especialmente para entretenimento (BERNARD & DEMARET, 1996, p. 01, tradução nossa).

O fato de ao nascermos nos depararmos com a convivência com animais não nos faz pensar sobre a natureza dessa relação, de modo que a aceitamos como algo tão natural quanto outro fato qualquer do cotidiano. Nesse sentido, Digard (em BERNARD & DEMARET, 1996, p. 02, tradução nossa) coloca que

(...) ainda o mais mal compreendido, talvez o aspecto mais interessante dos animais de estimação, seja sem dúvida o seguinte: ao ser permitido tornarem-se amigos próximos de seus donos, esses animais têm sido completamente disponíveis a eles; e não há nenhum outro objetivo senão somente o de ser a companhia de seus donos.

Uma vez que a natureza da existência dos objetos reais do mundo é por nós percebida de uma maneira única, variando conforme o estágio da nossa subjetivação, a interação homem-animal ganhou diferentes matizes, novos significados, ao longo do tempo. Se para nossos antepassados os animais figuravam como objetos de entretenimento e desempenhavam funções práticas, hoje, precipuamente, eles são mantidos para fazer companhia – pois, em decorrência da nossa subjetivação, foi e está sendo possível o desvelamento de aspectos do existir desses seres.

Os autores sublinham que as precedentes funções práticas permanecem latentes nos cães e gatos já domesticados, e que as mesmas podem ser despertadas facilmente. Exemplificam pelos cães usados como guardas por pessoas que vivem em cidades em que o

sentimento de insegurança tem aumentado muito. Outra afirmação de Bernard e Demaret, no que tange o oferecimento de segurança que um cão pode proporcionar, que vem ao encontro do nosso estudo, é que os cães “(...) funcionam como um objeto transicional (substituto dos pais) para o desenvolvimento da vinculação emocional”. Também a presença de um gato no quarto da criança pode da mesma forma dar um senso de segurança (BERNARD & DEMARET, 1996, p. 02, tradução nossa).

Bernard e Demaret (1996, p. 02, tradução nossa) comentam que

(...) a atração por cães e gatos nos dias de hoje e em nossa cultura ocidental é baseada cada vez menos nas suas funções práticas, mas sem dúvida no desejo de ter o prazer de sua companhia: cães de caça e cães pastores, como muitas outras raças, agora vivem em lares como animais domésticos comuns.

Bernard e Demaret (1996, p. 03, tradução nossa) apresentam as motivações individuais bem como as motivações próprias à espécie humana para que alguém mantenha um animal de estimação junto de si.

Dentre as motivações individuais, destacamos:

1. Um animal pode ser adotado para propiciar a reconstrução de um ambiente familiar para a infância.
2. Um animal é um objeto que satisfaz a necessidade de afeto. Quanto a esse aspecto, os autores (BERNARD & DEMARET, 1996, p. 03-04, tradução nossa) citam Katcher, que identificou 7 funções desempenhadas por um animal que compensam essa falta e, portanto, com um efeito positivo sobre a saúde; são elas: atenuar a solidão, dar uma oportunidade para cuidar de “alguém mais”, fornecer uma ocupação, oferecer contato físico e sinais de afeto, ser sujeito de atenção, fornecer um sentimento de segurança, promover exercício físico.

3. Um animal pode favorecer contato social e recreação (BERNARD & DEMARET, 1996, p. 03, tradução nossa). Sob esse aspecto, Messent (em FUCHS, 1988, p. 09) conduziu estudos de observação em ruas e parques de Londres, para verificar se existia relação entre presença e ausência do cão e a quantidade de contatos sociais. Os resultados foram surpreendentes: 40% das pessoas do grupo que conduziam um animal tinham pelo menos uma conversa com alguém encontrado ao longo do trajeto, contra apenas 8% do grupo com bebê e 3% das pessoas desacompanhadas. Bernard e Demaret (1996, p. 04, tradução nossa) ainda citam Levinson, por meio de quem a psicoterapia infantil e de adultos passou a ser mediada pela presença de um animal no consultório;
4. que desempenha a função de substituir uma criança. Para seus proprietários, os animais são crianças que nunca crescerão. Bourguignon (em BERNARD & DEMARET, 1996, p. 04, tradução nossa) observa que essa função de substituir crianças por animais é observada em casais com nenhum filho e também em famílias com uma, duas ou muitas crianças – nas quais ao animal é conferido o status permanente de criança mais nova.

Se as razões individuais para se optar por ter um animal como co-habitante são reconhecidas sem relativa dificuldade, o mesmo não se dá com as agrupadas como pertencentes à filogênese – são as motivação específicas à raça humana, que nos impelem ao

contato com os animais. Para Bernard e Demaret, ao considerá-las, o mistério da nossa relação com os animais pode ser parcialmente explicado.

Desse modo, de acordo com Bernard e Demaret (1996, p. 05, tradução nossa), um animal também pode ser um objeto:

1. para a necessidade de alimentar outros: impulso já presente na criança pequena (MONTAGNER, em BERNARD & DEMARET, 1996, p. 05, tradução nossa), uma característica humana, evidente nos caçadores-colhedores, que têm uma disposição para compartilhar, buscar companhia;
2. Para a necessidade de contato físico direto: lembremo-nos que herdamos dos primatas a tendência em cuidar da aparência, oriunda do comportamento instintivo do limpar-se mutuamente (pseudo-despiolhar) entre eles (DEMARET, em BERNARD & DEMARET, 1996, p. 06, tradução nossa). Um animal oferece voluntariamente sua pele como um substituto, e então começamos a afagá-lo sem intenção – ato denominado por Katcher de *iddle play* (BERNARD & DEMARET, 1996, p. 06, tradução nossa).
3. Para tendências tribais: nosso comportamento traz traços herdados dos caçadores-colhedores, como nos revelam a psicologia evolutiva e a psiquiatria.

Por meio da observação das restantes sociedades de caçadores-colhedores e reconstituições sugeridas pelos paleo-antropólogos, conhecemos dois traços importantes da

vida tribal relevantes para o tema estudado: a importância das crianças e os traços particulares da psicologia tribal (BERNARD & DEMARET, 1996, p. 06, tradução nossa).

Quanto à importância das crianças, um dado interessante é que uma mulher pertencente a uma tribo de caçadores-colhedores tinha uma criança a cada 4 anos, dos quais 9 meses correspondentes à gravidez, e cerca de 3 anos de contínua amamentação. Esse proceder causava amenorréia e conseqüente infertilidade. Seguiam-se então 2 ou 3 ciclos antes de uma nova gravidez, de modo que lhe era possível dar à luz 4 ou 5 crianças durante sua existência. Durante a evolução dessas sociedades tribais, a seleção natural deve ter atuado de tal maneira a criar nessas mulheres uma natureza psicofisiológica que as instrumentalizasse a alimentar cada criança durante 3 ou 4 anos. Isso explica nossa atual tendência a dar de comer e arrumar uma criança. E mais: explica o ressurgimento do desejo experimentado por muitas mulheres das sociedades modernas de ter mais filhos – em vez de um ou dois. Nesse sentido, um animal de estimação pode servir como um substituto dos filhos que por várias razões não são concebidos (BERNARD & DEMARET, 1996, p. 06, tradução nossa).

No que concerne a psicologia tribal, Bernard e Demaret comentam que

(...) as características psicológicas inerentes à mentalidade tribal vêm da adaptação ao ambiente natural e da vida num pequeno grupo ao qual o indivíduo é muito intimamente ligado. Entre outros fatores, podemos observar a importância do altruísmo, lealdade, cooperação, solidariedade, habilidade para formar e respeitar compromissos de fidedignidade” (1996, p. 07, tradução nossa).

A esses, os autores acrescentam a liderança – em vez de supremacia -, troca e retribuição, comunicação não-verbal, contato físico interpessoal (BERNARD & DEMARET, 1996, p. 07, tradução nossa).

Para eles, trazemos algumas capacidades da mentalidade tribal através de um ajustamento filogenético, de modo que se um bebê do Cro-Magnon fosse transportado

para nossa sociedade, ele sobreviveria, assim como se um bebê contemporâneo pudesse ser transportado para aquele período. Desse modo, afirmam que “(...) nascemos como caçadores-colhedores com todas as capacidades mentais que permitem viver num ambiente natural e social dessa natureza” (BERNARD & DEMARET, 1996, p. 07, tradução nossa).

Dito isso, eis o ponto central do estudo realizado por Bernard e Demaret (1996, p. 08, tradução nossa):

(...) os traços da mentalidade tribal manifestam-se em nós para nos ajustarmos às capacidades psicológicas geralmente atribuídas aos animais de estimação, em particular aos cães, e tais capacidades são satisfatórias para explicar o vínculo com esses animais: amizade incondicional, lealdade, fidelidade absoluta, sinceridade, devoção, compreensão intuitiva (não-verbal), o desejo veemente de contato, comportamento protetor, permuta emocional, etc.

Portanto, os cães proporcionam aos seres humanos um sentimento de uma atmosfera tribal afetuosa, menos presente nos nossos dias, considerando que ainda funcionamos como caçadores-colhedores (BERNARD & DEMARET, 1996, p. 08, tradução nossa).

Pode-se dizer que nosso desejo em descobrir a atmosfera tribal pode ser satisfeito por meio do auxílio dos animais de estimação (NOURISSIER, em BERNARD & DEMARET, 1996, p. 08, tradução nossa). Então, ao se introduzir um cão num lar, temos uma tribo formada por ele e a família que o acolhe; também o sentimento tribal surge na relação entre um ser humano e seu cão, uma “tribo de dois espécimes” (BERNARD & DEMARET, 1996, p. 08, tradução nossa).

Bernard e Demaret (1996, p. 08, tradução nossa) assim explicam a natureza da relação entre o cão e seu dono:

Como carnívoros e predadores os cães (e os gatos também) são influenciados pelo instinto de caça inerente à psique humana. Para um cão o grupo humano ao qual ele pertence é na realidade sua matilha, sua “tribo”, incluindo um líder a quem ele segue. A natureza da relação de um cão ao seu dono (“líder da

matilha”) pode ser reconhecida pelos humanos e devolvida a eles (ou vice-versa: o fiel seguidor) numa maneira em partes objetiva e parcialmente imaginativa. A companhia que foi formada muito cedo entre cães e caçadores-colhedores provavelmente tem sido favorecida por essa comum predisposição para viver num “ambiente tribal” e comportar-se como predadores sociais.

Com relação aos gatos, esses são escolhidos por pessoas que preferem uma companhia que não esteja os seguindo quando chegam em casa – é um substituto para uma companhia tribal no “acampamento” (BERNARD & DEMARET, 1996, p. 09, tradução nossa).

Esse desejo por uma vida tribal ressurgiu ainda em outras áreas do comportamento humano contemporâneo, como por exemplo, na criação de clubes, nos jogos de bola – uma forma de reviver o instinto de caça (MORRIS, em BERNARD & DEMARET, 1996, p. 09, tradução nossa). Reaparece ainda no gosto pelas excursões de domingo, que representam um substituto para as expedições exploratórias. Pode também ser observado no hábito de correr, que simboliza as corridas de caça; no tirar produtos das prateleiras dos supermercados e colocá-los no carrinho, que pode ser compreendido como um ato reminescente do ato de colher; no desenvolvimento dos campos de golf e outras áreas similares às da savana primitiva (ORIAN & HEERWAGEN; KAPLAN em BERNARD & DEMARET, 1996, p. 09, tradução nossa).

Bernard e Demaret nos proporcionam um interessante e pertinente ponto de vista da Etologia sobre as motivações que impulsionam o ser humano a conviver com os animais domésticos. As causas filogenéticas são explicações que, como colocam esses autores, podem nos fornecer uma redução do mistério que envolve a relação homem-animal.

2.1.2 A Sociologia Como Base Para Uma Leitura Psicanalítica Sobre a Interação Homem-Animal

Passamos, então, a buscar em Bauman os conhecimentos e pontos de vista sobre a situação em que se encontra o homem pós-moderno, com o intuito de tecer algumas observações sobre a interação homem-animal e, sobretudo, utilizá-los como alicerce para uma explicação psicanalítica para essa interação.

É claro que na busca de uma compreensão para esse fenômeno relacional, temos que levar em conta que foi construída a maneira pela qual nos entendemos enquanto seres humanos contemporâneos, com todo o universo psíquico que vem a formar nosso *self*⁷: somos seres que vêm de longa data construindo sua subjetivação. E, somado a essa primeira atitude rumo a este estudo, temos outrossim que levar em conta o lugar que destinamos aos animais, considerados como entes do nosso mundo.

Nesses termos, Bauman, em sua análise sobre o mal-estar na pós-modernidade, coloca que a vida, como hoje é engendrada, assim como o era na modernidade, pulsa beleza, limpeza e ordem⁸. Todavia, esses ganhos – termo empregado pelo próprio autor – foram obtidos ao preço de enorme sacrifício da natureza humana:

Nada predispõe “naturalmente” os seres humanos a procurar ou preservar a beleza, conservar-se limpo e observar a rotina chamada ordem. (Se eles aparecem, aqui e ali, apresentar tal “instinto”, deve ser uma inclinação criada e adquirida, *ensinada*, o sinal mais certo de uma civilização em atividade.). Os seres humanos precisam ser obrigados a respeitar e apreciar a harmonia, a limpeza e a ordem. Sua liberdade de agir sobre seus próprios impulsos deve

⁷ Numa perspectiva psicanalítica, *self* é o Eu, é o “organizador” que envolve todas as idiossincrasias de um ser humano. Atentemo-nos para este excerto de Winnicott que bem inclui o referido conceito: “Se reagir a irritações é o padrão da vida da criança, então existe uma séria interferência natural que existe na criança de se tornar uma unidade integrada (grifo nosso), capaz de ter um *self* com um passado, um presente e um futuro (...)” (1990, p. 82).

⁸ A beleza é por ele conceituada como “essa coisa inútil que esperamos ser valorizada pela civilização (1998, p. 07)”; sobre a limpeza, diz que seu oposto, “a sujeira de qualquer espécie parece-nos incompatível com a civilização (1998, p. 07)”; a respeito da ordem coloca que “é uma espécie de compulsão à repetição que, quando um regulamento foi definitivamente estabelecido, decide quando, onde e como deve ser feita, de modo que em toda circunstância semelhante não haja hesitação ou indecisão (1998, p. 07-08)”.

ser preparada. A coerção é dolorosa: a defesa contra o sofrimento gera seus próprios sofrimentos (1998, p. 08).

Bauman, concordando com Freud, diz que “os prazeres da vida (...) vêm num pacote fechado com os sofrimentos; a satisfação, com o mal-estar; a submissão, com a rebelião” – o que em outras palavras é colocar que o ser humano, passando pelo processo civilizatório, vive constantemente em conflitos (1998, p. 08).

A ordem foi considerada, pela modernidade, o que de melhor esta poderia oferecer à civilização. Ao excesso de ordem, subjaz a escassez de liberdade, especialmente para a busca do prazer. Dada tamanha opressão exercida pela ordem, a sociedade moderna vivia intenso mal-estar (BAUMAN,1998, p. 09).

No entanto, nos tempos pós-modernos, assim dito por Bauman, (...) a liberdade reina soberana: é o valor pelo qual todos os outros valores vieram a ser avaliados e a referência pela qual a sabedoria acerca de todas as normas e resoluções supra-individuais devem ser medidas (1998, p. 09).

Entretanto, a liberdade conquistada não fez com que a espécie humana abandonasse os ideais de beleza, pureza e ordem, antes tão valorizados durante a modernidade. Nos nossos tempos, mais do que nunca o ser humano os persegue – pautados na espontaneidade, no desejo e no esforço individuais – na tentativa de satisfazer todos desejos (BAUMAN,1998, p. 09). Para tanto, a pós-modernidade pretende utilizar-se da fusão “(...) da ordem limpa e da limpeza ordeira diretamente a partir do ouro humano, do demasiadamente humano reclamo de prazer, de sempre mais prazer e sempre mais aprazível prazer (...)”. Ao voltarmos os olhos sobre o mundo e seus entes, percebemos que nem mesmo o reino animal foi poupado em tal perseguição. Os ideais de beleza, de pureza e de ordem são também

procurados em meio às associações criadoras de cães, gatos, pássaros e peixes destinados a concursos, nos quais são avaliados a beleza do exemplar, a pureza de sua raça (o *pedigree*, por exemplo), e a sua postura no momento do julgamento – uma forma análoga de ordem.

Comparando-se a modernidade – época em que a atitude de busca do prazer era considerada como autodestrutiva (BAUMAN, 1998, p. 09) – com a pós-modernidade, Bauman sublinha que o mal-estar do homem moderno derivava do sacrifício de sua liberdade, situação tolerada uma vez que era a maneira de sentir-se de certa forma seguro. Por outro lado, o mal-estar do homem pós-moderno decorre de sua tênue segurança, tolerada graças a sua liberdade de procura de prazer (1998, p. 10). Citando Georg Simmel, Bauman assim explica esses sacrifícios: “Qualquer valor só é um valor (...) graças à perda de outros valores, que se tem de sofrer a fim de obtê-los” (1998, p. 10) – nós, pós-modernos, conquistamos a liberdade pelo sacrifício da segurança. Analisando esse quadro, Bauman observa que “se obscuros e monótonos dias assombraram os que procuravam a segurança, noites insones são a desgraça dos livres” (1998, p. 10).

Relacionando o exposto acima à relação homem-animal, temos que para o homem moderno, que, como vimos, carecia de liberdade para poder buscar uma vida prazerosa, a liberdade sexual vivida pelos animais – liberdade resultante da inexistência de qualquer ato para a supressão dos instintos, em que a ordem é a procriação, e que o pensamento da época justificaria como o direito de fruir os prazeres carnavais – deveria provocar-lhe inveja, chegando a questionar se aqueles não teriam sido privilegiados na obra da criação. Mas é claro que seguindo essa dúvida, vinha uma resposta ditada pela ordem permeadora da existência: “acalme-se: eles são animais”.

Pensemos então no homem pós-moderno, cuja segurança é sacrificada em detrimento da sua liberdade para buscar o prazer – haja vista a maior facilidade nos dias

atuais, com a institucionalização de construções edificadas à beira de estradas, destinadas ao ato sexual (motéis); com o “disk-acompanhantes”; com o “sexo fonado” –, que sobrevive em sociedades cujas relações são marcadas pela incerteza, pela insegurança. Imaginemos esse ser se defrontando com um cão que dorme tranqüilamente; alimenta-se; para quem não existem oscilações do mercado cambial; que não precisa preocupar-se com a educação da descendência; que não perde o sono em razão da ansiedade para adquirir um carro zero; que somente procura alimento quando a fome se faz presente, etc. Ou ainda se defrontando com um gato, para quem o alimento “cai do céu”, pois basta espreitar um passarinho incauto, e seu alimento está garantido. Acreditamos que nesse caso a inveja seria incitada pela segurança⁹ experimentada pelos animais, que vivem, a grande maioria¹⁰, apenas obedecendo aos seus instintos. Digamos que o animal é seguro quanto a sua “identidade”. Ele é o que é, sem se preocupar com o julgamento de seus pares ou entes de todo reino animal no que concerne a suas atitudes e seus atos. Entretanto, o “animal racional” não pode ser apenas o que é. Preocupando-se com seu lugar na sociedade em que vive – e agora com a tal globalização não pode mais limitar-se a isso –, ele precisa “agregar valores” a sua pessoa, ao ser que ele representa ser. E isso pode ser feito por meio da complementação de um verbo muito discutido por Erik Fromm, o verbo ter. O homem pós-moderno precisa ter *status* e possuir todos etecéteras pertinentes ao seu mundo. Consideremos que com o advento da tecnologia, no mundo pós-moderno, tudo é invadido e revestido pela obsolescência, inclusive os seres humanos, vistos como peças num sistema que precisa produzir para que logo em seguida se consuma o produzido – mais um reflexo do ter: alguns seres humanos deixam de “ter”

⁹ Quanto à segurança dos animais em relação à existência, podemos encontrar que se trata de um tema em que já se refletiu, pelo fato de o encontrarmos, por exemplo, na cultura cristã em: “Observai as aves do céu: não semeiam, não colhem, nem fazem provimentos nos celeiros (...)”. (A BÍBLIA..., 1990, p. 11).

¹⁰ A idéia geral sobre a vida sexual dos animais é que todos vivem a sexualidade apenas como algo instintivo e intimamente e apenas ligado à reprodução. Porém, há alguns animais para os quais não há ligação direta entre sexo e reprodução. São raríssimos, mas dentre eles podemos citar os bonobos (ARAÚJO, 2002, p. 28).

aplicação ao sistema, seja pela falta de atualização de seus conhecimentos em ressonância ao desenvolvimento tecnológico (conhecimentos que por sua vez compõem seu *self*; o que gera o sentimento de obsolescência do eu), a novos conceitos e exigências do mercado, seja pelo “desgaste” do seu corpo, imposto pela idade; um processo insaciável de reposição, em que os que estão sendo usados sabem que logo serão lançados ao limbo.

É justamente esta a questão que nos servirá de base para a explicação psicanalítica sobre o porquê de relacionarmos-nos com os animais: o mal-estar que experimentamos deriva de um existir sem segurança, como descreve Bauman.

2.1.3 Uma Leitura Psicanalítica Sobre a Interação Homem-Animal

Winnicott (1975, p. 145-146) explana sua idéia central de espaço potencial a partir da constatação de que o existir abarca não somente nossa conduta na realidade externa ou uma experiência interna, esta experimentada como algo íntimo, próprio somente do indivíduo – mas abrange também uma área intermediária entre a realidade externa e a interna.

Para sugerir o que seja essa área intermediária, pergunta ele

(...) o que estamos fazendo enquanto ouvimos uma sinfonia de Beethoven, ao visitar uma galeria de pintura, lendo *Troilo e Cressilda* na cama, ou jogando tênis? Que está fazendo uma criança, quando fica sentada no chão e brinca sob a guarda de sua mãe? (...) (WINNICOTT, 1975, p. 147).

Ainda para nos implicar no seu raciocínio, pergunta: onde estamos durante os momentos em que nos divertimos? (WINNICOTT, 1975, p. 147). Pois, quando estamos envolvidos numa atividade cultural ou mesmo numa brincadeira, parece que nem estamos totalmente voltados para o exterior e nem tão imersos no nosso mundo interno.

Ao levantar essas questões, Winnicott (1975, p. 147) examina “(...) a fruição apurada do viver, da beleza, ou da capacidade inventiva abstrata humana (...)”, referindo-se ao adulto mas que também está presente no “(...) gesto criador do bebê que estende a mão para a boca da mãe, tateia-lhe os dentes e, simultaneamente, fita-lhe os olhos, vendo-a criativamente (...)”.

Winnicott (1975, p. 148) afirma que há uma característica especial a distinguir a experiência cultural, ou brincar, dos outros dois estados componentes do existir humano. A realidade externa é fixa; assim como a base pulsional que subjaz ao contato do indivíduo com os objetos também o é. A realidade psíquica interna também se caracteriza por “(...) uma fixidez que é própria da herança, da organização da personalidade, de fatores ambientais introjetados e de fatores pessoais projetados”. Entretanto, a área intermediária entre as anteriores mencionadas, em que o indivíduo vivencia a experiência cultural ou o brincar criativo, esta é extremamente variável de indivíduo para indivíduo. A razão para isso está no fato de que essa terceira área é um produto das experiências vividas pelo indivíduo – tanto o bebê, a criança, o adolescente, o adulto – no meio ambiente que mais fez parte do cenário de sua vida.

Assim, para a questão “onde estamos durante os momentos em que nos divertimos?”, em que fruímos uma experiência cultural, Winnicott propõe como resposta essa área intermediária por ele denominada *espaço potencial*.

Essa *área intermediária* nada mais é que a experiência cultural, entendendo-se cultura como a tradição herdada (1975, p. 138).

Winnicott comenta que é primordialmente por meio da apercepção criativa que o indivíduo sente que vale a pena viver (1975, p. 95). E isso se torna possível somente no brincar. É brincando que a “(...) criança ou o adulto pode ser criativo e utilizar sua

personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (*self*) (1975, p. 80).

No entanto, devemos nos lembrar que o ambiente cultural exerce suma importância sobre o desenvolvimento psíquico do indivíduo, uma premissa de Winnicott.

Nesse sentido, Winnicott comenta que sendo o indivíduo provido de uma capacidade cerebral razoável, inteligência suficiente para capacitá-lo a tornar-se uma pessoa e a tomar parte na vida da comunidade, sua vida pode ser permeada pela criatividade, a não ser que o mesmo seja doente, ou tenha sido prejudicado por fatores ambientais que sufocaram seus processos criativos (1975, p. 98-99)

Sobre o que determina o viver criativo e o viver sem criatividade, submisso, Winnicott aponta como causa determinante “(...) a atitude geral de nossa sociedade e a atmosfera filosófica da época em que vivemos (...); poderíamos não tê-lo mantido em outro lugar e em outra época” (1975, p. 95). Em outras palavras, a cultura tem papel preponderante sobre o estado psíquico dos indivíduos¹¹.

Michael Szollosy (1998, p. 01, tradução nossa) comenta que “(...) a cultura do século XX possui tendências despersonalizadoras no que tange a ontologia subjetiva – a habilidade dos sujeitos para ser e agir como sujeitos vivos, dotados de uma psique e de um corpo, com a capacidade para a criatividade”

Por “despersonalização”, Winnicott denomina o processo em que ocorre carência de relação entre a psique e o soma¹². Ela está presente nos sujeitos insatisfeitos,

¹¹ Nesse ponto, começamos a abordar o mal-estar da Pós-modernidade, tratado por Bauman.

¹² A mente não existe como entidade localizada no psicossoma; é considerada como um caso especial do funcionamento deste. Também não se deve, na saúde, distinguir psique e soma um do outro. Por psique, considere-se a elaboração imaginária dos elementos, sentimentos e funções somáticos, ou seja, da vitalidade física (WINNICOTT, 1990, p. 333). A partir dessas considerações, “(..) o corpo, com seus limites e com um interior e um exterior, é *sentido pelo indivíduo* como formando o cerne do eu imaginário” (WINNICOTT, 1990, p. 334). Não havendo um ambiente que propicie condições favoráveis ao desenvolvimento, ocorre oposição entre a mente e o psicossoma, de modo que o pensamento do indivíduo assume o poder e passa a cuidar do

incapazes de realizar experiências corporificadas, e que portanto são representados somente pela falsa-entidade da psique-mente, que entra num mundo de objetos desprovidos de sentido que exigem submissão do sujeito¹³. Trata-se de pessoas que carecem de um comprometimento emocional com seu ambiente, queixam-se de um senso geral de “não-ser”, de existir meramente como objetos¹⁴ vazios num mundo de objetos sem sentido (SZOLLOSY, 1998, p. 02-03, tradução nossa).

Winnicott diz que “viver criativamente é um estado saudável, e que a submissão é uma base doentia para a vida” (1975:95). Coloca que a submissão patológica é endêmica, especificamente na cultura capitalista contemporânea (WINNICOTT, em SZOLLOSY, 1998, p.4, tradução nossa).

Com o termo submissão, Winnicott se refere a um tipo de relacionamento “(...) com a realidade externa, onde o mundo em todos os seus pormenores é reconhecido apenas como algo a que ajustar-se ou a exigir adaptação.” (1975, p. 95). Somente através da percepção criativa, o indivíduo sente que a vida é digna de ser vivida (WINNICOTT, 1975, p. 95).

Winnicott comenta que, pela ação destrutiva dos fatores ambientais – mecanismos inerentes à sustentação da civilização como está engendrada – sobre a criatividade dos indivíduos, surgem os esquizóides e aqueles outros que apenas existem (em contraposição a “vivem”): já não podem mais perceber o mundo de maneira criativa – eis o lado negativo da civilização (1975, p. 99).

psicossoma; ocorre um falso crescimento pessoal com base na submissão. A psique transforma-se nessa mente, inexistindo então o relacionamento anterior entre ela e o soma, surgindo então uma psique-mente – um fenômeno patológico, que pode resultar em distúrbios psicossomáticos (WINNICOTT, 1990, p. 336-337). Esse é um processo que provoca despersonalização.

¹³ Para facilitar a compreensão do que vem a ser o conceito de “despersonalização”, relacionamo-lo com o conceito de falso *self*.

¹⁴ O termo objeto aqui é empregado na acepção psicanalítica em que se pensa na “(...) relação da pessoa total, ou da instância do ego, com um objeto visado também como totalidade (pessoa, entidade, ideal, etc.) (...)”

Assim, os sujeitos pós-modernos são considerados como vítimas de um *splitting* defensivo patológico (SZOLLOSY, 1998, p. 02, tradução nossa). Para sobreviver, em meio aos conflitos de nossa época, os sujeitos recorrem à fragmentação do seu ser.

O sujeito pós-moderno pode ser caracterizado pelo “entorpecimento e conseqüente apagamento da subjetividade, em favor de um *self* que é concebido como um objeto material entre outros produtos feitos pelo homem no mundo objetivo” (BOLLAS; McDOUGALL, em SZOLLOSY, 1998, p. 02, tradução nossa).

Como se dá esse apagamento de sua subjetividade? Bollas e McDougall afirmam que “(...) o significado subjetivo, para esses sujeitos, é apenas temporariamente alojado num objeto¹⁵ alheio, externo; objetos que não podem ser introjetados e não podem conter ou exprimir sentido para o sujeito” (em SZOLLOSY, 1998, p. 02, tradução nossa). De outra forma, a subjetividade é transferida para os objetos de seu desejo: objetos externos produzidos e oferecidos pelo ambiente social. Estes, por serem “satélites” que nada têm a ver com a sua essência, enquanto um sujeito, não podem conter ou exprimir sentido para o mesmo.

Quando ao sujeito não é permitido expressar-se verdadeiramente, começa ele a aceitar a invasão ambiental, aceitando ser submisso ao ambiente, surge o falso *self*. Num viver empreitado pelo falso *self*, o indivíduo apenas

(...) reage às exigências do meio, parecendo aceitá-las e construindo um conjunto de relacionamentos falsos que têm por base a imitação, a identificação e a introjeção, chegando até a aparentar ser real [o falso *self*]. Porém o indivíduo não tem a espontaneidade, nem a criatividade característica das experiências vividas pelo verdadeiro *self* (VALLER, 1990, p. 164).

(LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p.321). Entretanto, pelo processo de despersonalização não há o encontro da “totalidade” nem em si nem no outro.

¹⁵ O termo “objeto” aqui é empregado na acepção psicanalítica. Assim, podemos dizer que o objeto “(...) é aquilo em que e por que esta [a pulsão] procura atingir a sua meta, isto é, um certo tipo de satisfação (...)” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 391).

Por outro lado, a descoberta do *self* somente pode ser possível pelo viver criativo. Ao fazê-lo, o indivíduo pode “descobrir-se como sendo aquele que é e que está vivendo em oposição àquele que simplesmente reage”. Todavia, vale lembrar que, para Winnicott, o verdadeiro *self* é secreto, isolado, incomunicável, fazendo-se conhecido apenas no espaço potencial (LINS, 1990, p. 194-195).

A partir do exposto acima, deduzimos que a reontologização do indivíduo pode ser alcançada através do contato com atividades culturais, mais precisamente do contato com os espaços potenciais por elas oferecidos.

Nesse ponto, confluem as razões concernentes ao mal-estar experimentado na pós-modernidade apresentadas por Bauman, por Winnicott e pelos seguidores deste. Pois a Psicanálise oferece uma explicação para a falta de segurança constatada pela Sociologia: não experimentamos segurança porquanto o ambiente tende a nos fazer submissos às regras e ditames das instituições civilizadoras, de modo que nos preocupemos apenas em nos ajustarmos a isso tudo, não vivendo criativamente. Mais: lembrando que o aspecto mais fundamental do trabalho de Winnicott se centra na primazia da ontologia subjetiva, a Psicanálise nos aponta que o viver criativo possibilita a reontologização através do desvelamento do verdadeiro *self* nos espaços potenciais. Esse é um processo para se alcançar uma parcela de segurança; uma segurança a respeito do nosso ser. Assim é possível aliviar as crises da Pós-modernidade.

E dentre os componentes de nossa cultura, concretos e abstratos, encontram-se os animais de estimação. Na relação com esses seres, também entre nós e eles cria-se um espaço potencial. Ali nosso *self* verdadeiro pode emergir, e podemos ser espontâneos enquanto dura esse brincar.

E o brincar com o animal é uma experiência criativa que não ocorre exclusivamente com o seu dono ou qualquer outro humano; também não é o humano o único implicado nessa atividade criativa, pois estando para Winnicott a criatividade relacionada ao estar vivo, “(...) relaciona-se à qualidade viva de alguns animais, bem como dos seres humanos, embora notavelmente menos significativa em termos de animais (...)” (1975, p. 98). Assim, o cão também participa criativamente do jogo com seu dono, quando, por exemplo, pega sua bolinha e morde-a insistentemente diante do seu dono, verificando de quando em quando se este vai tomar parte ou não, esperando uma atitude.

Assim, tanto o dono quanto o cão (ou gato) são considerados sujeitos do brincar, havendo entre eles um espaço potencial, uma área que não é nem o “eu” nem o “não-eu”. Com isso não estamos afirmando que o animal também experiencie esse espaço potencial da mesma forma que o humano. Contudo, é impossível negar que há uma alteração no estado do animal enquanto brinca. Todavia, explorar o que estaria ocorrendo no seu ser, que lhe permite fruir do brincar, é algo muito complicado¹⁶.

¹⁶ Entretanto, o que dizer sobre Koko, uma gorila de 31 anos, que domina mil palavras na linguagem norte-americana de sinais, que “escreveu” a letra de canções de seu disco, deixando a parte vocal e instrumental para os humanos, incluindo vários estilos musicais, como rap, reggae e canções de ninar. Inclusive ela é capaz de escolher as mixagens que mais lhe agradam. Pensemos sobre esta declaração de Jennifer Patterson, porta-voz da Fundação Gorila, em San Francisco, onde reside Koko: “As canções mostram uma verdadeira emoção profunda. Ela é uma pessoa complexa como nós” (GORILA..., 2002). Sobre esse caso, seria exagero afirmar que Koko é capaz de experiência criativa, ao ponto de utilizar o espaço potencial oferecido pela música?

3. ALGUNS REFLEXOS DA DOMESTICAÇÃO DOS ANIMAIS SOBRE A SUBJETIVAÇÃO

O modo de pensar, de sentir, de agir foi se constituindo ao longo da existência do ser humano, ao ponto de cada um ser chamado hoje de sujeito. Esse processo, denominado de subjetivação, erigiu-se também graças à interação com os animais, numa construção que se arrasta desde a Pré-história.

Para a maioria das pessoas, o conceito de animal que ocupa suas mentes é de um ser mecânico constituído por células, quase autômato – diferenciando de um autômato por não ter raciocínio e sua vontade limitar-se a saciar suas necessidades básicas, como fome, sede; isso na melhor das hipóteses, pois tudo isso deve ser instintivo como o sexo. Então, como aplicar esse conceito aos cães de companhia – alguns até “pedem colo”, de tanto que gostam do contato com o ser humano.

Vejamos os conceitos relativos ao vocábulo “animal” enumerados em Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1986, p. 124). Pode-se dizer, de certa forma, que tais conceitos correspondem às representações sociais presentes acerca da figura do animal:

Animal. [Do lat. *Animale*.] S. m. **1.** Ser vivo organizado, dotado de sensibilidade e movimento (em oposição às plantas). **2.** Qualquer animal que não o homem; animal irracional. **3.** Pessoa muito ignorante, estúpida; animalejo, alimária. **4.** Pessoa desumana, bárbara, cruel. **5.** V. *cavalo* (2). **6.** A natureza animal, em oposição à mente ou espírito. **7.** *Bras.* Cavallo (1). **8.** *Zool.* Ser organizado, com a forma do corpo relativamente constante, órgãos na maioria internos, tecidos banhados em solução que contém cloreto de sódio, células revestidas de membranas, com crescimento, e provido de irritabilidade ou sistema nervoso, que lhe permite responder prontamente aos estímulos. **9.** *Bras., PE.* Égua (1). **10.** *Bras., S.* Animal cavallo, principalmente o macho. [Aum.: *animalaço* e *animalão*; dim.: *animalzinho, animalejo, animálculo*.] Adj. **11.** Relativo ou pertencente aos animais: *reino animal*. **12.** Proveniente de animal: *gordura animal*. **13.** Próprio de animal; animalesco. **14.** Material, por oposição à *mental* ou *espiritual*. **15.** Sensual, lascivo, lúbrico. ~ V. *carvão* -, *espíritos* -ais, *magnetismo* -, *psicologia* - e *reino* - . **Animal inferior.** *Zool.* Qualquer animal invertebrado. **Animal irracional.** Qualquer dos animais superiores, à exceção do homem; qualquer dos brutos. [Tb. Se diz apenas *animal* ou *irracional*. Sin.: *animália*,

alimária.] **Animal racional.** O homem. **Animal sem fogo.** *Bras.* CE Animal ainda não marcado. **Animal sem rabo.** *Bras.* Pessoa muito grosseira, estúpida. **Animal superior.** *Zool.* Qualquer animal do filo dos vertebrados.

Façamos uma breve análise dos conceitos sobre o vocábulo “animal”.

Quanto ao primeiro conceito, a palavra “sensibilidade” deve estar sendo empregada na acepção 3 (1986, p. 1570): “(...) Propriedade do organismo vivo de perceber as modificações do meio externo ou interno e de reagir a elas de maneira adequada; excitabilidade: sensibilidade ao calor; sensibilidade de pele; sensibilidade estomacal. (...)”. Portanto, parece estar de acordo com a idéia de um animal ser apenas um ser “quase autômato”.

Na acepção 3, temos uma comparação de um ser humano ignorante, estúpido a um animal. Aqui encontramos uma generalização, pela qual todos representantes do reino animal têm incluída em sua natureza a ignorância e a estupidez. Como a “força de expressão” humana pode ser grotesca... Os cães utilizados para resgate de seres humanos em perigo de vida, por exemplo, não podem notar tal atitude insensata. Ainda bem. Os critérios para tal analogia e decorrente apropriação do vocábulo “animal” para designar tal ordem de pessoas parece se fundar também na onipotência do humano sobre todos os seres vivos.

A título de curiosidade, tomando agora um conceito antônimo ao de estupidez, grosseria, o conceito de “etiqueta”, é interessante notar que além de todos os dados que atestem a superioridade do homem sobre todos os elementos do reino animal, o homem desenvolveu a “(...) ritualização laicizada de todas as relações cortesias, resultando no império da etiqueta (...)” (MENDONÇA DE FIGUEIREDO, 1992, p. 94). Norbert Elias conceitua a etiqueta como

(...) um sistema de auto-apresentação da corte, um dispositivo representacional mediante o qual se construíram as identidades através de trocas altamente codificadas de gestos, falas e olhares, modos de se

apresentar e interagir (...). (em MENDONÇA DE FIGUEIREDO, 1992, p. 94).

O mesmo se aplica ao conceito 4: “(...) Pessoa desumana, bárbara, cruel (...)” (FERREIRA, 1986, p. 124). A propósito, Hobbes expõe sem eufemismos a selvageria natural do homem, seu egoísmo, sua destrutividade, a vontade, o poder e toda sorte de seus excessos. Para esse autor, para a manutenção da sobrevivência da espécie humana, estabeleceu-se um contrato básico segundo o qual cada ser humano renuncia a determinados impulsos e poderes e transfere determinados direitos aos representantes dos interesses de todos, ou seja, um soberano (em MENDONÇA DE FIGUEIREDO, 1992, p. 98). Pode-se pensar que foi a partir dessa tendência a organizar a sociedade de modo a controlar os instintos, por intermédio de uma figura poderosa, soberana, que o homem “coroou” o leão como o rei dos animais – uma projeção de sua forma de organização para o reino animal.

Ao nos determos diante do conceito 6, estamos diante de uma caracterização enobrecedora do humano, colocando de fato os animais numa posição inferior: “(...) A natureza animal, em oposição à mente ou espírito (...)” (FERREIRA, 1986, p. 124). Será que de fato os animais superiores não são providos de uma organização mental? E a posse de espírito exclusivamente pelos seres humanos já os arrebatava na escala da Criação. O conceito 14 “(...) material, por oposição a mental ou espiritual. (...)” (FERREIRA, 1986, p. 124)” encerra o mesmo raciocínio, apenas acrescentando que o organismo de fato se restringe ao que é de ordem material, não sendo animado por um espírito ou alma, conforme o pensamento religioso construído pelas civilizações cristãs.

O pregador religioso e reformador político Savonarola (MENDONÇA DE FIGUEIREDO, 1992, p. 25) ao comparar o homem com os outros animais coloca que:

De fato o homem guloso é muito mais ávido e incomparavelmente mais insaciável que todos os animais, não lhe sendo suficientes todos os alimentos nem todos os modos de cozinhar no mundo; o homem não procura satisfazer a sua natureza, mas o seu desejo desenfreado (...) Do mesmo modo supera todos os animais na bestialidade da luxúria, pois, ao contrário dos animais não observa os tempos nem os modos devidos (...). Também os supera na crueldade (...)

Ao comparar-se com os animais, o homem toma o reino animal como um ponto de referência; este como sendo uma advertência para no que pode se tornar, caso não consiga dominar seu desejo. Ao volver os olhos para os quadrúpedes, seres alados, anfíbios, seres aquáticos, répteis, enxerga-os como um recurso mnemônico para afirmar sua honrosa superioridade. Ainda na passagem abaixo, podemos notar a validade dessa assertiva:

(...) Se o assunto da meditação for coisa invisível, como são nesta os pecados, a composição do lugar consistirá em ver com os olhos da imaginação, e em considerar a minha alma encarcerada neste corpo corruptível, e a mim mesmo, isto é, meu corpo e minha alma, neste vale (de lágrimas) como desterrado entre brutos animais. (INÁCIO DE LOYOLA, em MENDONÇA DE FIGUEIREDO, 1992, p. 62)

A acepção 8 é própria da Psicologia Animal, cuja base está no Comportamentalismo: “(...) e provido de irritabilidade ou sistema nervoso, que lhe permite responder prontamente aos estímulos. (...)” (FERREIRA, 1986, p. 124). Destarte, um animal teria sua existência mediada apenas por respostas a estímulos... E quando um cãozinho que – ao se sentir sem atenção do dono, que se ocupa com seus afazeres – leva sua bolinha de borracha até aquele, como um convite para brincar?

Mas é claro que essas conjecturas precisam ser mediadas pelo pensamento científico. Conforme Bezerra Júnior (1982, p. 28),

(...) entre as coisas que nos são ‘ensinadas’ com mais insistência encontra-se a idéia da cientificidade ou do conhecimento científico como instrumento

indispensável ao nosso relacionamento com o mundo e com os outros homens, vale dizer, com a nossa própria vida.

E isso se aplica também, é claro, ao olhar lançado sobre às espécies animais.

Por muito tempo um animal tem sido considerado apenas um animal segundo as acepções vistas anteriormente. No entanto, a cientificidade que permeia o convívio do homem com animais tem se guiado pela Psicologia Animal, que, como foi dito anteriormente, se fundamenta na Psicologia Comportamental. Fugindo desse esquema de encarar o convívio do homem com os animais, Boris M. Levinson (1969), acreditando numa real interação homem-animal, a partir da década de 60 começa a publicar seus trabalhos; dentre eles, vários artigos pelas revistas *Mental Higiene*, *Psychological Reports*, etc; na década de 70 os livros *Pet-owned child psychotherapy*, *Pets and human development*, *Pet-oriented child psychotherapy*. Um de seus editores, Charles C. Thomas, observa que Levinson foi o primeiro psicólogo clínico a utilizar animais de companhia como co-terapeutas.

Podemos entender a origem desse olhar sobre o animal, ao mesmo tempo temeroso e de desprezo, voltando um pouco à época da Renascença. Mendonça de Figueiredo afirma que naquele período havia a presença do medo às fronteiras e aos seres fronteiriços (1992, p. 38), de modo que tais intensas reações emocionais “(...) decorrem da exposição à variedade das coisas, quando esta tende a escapar ao controle, gerando misturas e combinações extremamente ameaçadoras à estabilidade e à ordem do mundo” (MENDONÇA DE FIGUEIREDO, 1992, p. 38).

Dessa forma, a relação homem-animal foi marcada pelo olhar temeroso em direção ao animal doméstico tão-somente enquanto um organismo vivo dependente, subordinado, subserviente ao homem, justamente para assegurar o *status quo* dos seres

componentes da nossa biosfera. Atualmente, o homem inseriu o animal em atividades antes somente dignas de serem executadas por humanos como os únicos capazes. Então, o animal passa a fazer parte de equipes terapêuticas, como co-terapeuta, como por exemplo nas terapias mediadas por animais¹⁷.

E a propósito da ciência, Freud (1997, v. 8) grifa que o intenso avanço das atividades intelectuais se originou do desenvolvimento da onipotência de pensamentos. Ele sublinha que o amor-próprio – bem como o pensamento onipotente – dos homens sofreu até o momento três severos golpes por parte das pesquisas científicas. Primeiramente, a queda da teoria geocêntrica, provocada por Copérnico, tirando o homem do centro do universo, uma verdadeira destruição da ilusão narcisista; um golpe cosmológico – nas palavras de Freud. Em seguida, sua arrogância e presunção que revestiam sua crença de ser dominante sobre todas as outras criaturas do reino animal também vai por terra, com Darwin. Vale sublinhar que essa arrogância não se acha presente nas crianças, como não se encontrava entre os povos primitivos, que até atribuíam sua ascendência a um ancestral animal (totemismo). E por fim – ou melhor, por enquanto – o terceiro golpe dado pela filosofia, e posteriormente abordado pela própria Psicanálise, sobre a importância psíquica da sexualidade e a inconsciência da vida mental, demonstrando-as em questões que tocam pessoalmente cada indivíduo e o forçam a assumir alguma atitude em relação a esses problemas. Assim, passamos a considerar que nossos instintos sexuais não podem ser inteiramente domados, e que os processos mentais são, em si, inconscientes, e só atingem o ego e se submetem ao seu controle por meio de percepções incompletas, não muito dignas de confiança.

¹⁷ Como veremos no capítulo “4. ALGUNS LUGARES DOS ANIMAIS – DOS CERCADOS AOS CONSULTÓRIOS PSICOLÓGICOS”.

Talvez a resistência em olhar o animal como um ser capaz de interagir com a espécie humana exista em decorrência da ressonância do segundo golpe narcísico: a crença de ser dominante sobre todas as outras criaturas do reino animal.

Vejamos como se iniciou o convívio do homem com o animal. Levinson coloca ser impossível demarcar quando o homem começou a domesticar os animais e a usá-los como animais de estimação. No entanto, é um fato a importância deles, uma vez que representam um papel mais significativo no desenvolvimento e na economia psicológica do ser humano (LEVINSON, 1969, p. 03, tradução nossa). O autor, ao fazer tal afirmação, baseia-se nas declarações de renomados críticos de Arte:

Não é uma casualidade as expressões de arte mais primitivas do homem se constituírem por pinturas de animais. As pinturas feitas em preto e vermelho nas cavernas de Altamira, no Paleolítico, são consideradas por alguns críticos de arte como uma das declarações artísticas mais expressivas feitas pelo homem (LEVINSON, 1969, p. 03, tradução nossa).

Assim como a representação de animais em pinturas foi uma realização muito importante, da mesma forma o foi aprisionar animais em cercados. A criação e a domesticação de animais exigiram um novo tipo de resignação por parte do ser humano. (LEVINSON, 1969, p. 03, tradução nossa).

Zeuner (em LEVINSON, 1969, p. 04, tradução nossa) situa a Era Glacial – aproximadamente há dez mil anos – como o período em que o homem verdadeiramente começou a interferir no seu ambiente e a destruí-lo.

Significativamente, o povo que era então mais avançado na modificação do ambiente, os Natufienses da Palestina, que viveram no que é a localização presente de Jericó, tinham domesticado o cachorro e possivelmente a cabra, aproximadamente em 6300 a.C. Também parece provável assim que o lobo árabe tenha sido domesticado no nono milênio A.C. (ZEUNER, em LEVINSON, 1969, p. 04, tradução nossa).

A domesticação dos cães selvagens se deu pelo fato de o homem alimentá-los quando eles invadiam a área de seus acampamentos (ZEUNER, em LEVINSON, 1969, P. 04, tradução nossa). Para Zeuner,

Esses atos podem ser vistos como "manifestações elementares da solidariedade de vida". Muitos animais superiores que desenvolveram um meio social de tal espécie comportam-se de semelhante maneira, exceto como inimigos. Relacionamentos amistosos entre gatos e cachorros, ou, mais estranho ainda, entre gatos e pássaros mansos, são exemplos desta solidariedade. O desejo do homem em manter todos os tipos de animais de estimação é manifesto, em seu ponto mais alto, pelo naturalista que acha satisfação suprema estando em harmonia com criaturas viventes (ZEUNER, em LEVINSON, 1969, p. 04, tradução nossa).

Para a afirmação de Hubbard de que "Na subjugação do cão, o homem primitivo provavelmente forjou um dos vínculos na cadeia de sua própria civilização" (em LEVINSON, 1969, p. 04, tradução nossa), Levinson considera válidas as reconstruções teóricas de alguns atores sobre a origem de animais domésticos.

Por exemplo, Reed considera que a domesticação de animais foi o resultado do desejo do homem em usar animais domésticos como chamariz. Sauer indicou que alguns animais, como os gatos mumificados sepultados no Egito, foram domesticados por razões religiosas. Proverbialmente e de fato, o gato tem muitas características que não se emprestam à submissão ou à amizade. Em relações entre humano-gato, em vez do homem, o gato normalmente é o dono. Até hoje em dia, o gato tende a caminhar só e reter características indomáveis que fazem com que o homem considere o gato selvagem. Isto não é verdade em relação aos cães. Os cães gostam de viver em bandos como lobos - ou talvez como homens. O cachorro é geralmente mais sociável, treinável e submisso. Talvez o cão fosse muito semelhante ao homem e dócil para ser divinizado (LEVINSON, 1969, p. 04, tradução nossa).

Levinson, (1969, p. 05) acredita que as razões para adoção de animais também podem ser simbióticas. Em Morris, Levinson encontrou que o "simbionte mais antigo

em nossa história é indubitavelmente o cachorro" (em LEVINSON, 1969, p. 05, tradução nossa).

Scott diz que foi por intermédio do cão que o homem pôde agrupar e dominar os ungulados, como a cabra, o carneiro, e a rena. Sem dúvida, havia centenas de espécies de animais disponíveis ao homem primitivo para domesticação. Nossos ancestrais devem ter experimentado domesticar os filhotes de espécies diferentes de acordo com a adaptabilidade e conveniência para se tornarem animais domésticos. Os animais eventualmente escolhidos apresentavam uma sociabilidade desejável de tal forma que, tanto em condições naturais como em selvagens, formavam "grupos cuidadosamente organizados". (em LEVINSON, 1969, p. 05, tradução nossa).

Gates observa que "(...) na Grécia antiga e na Roma antiga havia uma relação muito mais íntima entre o 'homem e muitos dos animais mais inferiores'. Contudo essa proximidade para com animais não parecia inibir ou obstar relações sociais entre humanos" (em LEVINSON, 1969:08, tradução nossa). Tanto é que a importância dada pelos gregos e romanos aos animais parece não ter contribuído apreciavelmente para a falta de participação em jogos esportivos (GATES, em LEVINSON, 1969, p. 08, tradução nossa).

Quanto à preferência desses dois povos tão importantes para nossa história, Gates menciona que:

(...) seguindo o cachorro, o cavalo era o segundo em popularidade. O carinho dos antigos por alguns animais fez de alguns muito caros. O cavalo Bucephalus valia aproximadamente \$16,000. Os gansos representaram um papel na Grécia antiga e Roma semelhante ao dos gatos hoje. Serpentes eram populares, seguiam seus donos ao redor e foi permitido até mesmo que comessem à mesa. Na antiga Trácia e Macedônia, mulheres acalentavam serpentes ao peito. Na Grécia, foram usados cachorros para guardar certos templos e eram animais sacrificatórios. Ratos, pássaros, codornas, pardais, pega, tordo, perdiz, papagaios também eram muito populares. Foram domesticados grou e não só foram treinados para mover dispositivos mecânicos mas para se ocuparem de brigas formais como os galos (em LEVINSON, 1969, p. 08, tradução nossa).

Em relação aos nossos dias, percebemos que muitas das vezes os animais são utilizados como uma alternativa para se esquivar dos contatos humanos, tidos como traumáticos e angustiantes.

É interessante notar que quando o homem não mais precisou caçar constantemente animais selvagens, ele também foi deixando as áreas não cultivadas e se tornando civilizado (LEVINSON, 1969, p. 03, tradução nossa). Sobre essa questão esse autor cita Zeuner:

(...) a adoção de animais de estimação tem coincidido com o começo do estabelecimento permanente das pessoas e a mudança do meio ambiente natural para um artificial, ou seja, feito pelo próprio homem artificial (em LEVINSON, 1969, p. 03, tradução nossa).

Numa citação de Lorenz, feita por Levinson, temos que para aquele autor o prazer proporcionado por um cão é semelhante ao proporcionado pelo corvo, pelo ganso ou por outros animais selvagens que possam alegrar um passeio pela zona rural (em LEVINSON, 1969, p. 03). Para Lorenz, “haveria aí um restabelecimento do laço com aquela omnisciência inconsciente por nós chamada de natureza.” (LORENZ, em LEVINSON, 1969, p. 03, tradução nossa).

Numa das explicações para a estreita relação entre o animal doméstico e o ser humano, Levinson afirma que

(...) alguns escritores foram mais longe postulando a ‘teoria’ segundo a qual o animal doméstico civilizou o ser humano. Poderia muito bem ser que quando o homem primeiro começou a modificar seu ambiente e por isso veio a perder contato com o mesmo, ele sentiu uma grande necessidade de fortalecer o contato com a natureza pela adoção de animais de estimação (1969, p. 04, tradução nossa).

Um outro fato que atesta o retorno ao contato com a natureza se faz presente no jardim inglês,

“(…) uma reserva da natureza, autêntica e dócil, não para ser vista, mas para ser freqüentada, um recanto acolhedor e privativo das casas e cidades, propício aos passeios, às meditações, aos encontros e conversações íntimas.” (MENDONÇA DE FIGUEIREDO, 1992, p. 114).

Aceitando a teoria segundo a qual o homem, ao domesticar alguns animais, ele mesmo foi se civilizando, tendemos a crer que nesse período se deu um dos fatos mais importantes para o processo de subjetivação do ser humano.

Lorenz ainda coloca que o preço que o homem teve que pagar pela sua cultura e sua civilização foi o rompimento deste laço que, por sua vez, teve que ser rompido, sendo permutado pela sua peculiar volição (em LEVINSON, 1969, p. 03, tradução nossa).

Antes de prosseguirmos com a o processo de individualização que o ser humano vem sofrendo, vamos abordar uma época em que a relação entre as pessoas se dava de forma diferente, objetivando observarmos como a ligação do ser humano com a natureza o conduzia no seu processo de subjetivação.

A fim de estar próximo da natureza e aplacar suas forças hostis, o homem primitivo elaborou muitas convicções sobre animais como também cerimoniais para indicar sua unidade com os mesmos. Como no passado, atualmente encontramos alguns povos primitivos que conservam sua crença de que os humanos descendem de animais. Nessas tribos, o ancestral animal geralmente se tornou o totem (LEVINSON, 1969, p. 09, tradução nossa).

Um totem é

um animal, comestível ou inofensivo, ou perigoso e temido; mais raramente o totem é uma planta ou uma força de natureza (chuva, água) que estabelece uma relação peculiar com o clã inteiro. O totem é em primeiro lugar o

antepassado tribal do clã, como também seu espírito tutelar e protetor; envia oráculos e, embora sob outros aspectos perigoso, o totem conhece e poupa suas crianças. Portanto, os membros do totem estão sob uma obrigação sagrada, qual seja, não matar (destruir) o seu próprio totem, privar-se de comer sua carne ou de obter qualquer outro prazer por meio do mesmo (FREUD, em LEVINSON, 1969, p. 09, tradução nossa).

Levinson ainda nos fornece a seguinte transcrição de Thomas para conceituar totemismo:

(...) uma relação entre um grupo de seres humanos e uma espécie de animais caracteriza-se por três aspectos principais: (a) uma adoção pela família totêmica do nome do animal; (b) a proibição de casamentos entre pessoas do mesmo nome de totem; e (c) respeito retribuído por todo membro da família totêmica ao animal totêmico. Houve interpretações diferentes mais recentemente que associam algumas das dinâmicas psicológicas dessa prática. (em LEVINSON, 1969, p. 09, tradução nossa).

Richard Lewinsohn, coloca que o totem, uma vez que

(...) representa o espírito cumulativo e a experiência do animal e dos antepassados humanos, funciona como a consciência da comunidade tribal que simboliza a vingança do animal ao qual os humanos podem estar subordinados, talvez por causa dos males do passado. (em LEVINSON, 1969, p. 10, tradução nossa).

Para dar-nos uma idéia da força de um totem, Levinson descreve a relação dos zulus com as serpentes. Esse povo considerava certas serpentes inocentes como seus antepassados, e elas se tornaram totens importantes em seus rituais espirituais. Ainda acreditavam que os homens mortos poderiam se tornar serpentes. Esse povo não apenas oferecia alimento a serpentes, mas quando ocorria de esse animal totêmico ser morto, não o utilizavam como alimento. (HOWELLS, em LEVINSON, 1969, p. 10, tradução nossa)

Levinson (1969, p. 10, tradução nossa) descreve outras atribuições dadas pelo homem primitivo aos seus totens. Por exemplo, os aborígenes australianos desenvolveram totemismo como o único recurso em um esforço para estar próximos de uma natureza mesquinha e hostil. A esse respeito, cita Howells:

Assim os australianos, que não podem de modo algum controlar a natureza, optam por um segundo caminho e se rendem a ela, aliam-se a ela e se fazem como parte dela. Por totemismo entendem eles que toda a natureza é como eles, e eles como a natureza; a natureza está segura para eles porque são parte dela, e não algo separado, espécies de criaturas preparadas para o combate. (em LEVINSON, 1969, p. 10, tradução nossa).

A respeito das implicações do totemismo sobre o psiquismo do homem primitivo, Levinson comenta:

Quando nós consideramos o totemismo ou a adoração de animais, temos que nos lembrarmos que isso implica que o desenvolvimento psíquico humano tinha retido muito da psique do animal do qual ele descendia. Os animais se tornaram os símbolos exteriores e projeções dos instintos e desejos semi-conscientes e inconscientes do homem. Assim, quando nós estudamos a adoração de animais, nós temos que perceber que animais *per se* não eram cultuados. Porém vagamente podem ter sido apreendidos pelos adoradores, o enfoque de adoração estava principalmente sobre o que os animais simbolizavam. (1969, p. 10, tradução nossa)

E também de duas tribos amazônicas são citadas a sua relação totêmica. Trata-se dos Guaaribos, que acreditam ser descendentes de macacos; e os Piaros, que consideram os lomentins¹⁸, animais do rio Amazonas semelhantes à baleia, serem seus avós.

O homem primitivo também contava com a adoração animal, difundida amplamente no mundo antigo, como outro método criado pelo qual tentava estar em condições amigáveis com a natureza. Como foi previamente apontado, aos olhos do homem

¹⁸ O autor parece estar se referindo ao peixe-boi ou ao boto.

primitivo um certo animal totêmico era considerado um ancestral. (LEVINSON, 1969, p. 10, tradução nossa)

Passemos agora a considerar o processo de subjetivação já se concretizando.

É possível constatar através de Bezerra Júnior (1982, p. 127) que a volição, inerente ao ser humano, passou a fazer papel como um elemento identificador do homem da Idade Média em relação ao da Idade Moderna, pois “somente a partir da Renascença uma nova concepção do mundo abre espaços para a percepção do homem como um ser individual, isolado do mundo natural, senhor do seu próprio tempo. (...)”

Como nos coloca Bezerra Júnior (1982, p. 126), até a Idade Média o homem se percebia de forma diferente, não se cultuava a originalidade e independência, que eram ausentes como valores e, portanto, elementos da subjetividade. Citando Gourevitch, o mencionado autor nos coloca que a concepção da pessoa humana se fundamentava na dependência que o homem mantinha, àquela época, em relação à natureza e à impossibilidade de concebê-la como um objeto sobre o qual pudesse agir, como um sujeito independente e não nela contido. São condições históricas que, ligadas ao nível de desenvolvimento da produção de riquezas e das relações sociais por ela engendradas, levavam o homem a sentir-se como uma partícula da natureza (em BEZERRA JÚNIOR, 1982, p. 126).

Inclusive até a falta de conforto e de tecnologia obrigava o homem a estar mais em contato com os animais. Bezerra Júnior (1982, p. 72), ao descrever como eram as casas do século XVIII, afirma “reservava-se um outro compartimento para o gado. O estábulo ficava ao lado da sala comum, porque o calor dos animais, no inverno, ajudava a reduzir o frio excessivamente rigoroso. As criadas e os criados dormiam por vezes no estábulo”.

Quanto ao nosso tempo, podemos perceber como a volição do ser humano, em meio a outras condições históricas, a outras relações que medeiam a produção de riquezas,

está sempre fabricando novas necessidades, decorrentes de sua cosmovisão e do lugar por ele escolhido em relação aos elementos do mundo em que vive. E talvez o homem moderno – uma criatura e um criador, criador inclusive de novos elementos constitutivos da vida moderna, os quais o encaminham para tantas questões modernas que, por sua vez, o encaminham para crises – diante da crise de individualidade tenta, a partir de seus estilhaços, se erigir como pessoa tendo como um dos elementos coesivos o retorno à natureza, tentando – como coloca Lorens, em Levinson, acima citado – refazer seu elo com a mesma. E isso pode ser observado na busca do contato com os animais de estimação.

Citando Marcuse, Berman (1982, p. 28) coloca que

As massas não têm ego, nem id, suas almas são carentes de tensão interior e dinamismo; suas idéias, suas necessidades, até seus dramas ‘não são deles mesmos’; suas vidas interiores são ‘inteiramente administradas’, programadas para produzir exatamente aqueles desejos que o sistema social pode satisfazer, nada além disso.

Como um exemplo do exposto acima relacionado a animais domésticos podemos citar a necessidade criada de que é melhor oferecer rações industrializadas do que restos de alimentos – necessidade criada contando-se com a falta de tempo; das vantagens da manutenção do ambiente, uma vez que as fezes do animal não cheiram tão mal quando resultam de rações industrializadas; e ainda foi “comprovado cientificamente” que realmente é a melhor opção para a saúde do animal.

E atualmente vivemos numa sociedade em que o indivíduo – entendido como “(...) membro da espécie humana, com o tipo particular de existência individual produzida nas sociedades ocidentais modernas” (BEZERRA JÚNIOR, 1982, p. 45) – “(...) é encarado como uma unidade autônoma e livre, completa em si mesmo.” (BEZERRA JÚNIOR, 1982, p. 126).

De forma peculiar, cada sociedade, por intermédio da sua cultura, oferece aos indivíduos um conjunto articulado de elementos que permitem a cada ser humano constituir-se enquanto ser social dotado de personalidade única e inconfundível, porém com traços básicos comuns a seus contemporâneos (BEZERRA JÚNIOR, 1982, p. 114).

O conceito de indivíduo se construiu em meio à noção de igualdade e liberdade

(...) como fundamento das relações sociais, e por conseguinte o indivíduo ascende em importância. Cada ser humano passa a ser encarado como uma unidade que existe por si mesma, auto-suficiente, a sociedade sendo encarada apenas como uma associação voluntária entre indivíduos iguais e autônomos. (BEZERRA JÚNIOR, 1982, p. 50)

Lasch, citado em Bezerra Júnior, descreve o indivíduo de nossos dias como dominado pela necessidade de sentir-se bem sucedido. No entanto, hoje já não se obtém tal satisfação através da convivência com os iguais e sim por intermédio de uma permanente diferenciação. Os semelhantes são considerados como meros parâmetros de si mesmos (1982, p. 63). Talvez a posse de um animal de estimação seja mais um esforço de diferenciar-se.

As pessoas buscam um ponto fixo ao qual tentam ancorar seu *self*, numa luta para escapar à desorientação, em meio a uma sociedade moderna que o fragmenta, como afirma Figueira (em BEZERRA JÚNIOR, 1982, p. 60). Talvez um animal de estimação seja esse ponto para muitas pessoas.

Com o surgimento da vida burguesa,

Nos termos de Durkheim, a solidariedade mecânica da sociedade sem divisão do trabalho cede lugar à solidariedade orgânica. Aumentam também os contatos sociais, vive-se num círculo muito maior de pessoas, mas esses contatos são superficiais pois são apenas aspectos parciais de cada indivíduo que entram em relação (BEZERRA JÚNIOR, 1982, p. 101).

Entram em cena as relações instrumentais, funcionais, contratuais no lugar do contato de homem a homem, como antes ocorria nas pequenas aldeias. (BEZERRA JÚNIOR, 1982, p. 102).

O referido autor cita Marx, para o qual paira uma “indiferença mútua” entre os indivíduos como própria ao estabelecimento das relações de troca e a dissolução de todas as relações de dependência pessoal, de distinção de sangue. Segundo Simmel, a fragmentação da vida social e a multiplicação de papéis e estímulos como próprios da vida urbana têm incisiva importância na constituição do indivíduo como ente isolado, voltado para si mesmo (BEZERRA JÚNIOR, 1982, p. 102).

Uma observação a respeito da relação indivíduo-Estado e a vida animal, pode-se dizer que enquanto a vida animal é regida pelos instintos, o homem mais parece um títere pênsil pela teia tecida e manuseada pelo Estado, que “(...) passa a dirigir cada vez mais por si mesmo os menores cidadãos e a conduzir sozinho cada um deles, nas menores questões (...)” (TOCQUEVILE, em MEDONÇA DE FIGUEIREDO, 1992, p. 140). Este último sublinha que tal controle por parte do Estado não se faz somente como resposta às demandas da economia e da política, “(...) mas é como que solicitada pelos indivíduos autônomos e livres (...)” (TOCQUEVILE, em MEDONÇA DE FIGUEIREDO, 1992, p. 141). Fazendo mais uma comparação: é claro que o gregarismo dos animais não se estrutura como na organização indivíduo-Estado acima indicada, mas pela lei do mais forte, mediada pela vida instintiva, sem a necessidade de mascarar nada, nem de etiquetas.

Nos termos de Mendonça de Figueiredo, conforme seu esquema que simboliza o espaço triangular liberalismo-romantismo-regime disciplinar, o contato com os animais pode ser caracterizado como pertencente ao pólo Romantismo, uma vez que “(...) promove uma restauração do contato do homem com as origens pré-pessoais, pré-rationais, e

pré-civilizadas do ‘eu’, com os elementos da animalidade, da infância, etc. (...)” (1992, p. 150).

As práticas individuais de contenção e higiene também repercutiram na relação homem-animal. Já não se pode mais ter um contato tão próximo com os mesmos, pois possuem micróbios parasitos. Talvez uma forma de atenuar o golpe narcísico executado por Darwin – contradizendo que a espécie humana seria superior ao reino animal – tenha se constituído em colocar entre os animais e nossa espécie seres apenas vistos ao microscópio.

Ainda o estilo burguês de vida acaba por exigir do indivíduo domínio de si próprio, de seus instintos e de seus afetos, transformando o corpo antes tido como órgão de prazer em órgão de realização (BEZERRA JÚNIOR, 1982, p. 103). Dessa forma, pode ser prazeroso observar animais que vivem inteiramente pelo princípio do prazer que outrora o homem fruía muito mais.

Um outro ponto a observar é o efeito repressivo sobre a sexualidade instaurado pela civilização burguesa (BEZERRA JÚNIOR, 1982, p. 97). É razoável pensar que a libido reprimida também possa encontrar como continentes animais de estimação.

Através do exposto, pudemos ter uma noção de como os animais estiveram presentes no processo de subjetivação do ser humano. A princípio, na época em que ainda o homem se encontrava numa relação íntima com a natureza. Na atualidade o animal doméstico parece funcionar como um instrumento para o retorno desse contato mais próximo com a natureza.

4. ALGUNS LUGARES DOS ANIMAIS – DOS CERCADOS AOS CONSULTÓRIOS PSICOLÓGICOS¹⁹

4.1 UMA BREVE ANÁLISE SOBRE OS LUGARES DOS ANIMAIS NA PÓS-MODERNIDADE

Neste tópico, a partir de elucidações sociológicas oferecidas por Bauman (1998) sobre o viver humano, fazemos breves considerações sobre alguns aspectos da interação do ser humano com os animais de estimação, focalizando o “lugar” do animal, lugar este destinado pelo ser humano, sofrendo novas demarcações à medida que se muda o ponto de vista de uma época sobre a natureza do animal.

Consideremos algo muito óbvio: o mundo natural existe por si, sem precisar do ser humano para isso. Por outro lado, no mundo humano, os entes, as instituições criadas, os conceitos, os substantivos, enfim tudo que gira em torno do existir humano são criações suas, que existem apenas porque o ser humano existe – os outros entes da natureza não existem em função por exemplo da auto-realização, dos ganhos esperados com ações da bolsa de valores, de boas maneiras, de diplomacia, etc. Assim, humanamente, surgiram os conceitos de pureza e imundície. Bauman (1988, p.14) afirma que esses conceitos foram inseridos no mundo pela espécie humana, pela forma como atribui significado às coisas. Aplicando ao nosso tema, dentre essas “coisas”, temos os animais, que se constituem de volição. Podem, pois, saírem dos lugares considerados pelo homem como “justos” e “convenientes” – lugares por este último determinado.

¹⁹ Não temos como objetivo neste capítulo descrever o desenvolvimento da interação homem-animal, o que ficou de certa forma delineado nos capítulos anteriores, mas sim analisarmos alguns dos lugares que o ser humano pós-moderno tem destinado aos animais.

O homem diz aos outros entes do mundo o lugar que cada um deve ocupar. Assim, algo é considerado sujo se estiver fora do lugar idealizado pelo ser humano. (BAUMAN, 1998, p. 15). Pensemos na escala filogenética: é coisa do homem dispor todos os seres cada qual no seu “lugar” na filogênese.

Notemos que o narcisismo força o homem a ter uma visão antropocêntrica do universo, da qual derivou essa hierarquia arbitrária, criada pelos humanos, sendo configurada de acordo com seus interesses, não existindo, pois, naturalmente. Naturalmente, essa hierarquia antropocêntrica leva ao especismo, que

(...) consiste em adotar uma atitude diferente de acordo com a espécie, destruindo umas e protegendo outras, declarando umas “úteis” e outras “nocivas” ou “ferozes”, a reservar a inteligência para o homem não dando ao animal mais que o “instinto”. Foi o especismo que conduziu o homem a pensar que o animal não sofre como ele, tendo em conta que tudo o que sabemos atualmente demonstra pelo contrário que ele sofre fisicamente como nós, e que o seu pensamento, ligado à presença de um sistema nervoso central, é bem mais elaborado que as neurociências ainda não deixam entrever, o que o leva a sofrer também psiquicamente (ESPÍRITO DA..., 2003).

A partir do exposto acima, tomamos conhecimento de que o animal ganhou um nobre lugar na filosofia. Peter Singer²⁰, trilhando pelo utilitarismo moral traçado por Jeremy Bentham, postula o “Princípio da Igual Consideração de Interesses”, cuja essência está em que “em nossas deliberações morais devemos atribuir o mesmo peso aos interesses semelhantes de todos que são atingidos por nossos atos” (NAHRA, 2000). Segundo esse princípio, um interesse deve ser considerado como tal, não importando de quem provenha. A imparcialidade deve imperar ao pesar-se os interesses de cada um. Uma perfeita aplicação do

²⁰ Filósofo australiano que luta pelo direito dos animais. Criou os chamados movimentos de “Libertação Animal”, tendo seu nascimento coincidido com o lançamento de seu livro “Libertação animal”, em 1975 (O DIREITO A NÃO..., 2002-2003).

Princípio da Igual Consideração de Interesses pressupõe uma condenação radical do racismo, do sexismo, e ainda do especismo – acrescenta Cinara Nahra (2000).

Mas vemos também que aos animais reservamos lugares que podem ser mais ou menos inóspitos, ou serem revestidos de certa utilidade, conveniência para a espécie humana – para a qual a existência dos animais se torna enobrecida, valorosa. Dentre os lugares inóspitos, citemos, por exemplo, os matadouros; os laboratórios farmacêuticos e universitários que realizam vivissecação, testes toxicológicos; os picadeiros de circos; as arenas de touradas; as arenas de rodeios; das armadilhas, passando pelas fazendas de pele até chegar aos ombros de algumas pessoas; o lugar de objeto a ser traficado; os parques de caça; etc.

Existem outros lugares também desnaturantes – por tirá-los de sua natureza original, como diriam os defensores dos direitos dos animais –, mas interessantes ao bem-estar da espécie humana, como o ocupado pelos cães guias para deficientes visuais²¹; pelos cães terra nova, no salvamento de pessoas em afogamento (TERRA nova, s/d); pelos cães farejadores de drogas; farejadores de dinheiro nas alfândegas (para acabar com os fundos dos terroristas), e de bombas (KILBORN, 2001). Os equinos ocupam um lugar salubre na equoterapia²². Ainda vemos os animais diante das câmeras, ou protagonizando em filmes ou em trabalhos como comerciais, fotos publicitárias, televisão, novelas, vitrinismo, teatro, eventos²³, etc. Também nas leis os animais de uma forma ou de outra ocupam algum lugar. A

²¹ Como o labrador Gem, de Ethel Rosenfeld, consultora da área de deficiência visual junto Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro - CVI-Rio, cedido pela *Guide Dog Foundation for the Blind*, de Nova Iorque. (GEM..., s/d).

²² Reservamos o tópico “4.4 O LUGAR DOS ANIMAIS NOS CONSULTÓRIOS PSICOLÓGICOS E NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE” para tratarmos especificamente do emprego de animais como o cão e o gato como co-coterapeutas.

²³ No Brasil, nessa área de atuação com os animais, podemos citar o prof. Antônio Jayro F. Motta Fagundes, professor titular no curso de Psicologia da Universidade Guarulhos, e Gilberto Miranda, da Animais, Cinema & Cia. O professor Jayro, como é conhecido, foi quem inaugurou esse tipo de atividade no Brasil, começando a atuar no setor em 1982. Já passaram pelas suas mãos mais de 200.000 animais, de mais de 150 espécies diferentes: formigas, moscas, abelhas, baratas, borboletas, cães, gatos, cavalos, vacas, cobras, jacarés, leões,

nível mundial, temos a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada em assembléia da Unesco, em Bruxelas, em 1978 (DECLARAÇÃO UNIVERSAL..., s/d). No Brasil, em termos de leis em vigor, encontramos o Decreto 24.645, de 10 de junho de 1934 (BRASIL, 1934). Ainda a nível federal, o animal tem um lugar um pouco melhor na Lei Federal Número 9605, a Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, 1998). Na esfera municipal, foi criada Lei 13.131²⁴, de 18 de maio de 2001, que disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo (SÃO PAULO, 2001). No Rio de Janeiro, criou-se o Decreto 19432, com base no Artigo 32 da Lei Federal 9605, de 1998. Este Decreto proíbe vivissecção e práticas cirúrgicas experimentais nos estabelecimentos municipais (RIO DE JANEIRO, 2001). Mas foi na Alemanha, em 2002, que o animal passou a ocupar um lugar na constituição de um país. A maioria dos congressistas permitiram que à cláusula que coloca como obrigação do Estado proteger a dignidade dos seres humanos fosse adicionado “e animais” (A ALEMANHA..., 2002). E, por tudo isso, encontramos os animais com lugares reservados em várias ONG’s²⁵.

onças, e elefantes, etc. Dentre os seus trabalhos mais famosos, encontram-se: as 10 primeiras campanhas publicitárias (de 12 comerciais realizados até o momento) da Cofap, entre 1990 e 1991, em que estrelaram os cães da raça *tekel* Guri, Cebolinha, Pingo e Bronquinha, bem como seu arquiinimigo, uma fêmea de *old english sheep dog* chamada Maggy e sua substituta da mesma raça, a Beth; as borboletas que aparecem na novela *Pedra sobre pedra*, que fazem uma revoada no momento em que a personagem Jorge Tadeu (Fábio Júnior) expira, uma delas se tornando uma personagem – pela primeira vez no mundo que um inseto de verdade atua numa novela, com roteiro definido previamente (FAGUNDES, 2003). Gilberto Miranda também prepara diversos animais como cães, gatos, leões, tigres, elefantes, ursos, pássaros, insetos, chimpanzés para atuarem diante de câmeras, seja para fotografias, filmes publicitários, longametragens. Dentre seus atores que ficaram famosos por suas atuações, encontram-se Dino, um cãozinho da raça Daschund que participou dos comerciais da Cofap; Rajá, o tigre que participa dos comerciais da Esso; Sultão, o leão do Chá Mate Leão; a gatinha Menina, da Nacional Seguros (ANIMAIS, CINEMA..., 2001).

²⁴Legisla sobre o registro de animais, a vacinação, as responsabilidades sobre os animais, a apreensão e destinação de animais, o controle reprodutivo de cães e gatos, a educação para a propriedade responsável (SÃO PAULO, 2001)

²⁵ Dentre elas, citemos: GREENPEACE, PETA (*People for the Ethical Treatment of animals*), WSPA (*World Society for the Protection of Animals*), SUIPA (Sociedade União Internacional Protetora dos Animais), IAHAIO (*International Association of Human-Animals Interactions Organizations*), ARCABRASIL (Associação Humanitária de Proteção e Bem-Estar Animal), RENCTA (Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres), FALA BICHO (Sociedade Educacional “Fala Bicho”), APASFA (Associação Protetora dos Animais São Francisco de Assis), FBAV (Frente Brasileira para Abolição da Vivissecção), etc.

Mas voltando a Bauman, em nossa análise dos lugares do animal na Pós-modernidade, também o outro acaba sendo sinônimo de sujeira, uma corporificação da mesma, quando se fizer como “(...) obstáculo para a apropriada ‘organização do ambiente’” (BAUMAN, 1998, p. 17). Uma manifestação dessa propensão à erradicação da sujeira, em relação aos animais de estimação, pode ser encontrada na famigerada “carrocinha”, pela qual animais errantes, transmissores de doenças em potencial, devem ser afastados dos seres humanos e confinados num espaço para esse fim destinado – uma estratégia “antropoêmica”²⁶ em relação aos animais (em que pese o prefixo *antropo-* aplicado a animais).

A lealdade presente nas relações da atualidade talvez seja sentida por muitas pessoas como um tênue fio a conectá-las com o outro. Para alguns, o animal é um “relicário” que guarda esse substantivo abstrato tão precioso e escasso como metal valioso.

Num relacionamento com um animal de estimação, a lealdade está subentendida. Ainda mais se o animal for um cão. Isso aparece em frases proferidas pelos simpatizantes de animais – quem ainda não ouviu que um cão é leal e é “o melhor amigo do homem”? Parece que há uma garantia implícita de que ao adquirir um cãozinho o proprietário terá lealdade bem como autenticidade. Talvez ter um animal de estimação funcione como uma forma compensatória para a certeza de lealdade e autenticidade nem sempre encontrada de forma satisfatória nas relações com um outro humano.

²⁶ Bauman toma esse termo emprestado de Lévi-Strauss, que descreveu os processos pelos quais os estranhos e os diferentes devem ser “desfigurados” a fim de a ordem ser mantida. Uma das estratégias para tanto, Lévi-Strauss denominou *antropofágica*: era “(...) a estratégia da assimilação: tornar a diferença semelhante; abafar as distinções culturais ou lingüísticas; proibir todas as tradições e lealdades, exceto as destinadas a alimentar a conformidade com a ordem nova e que tudo abarca (...)”; a outra estratégia denominou *antropoêmica*, a estratégia da exclusão: “(...) vomitar os estranhos, bani-los dos limites do mundo ordeiro e impedi-los de toda comunicação com os do lado de dentro. (...) confinar os estranhos dentro das paredes visíveis dos guetos, ou atrás das invisíveis, mas não menos tangíveis (...) ‘purificar’ – expulsar os estranhos para além das fronteiras do território administrado ou administrável; ou, quando nenhuma das duas medidas fosse factível, destruir fisicamente os estranhos” (BAUMAN, 1998, p. 29).

O fato de alguns humanos relacionarem-se melhor com animais²⁷ do que com humanos estaria em não suportarem conteúdos seus inconscientemente atribuídos ao estranho – projeção – e em de fato o animal ser um ente diverso do seu semelhante – uma esperança para que o eu não se confunda com o repugnante contido no estranho, ou nele mesmo.

Numa época governada pela incerteza e desconfiança (BAUMAN, 1998, p. 20), na relação homem-animal existe a certeza que este último é o animal, inferior na escala filogenética, mas capaz de oferecer amor incondicional – fato em que se pode confiar totalmente. Não olhamos um animal e esperamos nele encontrar princípios éticos. Contudo, olhamos nosso “semelhante” sabendo que nele pode haver esse vazio.

Nessa manutenção da permanente insatisfação, o mercado cria novas necessidades (BAUMAN, 1998, p. 23). E uma vez que o ser humano tem inato o impulso para cuidar de alguém, como colocam Bernard e Demaret (1996), e que atribui aos animais o papel de um consumidor-apêndice de si, acabam comprando sortidos produtos voltados para animais: desde o “chiclete canino”, nos modelos osso, cenoura e hambúrguer. E a moda acaba atingindo até esses que não podem, pela condição de animais, gastar em butiques: em supermercados encontramos modelitos diversos de suéter para cães, gatos. Assim, o animal também passa a ocupar o lugar de consumidor.

As relações interpessoais hoje permeadas pelo consumismo, tendo o outro como fonte potencial de experiência agradável, não se caracterizam por laços duradouros

²⁷ Pode-se falar de uma amizade de fato, já que na acepção número 8 para o vocábulo *amizade*, do “Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa”, encontramos: “(...) Dedicção de certos animais ao homem: amizade de um cão a seu dono (...)”. Entretanto, nessa acepção temos uma unilateralidade dos animais em relação ao homem. Notemos agora a acepção número 1 do referido dicionário para *amizade*: “Sentimento fiel de afeição, simpatia, estima ou ternura entre pessoas que geralmente não são ligadas por laços de família ou por atração sexual (...)”. Tomando por base essa acepção, fazendo as devidas substituições e supressões, temos o conceito resultante que nos parece ser mais apropriado para traduzir o relacionamento homem-animal: “Sentimento fiel de afeição, simpatia, estima ou ternura entre uma pessoa e um animal”. Atualmente o animal é considerado por muitos como um membro da família.

(BAUMAN, 1998, p. 35). Então, compram-se etiquetas para se obter a aprovação, aceitação – mas essa aceitação nem sempre é obtida, além de ser algo muito superficial. Não há como uma relação se sustentar à custa de jantares num restaurante badalado, ou presenteando-se o outro com um perfume de *griffe* de determinado artista. Assim, algumas pessoas, não se satisfazendo com esse molde de relações, acabam encontrando num *poodle*, por exemplo, fonte de amor incondicional. A relação com o mesmo não precisa ser sustentada à base de roupas “de marca”, de coleiras com pedras preciosas incrustadas, uma tosa num *coiffure* canino de elite, etc. Basta que apenas o mantenha vivo.

Como veremos a seguir, os Mesolíticos começaram a criar animais em cativeiros, melhor dizendo, nos cercados. Mas houve um percurso a ser percorrido antes de chegarmos ao grau de proximidade na nossa interação com os animais.

Quando chegamos ao mundo, encontramos cães e gatos pelas casas e ruas, participando de concursos e *agilities*; cavalos desempenhando suas funções práticas e desportivas, tendo os exemplares de rara beleza seu sêmen vendido a preços elevados; pássaros cantores tendo seu canto “eternizado” em *compact disc*, etc.

Também encontramos, dentre os animais estudados pelos etólogos, por exemplo, Kanzi, um chimpanzé-bonobo de 23 anos de idade, que se comunica com os humanos, usando uma linguagem simbólica, por intermédio de um teclado adaptado para ele, com 250 vocábulos (ARAÚJO, 2002). Kanzi nasceu em 23 de outubro de 1980, no Yerkes Field Station (KANZI, s/d), uma reserva de 117 acres (equivalente a 473499 m², ou 473,5 km²) que abriga 1800 primatas, ligado ao Language Research Center, da Georgia State University (YERKES..., s/d).

4.2 O ANIMAL DE ESTIMAÇÃO E SEUS LUGARES

Passaremos a considerar o processo de aproximação do ser humano com os animais – quando houve o início da interseção do lugar do humano com o lugar do animal, quando começaram a compartilhar lugares comuns; as descobertas da Etologia sobre a evolução da linguagem nos animais – uma linguagem que pode até servir para uma maior interação com os seres humanos, como nos mostram as pesquisas realizadas em laboratórios; até os dados fornecidos por Bergler (1988) acerca do próximo contato que temos com os cães. Essa relação estabelecida vem se desenvolvendo há alguns milhares de anos, como podemos verificar abaixo.

Recorrendo-se aos registros paleontológicos, defrontamo-nos com o ser humano no estágio em que se caracterizava como predador bem como presa de animais ferozes – especialmente os mamíferos que vinham se diversificando desde o Eoceno, Período Terciário, há cerca de 60 milhões de anos.

Na trajetória da evolução da espécie humana, pode-se observar que no início do período Pós-glaciário, enquanto grupos humanos do Velho Mundo sobreviviam da caça, da pesca e da coleta – estágio dos predadores, do fim do Paleolítico –, no Oriente Próximo outros grupos começavam, num processo lento, a semear, colher e criar, enquanto a caça, a pesca e a coleta diminuem progressivamente de importância – processo que mais tarde grupos de outros cantos do planeta começam a adotar. Então, estes últimos grupos caracterizam-se como sedentários, já não são mais nômades. Surgem os Mesolíticos – o mais antigo nível é datado em aproximadamente no final do XI milênio a. C. (LEROI-GOURHAN *et al*, 1968, p. 130).

Sucedendo os verdadeiros inventores, os mesolíticos do Oriente Próximo, surgem os Protoneolíticos, que vão assimilando as conquistas daqueles (LEROI-GOURHAN *et al*, 1968).

O Período Neolítico é caracterizado sobretudo pelo estabelecimento de novas relações entre o homem e o meio natural, deixando de intervir neste de modo destrutivo, tornando-se um produtor. Esta nova relação acaba por intervir na seleção natural das espécies animais e vegetais, tendo como intenção a reprodução seletiva daquelas que lhe interessam como suprimento. O homem passa a criar suas fontes de alimento, em que a criação e a agricultura vão substituindo de certa forma a caça, a pesca e a colheita (LEROI-GOURHAN *et al*, 1968).

De acordo com Leroi-Gourhan e seus colaboradores, os motivos que levaram o homem pré-histórico a criar animais se resumem em questões econômicas, de subsistência (1968).

No entanto, há a cogitação de outras razões. Domingues (1968) enumera hipóteses emitidas por outros autores: para Saint Hilaire e Hahn, a princípio o motivo estava em distração e também em questões religiosas; somente mais tarde o fez com fim utilitário. Já Ed. Dechambre (1941) acredita que a domesticação tenha suas origens em questões místicas antes de se tornar utilitária. C. Wilford (1958) concorda com este último, dizendo que a domesticação parece ligar-se sobretudo ao misticismo e à religião, com sacrifícios de animais, em que se serviam suas carnes em banquetes cerimoniais. F.E. Zeuner (1963) sugere que o contato do homem com o animal se deu tanto por questões econômicas como por religiosas – em tempo hábil, faz-se necessário procurar fontes mais recentes em que porventura se possa encontrar o(s) motivo(s) que levou(aram) o homem a criar e domesticar animais.

O homem primitivo agia mais por instinto do que pelo desenvolvimento da inteligência, o que o aproximava dos animais. Característica que lhe permitiu conviver mais facilmente com os animais, amansá-los, introduzindo-os na domesticidade (DOMINGUES, 1968).

O homem, como uma variável do meio ambiente do animal, exerceu forte influência fenotípica sobre os genes de determinados animais, alterando no decorrer desse longo processo o comportamento dos mesmos. Diz-se influência sobre determinados animais porque para um animal ser domesticado devem preexistir em relação ao processo de domesticação propriamente dito três atributos: sociabilidade, tendência hereditária à mansidão e fecundidade em cativeiro. Assim, são atributos que não decorrem da domesticação, mas são necessários para que esta ocorra (DOMINGUES, 1968).

O domínio do homem sobre os animais compreende fases. Até o animal atingir o estágio de domesticidade deve ter passado primeiramente pelo estágio de cativeiro e em seguida pelo de mansidão. O estágio de cativeiro, sendo o mais inferior, pode ser notado quando se visita um jardim zoológico, por exemplo. O estágio de mansidão se caracteriza por uma convivência pacífica entre o homem e o animal, muito próximo da domesticidade. Próximo porque a biologia desses animais assim classificados não lhes permite ainda serem domesticados. É o caso do elefante, que não se reproduz em cativeiro. Já a domesticidade lembra uma simbiose. Domésticos são animais que não conseguem voltar a ter uma vida em estado selvagem. Há um estágio intermediário, chamado semidomesticidade, em que se incluem os búfalos, as renas, o coelho. Estes com relativa facilidade voltam à vida selvagem. (DOMINGUES, 1968)²⁸.

²⁸ Em Domingues (1968), encontramos que o primeiro animal a estabelecer uma relação utilitária com o ser humano foi o cão, como um auxiliar na caça de outras espécies (a princípio foi utilizado como fonte de alimento). Em seguida, os animais herbívoros, para auxílio no transporte e como fonte de alimento. De acordo

Assim, na aproximação do ser humano com os animais, primeiramente o homem precisou domá-los; depois, amansá-los, para no processo seguinte, ter um convívio mais seguro com os mesmos – a domesticação. Esta se deu como consequência da criação. E a partir da domesticação, o homem passa a experimentar pelos seus animais agora domesticados o sentimento de estima, segundo o qual o homem nota a “(...) importância ou valor de alguém ou de alguma coisa; apreço, consideração, respeito (...) Afeição afeto; amizade (...)” (1986)²⁹.

A razão de ter incluído neste tópico os três parágrafos imediatamente anteriores a este está em apontar não a óbvia diversidade entre os animais, se estivermos abordando em termos morfológicos. O atributo sociabilidade nos remete à dimensão das características psicológicas desses seres. Parece haver uma tendência a lançar todos animais numa única categoria: na de “animais”, com as conotações de seres apenas inferiores, desprovidos de inteligência, de sentimentos, de atitudes – talvez para não esbarrar em características que temos em comum, para haver a insistente afirmação de que somos superiores. É claro que não estamos nos referindo aos simpatizantes nem aos que reconhecem atributos do ser humano como passíveis de ser encontrados mesmo em animais, salvaguardada a questão do grau. Outrossim, facilmente se pode observar as diferenças psicológicas entre espécies domesticadas bem como entre indivíduos de uma mesma espécie.

Diante de façanhas que geralmente não se pode imputar a animais, os cientistas sempre atribuíram à obra do acaso, como coincidência ou resultantes dos instintos.

com o biólogo Carlos C. Alberts, do Departamento de Ciências Biológicas da UNESP, campus de Assis, os cães foram domesticados há 16 mil anos, e os gatos há cerca de 6 mil anos apenas (D’AMBROSIO, 2000).

²⁹ Recorrendo ao Dicionário de Sinônimos, de Antenor Nascentes (1981), podemos notar a diferença entre a significação das palavras *domar*, *amansar* e *domesticar*. Segundo este autor, “*Amansar* é tornar manso, fazer submisso e obediente (animal feroz). *Domar* é fazer ficar menos bravo, sem todavia amansar. *Domesticar* é amansar de modo que possa viver na mesma habitação com o homem. Amansa-se um elefante, doma-se uma hiena, domestica-se um cachorro.”

Mas atualmente parece que tal postura não basta para desvendar como se dá a interação com o ser humano.

O psicólogo norte-americano Marc Hauser, da Universidade Harvard, afirma que os animais também desenvolveram, para sua sobrevivência, habilidades mentais. Para o etólogo César Ades, da Universidade de São Paulo, as barreiras que nos separam dos animais estão se desmoronando. (SUPERINTERESSANTE, 2000).

Como uma prova disso, a certeza de que apenas o homem fala se desfez com o advento de Alex, um papagaio cinzento de 22 anos de idade, educado pela pesquisadora Irene Pepperberg, da Universidade do Arizona. Alex nomeia corretamente 50 objetos, 5 formas, 7 cores, números de 1 a 6, e ainda compreende os conceitos abstratos igual e diferente. Um colega seu, chamado Kyo, já conta até 5 – portanto não se trata de um caso isolado. Com esse fato, pelo menos uma certeza científica é derrubada: a capacidade de linguagem depende unicamente de um córtex cerebral muito desenvolvido. A pesquisadora argumenta que os papagaios cinzentos de sua pesquisa utilizam outras regiões do cérebro para falar. (SUPERINTERESSANTE, 2000). A sonhada certeza de que unicamente o ser humano tem a capacidade de linguagem pode ser observada em

Só o homem fala; só ele é vida que está na linguagem (*zōn lōgon echón*). Só ele está no mágico poder de usar a linguagem; de interpretar e recolher entes, caídos no chão como frutos de árvore, para junto de sua companhia; de chamá-los pelo nome, de conhecê-los e vivê-los no rasgo de uma iluminação “que vai rompendo rumo” (BUZZI, 1987, p. 17).

Não obstante as recentes pesquisas concernentes à Etologia, ainda não sabemos o suficiente para compreendermos o universo animal e os componentes que sustentam a relação do ser humano com esses entes.

Atendo-nos à etimologia da palavra sociabilidade – um dos atributos para um animal ser considerado domesticável –, encontramos que se trata de um substantivo de origem latina, significando “que pode ser unido”. O vínculo afetivo entre um cão, por exemplo, e seu dono suscita indagações sobre a razão da necessidade de se vincular a um animal.

Em relação aos animais de estimação, conhecer as razões para se decidir por adquirir um (“unir-se”) nos dias atuais exige que se faça uma pesquisa com sujeitos que compõem nossa sociedade. Hannelore Fuchs (1988) o fez através de uma pesquisa, componente de sua tese de doutoramento. Dentre elas, citamos:

- O adulto providencia ou mantém o animal porque acha que a criança terá afeto, companhia, distração;
- O adulto providencia animal para ter como desafogar afeto;
- Necessidade de carinho de cachorro;
- Para propiciar companhia;
- Necessitar da compreensão pelo animal, porque há dificuldade de relacionamento com ser humano;
- Para agradar a criança;
- Efeito terapêutico junto a deficiente;
- Evitar sofrimento próprio;
- Fuga de uma realidade desagradável;
- Satisfazer desejo que perdura desde infância (de ter um animal);
- Proteção e segurança em sítio;
- Precisar reassegurar-se para ser mais forte no relacionamento social;

- Ter coisa viva, vida, em casa;
- Promover *status* – demonstração de ostentação, tendo um enorme cachorro;
- Querer observar o animal de pesquisas em casa;
- Usar animal como instrumento pedagógico.

Notemos como as novas necessidades sociais acabam por criar outros motivos para a aquisição de um animal de estimação.

Por outro lado, em relação ao homem neolítico, questionamos se a estrutura de seu aparelho psíquico lhe exigia e/ou permitia uma outra qualidade de vínculo com os animais em vias de domesticação senão para suprir as necessidades de sobrevivência, servir-lhes na prestação de serviços, desempenhar uma função totêmica. Se há outro(s) motivo(s) que se arrasta(m) desde aqueles tempos em nosso inconsciente, talvez seja isso que explique a necessidade de se buscar um vínculo com um animal doméstico e que ainda não foi possível uma forma talvez mais “humanizada” (na falta de outro termo) para resolver a questão, fazendo com que o ser humano se aproxime cada vez mais desses seres. E essa aproximação se intensifica à medida que a civilização se torna mais angustiada.

O animal já é um ser que compõe nossa cultura, chegando a estar presente até nas atividades terapêuticas³⁰. À psicologia atual agrega-se a Terapia Mediada por Animais. Para citar apenas um exemplo, nos Estados Unidos o termo engloba o conjunto de procedimentos, sejam intencionais ou não, que visam propiciar uma vivência a curto ou longo prazo com um animal, objetivando-se a obtenção de benefício físico ou psicológico para uma pessoa ou grupo de pessoas, institucionalizadas ou não, portadoras de deficiência física ou

³⁰ Mais adiante, tratamos do animal como co-terapeuta no tópico “4.4 O LUGAR DOS ANIMAIS NOS CONSULTÓRIOS PSICOLÓGICOS E NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE”.

mental. Dessa forma, é empregada em asilos, sanatórios, hospitais psiquiátricos e lares de deficientes físicos, bem como em escolas e presídios (FUCHS, 1988).

É claro que desde o Neolítico mudanças consideráveis poderiam ocorrer nesse longo processo de aproximação entre seres humanos e animais. Mas, curiosamente, o animal selvagem, que fora domesticado naquele período para prestar serviços e pelo seu potencial valor econômico, atualmente causa ônus e os serviços que presta são de natureza psicossocial (FUCHS, 1988).

No capítulo anterior examinamos as acepções que o vocábulo “animal” pode assumir. Todos aqueles significados foram surgindo à medida que um novo olhar humano foi sendo lançado sobre esses entes. Então, eles foram adquirindo novos significados, num processo em conformidade com o pensar, o sentir peculiares a uma época. Bergler (1988, p. 07, tradução nossa) diz que os significados atribuídos aos animais refletem a “(...) percepção que o homem tem de si mesmo, seu lugar no mundo, suas circunstâncias e limitações sociais, culturais e religiosas (...)”. De outra forma, ele diz que “(...) a imagem que o homem tem de um animal é parte da imagem que tem de si mesmo” (BERGLER, 1989, p. 04, tradução nossa).

Havendo novos significados acrescentados aos seres denominados animais, natural e necessariamente a história compartilhada com os humanos haveria de diferenciar-se através dos tempos, uma vez que, como coloca Bergler (1988, p. 07, tradução nossa), “(...) as imagens e a realidade cotidianas, positivas e negativas, juntamente com suas formulações criadoras e bases mitológicas, são todas partes interdependentes sujeitas a mudanças”.

O homem trouxe para junto de si os animais. Convidou-os para serem seus coabitantes. Como quase já não há áreas específicas a serem habitadas exclusivamente por humanos e outras por animais – pois pela domesticação algumas espécies estão entre nós –,

passando estes a compartilhar de algumas atividades humanas, tanto em áreas urbanas como rurais, humanos e não-humanos incluem ao outro no seu mundo.

Ao observarmos despretensiosamente o comportamento das pessoas, certamente notaremos que em muitas das atividades humanas alguns animais estão incluídos. Na cidade, pessoas levam seus cães para dar uma volta pela redondeza; sentadas numa praça, jogam milho aos pombos; adquirem pássaros, seja pelo prazer proporcionado pelas suas cores ou pelo seu canto; oferecem água açucarada em bebedouros aos beija-flores; levam ração para os gatos habitantes da Praça Ramos de Azevedo, em São Paulo, por exemplo; vão ao *jockey club*, seja para assistir às corridas ou seja até mesmo para tentar a sorte apostando em algum animal; lutam pelo bem-estar desses seres trabalhando em sociedades protetoras; consultam um profissional especialista em saúde animal, quando necessário; levam seus animais para uma sessão de cuidados para a beleza; idosos ou pessoas com transtornos na área do relacionamento encontram num animal um ser deles dependentes e que os aceitam de maneira incondicional, o que os faz sentirem-se ainda úteis, dando sentido às suas vidas; etc. No campo, por exemplo, utilizam equinos para montaria, para arrebanhar o gado; mantêm bovinos e caprinos a fim de fartarem-se dos derivados do leite; dos ovinos obtêm lã; etc. São fatos que evidenciam que os animais integram muitas das atividades humanas. Por esses poucos exemplos, certamente podemos constatar que os animais são, pois, seres componentes da cultura – exemplos em que podemos notar que os animais são coadjuvantes em muitos comportamentos do ser humano, de modo que este crie instituições destinadas a assegurar a subsistência daqueles, a fim de perpetuar essa relação; em que esses seres acabam compondo até mesmo os valores espirituais, simbolizando um avatar, como ocorre no cristianismo, ou sendo um animal totêmico; em que acabam representando muitas vezes o único ser relacional ou o mais importante para algumas pessoas.

4.3 O LUGAR DOS CÃES NA ARTE E NA CULTURA

Como os cães são os animais de estimação mais presentes em nossa cultura, tendo o Brasil, por exemplo, a segunda maior “nação canina” do planeta, com cerca de 23 milhões de indivíduos (KOSTMAN, 2003), cremos ser procedente olharmos brevemente o lugar que destinamos a esses seres na arte e na cultura.

Quando o homem primeiramente começou a viver junto com os cães, estes últimos indubitavelmente adquiriram uma importância universal no cotidiano da vida humana. Os cães realizavam um número de proveitosas funções, tais como vigiar a casa, os terreiros das fazendas e o gado, participando da caçada e servindo como tração animal para puxar trenós e carroças. Além disso, eles satisfaziam uma variedade de necessidades psicológicas como um companheiro de brincadeiras e companhia para crianças e adultos, participando das suas alegrias – e sem dúvida de seus sofrimentos também (BERGLER, 1988, p. 07, tradução nossa).

A evolução de uma sociedade baseada nas diferentes posições ou classes pretendia que o direito de caçar se tornasse um privilégio somente das classes dominantes. Sucessivamente isso levou à criação de um sistema de classe do gênero canino, no qual os cães de caça da nobreza eram claramente postos à parte dos “comuns” cães de guarda possuídos pelos camponeses (BERGLER, 1988, p. 07, tradução nossa).

A Idade Média testemunhou o estabelecimento do início das grandes matilhas de caça. Um dos escritores que começaram a escrever sobre cães foi o Barão Gaston de Foix (1331-1391), cujo *Livre de Chasse* foi publicado sob o pseudônimo Gaston Phoebus. Sua matilha pessoal contava não com menos do que 1600 cães de caça (BERGLER, 1988, p. 07, tradução nossa).

Bergler (1988, p. 08, tradução nossa) comenta que antigamente os cães também eram criados para diversas funções – para satisfazer, como podemos dizer hoje, uma série de diferentes necessidades emocionais. Estes eram os cães para mulheres. Em 1560 o naturalista suíço Gesner, autor de *Historiae animalium*, recebeu uma carta do humanista de Cambridge John Caius, em que especifica as várias raças de cães da Inglaterra, na qual observa:

E temos também uma raça pequena de cães que são especialmente criados para serem os brinquedos das ricas e nobres damas. Os mais pequenos são eles, os mais perfeitamente apropriados para seus objetivos, qual seja ser carregado junto ao peito, no quarto de dormir ou no colo, quando suas donas saem (em BERGLER, 1988, p. 08, tradução nossa).

A popularidade desses cães continua não diminuindo ao longo dos séculos, e pouco se duvida do impacto benéfico sobre a qualidade de vida do ser humano (BERGLER, 1988, p. 08, tradução nossa).

Paralelamente aos cães cujo lugar é o colo de seus donos – e não conectados com as tendências da moda no apogeu da corte real francesa – as pessoas começavam a criar certos tipos de cães por razões puramente ligadas à moda. Os *poodles*, por exemplo, passaram a ser os cães da moda no tempo de Louis XVI. Nas primeiras décadas do século XIX, os *pugs* se tornaram populares na França, enquanto na Inglaterra o *spaniel King Charles* era substituído nos círculos da moda pelo *Irish wolfhound*. Os *collies* entraram em moda na virada do século, para serem seguidos na década de vinte pelos pequineses, *fox terriers* e *scotch terriers*. Então vieram os *cocker spaniels*, *alsatians*, *poodles* novamente, *basset hounds* e *yorkshire terriers*. Quando a criação sistematizada foi introduzida no século XX, havia uma forte ênfase na criação de cães com características específicas e habilidades para realizar

certas funções especializadas (cães de guarda, cães de busca e resgate, cães-guia para cegos, etc.) (BERGLER, 1988, p. 08-09, tradução nossa).

O aumento da individualização da sociedade humana é refletido no mais colorido e variegado mundo canino. Como as necessidades do homem se tornam mais complexas, seu ambiente muda para satisfazer essas necessidades – e os cães são uma parte do ambiente. O desejo por um cão, por uma agradável e sociável companhia com a qual alguém pode se comunicar, e a qual pode também ser ensinado a desempenhar uma série de funções proveitosas, é indubitavelmente consolidada numa relação vital entre homem e natureza. Mas também existem outros motivos, significados e funções os quais são em parte consolidadas na personalidade humana e no ambiente específico do indivíduo. Nunca deve ser esquecido que a relação entre homem e cão é um processo de duas mãos e pode somente ser entendido e explicado como tal (BERGLER, 1988, p. 09, tradução nossa).

A literatura sobre os cães tem uma longa história, coloca Bergler (1988, p. 09, tradução nossa), começando por volta de 400 A. C., com *Kynegeticus* de Xenofonte. É importante notar que por mil anos a história dos escritos sobre cães é essencialmente também a história da caça. O primeiro registro de diferentes raças foi escrito por John Caius, o sábio de Cambridge mencionado acima. Em seu *De Canibus Britannicis*, de 1570, ele descreve as raças nativas da Grã-Bretanha na época. Em 1685, o primeiro estudo enciclopédico sobre cães – *Cynographia Curiosa oder Hundebeschreibung* – aparecida em Nuremberg através da caneta de Christian Franz Paullini. O livro inicia por uma catalogação dos vários modos pelos quais os cães aumentam a qualidade de vida do ser humano:

O cão é o epítome de toda natureza, e um depósito de tesouros. É um refúgio para o fatigado, um exemplo para a verdade, um espelho de vigilância, um exemplar de compreensão e constância, uma divisa e um símbolo para o sensato – uma criatura merecidamente célebre na paz e na guerra (em BERGLER, 1988, p. 09, tradução nossa).

O valor atribuído aos animais depende do valor que lhes atribui uma determinada sociedade, cultura ou religião. Podemos perceber o quanto os mitos e as religiões podem realçar o poder e a impotência tanto de homens como de animais. O conflito entre o bem e o mal alcança mais do que deuses e humanos para abarcar da mesma forma os animais, atestando mais uma vez que a unidade natural da criação (que envolve o homem, a natureza bem como todo o reino animal), a qual a princípio não fora reconhecida. As regras de conduta para associar-se com animais derivam das normas e costumes que planejam minuciosamente o padrão de nossas relações com outras pessoas, com animais e com todo o ambiente em que vivemos. Isso significa que em muitos casos os animais não somente possuem um significado racional-funcional, mas também um significado emocional-mitológico. Para exemplificar, enquanto na mitologia grega um cão assumia o significado de uma criatura demoníaca, na cultura dos índios norte-americanos o mesmo animal simboliza o criador do mundo. Isso nos mostra que o mesmo animal pode ser visto de formas totalmente diversas, segundo as diferentes culturas, que a eles atribuem significados tão diversos (BERGLER, 1988, p. 10, tradução nossa).

A parceria natural entre o homem e os animais reconhecida como verdadeira pode ser notada no fato de os cães aparecerem num estágio muito primitivo da literatura. Na obra *Odisséia*, de Homero, Argus, o resignado cão de Ulisses, foi o único a reconhecer seu dono quando do retorno deste. Nas fábulas de Esopo (600 a.C), de Fedro (cerca de 15 a.C – 50 d.C), e de Bábrio (200 a.C), o cão é uma figura recorrente. Pode-se ainda mencionar o cão Labes, que figura em “*As vespas*”, de Aristófanes (BERGLER, 1988, p. 10, tradução nossa).

Apesar de os cães terem suas influências sobre a qualidade de vida do ser humano colocadas de uma maneira mais vigorosa, vívida e positiva nas obras literárias, esses animais-personagens têm seus correlativos na vida real. E tal expressão na literatura

aconteceu bem antes desse assunto estar sujeito ao exame minucioso da ciência empírica-analítica. Tanto a literatura como a arte podem contribuir significativamente para uma formulação de hipóteses plausíveis. O fato de essa contribuição ter sido tanto ignorada pelos psicólogos experimentais pode ser atribuído primeiramente ao caráter unilateral de suas abordagens em muitos casos e sua freqüente recusa para afastarem-se dos modelos de pesquisa adotados (BERGLER, 1988, p. 11, tradução nossa).

Para esclarecer o enunciado acima, Bergler (1988, p. 11, tradução nossa) cita mais alguns exemplos de como a literatura trata a relação clássica cão-dono. Thomas Mann, em sua novela “Herr und Hund”, descreve como é a vida na companhia do vira-lata Bauschan:

Sua vida consiste em esperar pelo seu próximo passeio, e a espera começa tão logo ele se encontra completamente refeito do seu último passeio. Da mesma forma, à noite ele está a esperar por seus períodos de sono, que são distribuídos de um extremo a outro do ciclo diário total de 24 horas. (em BERGLER, 1988, p. 11, tradução nossa).

A literatura ainda nos fornece surpreendentes exemplos da idéia de que os cães podem incorporar determinadas características positivas humanas, que eles podem exibir qualidades que são visivelmente inexistentes em muitos da espécie humana. Para Schopenhauer, melhor seria para o ser humano ter descendido dos cães em vez de dos macacos, uma vez que aqueles são as únicas criaturas dotadas com uma forma de expressão de seus próprios sentimentos afim da do sorriso: o abanar o rabo. Vejamos como ele se expressou:

Como vantajosamente essa maneira de saudação instilada nele pela natureza se compara com o curvar-se servil e os resmungos polidos dos humanos, de quem os protestos de sincera amizade e devoção são milhares de vezes menos confiáveis – pelo menos até o presente momento. Os cães são certamente considerados a síntese da lealdade... Em que outro lugar mais alguém poderia encontrar refúgio para a dissimulação sem fim, a

falsidade e a perfídia dos humanos, se não nos cães, cujo semblante honesto alguém pode fitar sem desconfiança. (em BERGLER, 1988, p. 11, tradução nossa).

Bergler (1988, p. 12, tradução nossa) ainda cita os contrastes entre a inconstância dos humanos e a inabalável afeição dos cães, apontados por Elisabeth Russel:

Gostaria de começar salientando que pais, maridos, crianças, amantes e amigos estão muito bem quanto a sua natureza: mas eles não são cães. Durante a minha vida, eu tenho tido todas essas coisas sucessivamente – exceto que eu era uma esposa em vez de um marido – dessa forma eu sei do que estou falando. Eu conheço tudo sobre altos e baixos, o cotidiano, para não dizer cada hora, as mudanças de humor que parecem ser acompanhamento necessário de amor por nós, hipersensíveis humanos. Os cães não estão sujeitos a essas mudanças de humor. Quando eles dão seu amor, eles o fazem para sempre, sem variação até seu último suspiro. Isso é como eu gostaria de ser amada – e isso é porque eu quero falar sobre os cães.

É claro que nem toda expressão oriunda da literatura enaltece a relação aqui abordada. Bergler (1988, p. 12, tradução nossa) comenta que, certa vez, enquanto diretor do teatro Weimar, Goethe teve que concordar com a atuação do famoso *poodle* do comediante Karsten na peça *Der Hund des Aubry*. Eis como o escritor se expressou para Schiller, quanto a esse episódio: “O palco não é um canil ou uma casa para vira-latas. *Poodle* entra em cena, poeta sai de cena: nenhum artista deve condescender com um cão”.

Bergler coloca que talvez esse comentário de Goethe represente seus sentimentos sobre os cães, manifesto na aparência escolhida feita por Mefistófeles para entrar na vida de Fausto: como um *poodle* negro. Ao escrever tal comentário, Goethe o fez somente para queixar-se do enorme barulho que os cães fazem com seu ganir e latir incessante (1988, p. 12, tradução nossa).

Considerando-se os custos e benefícios – no jargão dos economistas – da posse de um cão, que estão presentes tanto na literatura quanto na vida real, os aspectos positivos – no que tange a influência estabilizadora de um cão sobre o comportamento humano e suas contribuições sobre a qualidade de vida humana – excedem em peso os negativos (BERGLER, 1988, p. 12, tradução nossa).

Bergler (1988, p. 13, tradução nossa) acrescenta que por meio da pintura e da escultura, pode-se encontrar outros indícios da importância que o homem tem atribuído aos animais e aos cães em particular – e ainda continua a atribuir. De uma forma ou de outra, todas as raças de cães conhecidas têm sido reproduzidas pictoriamente. As pinturas em cavernas constituem-se nas representações de animais mais primitivas já encontradas, das quais muitas ocorrências evidenciam o papel central ocupado pelos animais no desenvolvimento da espécie humana. Esse autor continua:

Os cães têm sido um tema recorrente de um extremo a outro da história da arte: os “molossos” ou mastifes dos antigos e os diminutos cãezinhos de estimação do Rococó, os cães de caça do Barroco e dos ingleses do século XIX, os cães de luzes e sombras pintados pelos impressionistas, os estilizados galgos da *art nouveau*, e o trabalho dos foto-realistas, que pintavam seus cães virtualmente pêlo por pêlo (BERGLER, 1988, p. 13, tradução nossa).

Dentre outros trabalhos, Bergler alude às imagens de Elizabeth II, nas quais aparecia acompanhada de seus corgis³¹; Ticiano pintou o imperador Carlos V com um mastife, tido como um símbolo de poder; Velasquez invariavelmente pintava os habsburgos espanhóis rodeados de seus cães. O autor ainda comenta que em todos esses trabalhos “(...) os cães estão em pé, sentados ou deitados junto de seus donos na função de guarda-costas,

³¹ “Pequeno cão galês de corpo alongado” (WEBSTER’S, 1987, p. 169).

companhia corajosa nas caçadas, símbolos de poder, vitalidade e devoção leal” (1988, p. 13, tradução nossa).

Bergler, numa referência às atuais manifestações artísticas como gibis e tiras, das quais ainda persiste o cão em figurar como mera companhia de humanos ou mesmo como personagem principal, assim se expressa:

Dentre as que vêm à mente incluem-se “Plisch e Plum”, criado por Wilhelm Busch, Obelix e sua constante companhia, o pequenino “Idefix”, ou o fox terrier “Snowy”, o companheiro de Tin-Tin na tira cômica de Herge. E que criança – ou mesmo que adulto – não conhece o Pluto de Walt Disney ou Snoopy de Peanuts, essas afetuosas caricaturas e arquétipos modernos de cães com atributos humanos? Dessa forma os cães têm se tornado uma parte da indústria de comunicação de massa, que sucessivamente serve como uma ponte entre os humanos e os cães (BERGLER, 1988, p. 14, tradução nossa).

Como brasileiros, não podemos deixar de marcar nosso orgulho em poder compartilhar das criações de Maurício de Sousa. Aliás, um dado curioso, já que estamos tratando do papel dos animais na arte e na cultura, é que os primeiros trabalhos a serem publicados desse artista foram justamente as tiras do Bidu, em 1959, na *Folha de São Paulo* (RITO, 2003, p. 40-41).

Bergler (1988:14) afirma que “(...) não deve haver dúvida de que os cães no tempo presente são uma parte integral do nosso ambiente cultural (...)”. Sublinha que é necessário que os cães passem a ser objeto de estudo das ciências sociais empíricas, da psicologia e das terapêuticas. Então, essas ciências poderão valer-se das interpretações literárias e artísticas, que fornecerão uma base valiosa para a pesquisa científica (BERGLER, 1988, p. 14, tradução nossa).

4.4 O LUGAR DO ANIMAL NOS CONSULTÓRIOS PSICOLÓGICOS E NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE

4.4.1 A Terapia Mediada por Animais³²

Neste capítulo veremos como Levinson, Bergler, e o casal Corson discutem o lugar em que algumas espécies – sobretudo a canina – foram colocadas: a de co-terapeutas.

No século XVIII uma clínica usava coelhos e aves como recursos terapêuticos para auxiliar os pacientes a desenvolver autocontrole e responsabilidade (BRICKET, em BERGLER, 1988, p. 38, tradução nossa). Esse não foi o único caso em que animais de estimação foram usados para desenvolver nos pacientes habilidades de comunicação bem como fortalecer o vínculo com a realidade. É necessário que pesquisas interdisciplinares ocorram para que possamos ter uma maior compreensão do potencial dos animais no processo terapêutico (BERGLER, 1988, p. 38, tradução nossa).

Segundo Bergler,

A maioria das publicações nesse campo continua a ignorar a relação psicológica cotidiana “normal entre humanos e cachorros (isto é, o que cães significam para as pessoas em geral e suas funções psicológicas para as pessoas no alicerce do cotidiano) a fim de focalizar estritamente os aspectos terapêuticos. Eles procedem tipicamente com o uso de cães na terapia para transtornos mentais, a velhice, crianças, pacientes com enfermidades cardiovasculares, e prisioneiros (1988, p. 38, tradução nossa).

³² Desde o pioneirismo de Levinson até nossos dias, naturalmente surgiram várias denominações para a terapia que emprega animais como recursos psicoterapêuticos. Em Levinson (1969), encontramos *pet-oriented psychotherapy*; em Bergler (1988), *pet-facilitated psychotherapy*. Sobre o termo mais adequado atualmente, vejamos o que Fuchs (2002) comenta:

“*Pet therapy* realmente é denominação obsoleta para os americanos e usada incorretamente em português, uma tendência nossa a empregar termos não-brasileiros. O que lhe posso dizer é: *Animal Assisted Therapy* – nome oficial dado a interações ser humano-animal, onde objetivos terapêuticos específicos são claramente estabelecidos. *Animal Assisted Activities* – interações homem-animal de objetivos amplos, inespecíficos, geralmente de difícil quantificação”. Fuchs (2002) coloca que também se emprega o termo *zooterapia*, tido como “tratamento com a ajuda de um animal”. Em suas apresentações, Fuchs sugere o termo por ela cunhado *Terapia Mediada por Animais*, definido como “a introdução de um animal de estimação no ambiente imediato de um indivíduo ou grupo, tendo como finalidade eliciar interações físicas, psicossociais e emocionais terapêuticas” (FUCHS, 2002).

Levinson sublinha que 33% das clínicas psicológicas do estado de Nova Iorque recorrem a animais de estimação como recursos terapêuticos, sendo os cães os preferidos (BERGLER, 1988, p. 38, tradução nossa).

Então podemos indagar o que os cães apresentam de diferencial em relação às outras espécies que os tornam os mais indicados como co-terapeutas. Nesse sentido, Corson & Corson definem as seguintes características específicas à espécie canina:

(...) com sua constante disposição para dar afeto e contato corporal o tempo todo e em todas situações, juntamente com aquela inocente, inocente confiança que os cães incansavelmente manifestam para com os humanos. Essa confiança por parte dos cães elicia uma resposta recíproca dos humanos, que são preparados para pôr sua confiança em um cão – e para sentir responsabilidade pelo animal (em BERGLER, 1988, p. 38-39, tradução nossa).

Quanto ao lugar da *psicoterapia facilitada por animais*³³ no rol das psicoterapias, Corson *et al.*³⁴ (em BERGLER, 1988, p. 39-40, tradução nossa)

(...) são cuidadosos em salientar que a “psicoterapia facilitada por animais domésticos” (...) é designada para suplementar, e não para tomar o lugar de outras formas de psicoterapia. É uma ferramenta para assistir ao processo terapêutico, e um importante ponto de apoio no processo de ressocialização.

Sobre o porquê dos ótimos resultados apresentados pela psicoterapia facilitada por animais domésticos, Corson *et al* afirmam que isso se deve

(...) pelo fato de que os pacientes freqüentemente recebem “amor” de um cão (ou na verdade de qualquer outro tipo de animal) mais prontamente e mais facilmente do que de outros humanos. Nessa “natural” associação com o cão os autores vêem uma explicação para o visível aumento do senso de responsabilidade no paciente, autoconfiança e amor próprio. A psicoterapia facilitada por animais domésticos é considerada uma forma de “condicionador da realidade”. Não é somente o amor próprio do paciente

³³ Na tradução fomos fiéis ao termo empregado pelo autor: *pet-facilitated psychotherapy*.

³⁴ Durante a década de 70, esses autores publicaram uma série completa de estudos sobre o uso de cães em psicoterapia em vários institutos psiquiátricos (em BERGLER, 1988, p. 39, tradução nossa).

aumentado e estabilizado pela regular interação com o animal e suas reações, mas ele também se torna ciente das limitações de seu comportamento e modalidades de dependência mútua (em BERGLER, 1988, p. 40, tradução nossa).

Corson *et al.* empregaram a psicoterapia facilitada por animais domésticos essencialmente com pacientes que não tinham conseguido responder a todas as outras formas de terapia. Tais pacientes eram extremamente introvertidos, demasiadamente relutantes em estabelecer qualquer contato com outras pessoas; e em alguns casos eram quase mudos. Dos 50 pacientes submetidos a esse tratamento, somente 03 não conseguiram mostrar qualquer melhora – e nesses casos nenhuma melhora foi possível pelo motivo de eles recusarem aceitar o animal (em BERLGER, 1988, p. 41, tradução nossa). Os outros 47 gradativamente

(...) desenvolveram sentimentos de amor próprio, um desejo de independência e um sentimento de responsabilidade, e esses sentimentos foram fortalecidos na proporção direta ao grau de cuidado e responsabilidades assumidas pelo paciente quanto ao cuidado pelo seu cão (CORSON *et al.*, em BERGLER, 1988, p. 41, tradução nossa).

A seguir temos três estudos de caso que proporcionam uma ilustração do progresso geral feito na terapia com os vários pacientes (CORSON *et al.*, em BERGLER, 1988, p. 41, tradução nossa):

Estudo de caso 1: Randy

Randy tinha 13 anos de idade; depois de uma série de atos exibicionistas, foi recebido no hospital psiquiátrico. Seu comportamento durante a hospitalização era geralmente tímido e retraído, disperso com ocasionais cenas de “palhaçadas”. Enquanto estava submetido ao tratamento, Randy saiu do hospital em duas ocasiões e foi para as proximidades do *campus* universitário, onde se apresentava às estudantes. Supõe-se que a razão para esse comportamento seja a rejeição pelo terapeuta, que entrou no departamento para brincar com os pacientes. No entanto, Randy teve a impressão de o terapeuta estar tratando um outro paciente mais

carinhosamente. Um segundo incidente ocorreu durante a mudança de turno dos terapeutas. Após esse incidente Randy foi proibido de sair do departamento desacompanhado.

Ao fim de seis meses no hospital, Randy teve pouco progresso. A terapia familiar também não obteve êxito. Um segundo terapeuta foi consultado, mas ele também não viu nenhuma perspectiva para um tratamento bem-sucedido. Randy se mostrava cooperativo o bastante quanto ao seu comportamento no dia a dia, as regras formalmente davam-lhe a liberdade de ir e vir como lhe aprouvesse. Isso significava que Randy estava numa posição anormal, pela qual gozava, em teoria, de certos direitos e liberdade, mas que não lhes eram permitidos na prática devido as suas supostas tendências exibicionistas. Os outros pacientes não conheciam as razões pelas quais Randy estava proibido de sair. Sob essas circunstâncias, Randy aprontava algum tipo de travessura todo dia. Mas parava de comportar-se dessa maneira logo que era reprimido ou lhe era aplicada alguma punição.

Nesse ponto a psicoterapia facilitada por animais domésticos foi introduzida, mais ou menos como o último recurso, numa tentativa de curá-lo de seu comportamento compulsivo. Agora lhe era permitido deixar o hospital, sem ser supervisionado, durante uma hora por dia, acompanhado somente por um cão. Houve uma melhora imediata e interessante no comportamento de Randy. A equipe e os pacientes agora o achavam cooperativo, amistoso e muito aberto. Tornou-se um sério e responsável parceiro no processo terapêutico cotidiano – até receber alta do hospital um mês mais tarde (...) (em BERGLER, 1988, p. 41-42, tradução nossa).

Estudo de caso 2: Sonny

Sonny tinha 19 anos de idade; sofria de psicose depressiva e passava o tempo todo na cama. A equipe tentou despertar-lhe a curiosidade. Ele se recusava a participar da terapia ocupacional, nem participava da terapia de relaxamento ou das sessões de terapia de grupo. Na terapia individual ele se mantinha retraído e não mostrava nenhuma disposição para se comunicar com os outros, enquanto a terapia comportamental também era insuficiente para produzir qualquer resultado positivo. Foram feitas as preparações para um série de eletrochoques. Mas foi decidido que antes disso tentar-se-ia o uso de um cão no papel de co-terapeuta.

O paciente se punha na cama como era comum em sua pose costumeira, rígida, lembrando uma múmia. O psiquiatra sentou-se ao seu lado e conversou com ele. Se as perguntas do psiquiatra eram feitas sobre outras pessoas ou mesmo sobre Sonny, suas reações eram invariavelmente muito lentas. Mas logo que as questões mudaram para o assunto de cães (“Você gosta de cachorros?”) ou animais em geral, ele respondeu muito mais rapidamente. Além disso, as respostas de Sonny eram invariavelmente muito breves, geralmente nada mais do que “sim”, “não” ou “eu não sei”. Ele não estava preparado para explicar ou elaborar ou questionar. Mas quando o psiquiatra colocou um fox terrier de pêlo duro ao lado de Sonny, ele se levantou de uma forma inteiramente espontânea e teve um notório encanto pelo comportamento amigável do cachorro. Imediatamente ele se tornou atraído pelo cão, acariciando-o e falando com ele. Logo o paciente perguntou

“Em que situação eu posso ficar como o cachorro aqui?”. No mesmo instante em que disse isso, o cachorro saiu correndo pelo saguão. Prontamente Sonny saiu correndo atrás do animal – o que era uma total mudança em relação ao seu padrão de comportamento anterior. Seu comportamento em relação a outras pessoas também mudou daí em diante. Sonny finalmente começou a prestar atenção nos outros pacientes, e então começou a freqüentar as sessões de terapia de grupo. Quando teve alta da clínica, sua condição era muito melhor. De acordo com o médico que tratou dele, o cão foi o principal fator de contribuição em seu restabelecimento (em BERGLER, 1988, p. 42-43, tradução nossa).

Estudo de caso 3: Marsha

Marsha tinha 23 anos; foi recebida no hospital sofrendo de esquizofrenia catatônica. Era impossível comunicar-se com a paciente, que estava muito limitada em seus movimentos de amplitude e atormentada por desilusões. Sob a influência de suas desilusões, continuou a reiterar sua exigência daquilo que o mundo havia destruído. Ela estava sendo tratada com medicamentos, além disso passou por um tratamento de 24 séries de eletrochoque. Contudo, nenhum sucesso real foi obtido através de qualquer desses métodos. A paciente permaneceu relutante e incapaz de estabelecer contato com outras pessoas. Então foi decidido introduzir a psicoterapia facilitada por animais domésticos no desenvolvimento de seu tratamento. Primeiramente, o comportamento de Marsha não apresentou nenhuma mudança. Mas gradualmente ela começou a mostrar um interesse pelo cachorro, levando-o mesmo até a passear. A tempo, começou também a afagar o animal. Eventualmente ela deu uma relação das vezes em que poderia ver o cão. Ela cada vez mais começou a querer fazer isso – e ainda começou a falar com os outros pacientes sobre o cachorro. Somente seis dias depois da introdução do cão como co-terapeuta, Marsha demonstrou uma melhora impressionante em todo seu padrão comportamental. Em breve ela foi capaz de deixar o hospital com um prognóstico positivo (em BERGLER, 1988, p. 43, tradução nossa).

Depois dessa brevíssima introdução ilustrativa sobre a terapia mediada por animais, apresentando os ótimos resultados obtidos pelo casal Corson *et al* com seu emprego, vejamos mais de perto suas implicações na psicoterapia infantil.

4.4.2 A Terapia Mediada por Animais no Tratamento de Crianças

Levinson comenta que, em razão da circularidade e fluidez presentes durante o desenvolvimento da personalidade da criança, os testes psicológicos se revelam como instrumentos limitados na avaliação psicológica. Podem eles nos dar pistas sobre a inteligência, habilidades escolásticas, e traços de personalidade; todavia não são capazes de nos revelar como esses traços e habilidades são usados no cotidiano ou que papéis a criança desempenha na constelação familiar (1969, p. 51, tradução nossa).

O psicodiagnóstico ideal seria obtido caso fosse possível ao expor a criança às pressões do dia-a-dia fazer-se mostrar claramente seu comportamento e mecanismos de defesa. Ainda é importante saber se a criança já internalizou ou não a queixa apresentada pelos pais. Desse modo, com crianças de tenra idade o animal de estimação pode nos fornecer pistas valiosas (LEVINSON, 1969, p. 51, tradução nossa).

Diante do psicólogo, a criança suspeita de tudo, esperando o pior desse encontro. Ela fará de tudo para evitar o comportamento pelo qual ela sabe ser o motivo da sua ida ao consultório. Aliás, ela pode ser ameaçada pelos pais ou por outras figuras de autoridade que, se não mudar de comportamento, será levada ao psicólogo. E outras fantasias podem rondar sua mente acerca da figura do psicólogo: pode achar que este tem a capacidade de ler sua mente (LEVINSON, 1969, p. 51).

Citando Anna Freud³⁵, Levinson comenta que os psicólogos de crianças têm demonstrado que os métodos usados com adultos devem ser drasticamente modificados quando aplicados a crianças. Uma variedade de razões³⁶ indicam que o brincar tem se

³⁵ FREUD, A., *The psychoanalytical treatment of children*. Parts 1 and 2. London, Imago Publishing Co., Ltd., 1951.

³⁶ Razões por nós arroladas no tópico “6.1.3.2 O brincar na teoria winnicottiana”.

mostrado o melhor dos meios para se estabelecer comunicação com a criança. Quando a atenção da criança se faz prisioneira de um brinquedo, ela por alguns instantes esquece-se de seus medos em relação ao terapeuta e acaba descontraído. Então, menos provavelmente a criança passa a criticar suas respostas ou dissimular seus sentimentos. Ainda, a maneira pela qual a criança se relaciona e considera o brinquedo pode fornecer pistas importantes para o observador (1969, p. 52, tradução nossa).

Durante a sessão, os psicólogos buscam apreender os dados fornecidos pela comunicação não-verbal. Entretanto, o imperativo do psicodiagnóstico infantil é a oportunidade para a observação (LEVINSON, 1969, p. 52, tradução nossa). Segundo Haworth³⁷ e Rabin³⁸, a sessão com o brinquedo facilmente pode ser mais eficaz que o CAT; de acordo com Klopfer & Davidson³⁹ e Rabin⁴⁰, mais do que o Rorschach (em LEVINSON, 1969, p. 52, tradução nossa). Levinson sublinha que uma hora extra numa sessão com brinquedos pode evitar sérios erros diagnósticos e poupar muitas horas de terapia (1969, p. 52, tradução nossa).

Embora a sessão de brinquedo possa ser valiosa, seu êxito depende da intensidade com que a criança mostra interesse e se torna envolvida com o brinquedo ou com a atividade. No entanto, a resposta da criança é quase certa e mesmo mais reveladora quando seu companheiro de brinquedo é um animal de estimação. Isso se deve ao fato de o uso de animais de estimação como co-terapeutas oferecer uma forma quase ideal para se observar a criança em atividade, sem defesas. Para Levinson, os animais de estimação são úteis tanto no psicodiagnóstico como na entrevista (LEVINSON, 1969, p. 52, tradução nossa).

³⁷ HARWORTH, M. R. *The CAT: facts about fantasy*. New York, Grune & Stratton, 1966.

³⁸ RABIN, A. I. (Ed.) *Projective techniques in personality Assessment*. New York, Springer, 1968.

³⁹ KLOPFER, B., and Davidson, H. H. *The Rorschach technique: an introductory manual*. New York, Harcourt, Brace & World, 1962.

⁴⁰ *ibidem*

Levinson (1969, p. 52-53, tradução nossa) cita algumas das vantagens em utilizar-se de animais domésticos no diagnóstico:

- 1) o animal torna-se parte de um procedimento padronizado; e regras informais podem surgir no que tange qual o comportamento esperado. Além disso, a reação da criança vem a ser idiossincrática;
- 2) com esse procedimento, pode-se obter indicadores fidedignos sobre os pensamentos da criança em relação ao seu padrão de comportamento bem como sobre os papéis exercidos por ela na constelação familiar. Pelo fato de o psicólogo inserir o animal apenas para se “obter prazer”, pode ser possível a crianças de todas as idades tranquilizarem-se e relaxarem ao brincar com um cão ou um gato. Conseqüentemente, o fato ameaçador que subjaz à investigação realizada pelo psicólogo é esquecido pela criança, dispersando-se as tensões. Ainda, a presença de um animal de estimação é particularmente útil nos casos em que a criança não é cooperativa talvez pelo fato de estar com medo do entrevistador ou porque ela está apresentando um comportamento aprendido em casa.
- 3) Por meio da entrevista em que se brinca com o animal de estimação, o psicólogo pode esperar encontrar respostas para as perguntas: “a criança pode se relacionar com o terapeuta? Em que nível? Quais seriam os conflitos latentes que a criança observa em casa? Existem limites egóicos sólidos? Qual o limite de tolerância à frustração da criança? Ela pode explodir em fúria em relação ao animal ou em relação a sua própria

inabilidade em dominá-lo? O brincar revela insinuações neuróticas ou psicóticas? Como a criança dirige seus impulsos instintivos?

- 4) É possível, pela observação do tipo de atividades que a criança escolhe para envolver-se com o animal, obter-se algumas pistas em relação à função do brincar passivo e agressivo na economia do organismo da criança. Como exemplo, Levinson cita que uma criança pode perceber seu co-terapeuta, um collie chamado Jingles, como um animal agressivo ou perceber equivocadamente a postura do cão como ameaçadora. Isso pode decorrer de a criança sentir suas tendências agressivas revolvendo-se no seu interior, estando ela sem condições de controlar tal desconforto. Isso também pode indicar que a criança percebe o mundo como um lugar perigoso.
- 5) Outrossim, é significativa a maneira como a criança percebe e reage ao desalinho do animal, a perda de pêlos pelo consultório. A criança se agrada ou se revolta ao observar isso? Levinson cita um caso em que uma criança cuja mãe teve dificuldades em seu treino à toailete tinha pavor de sujeira e era excessivamente limpa. A criança gostava de alimentar o cão com guloseimas em seu prato, brincava com os pêlos esparsos e ainda lavava os pratos usados na sessão.

Empregando animais domésticos na avaliação de crianças pequenas, Levinson criava uma situação especial para a entrevista a ser realizada com crianças de 3 ou 4 anos. Usando a facilidade peculiar a essa fase de viver segundo a fantasia, dizia-lhes que seriam entrevistadas por um cão, ao que prontamente entravam no espírito do jogo,

esquecendo-se que estavam sendo avaliadas. Com esse recurso, é possível extrair informações que não poderiam ser obtidos de outra maneira. Vale lembrar ainda que quanto mais dócil for o examinador, mais espontânea será a reação da criança (1969, p. 53-54, tradução nossa). Citando Murphy & Krall⁴¹, diz que se, por outro lado, o psicólogo interferir e tornar-se enérgico para com a criança, essa atitude alterará “a psicodinâmica da situação e conseqüentemente alterará o brincar” (em LEVINSON, 1969, p. 54, tradução nossa).

Vejamos como Levinson (1969, p. 54, tradução nossa) estabelecia o *rapport* com a criança, de modo a conseguir dar andamento à entrevista:

Uma técnica bem-sucedida para o emprego de um cão como uma ‘ferramenta’ para entrevista com crianças pré-escolares geralmente se inicia por sentarmos os três à mesa, de maneira informal. Um ‘ritual’ flexível é seguido. Primeiro, o cão ‘dá um aperto de mão’ com a criança, na introdução. Então o cão ‘sussurra’ no ouvido do psicólogo que a maioria das crianças tem segredos que elas habitualmente compartilham com ele (o cão). A culpa por revelar segredos da família pode portanto ser evitada. O psicólogo diz à criança que o cão deseja saber, e a criança diz ao cão a informação solicitada. Em cada caso, o terapeuta comporta-se apenas como agente ou intermediário, retransmitindo a mensagem para o cão ou para a criança, tendo o cuidado de expressar que ‘Jingles disse’ – ou ‘Johnny⁴² disse’.

Continua Levinson dizendo que muitas perguntas podem se feitas à criança dessa maneira. Em seguida ele perguntava a criança se ela tinha um animal. Se a resposta fosse positiva, perguntava “de que tipo”. Prosseguia o questionário tentando arrancar informações sobre como foi obtido; quem da família desejou-o como companheiro; quem cuida dele; o que as pessoas da família e especialmente a criança sente em relação a ele. No caso de a criança não ter um animal, perguntaria se teve um e, se sim, o que aconteceu com

⁴¹ MURPHY, L. B., and KRALL, V. *Free play as a projective tool*. In RABIN, A. I., and HAWORTH, M. R. *Projective techniques with children*. New York, Basic Books, Inc. 1968.

⁴² Johnny foi um gato empregado por Levinson como um de seus co-terapeutas.

ele; se a criança nunca teve um animal de estimação, perguntaria qual tipo de animal gostaria de ter (1969, p. 54, tradução nossa).

Após esse questionário, Levinson, adotando o método de *conclusão de histórias*, de Lansky⁴³, baseando-se nos fatos obtidos, inseria a “conclusão da história”. Para ilustrar, apresentamos a própria descrição do autor:

O psicólogo avisava Johnny que ele ia ouvir uma história e continuaria a dizer a Johnny uma história baseada tanto quanto possível nas circunstâncias do caso. Se os fatos obtidos ou até então conhecidos por Johnny são insuficientes, o psicólogo terá que inventá-los ‘intuitivamente’. Nesse ponto o terapeuta pararia e pediria a Johnny que completasse a história. A maioria das crianças entram no jogo voluntariamente e consideram-no engraçado. Dos finais por elas fornecidos, muitas vezes um pode reconstruir uma importante situação de relação familiar tanto quanto a dimensão das expectativas da criança. Muito frequentemente Johnny completará a história com detalhes de um incidente ou incidentes de sua própria vida (1969, p. 54, tradução nossa).

Para ilustrar uma *conclusão de história*, resumimos o caso de Edward, relatado por Levinson (1969, p. 54-56, tradução nossa). O garoto tinha um enorme medo de gatos, tanto que pedia para que Johnny fosse retirado do consultório. Levinson contou-lhe uma história em que um garoto que somente queria muito ter um gatinho, mas seu pai não o permitiu – numa entrevista anterior, o menino disse que seus pais permitiriam que ele tivesse um animal de estimação, mas ele não queria. Resumidamente, a história contada por Levinson tratava de um garoto (David) que queria demais um gatinho. Ao visitar um amigo, este ofereceu a David um dos filhotes de uma ninhada, caso promettesse que cuidaria muito bem do filhote. David ficou tão entusiasmado que se esqueceu de pedir permissão para sua mãe.

⁴³ LANSKY, L. M. *Story completion methods*. In Rabin, A. I. (Ed.) *Projective techniques in personality assessment*. New York, Springer, 1968.

Levou o gatinho debaixo de sua jaqueta. Ao chegar em casa, encontrou sua mãe muito ansiosa, pois ele havia chegado muito tarde. Neste ponto, o autor parou e pediu que o garoto concluísse a estória. Brillantemente Edward continuou a estória: a mãe de David ficou furiosa quando viu o gatinho e disse ao filho que teria que levá-lo de volta na manhã seguinte. Ao perguntar a razão da negativa, a mãe disse que os gatinhos são muito sujos e eles têm pulgas. O garoto perguntou à mãe o que eram pulgas, ao que ela respondeu que são micróbios. Edward parou a narrativa, e Levinson perguntou-lhe se o filhote foi devolvido na manhã seguinte. Então o menino respondeu muito triste que não e começou a chorar. O psicólogo questionou por que ele estava chorando, obtendo como resposta que David havia matado o gatinho, aplicando demasiadamente inseticida sobre o mesmo. Levinson questionou o que David fez então. Edward concluiu que o garoto pediu à mãe que chamasse um médico, mas ela disse que o gatinho já estava morto, que ele provavelmente tivesse morrido devido a alguma doença que pegou ao remexer o lixo.

Levinson (1969, p. 56, tradução nossa) observa que esse relato vinha a ser o que Edward narrou como um evento de sua própria experiência; um evento que o chocou demasiadamente, deixando-o com terríveis sentimentos de culpa. O fato também revelou a profundidade da fobia de sujeira experimentada pela mãe do garoto, bem como sua insensibilidade para com as necessidades dele.

A respeito do uso da técnica “conclusão de estória”, Levinson comenta que não se limita apenas a crianças pequenas, podendo ser aplicada a quase todas as faixas etárias, cuidando-se naturalmente com o conteúdo e a maneira de apresentação (1969, p. 56, tradução nossa).

Levinson (1969, p. 57, tradução nossa) observa que a amplitude das técnicas diagnósticas envolvendo animais domésticos aumenta na medida em que se eleva a idade do paciente, devendo o psicólogo avaliar suas aplicações.

Os animais também podem auxiliar o terapeuta a descobrir quais são os temas da fantasia dominante da criança, fornecendo atalhos surpreendentes para atingi-los. Levinson usava de um expediente para tanto: perguntava aos seus jovens pacientes sobre o que Jingles sonhava; desse modo obtinha inúmeras histórias de sonhos, geralmente os dos pacientes (1969, p. 57, tradução nossa).

Na busca pelos temas das fantasias dos infantes, naturalmente devemos nos interessar sobretudo acerca do que a criança sente a respeito de seus pais e que papel eles têm em suas fantasias, do que se de fato o que ela diz é real (LEVINSON, 1969, p. 57, tradução nossa).

Interessantemente, um dos mais incomuns aspectos do uso de animais domésticos em psicoterapia é o desenvolvimento da sessão terapêutica peripatética. Sempre que a situação e o *rapport* indicavam, Levinson gostava de caminhar com seus pacientes acompanhados de seu cão. Durante esses passeios, inumeráveis aspectos da personalidade revelam-se. Dessa maneira, a primeira situação que se coloca geralmente é “quem conduzirá a guia do cachorro?”. Outras situações interessantes poderiam ocorrer:

Como a criança aceita essa responsabilidade? Ela vai manter e prosseguir com isso? Ela logo se cansará? Ela vai largar a guia? Quais traços de maturidade e imaturidade serão mostrados nessa função? Como ela reagirá quando o cão urinar? defecar? Como a criança reagirá a uma inesperada aproximação de um outro cão? (LEVINSON, 1969, p. 57, tradução nossa).

Para aproximar as crianças dos animais e desenvolver a relação entre eles, Levinson (1969, p. 57-58, tradução nossa) encontrou nos alimentos um meio poderoso. Em

seu consultório havia um refrigerador com um conveniente suprimento de doces, bolos, leite e ovos. Numa prateleira, havia alimentos para os animais. Na terapia com adultos dependentes os alimentos também eram empregados. Por meio da atividade de preparar os alimentos, obtinha várias informações. Levinson (1969, p. 58, tradução nossa) afirma que, em relação aos problemas da criança e suas estruturas defensivas, essa atividade proporciona um material projetivo com pistas mais seguras do que o C.A.T ou o Rorschach. Crianças que normalmente não aceitariam os alimentos oferecidos por estranhos – um traço patognomônico de desconfiança desmedida – ficavam felizes e envolviam-se na tarefa de alimentar os animais. Durante o preparo do alimento, o ato da refeição e a posterior limpeza dos utensílios, tornava-se possível compreender as atribuições da família da criança. Era uma oportunidade também para observar se a criança se dispunha a compartilhar o alimento com o terapeuta ou com o animal co-terapeuta; se havia a atitude para pôr as coisas em ordem, se se sentia culpado caso fizesse bagunça e se tratava de projetar isso sobre o animal. Tal atividade ainda oferecia respostas para as seguintes questões: apraz à criança regredir e desempenhar o papel de criança que é alimentada sem ajudar na preparação da refeição? Ela come o alimento que não aprecia e impõe a mesma mortificação ao animal, requerendo que coma o alimento desagradável?

Quanto à espécie escolhida pela criança, Levinson (1969, p. 59, tradução nossa) encontrou dados concordantes aos achados por Hammer⁴⁴. A escolha do animal com o qual a criança se identifica depende dentre outras variáveis da sua estrutura defensiva e da natureza de seu problema. Nos casos em que os animais escolhidos são domésticos como gato, cão e cavalo, a criança sofre de um transtorno comportamental suave. Todavia, severos

⁴⁴ HAMMER, E. F. (Ed.) *The clinical application of projective drawings*. Springfield, Thomas, 1958.

transtornos sociais e emocionais acompanham aqueles que se identificam com predadores ferozes e poderosos.

Diante da tarefa de realizar um psicodiagnóstico, a sessão com animais de estimulação proporciona ao psicólogo uma oportunidade para observar a criança numa situação natural. Logo, é possível uma apreciação mais eficaz de como a criança atua e quais suas defesas egóicas a que recorre. Por exemplo, crianças inseguras pedem permissão para brincar com o animal. Por outro lado, há aqueles que enfrentam a situação e aceitam naturalmente. Ainda é importante observar com que rapidez a criança se adapta ao animal e se ela reage de outra maneira em relação a animais diferentes. (LEVINSON, 1969, p. 59, tradução nossa).

Levinson (1969, p. 59, tradução nossa) comenta que crianças pequenas podem ficar de gatinhas e imitar o cachorro, sendo este um comportamento não raro, pois durante a brincadeira geralmente pretendem ser um animal; aliás, falam a seus animais e os consideram como se fossem seres com o mesmo *status* na natureza – como Freud já havia observado. Já esse tipo de comportamento sendo demonstrado por uma criança mais velha indicaria conflitos emocionais e confusão (LEVINSON, 1969, p. 59, tradução nossa).

Outro ponto a considerar é se a criança toca o animal, sendo que a parte tocada pode ser um indicativo muito significativo. Como, por exemplo, a criança tocar o pênis do animal. Da mesma forma, pistas a respeito dos conflitos vivenciados pela criança podem ser demonstrados pela evitação do animal. Talvez o fato de não tocá-lo seja decorrente do medo de um ser desconhecido, como também pode ser a preocupação de que suas mãos se tornem instrumentos agressivos que poderiam ferir o animal. Um outro fator diagnóstico pode ser notado na súbita interrupção da brincadeira, de modo que a criança não consegue continuar a diversão (LEVINSON, 1969, p. 59-60, tradução nossa).

Levinson (1969, p. 60, tradução nossa) ainda aponta outras questões que podem nos revelar outros sinais patognomônicos:

A criança dirigiu inconscientemente sua agressão em relação ao animal ou ao terapeuta? Ele se sentiu culpado? O que ele fez para resolver a situação? Por outro lado, a franca agressão direcionada ao animal implica patologia. Uma criança que insiste em chutar o cão ou puxar o rabo do gato ou discretamente tentar matar um dos peixes do aquário apresenta-se como um quadro anormal. Algumas vezes sinais patognomônicos de severos desajustamentos e mesmo psicose infantil se tornam evidentes.

Quanto aos indícios prognósticos, Levinson (1969, p. 60, tradução nossa) comenta que uma criança que ao ver o animal responde amistosamente a sua tentativa de estabelecer contato é um dado que indica a recuperação e a probabilidade de êxito no tratamento. Ainda, de um modo geral, tem boas chances os casos de crianças que se identificam com o animal, mas que ainda se sentem com medo dele. Já a criança que não hesita em acariciar o animal, podendo assim indicar sua necessidade por afeto, revela-se como um dos casos terapêuticos mais promissores. Entretanto, os casos de crianças que se retraem diante de um amigável e inofensivo animal, de certo modo, revelam um retraimento da estimulação ambiental, de modo que podemos inferir que a visão da criança a respeito do mundo é de este ser hostil.

O animal ainda pode ter uma importante função no diagnóstico das relações familiares. Citando Friedman⁴⁵, Levinson assim se expressa:

A presença do animal doméstico no lar é frequentemente vantajosa na formação de uma relação com um membro familiar psicótico, retraído, ou nos diagnósticos para se compreender as relações familiares. Os animais de estimação revelam reações comportamentais que são extensões de reações comportamentais dos membros da família. Os animais domésticos são muito sensíveis aos estados emocionalmente carregados da família.

⁴⁵ FRIEDMAN, A. S. *Implications of the home setting for family treatment*. In Friedman, A. S., et al. *Psychotherapy for the whole family*. New York, Springer Publishing Co., 1965.

Levinson permitia que a criança trouxesse seu animal doméstico para a sessão psicoterápica, pois dessa oportunidade podem ser extraídos dados para o diagnóstico. Cita um caso relatado por Pearson⁴⁶, em que uma criança enurética que pensava a urina ser venenosa, cujo animal trazido para a sessão era um pássaro que ela chamava de “Pee Wee”, termo por ela utilizado para se referir a “urina” (LEVINSON, 1969, p. 61, tradução nossa).

Levinson também tratava de adultos, utilizando animais como co-terapeutas. No entanto, abordar esse tópico foge do objetivo atribuído a este trabalho.

A terapia orientada por animais⁴⁷ parte do princípio de que para a criança é mais fácil projetar seus sentimentos insuportáveis sobre um animal, além de este ter a faculdade para prover, em certa medida, a necessidade de afago, companhia e aceitação incondicional. E, durante a terapia, o animal ainda possibilita a oportunidade para a criança sentir-se a dona da situação (LEVINSON, 1969, p. 67, tradução nossa).

Levinson observa que as crianças que demonstram melhores respostas a essa modalidade de psicoterapia são as culturalmente carentes de contatos sociais. Sublinha que crianças que vivem em condições precárias, sem uma boa estrutura familiar, com pouca estimulação intelectual, ao serem tratadas por outros modelos de terapia, podem sentir-se aterrorizadas. Continua: “mesmo a ‘neutralidade’ do terapeuta pode ser excessivamente ameaçadora para a criança do *ghetto* que, mais do que qualquer outra, quer alguém para cuidar dela” (1969, p. 67, tradução nossa).

Nesses casos, a introdução de um animal como co-terapeuta traz ótimos resultados. Continua Levinson:

Se for um cão, gato, lagarto ou camundongo – como o mundo animal não se atém a diferenças de espécie e é acolhedor. Os animais não reagem à cor da pele da criança, ao seu cabelo despenteado, às roupas sujas, ao penoso boletim escolar ou ao modo de falar fora dos padrões aceitos. A aproximação

⁴⁶ PEARSON, G. H. J. (Ed.): *A handbook of child psychoanalysis*. New York, Basic Books, Inc. 1968.

⁴⁷ Mantivemos na tradução a denominação empregada à época por Levinson.

de um animal é elementar para a vida. Basicamente, o animal não se importa nem um pouco com os valores da sociedade, mas corresponde essencialmente ao amor e à afabilidade. Desse modo, geralmente há uma imediata afinidade entre a criança e o animal. Mesmo a criança colérica, magoada aprende rapidamente a ser dócil com o animal, demonstrando avidamente o desejo de “serem amigos” (LEVINSON, 1969, p. 67, tradução nossa).

Nas sessões, o terapeuta procura se imiscuir no mundo formado pela criança com o animal, de modo que ocupem posições bem equilibradas. Agindo dessa maneira, é possível que a comunicação se instale sem demora (LEVINSON, 1969, p. 68, tradução nossa).

No afã por uma recuperação mais rápida, pode ser útil uma melhor compreensão das necessidades de afeto, de amor e simpatia por animais e humanos. É natural que todas as crianças sintam a necessidade de dominar uma outra pessoa ou alguma coisa, de modo que o dominado não se revolte com essa situação, que aceite a criança independentemente de quem ela seja. Esse desejo de dominar exacerba-se nas crianças que sofrem de algum transtorno e que não suportam ser censuradas. Na verdade, querem ser aceitas, admiradas e que permitam que regridam tanto quanto possível, sem serem por isso repreendidas, mas de certo modo amadas, sem sentir a conseqüente culpa do que tenham feito (LEVINSON, 1969, p. 68, tradução nossa).

Por intermédio de um relacionamento com um cão, a criança pode ter a enriquecedora experiência da aceitação mútua perfeita:

Ao identificar-se com o amado cão, a criança é levada a fazer comparações e perguntar-se por que, ainda que o cão urine, defeque, masturbe-se e tenha relações sexuais indiscriminadas, ele é amado e aceito. Se o cão não se sente culpado, a criança pergunta-se por que ela sentir-se-ia, e se ao cão é permitido ter prazer com seu corpo, a criança pergunta-se a si mesma por que ela não pode (LEVINSON, 1969, p. 68, tradução nossa).

Para a criança, um cão parece menos ameaçador do que um humano, pois ele pode satisfazer as necessidades de contato físico sem as complicações emocionais pertinentes às relações penosamente embaraçosas – que a criança já conhece a respeito dos envolvimento com seres da sua espécie (LEVINSON, 1969, p. 69, tradução nossa).

Levinson (1969, p. 69, tradução nossa) ao comentar sobre o uso estruturado do animal doméstico no processo terapêutico, diz haver muitas aplicações, que, por sua vez, dependem da psicodinâmica do caso em pauta. Então enumera algumas das possíveis funções de um animal doméstico enquanto co-terapeuta:

1. Uso do animal doméstico como um “objeto transicional”.
2. Uso do animal doméstico onde o afago, afeto, e aceitação incondicional são indicados.
3. Provisão de um *setting* em que a criança pode ser o dono da situação. Para a criança beneficiar-se do tratamento, ela não pode sentir-se provocada; o animal geralmente não oferece tal ameaça (LEVINSON, 1969, p. 69, tradução nossa).

Levinson pondera que a terapia mediada por animais é especialmente vantajosa nos casos em que a criança que não se expressa pela fala e apresenta distúrbios egóicos severos. Em relação às crianças autistas, cujo contato com a realidade é ainda mais tênue, para quem as diferenças entre o *self* e o *não-self* dificilmente são notadas, um animal de estimação pode ser muito benéfico. Isso se explica pelo fato de que a maioria das crianças que sofrem de transtornos emocionais têm a necessidade de tocar, como se por esse ato se pudesse confirmar suas existências como entidades independentes. Assim, pelo toque essas crianças começam a aprender a lidar com o mundo por meio do convívio com os animais (1969, p. 69-70, tradução nossa).

Ao se dispor um animal para essas crianças, um pouco de realidade pode passar a compor o mundo delas. Então, “(...) não será mais necessário povoar seu mundo com

amados companheiros imaginários, quando há um companheiro real, tangível, gracioso ao seu lado”. (LEVINSON, 1969, p. 69, tradução nossa).

Levinson, em sua experiência com essas crianças, notou que a melhor maneira de o terapeuta se fazer presente na sessão seria por intermédio do animal. Então, a criança reage a princípio ao animal, somente depois ao terapeuta. Há a necessidade de respeitar o seu ritmo e proporcionar a elas um suporte através da interação terapêutica. E muito desse suporte pode vir do animal, do contato físico com ele (1969, p. 69-70, tradução nossa).

Para Levinson, por meio do uso de um cão bem treinado como co-terapeuta é possível auxiliar crianças autistas a estabelecer vínculos com as pessoas. Acrescenta que até o final da década de sessenta não havia surgido um método psicoterapêutico tão eficiente no tratamento para o autismo infantil (1969, p. 70-71, tradução nossa).

Apesar dos bons resultados, Levinson observa que não podemos considerar o uso de animais de estimação na terapia como o portal para o mundo interno da criança, especificamente em relação àquelas com graves transtornos emocionais. Contudo, pode-se dizer que o animal co-terapeuta exerce a função de catalisador no estabelecimento de um relacionamento terapêutico com essas crianças. O autor sublinha que muitos terapeutas, depois de empregar todos recursos a seu alcance sem conseguir o resultado desejado, classificam essas crianças como sem esperança de nenhuma melhora. Para Levinson, deveriam considerar que a criança responde ao animal, o que já é um indício de que ela tem algum potencial para uma recuperação (1969, p. 71, tradução nossa). Talvez, para alguns, a razão para não se aceitar a validade da terapia mediada por animais seja o sentimento de “onipotência ferida”: pois “como aceitar que um ser inferior pode trazer melhoras a um paciente, e eu não?”.

Por meio do contato com um animal de estimação, a capacidade de a criança vincular-se pode ser fortalecida, além desse relacionamento auxiliá-la, por meio da observação do comportamento do animal frente a suas atitudes em direção a ele, a perceber as relações de causa e efeito. Nesse relacionamento em que o amor é exercitado, pode qualquer criança ter suas necessidades de amar e ser amada satisfeitas. Logo, como podem ser valiosos os benefícios para uma criança esquizofrênica (LEVINSON, 1969, p. 71, tradução nossa).

Levinson coloca que o contato físico de um animal treinado para esse fim, a partir da mais tenra idade e durante todo seu estado de vigília, é uma maneira de aliviar a ansiedade extenuante da criança e ajudá-la a manter uma ligação mais sólida com a realidade. Pois em vez do contato com o cão do terapeuta em algumas sessões semanais, estará à sua disposição um cão quase em período integral (LEVINSON, 1969, p. 71-72).

O autor aponta uma outra facilitação proporcionada pela terapia com animais no que tange a ausência de continuidade do tema encontrada durante o tratamento de crianças. Então o uso de um animal comumente “(...) pode estabelecer um fio unificador que ajuda a desembaraçar mais rapidamente os elementos básicos na neurose nuclear da criança” (LEVINSON, 1969, p. 72, tradução nossa).

Para Bergler, esse modelo terapêutico é particularmente apropriado nos “(...) casos em que o diagnóstico indicado é uma desordem perceptual, experiencial ou comportamental originada de uma falta de segurança emocional durante o desenvolvimento inicial da criança” (1988, p. 44, tradução nossa).

Levinson, por sua vez, amplia a participação desses seres no processo psicoterapêutico, dizendo que a psicoterapia orientada por animais é indicada para crianças que não se expressam pela fala, inibidas, autistas, retraídas, compulsivas obsessivas e as

crianças socialmente desfavorecidas. Não é tão eficaz para os casos de crianças com transtornos orgânicos, de caráter, que demonstram *acting out*, bem como as extremamente brilhantes, que podem se comunicar bem (LEVINSON, 1969, p. 72, tradução nossa).

A terapia com animais pode ser aplicada a uma grande variedade de transtornos infantis. Nos casos em que a criança é desorganizada quanto a sua maneira de pensar de se comportar e tem medo de perder controle sobre seus impulsos, cometendo atos dos quais mais tarde arrepende-se, a terapia com animais fornece limites que ajudam a criança a proteger-se contra seus próprios impulsos. Os bons resultados advêm do fato de as atividades com o animal fazer com que ela aceite determinadas regras – o que torna possível uma certa organização de seus pensamentos e comportamento. Já em relação a “(...) crianças que são submissas, retraídas, e medrosas, a associação com um animal de estimação que aceita tudo o que elas fazem, ajudará essas crianças a libertarem-se e capacita-las finalmente a arriscarem-se em determinadas áreas desconhecidas” (LEVINSON, 1969, p. 72, tradução nossa).

Pelo fato de a criança de tenra idade não verbalizar suas experiências e sim tender a representá-las, a terapia com animais é indicada para elas. Em relação às crianças que apresentam fixação num nível primitivo de seu desenvolvimento e aí permanecendo pelas gratificações que lhe são oferecidas, o uso do animal como co-terapeuta pode auxiliá-las a buscar satisfação em outras situações da vida, removendo-as da fixação (LEVINSON, 1969, p. 72-73, tradução nossa).

Levinson observou ainda a eficácia do uso de animais de estimação como co-terapeutas junto a crianças culturalmente desfavorecidas e com transtornos emocionais, que apresentam dificuldades para verbalizar sobre suas aflições. Ao discutir seus problemas

com o animal, encontra a via para expor como se sente, sobre seus sonhos, suas relações, etc. (1969, p. 73, tradução nossa).

Levinson afirma que “o uso de um animal de estimação como um instrumento terapêutico traz novas dimensões para a psicoterapia infantil e necessariamente ajuda a cristalizar novos conceitos”. Ao se inserir um animal no *setting*, temos configurada uma situação de grupo. Para o terapeuta é uma situação favorável, pois pode observar o comportamento da criança com o animal; para a criança, também, uma vez que tem momentos descontraídos para identificar-se, projetar, experimentar empatia e tratar com condescendência (1969, p. 73, tradução nossa).

Todavia, quanto à eficácia do tratamento, Levinson comenta:

Para uma máxima eficácia, os animais devem ser introduzidos de uma maneira bem planejada na sessão terapêutica, e em certos casos eles devem se tornar parte do plano de tratamento. Além disso, os animais de estimação devem ser treinados para a função que irão assumir no tratamento, e os terapeutas seriam orientados para o uso de animais de estimação (1969, p. 74, tradução nossa).

Quanto ao local da sessão terapêutica, Levinson (1969, p. 74, tradução nossa) comenta que não precisa se restringir à sala do consultório, podendo acontecer num ambiente mais amplo, como na rua ou no pátio, ou aonde o desejo da criança e de seu animal os levarem.

Com relação ao termo *brincar*, Levinson faz certa distinção quanto ao emprego para a terapia com animais:

A palavra ‘brincar’ conota uma atividade escolhida que é muito ausente na estrutura do *setting* de uma clínica ou de um consultório particular, onde o objetivo das atividades é predeterminado ou o tempo fixado de antemão. O que estamos fazendo atualmente na terapia do brinquedo implica em franca simulação. É bem conhecido que por meio do brincar a criança pode ensaiar e tentar resolver alguns dos problemas de sua vida. Além disso, é mais

preciso chamar a terapia que envolve o uso planejado de animais de estimação – terapia com animais (1969, p. 74, tradução nossa).

Levinson (1969, p. 74-75, tradução nossa) assinala que os adultos atribuem características humanas aos animais. As crianças, por sua vez, fazem o inverso: atribuem aos seres humanos qualidades animais. O que é o oposto à impressão amplamente sustentada⁴⁸ de que é mais fácil para a criança identificar-se com seres humanos do que com animais. Por ser mais difícil para a criança projetar vida e identificar-se com um objeto inanimado, o grande mérito da terapia com animais esteja em permitir essa identificação com objetos vivos, constituindo-se num nível transicional ou intermediário.

Sobre a diferença “existencial” entre os recursos utilizados comumente na terapia com crianças e os animais co-terapeutas, continua Levinson:

Experientes terapeutas de crianças sabem que bonecas, argila, pintura com dedo e outros acessórios da sala de brinquedos não podem ser de fato amados. Eles não são vivos; eles não crescem, digerem e não são sensíveis. A criança intuitivamente sabe que eles não podem compartilhar seus sentimentos com ela. Como foi apontado por Bender e Rapoport (1944, p. 521), ‘Animais tem determinados atributos que suprem a mente humana com um excelente meio para o deslocamento dos impulsos reprimidos. Diferentemente de sua reação a uma boneca, uma criança pode conceber o animal como parte dela e de sua família e compartilhar suas experiências’ (1969, p. 75, tradução nossa).

Levinson observa que uma criança que foi tristemente privada de amor pode apresentar maior dificuldade em aceitar afeto de um adulto; entretanto, ela é capaz de recebê-lo de um animal (1969, p. 75, tradução nossa).

⁴⁸ BELLAK, L., and ADELMAN, C. *The children's apperception test (CAT)*. In RABIN, A. I., and HAWORTH, N. R., (Eds) *Projective techniques with children*. New York, Grune & Stratton, 1960; Blum, G., and Hunt, N. F. The validity of the blacky pictures. *Psychol. Bull.*, 49:238-250, 1952; Boyd, N., and Mandler, C. Children's responses to human and animal stories and pictures. *J. Consult. Psychol.*, 19:367-371, 1955.

A maneira como a criança trata do animal é muito mais expressiva e reveladora acerca de seus problemas e atitudes em relação ao mundo do que os demais recursos utilizados em terapia com crianças. O mundo criado pela sua imaginação é refletido sobre o animal. Este acaba funcionando como uma válvula de escape para suas emoções ao mesmo tempo que serve como o ativador de uma catarse das mesmas. Desse modo, o terapeuta deve se ocupar então em fazer com que a criança use seus recursos imaginários para sua recuperação (LEVINSON, 1969, p. 75, tradução nossa).

Através da compreensão depreendida do brincar com o animal, o terapeuta consegue fortalecer sua relação com a criança. Pode ainda o animal auxiliar a criança a aprender a compartilhar, bem como nas questões de separação e na formulação de uma imagem de si mesma (LEVINSON, 1969, p. 75-76, tradução nossa).

Um recurso que vem a agregar outras especiais dimensões à situação terapêutica é o passeio com a criança e o cão. É uma oportunidade para a criança perceber como o animal lida com as questões de toalete. O terapeuta aproveita para comentar sobre as experiências comuns entre os três nesse âmbito, o que faz a criança perceber o terapeuta como sendo um ser humano com todas as fragilidades inerentes também ao animal. Torna-se possível à criança novas maneiras de experienciar, de sentir, de relacionar-se. Portanto, tais passeios podem revelar-se como um catalisador do processo terapêutico (LEVINSON, 1969, p. 76, tradução nossa).

Não obstante a positiva perspectiva da terapia com animais, Levinson (1969, p. 76-77, tradução nossa) nos adverte de que

A mera prescrição de animais de estimação para crianças emocionalmente transtornadas sem ao mesmo tempo fazer-se uma provisão de intervenções psicoterapêuticas pode não somente ser proveitoso, mas prejudicial. Ao brincar sozinha com um animal, a criança pode ter fortalecidas suas disposições para o retraimento, fazendo-o dependente unicamente do animal como sua companhia e removendo-o da competitiva e terapêutica ansiedade social provocada pelas interações com seus pares.

Há dificuldades próprias da terapia com crianças, como por exemplo, a desconfiança que ela tem do terapeuta, considerando-o como um aliado de seus pais, bem como o sentimento de que se está sendo levado a um psicólogo porque ela é um ser atípico, incomum e estranho. Nesse ponto entra em cena o animal, que funciona como um elemento para se estabelecer mais rapidamente um *rapport* com a criança (LEVINSON, 1969, p. 77-78, tradução nossa).

Como em qualquer outra modalidade terapêutica, deve-se considerar os limites do *setting*. Na terapia com animais, as estórias criadas pelas crianças geralmente estão carregadas de agressividade, rumando para a destruição do terapeuta, dos pais e da própria criança. Mas, apesar disso, a criança pretende que tais estórias sejam aceitas pelo animal, pelo terapeuta, e daí por ela mesma. Trata-se de uma oportunidade para dar vazão aos impulsos agressivos ao mesmo tempo que permite ser realizada a catarse (LEVINSON, 1969, p. 78-79, tradução nossa).

No entanto, é mais natural que os impulsos reprimidos, agressividade, raiva e hostilidade em relação ao terapeuta sejam dirigidos ao animal. Então, a criança pode dizer que o animal é mau e portanto deve ser punido. É necessário compreender-se o que ocorre na seqüência da sessão para trazer à luz a hostilidade da criança. Se por um lado desejamos que a criança se expresse, por outro não podemos permitir que ela agrida o animal co-terapeuta. Há a necessidade de se colocar limites. Se o terapeuta não proceder dessa maneira, a criança poderá experimentar severos sentimentos de culpa além de medo e ansiedade. A criança ainda poderá ter sentimentos persecutórios, pois teme a vingança do animal (LEVINSON, 1969, p. 79, tradução nossa).

Em situações dessa natureza, Levinson comenta que tendia a interpretar para a criança dizendo que poderia haver algo do comportamento de seu cão Jingles que ela não

gostava e desejava destruir. Para as crianças que francamente lhe diziam que o odiavam e que queriam matá-lo, fazia com que percebesse que há conteúdos em nós mesmos que não apreciamos, e então ao encontrarmos tais conteúdos nos outros, desejamos destruí-los (1969, p. 79, tradução nossa).

Os limites são terapêuticos também na terapia com animais, pois a criança aprende que ninguém pode maltratar um ser vivo, e se o fizer, será punido por isso. Dessa maneira,

(...) a criança desenvolve um respeito pela vida em todas as suas manifestações. Isso mais tarde pode se traduzir em seus comportamentos com seus pares e figuras de autoridade. Ela começa a dar-se conta de como coisas vivas reagem, sentem, pensam. A partir dessa compreensão de limites de reação e da conduta em relação a ela na situação terapêutica, é levada a ver que os limites existem em todos os lugares e para todos. Portanto, quando colocamos limites, transmitimos aceitação da criança e tratamo-la como fazemos com todo mundo (LEVINSON, 1969, p. 80, tradução nossa).

No tocante à variedade dos animais de estimação adequados como co-terapeutas, apesar de Levinson referir-se amiúde a gatos e cães como co-terapeutas, existem muitas outras espécies que podem ser empregadas nesse trabalho clínico, pois como ele observa, “(...) as crianças geralmente se mostram sensíveis a qualquer ‘brinquedo vivo’” (1969, p. 80-81, tradução nossa).

Levinson dispunha de um aquário em sua sala de espera. A observação das evoluções executadas pelos peixes acabavam sendo tema da sessão terapêutica. Para algumas crianças, o aquário funciona como um poderoso dispositivo projetivo. O aquário pode configurar alguns dos objetos imaginários assustadores que povoam a mente da criança, além de servir para ligar conteúdos de sua imaginação com a realidade (1969, p. 81, tradução nossa).

Para as crianças que têm medo de crescer, por terem que deixar a fase da infância para tornar-se responsável por si mesma e pelos seus atos, a discussão sobre a vida num aquário é muito benéfica, pois pode observar peixes de vários tamanhos e idades, os pequeninos sendo dados à luz, o que permite que reflita sobre seu próprio crescimento, as diferenças sexuais entre os seres, a gravidez e o nascimento (LEVINSON, 1969, p. 82, tradução nossa).

Levinson cita o caso de John, um garoto adotivo de sete anos de idade, que era muito transtornado pelo fato de ter sido abandonado pela sua mãe. Ele tentou tirar a sua vida e de sua irmã acreditando que ambos não deveriam continuar vivendo, pois deveriam ser muito maus senão não teriam sido entregues para adoção. Não obstante sua mãe adotiva argumentar que um filho adotivo é uma criança preferida devido ao fato de ter sido escolhido, o garoto não se convenciu. Ainda acreditava que pela sua maldade inerente mais cedo ou mais tarde, por comportar-se mal, seria devolvido. Depois de algumas sessões é que John veio a perceber que havia um gato no consultório e passou a acariciá-lo. Quis saber sobre a origem do animal, ao que Levinson respondeu que o escolheu num abrigo para gatos. A princípio, o garoto teve dificuldades para aceitar a idéia de que um gato que tinha sido abandonado pela sua mãe poderia ser amado e aceito pelos outros. Após muitas sessões, durante as quais o assunto voltava a fazer parte da pauta, ele começou a considerar a possibilidade de que era realmente amado pelos seus pais adotivos. Desse modo, “(...) a recuperação de John pareceu iniciar-se com a discussão de nosso gato ‘adotivo’” (LEVINSON, 1969, p. 85, tradução nossa).

Passemos a considerar as dinâmicas próprias da psicoterapia com animais de estimação. Levinson comenta que um animal de estimação que antes era apropriado pode deixar de ser aceito e útil num outro momento. Deve-se considerar cuidadosamente os

diferentes significados que um animal pode assumir para a criança, “(...) por haver uma certa ‘legitimidade’ em que a terapia com animais funciona” (LEVINSON, 1969, p. 85-86, tradução nossa).

Levinson aponta que geralmente ocorre uma mudança nos temas apresentados nas sessões, passando pela psicodinâmica da situação e pelo tempo que a criança fica em terapia. No início, ela apenas afaga ou conversa com o animal, entrando numa brincadeira fantasiosa em que o animal é relegado a apenas realizar os caprichos do pequeno paciente. Nesse ponto, a criança desconsidera totalmente o terapeuta. Em seguida, o animal é colocado no centro das fantasias da criança, que designa a ele o papel a desempenhar (1969, p. 86, tradução nossa).

Ao poder oferecer alguma coisa ao terapeuta por intermédio do animal, Levinson salienta que esse fato pode representar a maior conquista no tratamento (1969, p. 86, tradução nossa). Citando Levin & Wermer, Levinson⁴⁹ diz que “superar as resistências da criança e sua inabilidade tanto para receber como para dar presentes indica que a criança está pronta tanto para oferecer amor como para recebê-lo” (1969:86, tradução nossa). Continua Levinson: “a criança começa a perceber que, a fim de ter amigos e ser considerada como um, deve ser capaz de renunciar a parte da sua natureza mais íntima nesse processo de permuta” (1969, p. 86, tradução nossa).

Levinson comenta que ao dar um presente, a criança passa a demonstrar um equilibrado crescimento rumo à maturidade. O ato de compartilhar com o animal é o vislumbre de um estágio em que a criança passa a relacionar-se com o terapeuta e com seus coleguinhas. Ela já não atribui ao animal a sua fome, dirigindo-se ao refrigerador admitindo sua vontade de comer. Então, todos participam da refeição: ela, o terapeuta e o animal (1969,

⁴⁹ LEVIN, S., and WERMER, H. Giving gifts in therapy. *J.Amer. Acad. Child Psychiat.*, 5:630-652, 1966.

p. 86, tradução nossa). Ao preparar o alimento do animal, a criança participa de uma atividade construtiva, pois cuidando do animal, ela “(...) pode identificar-se com a função do terapeuta e possivelmente com a dos pais” (LEVINSON, 1969, p. 86-87, tradução nossa).

Trata-se de uma experiência em que se permite à criança sair da posição de objeto receptor que desempenhara até então e passe à posição de objeto provedor. Outros, por sua vez:

(...) na sua revolta contra a compulsão de seus lares, depositam o alimento no chão, e comem a criança e o cão. A criança cheira o alimento, faz ruídos de animais, lambe suas mãos. Depois, a criança assume uma posição mais confortável à mesa, com Jingles sentado à frente (LEVINSON, 1969, p. 87, tradução nossa).

Levinson sublinha que é muito importante que, diante de uma criança que demonstra o comportamento acima citado, o terapeuta jamais desempenhe a função de pai ou de mãe: “nada que remotamente se assemelhe ao comportamento de pai ou mãe deveria estar em evidência” (1969, p. 87, tradução nossa).

Ao considerarmos as observações acima, consideramos que a preparação do alimento pela criança pode se tornar um importante componente para a construção do ego. Então, a criança pode relatar com muito orgulho a seus pais que ela preparou o alimento (LEVINSON, 1969, p. 87, tradução nossa).

Um outro aspecto a ser relevado na sessão terapêutica é que quando se trata de crianças retraídas, que não se aproximam do animal, o domínio que venham a exercer sobre o animal ao longo das sessões indica concretamente a elas que poderiam ser aceitas e então dominar a situação. Isso mostra para a criança que de fato ela é aceita e tem a afeição do terapeuta, desfazendo a idéia de que estaria sendo enganada por ele (LEVINSON, 1969, p. 88, tradução nossa).

Após ter passado pela terapia com animais de uma maneira satisfatória, a criança que chegava com medo de cães ou de gatos, depois de angariado um apreciável crescimento emocional, pode então perceber seu lar como um lugar razoável, amigável; e ainda notar que, à semelhança de seu animal, seus pais e coleguinhas são amistosos e bem-intencionados em relação a ela (LEVINSON, 1969, p. 89, tradução nossa).

Levinson ainda empregava a técnica “ensaio de comportamento”⁵⁰ que se consiste em

A criança e o terapeuta acompanhados pelo animal representam situações traumáticas que provocam um impulso colérico ou franca agressão. Já que o animal é o herói, a criança pode fazê-lo envolver-se nas atividades que seriam proibidas para a criança e, dessa maneira, obtém sentimentos inconscientes de gratificação sem desenvolver culpa real (1969, p. 89, tradução nossa).

Como se pode perceber pela leitura de *Pet-oriented child psychotherapy*, Levinson se utiliza de termos que nos permitem dizer que adotava como um de seus referenciais teóricos o referencial psicanalítico na sua terapêutica utilizando-se de animais como co-terapeutas. Mesmo Bergler (1988, p. 45, tradução nossa), sobre esse ponto, afirma: “a natureza psicanalítica de sua abordagem rapidamente se faz visível, como quando ele diz que a função de um cão seria a de dar puro prazer a uma criança – e não infligir constrangimentos como uma espécie de superego”.

Um ponto muito importante a ser abordado sem dúvida nenhuma é o da *transferência*⁵¹. Quando se fala em transferência na análise de crianças, deparamo-nos com as

⁵⁰GITTELMAN, M. Behavior rehearsal as a technique in child treatment. *J. Child Psychol. Psychiat.*, 6:251-255, 1965.

⁵¹ “Designa em psicanálise o processo pelo qual os desejos inconscientes se atualizam sobre determinados objetos no quadro de um certo tipo de relação estabelecida com eles e, eminentemente, no quadro da relação analítica. Trata-se aqui de uma repetição de protótipos infantis vivida com um sentimento de atualidade acentuada” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 514). O conceito de objeto na acepção que é empregado

posturas diversas de Anna Freud e de Melanie Klein. Levinson assume uma postura análoga à de Anna Freud e dos que se inscrevem na corrente da psicologia do ego, uma vez que afirma ser contrário à análise da transferência no tratamento de crianças. Para ele, os conceitos apresentados por Klein estão além do nível conceptual da criança (1969, p. 91, tradução nossa) – opinião partilhada com Anna Freud, pois para ela na análise de crianças, “(...) não é possível sobrepassar a barreira que impõe o domínio imperfeito da linguagem (...)” (em ABERASTURY, 1992, p. 65). Assim Levinson continua:

Além disso, o que é mais importante é que muitas crianças rejeitam qualquer tentativa em interpretar seu comportamento. Elas congelam e param de brincar. Isso pode ser também devido ao fato de que a interpretação pode soar para elas como os anteriores sermões e repreensões dos pais e figuras de autoridade bem-intencionadas. A criança fica cheia de raiva e portanto não quer aceitar essas repreensões. É necessária uma maneira diferente de abordagem. Nosso foco não está em como a criança alcançou essa natureza de ser o que ela é, mas em como ela está funcionando e o que nós podemos fazer para auxiliá-la a funcionar melhor (LEVINSON, 1969, p. 91, tradução nossa).

No último período da citação acima, vemos Levinson preocupando-se com o funcionamento egóico da criança, como o faz Anna Freud. Aberastury (1992, p. 65) comenta que, para obter dados sobre o funcionamento do ego, Anna Freud recorre ao exame das transformações dos afetos.

Ainda em relação à transferência, citando Anna Freud, Levinson (1969, p. 89-90, tradução nossa) afirma que esse processo psíquico como ocorre com adultos não pode existir com crianças. Continua ele:

Primeiramente, a relação face a face com o terapeuta não permite o desenvolvimento de uma transferência profunda. Além disso, as crianças têm pais que permanecem com elas e que controlam seu destino. Os pais não são dessa maneira introjetados como figuras sombrias que controlam o paciente através de um controle remoto inconsciente. Deve ser lembrado, contudo,

pela psicanálise será abordado no tópico “6.1. A PSICANÁLISE E AS RELAÇÕES OBJETAIS”. Já o conceito de transferência será melhor analisado em “6.1.2.3 Transferência e relações objetais”.

como foi indicado por Sigmund Freud (1955) e Brill (1945) que o animal pode nesse contexto também se tornar um objeto de transferência (LEVINSON, 1969, p. 90, tradução nossa).

Portanto, Levinson considera que uma transferência profunda com o terapeuta além de poder suscitar conflitos por demais desagradáveis pode mostrar-se como algo ameaçador. Assim, ele afirma que a relação terapêutica deve iniciar-se pelo estabelecimento de um vínculo com o animal, pois por ser o meio menos ameaçador torna-se viável o estabelecimento de uma terapia orientada pela realidade, que pareça à criança confortável e não ameaçadora (1969, p. 90, tradução nossa) – com essa prática, Levinson coloca em evidência um dos postulados de Anna Freud (em ABERASTURY, 1992, p. 65), segundo o qual na psicanálise de crianças é necessário uma vinculação positiva bem mais intensa que em relação a psicanálise de adultos, buscando-se dissolver os indícios de transferência negativa sempre que se fizerem presentes.

Como vimos, Freud e Levinson afirmam que a criança considera os animais como seres que não guardam diferenças em relação aos humanos – sendo, pois, tomados como ocupantes da mesma posição que ela na natureza. E é justamente isso que faz com que possa mais facilmente projetar seus sentimentos sobre eles. Mas essa especial identificação com os animais possível na tenra infância não é capaz apenas de suscitar projeções, podendo o *setting* formado por terapeuta-criança-animal sustentar também a transferência. E não estamos considerando apenas a figura do terapeuta como substituto de uma das figuras parentais a qual são dirigidos os sentimentos ternos ou hostis por parte da criança. Particularmente, por essa identificação com os animais, ocorre a transferência de tais sentimentos também a esses seres.

Em determinadas situações, a presença de um animal ao qual a criança pode vincular-se ainda permite ao terapeuta posicionar-se de uma forma imparcial, por exemplo, em casos em que a criança demonstre toda sua raiva em direção aos pais. Numa eventualidade dessas, o psicólogo ao mesmo tempo não se posicionará contra a criança, que encontrou no animal um aliado na sua luta por autonomia (LEVINSON, 1969, p. 90, tradução nossa). Aqui vemos que em meio a tantos outros benefícios já citados sobre a terapia mediada por animais, podemos pensar em um relacionado especificamente à transferência. O animal como co-terapeuta pode defletir em sua direção os sentimentos negativos que a princípio seriam transferidos ao terapeuta. Nesse sentido, em relação ao terapeuta, talvez o animal funcione como um “para-transferências-negativas” – numa busca de um neologismo próximo a “para-raios”. Isso talvez possa ajudar a estabelecer uma interação terapêutica menos marcada por agressividade.

Levinson afirma que diante de casos em que os pais agem de forma hostil ao se depararem com o fato de que um estranho, o psicólogo – e não eles –, pode auxiliar seu filho a superar algumas dificuldades. No entanto, sendo o rival pelo afeto da criança um animal, a situação se modifica, pois os pais não se sentem ameaçados pelo fato de seu filho brincar com um animal, um ser que desempenha uma importante função na dupla terapêutica. Essa postura dos pais pode ser explicada pela seguinte racionalização: a melhora da criança se deve ao fato de que ela precisa de algum animal para brincar (1969, p. 90, tradução nossa).

Um outro ponto que Levinson sublinha é que a criança em psicoterapia sabe que os pais comentaram a seu respeito, sem imaginar o que foi dito. Entretanto, nessa conversa com os pais o que lhe causa mais ansiedade é o que o psicólogo falou sobre ela. Para aliviar esse estado, o cão, “(...) um animal solidário, que obedece, e obviamente não pode dar ordens, pode ser decisivo”. Por intermédio do animal, a criança pode melhor tolerar as

emoções anteriormente negadas (LEVINSON, 1969, p. 91). Para Levinson, “(...) quando se trabalha com crianças pequenas, há pouca necessidade de interpretação e muita necessidade de ter outra experiência emocional” (1969, p. 91, tradução nossa).

Nesse sentido, o animal, pela sua natureza, pelo simples fato de “ser” um ente com características muito peculiares, dotado de volição, de vida, por demonstrar prazer em estar junto da criança, estaria atraindo a atenção desta sobre si.

Levinson ainda argumenta que o interesse da criança pode estar em resolver sua situação presente, não se preocupando com a origem de suas dificuldades nem com os métodos de resolvê-las. No entanto, um dos pontos em que busca apoio no método psicanalítico pode ser encontrado no comentário que faz acerca da compulsão à repetição, em que aponta sua importância para o tratamento, por tratar-se de um processo inconsciente por meio do qual a criança pode apresentar um comportamento primitivo e, por conseguinte, ser revelados alguns dos fatores que contribuíram para sua neurose nuclear (LEVINSON, 1969, p. 91-92, tradução nossa).

Também ressalta Levinson que “(...) algo muito significativo pode ocorrer mesmo que a criança simplesmente brinque com o animal e não pronuncie uma palavra durante toda a sessão” (1969, p. 92, tradução nossa). Nessa assertiva, Levinson parece abordar o poder próprio do brincar em suscitar a *ab-reação*⁵².

As crianças, à semelhança dos adultos, têm que lidar com os afetos pertinentes às recordações dos eventos que de alguma maneira deixaram marcas em seu psiquismo. Como colocam Laplanche e Pontalis,

A persistência do afeto que se liga a uma recordação depende de diversos fatores, e o mais importante deles está ligado ao modo como o sujeito reagiu

⁵² Descarga emocional por meio da qual o sujeito se liberta do afeto ligado à recordação de um acontecimento traumático. Pela ab-reação, impede-se que o afeto se torne ou continue a ser patogênico (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p.01).

a um determinado acontecimento. Esta reação pode ser constituída por reflexos voluntários ou involuntários, pode ir das lágrimas à vingança. Se tal reação for suficientemente importante, grande parte do afeto ligado ao acontecimento desaparecerá. Se essa reação for reprimida (...), o afeto se conservará ligado à recordação (1991, p. 01).

Freud comenta que o brincar é uma das atividades – ao lado da psicoterapia, por exemplo – que facilitam ao sujeito atingir a ab-reação. Diz o autor: “(...) em suas brincadeiras as crianças repetem tudo que lhes causou uma grande impressão na vida real, e assim procedendo, ab-reagem a intensidade da impressão, tornando-se, por assim dizer, senhoras da situação” (FREUD, 1997, v. 18). Lembremo-nos de que para Winnicott, “(...) o brincar é por si mesmo uma psicoterapia” (1975, p. 74).

Levinson comenta que havia ocasiões em que uma interpretação se fazia necessária; então, procurava fazê-la em termos das experiências da realidade da criança, evitando “(...) explicações imaginadas e forçadas” (1969, p. 92, tradução nossa) – referindo-se à escola de Melanie Klein. O autor assim explica essa sua postura:

Aliás, quando surgem as emoções reprimidas da criança, tanto ela [a criança] como eu tornamo-nos conscientes da importância de que se tornou conhecido e pouca interpretação é necessária. Essa observação se baseia na minha crença de que em terapia ninguém está tentando eliminar determinados pensamentos e emoções indesejáveis, mas tentando sintetizar tanto os impulsos aceitáveis como os inaceitáveis e de que a criança tenha se tornado consciente do fato de que a suposta parte inaceitável de si mesmo seja aceitável. Isso, (...), é muito mais fácil de ser feito por meio de uma identificação com um animal (LEVINSON, 1969, p. 92, tradução nossa).

No excerto acima notamos que Levinson adotava uma maneira de lidar com os pensamentos e emoções indesejáveis diferente da de Anna Freud (em ABERASTURY, 1992, p. 63), para quem o analista deve assumir a orientação da criança ao longo do período de análise, tendo ainda que ensiná-la a dominar sua vida instintiva, indicando-lhe quais

impulsos devem ser suprimidos ou condenados, quais podem ser satisfeitos e quais devem ser conduzidos à sublimação.

Ainda em relação à citação acima, parece-nos que Levinson, embora note os benefícios da ab-reação resultantes do brincar, atém-se a tornar consciente à criança seus próprios mecanismos projetivos direcionados ao animal, de modo a tomar contato com seus aspectos até então negados ou desconhecidos.

Sobre a interpretação de conteúdos de crianças pequenas, Melanie Klein (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 127) comenta que uma pergunta freqüentemente dirigida a ela era justamente “as crianças menores estão intelectualmente capacitadas para entenderem essas interpretações?”. Vejamos a resposta oferecida pela autora:

Minha experiência pessoal e as de outros colegas permitem concluir que as interpretações são perfeitamente compreendidas se estiverem relacionadas com os pontos mais importantes do material. Evidentemente, o analista de crianças deve dar suas interpretações da maneira a mais sucinta e clara possível, utilizando inclusive expressões infantis. Traduzindo em palavras simples os pontos essenciais do material que lhe foi apresentado, o analista entra em contato com aquelas emoções e ansiedades que no momento são as mais atuantes; a partir daí, a compreensão consciente e intelectual da criança dá continuidade ao processo. Uma das mais interessantes e surpreendentes experiências para o iniciante em análise de crianças é descobrir que mesmo nas crianças muito pequenas a capacidade de discernimento é, freqüentemente, bem maior do que nos adultos. Até certo ponto, a explicação disso é que as conexões entre consciente e inconsciente são maiores nas crianças pequenas do que nos adultos, já que as repressões infantis apresentam-se menos vigorosas. Acredito, também, que geralmente a capacidade intelectual da criança pequena é subestimada e que, na verdade, ela compreende as coisas muito mais do que supomos (KLEIN, em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 127-128).

A fim de ilustrar o que afirma no excerto acima, Klein nos oferece a descrição de um momento da análise de um garoto ao qual chamou de Peter. No brincar, ele jogou um boneco da cama e disse que estava “morto e acabado”. O garoto rejeitou severamente a interpretação de Klein de que o boneco representava seu pai – haja vista que a

interpretação do desejo de morte de uma pessoa amada geralmente provoca enorme resistência tanto em crianças como em adultos. Na terceira sessão, o garoto apresentou material semelhante, mas aceitou a interpretação e disse pensativamente: “Se eu fosse o papai e alguém quisesse me tirar da cama e me deixar morto e acabado, o que é que eu faria?”.

Klein entende que, com essa frase, Peter

(...) não apenas repensou, entendeu e aceitou minha interpretação, mas que também reconheceu outras coisas mais. Compreendeu, por exemplo, que seus sentimentos agressivos em relação ao pai aumentavam o medo que sentia por ele, e também que tinha projetado seus próprios impulsos sobre a figura paterna (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 128).

Vemos pelos excertos extraídos do capítulo “A técnica psicanalítica do brinquedo: sua história e significado”, da obra *New directions in psycho-analysis*, editado em 1955, que Melanie Klein procura esclarecer sobre a capacidade intelectual das crianças para entender as interpretações a elas oferecidas, como sendo um ponto questionado por muitos. Neste texto, Melanie Klein procura pontuar que cabe ao analista colocar a interpretação de uma maneira tal que esteja adequada ao nível conceptual da criança que esteja diante dele, em tratamento.

A terapia mediada por animais requer, como vimos, ajustes por parte do terapeuta do lugar a ocupar no *setting* bem como alguns questionamentos acerca do referencial teórico – que antes não considerava o envolvimento de um animal no processo terapêutico. Na terapia mediada por animais, temos de um lado o terapeuta que auxilia por meio de suas pontuações a criança a aceitar seus componentes rejeitados; junto ao terapeuta, temos os animais como facilitadores, como um recurso não-verbal. Nesse sentido, na conjugação do recurso verbal (terapeuta) e não-verbal (animal), Levinson nos diz que “(...) o êxito da terapia com animais depende em grande parte da habilidade do terapeuta em

transmitir através da postura, expressão facial, e tom de voz sua atitude positiva em relação à criança” (1969, p. 93, tradução nossa).

A importância da comunicação não-verbal no contexto terapêutico foi enfatizada por Corson & Corson e Corson *et al* (em BERGLER, 1988, p. 39, tradução nossa). Esses autores têm feito ampla documentação de tais comunicações para a regulação do comportamento interpessoal. Um exemplo de restrição de comunicação não-verbal entre humanos pode ser notado quando um dos interlocutores é impedido de ter contato visual com o outro pelo uso de óculos escuros. É uma situação que pode fazer com que aquele que está sem os óculos escuros experimente fortes sentimentos de insegurança. Assim, o contato não-verbal está envolvido com um significado existencial. Bergler acrescenta que

(...) Isso não é menos verdadeiro, naturalmente, em situações de terapia. Como Corson e Corson (1980) salientaram, não tem sido dada atenção o suficiente para a possibilidade dos efeitos prejudiciais dos sinais não-verbais transmitidos pelo terapeuta. Se um paciente mentalmente angustiado recebe sinais não-verbais negativos, isso pode agravar ainda mais seus problemas comportamentais – e talvez disparar rapidamente um círculo vicioso de desconfiança, falta de autoconfiança, dúvida e isolamento social (em BERGLER, 1988, p. 39, tradução nossa).

Corson e Corson afirmam que os cães como co-terapeutas são um ótimo recurso para minimizar o impacto de tais sinais não-verbais negativos – normalmente involuntários. Para eles, a probabilidade de a comunicação entre cães e humanos ser destruída é muito menor do que a comunicação entre humanos e os da sua própria espécie, pois

(...) os cães são muitas vezes o objeto das fantasias, necessidades e desejos dos pacientes; e através da “linguagem” de seus olhos, sua expressão fisionômica e corpo o cão chega a ser visto como um parceiro – um interlocutor – que é totalmente “aberto” e “honesto”, sem propósito racional (e portanto sem motivo oculto) (em BERGLER, 1988, p. 39, tradução nossa).

Como vantagens do emprego de cães como aliados na comunicação não-verbal, Corson & Corson comentam:

Os problemas que podem surgir na comunicação entre humanos são minimizados ou prevenidos totalmente na comunicação entre humanos e cães. Em outras palavras, o crucial, o processo de comunicação não-verbal produz confiança, firme confiança, segurança e acentuado amor-próprio – e pelo mesmo sinal dissemina desconfiança, acanhamento, qualquer tendência para isolamento social e reduzido respeito próprio. Um conhecimento do significado existencial da comunicação não-verbal no desenvolvimento humano – pulsação, toque, contato dos olhos, imitação, gesticulação, mímica, etc. – tem conduzido inicialmente ao uso de cães como co-terapeutas em clínicas psiquiátricas em casos de deficiência ou inexistência de habilidades comunicativas ou uma recusa para comunicar-se (em BERGLER, 1988, p.39, tradução nossa).

Assim, vemos que depois da conquista desse lugar por intermédio do pioneirismo de Levinson, outros eminentes nomes continuam a valorizar e utilizar essas habilidades dos animais em benefício da espécie humana. Nessa linha de atuação, no Brasil, temos Hannelore Fuchs, médica veterinária e psicóloga, já citada pela criação e coordenação do programa *Pet Smile*. Trata-se de um programa em que o terapeuta e seus co-terapeutas animais vão às instituições para cuidar dos pacientes. Criado há cerca de 6 anos, à época da publicação do artigo “O uso dos bichos em terapias”, na revista *Cães & Cia*, edição de julho de 1999, este programa encontrava-se

(...) implantado em cinco instituições paulistas que trabalham principalmente com crianças doentes ou portadoras de deficiências físicas e mentais: as Escolas de Habilitação e Reabilitação Amor Perfeito I e III, a Instituição Beneficente Nosso Lar, o Hospital da Criança [da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes] e o Lar Escola São Francisco (O USO DOS..., 1999, p. 29).

O trabalho da Dr.^a Hannelore Fuchs, consiste em visitas quinzenais ou mensais às instituições. “O rol dos chamados ‘terapeutas-animais’ é especialmente

selecionado. São cães, coelhos e tartarugas que moram com as voluntárias (...)” (O USO DOS ANIMAIS..., 1999, p. 29).

Um outro trabalho a nível institucional é o projeto *Eden Alternative*, criado pelo médico geriatra William Thomas. São 150 asilos e clínicas de repouso espalhadas pelos Estados Unidos e Canadá, em que os idosos convivem com cães, gatos, coelhos, tartarugas, passarinhos, e outros animais. “Vivem todos em harmonia, passeiam pelas salas de estar, dormem nos quartos, são limpos e bem tratados” (O USO DE..., 1999, p. 30). Sabendo que as pessoas que envelhecem em ambiente com plantas, animais e crianças podem viver mais e melhor, Thomas decidiu aplicar isso na clínica de repouso em que trabalhava. E os resultados foram tão satisfatórios que afirmou “Percebi que os remédios nem sempre vinham em frascos, mas também em quatro patas”. Surgia então, em 1994, o *Eden Alternative* (O USO DE..., 1999, 30-31).

Em 1982, a freira Pauline Quinn fez com que os animais tivessem um outro emprego terapêutico a nível institucional, ao inseri-los no *Purdy Correction Center for Women* (atualmente denominado *Washington State Correctional Center for Women*). O programa foi batizado como *Prison Pet Partnership Program*. “Além de oferecer às prisioneiras o aconchegante convívio com os animais, elas aprenderiam a adestrá-los, banhá-los, escová-los e tosá-los, aumentando a chance de se profissionalizarem” (O USO DE..., 1999, p. 32-34). Atualmente o programa já é adotado por cerca de dez presídios nos Estados Unidos, sendo alguns masculinos. Os animais que participam do programa também passam a ter um melhor destino: como são provenientes de abrigos de animais abandonados, ao serem adotados pelo programa, passam a ter um abrigo, para depois serem doados a deficientes físicos e a entidades que os utilizassem em terapias diversas (O USO DE..., 1999, p. 34).

5. O PAPEL DOS ANIMAIS NA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Para a elaboração deste capítulo, valemo-nos de autores como Boris M. Levinson, Reinhold Bergler, e Françoise Dolto. Os dois primeiros estão intimamente ligados a trabalhos que versam sobre interação homem-animal. Já o fato de recorrermos a Françoise Dolto justifica-se por essa autora preocupar-se em aplicar os conhecimentos psicanalíticos a fim de melhorar a vida diária de pais e crianças, procurando assim amenizar os acidentes no percurso do desenvolvimento da personalidade.

Bergler afirma que segundo o corrente pensamento científico, a psicologia do desenvolvimento humano está propriamente envolvida com o curso integral da vida humana. No que concerne às pesquisas em relação ao papel dos cães, no que tange a psicologia do desenvolvimento, as mesmas têm se ocupado até o momento em focalizar as áreas dos desenvolvimentos infantil e geriátrico – com particular referência a pessoas que vivem sós (1988, p. 51, tradução nossa).

Uma explicação apresentada por Bossard para os milhões de cães, gatos, peixes ornamentais cuidados por um sem-número de crianças está no fato de o amor dos humanos pelos animais ser um dos pontos em comum na existência de ambos (em LEVINSON, 1969, p. 158, tradução nossa).

Uma outra razão para essa paixão das crianças pelos animais está contida no seguinte comentário de Levinson, em que podemos notar o amor incondicional do animal pelo seu dono assim como o benefício disso para a criança quanto a sua auto-aceitação:

De certo modo, o animal de estimação se torna o espelho no qual a criança se vê querida e amada não por o que ela seria, ou poderia ser, ou poderia ter, mas por aquilo que ela é. O animal e seu dono olham-se e compreendem-se apenas com o olhar. A criança aprende que é possível comunicar os

sentimentos mais íntimos sem palavras, por meros gestos, olhar, ou mesmo pela postura corporal (LEVINSON, 1969, p. 160, tradução nossa).

Curiosamente, Dolto (1999, p. 253), traçando uma evolução do interesse das crianças pelos animais, observa que os primeiros animais a chamar a atenção de um bebê de oito ou nove meses são

(...) as pulgas, as formigas, os pequenos vermes, as coisas buliçosas (...). Se ele dá atenção aos animais grandes, é porque vê os pais cuidarem deles. Os pássaros só o interessam por educação, ou então os pássaros distantes, aqueles que aparecem como pontos, e não os que são tangíveis, se é que o podemos dizer.

Nessa idade, ao se interessar pelos bichinhos, a criança não tem nenhum temor. No entanto, descobrindo o poder que um dedo seu tem de esmagar ou fazer com que um inseto pare de mover-se, é tomado por uma mistura de prazer e terror. É a primeira oportunidade de a criança tomar contato com a morte, ao presenciá-la nesses pequenos animais a princípio como sinônimo de cessação da mobilidade (DOLTO, 1999, p. 253).

Françoise Dolto traça a seguinte seqüência com que algumas espécies passam a compor os relacionamentos “inter-específicos” com a criança. Por volta dos nove meses, sublinha a autora, que a criança mesma “(...) está na idade da motricidade nascente: descobre os bichinhos; por volta da idade da locomoção, descobre os patos, as galinhas; por volta de dezoito meses, dois anos, os mamíferos” (1999, p. 253-254). Assim, notemos que pelas observações dessa autora a criança começa a perceber os mamíferos – considerando que o maior número de espécimes domesticados e considerados de estimação estão agrupados na classe *Mammalia*, os cães e gatos – quando completa 18 meses ou 2 anos de vida.

Mas as crianças também se encantam pelos animais selvagens – como veremos a seguir, a partir dos dados obtidos da pesquisa realizada por Salomon, citada por

Bergler (1988, p. 52, tradução nossa), crianças de todos os grupos etários, quando questionadas sobre quais eram seus animais selvagens favoritos, responderam “leão” e “tigre” como suas duas primeiras preferências. A respeito da identificação das crianças com animais selvagens, Dolto comenta que a razão para tanto é que

(...) há no ser humano instintos de agressão não utilizáveis na sociedade. Então, para a criança, projetar-se na imagem de um ser selvagem que vive muito longe, em lugares onde não há humanos, dá-lhe o direito de exprimir emoções agressivas que a ajudarão a desenvolver-se e que, de fato, não prejudicam ninguém (DOLTO, 1999, p. 256).

Sobre a conduta dos pais em relação a esse tipo de comportamento,

Françoise Dolto comenta:

(...) E, como a esses animais habitantes das selvas, saibam dar a seus filhos muita liberdade, que possam viver como selvagens, na rua se não há espaço suficiente em sua casa, ou no campo. Não digam a seu filho: “Não grite desse jeito!” Deixem-no fazer todas as coisas que são “de brincadeira” e que fazem tão bem. Pois quando podemos fazer coisas “de brincadeira”, podemos viver melhor seriamente (DOLTO, 1999, p. 256).

No entanto, Dolto nos adverte de que não faríamos nenhum bem às crianças caso compartilhássemos de suas brincadeiras de viver como os animais selvagens. Acrescenta que com a vivência do *complexo de Édipo*⁵³, por volta dos quatro anos e meio, cinco anos, ocorrerá

(...) a primeira integração de seus instintos e da civilização num advento de sua consciência de criatura humana, indissolavelmente ligada ao grupo por suas leis sociais. Eles [os filhos] terão muitíssimas possibilidades imaginativas para utilizar suas emoções agressivas, que, por isso, não passarão para emoções inter-humanas (1999, p. 256-257)

⁵³ Abordaremos este conceito no tópico 6.1.1.2.1 O complexo de Édipo.

Françoise Dolto diz que as emoções envolvidas nas relações entre irmão e irmã, garoto e pai, garoto e mãe, garota e pai, garota e mãe, podem – para a saúde psíquica da criança – migrar para as zonas da imaginação. Então, surgem “(...) lutas imaginadas entre animal e humano, entre dois animais, entre animal e planta, animal e pedra, animal e monstro” (1999, p. 257). Essa autora sublinha que os contos com personagens animais se prestam para essa finalidade. Atentemo-nos para este seu comentário:

Chapeuzinho vermelho, em que o lobo come a avó, é em geral contado cedo demais. Mas há uma idade em que a criança tem fome dessas histórias (sic), e, se não lhas contamos, ela as inventa. Ela faz o lobo, simula comer você, mas já é tão agradável a simulação! Ela vive assim emoções de incorporação. Sente tão exatamente como os primitivos que, se ela pudesse incorporar os adultos, comeria alguém de quem gosta. Em vez dessa incorporação mágica e sensorial, ela tem de identificar-se com esses adultos de uma forma civilizada. Isso é, evidentemente, muito mais difícil; isso se passa unicamente num plano de identificação cultural (DOLTO, 1999, p. 257).

Em relação aos animais que vivem em meios líquidos – como os peixes e os anfíbios – e coexistem entre os ambientes terrestre e aéreo – como as aves, os morcegos, os insetos –, Dolto também acrescenta interessantes observações:

(...) pássaros, peixes, eles têm uma grande importância para o ser humano que tão dificilmente sabe nadar e voar. Quando uma criança pode amar um pássaro, quando esse pássaro pode levantar vôo para muito longe no céu, passear seu vôo por toda parte para onde a criança não poderia ir, parece que a criança fica um pouco menos impotente. Ao identificar-se com esses animais, ao dar-lhes um pouco de amor, é um pouco dela que escapa a essa condição terrestre tão difícil de suportar (1999, p. 259).

Dolto sublinha que não se deve pedir a uma criança que cuide bem de um animal em gaiola; ainda mais se ela for escrupulosa e apresentar sentimentos ternos. A autora ainda recomenda:

(...) não digam na frente dela “pobre animalzinho engaiolado”, pois ela pode tornar-se culpada disso inutilmente. Se uma criança deseja possuir um animal em gaiola, não digam: “Você será obrigada a dar-lhe de comer todos os dias”. Será que ela própria se preocupa em comer todos os dias? Dêem o animal à criança para que ela sinta uma alegria de existir maior do que sem esse animal (1999, p. 259-260).

Françoise Dolto (1999, p. 260) observa que a criança só é capaz de assumir a saúde de um animal em cativeiro, como um pássaro, após ela completar dez anos de idade. Pode ocorrer de ela, ao perceber que o animalzinho não tendo o que comer, acabar “ornamentando” a gaiola com toda sorte de alimentos, para depois deixá-lo sem o que comer durante um largo período. E é claro que compete aos pais dar o exemplo de cuidar, alimentar, mostrar consideração pelo ser vivo dependente. Entretanto, Dolto assevera que há aqueles pais que usam da seguinte chantagem: “Eu não cuidarei dele, e você será responsável pela morte dele”. Sobre esse proceder, a autora aponta que se trata do “(...) exemplo duplo da preguiça e do sadismo por interposta pessoa. Se a criança cede a essa chantagem, não é por amor à vida, mas por culpa; e não se pode amar por piedade sem se diminuir a si mesmo” (DOLTO, 1999, p. 260).

Geralmente se fala dos benefícios psicológicos proporcionados pelos cães e gatos. Françoise Dolto nos diz algo interessantíssimo sobre os peixes⁵⁴:

O peixe amado atende a necessidades afetivas específicas. Seu valor simbólico é especial e atua sobre conflitos quase uterinos. As pessoas que têm necessidade da presença, da amizade de um peixe são aquelas que, bem pequenas, tiveram dificuldades na adaptação aos pais. Isto é um fato de observação. Quando uma criança que não tinha contato, nem com seu círculo familiar, nem com os animais, e que destruía tudo, chega um dia a ter uma necessidade imperiosa de ver peixes, seja em aquário pequeno, seja em

⁵⁴ Ainda quanto ao interesse em manter uma relação – no caso não amistosa – com os seres que vivem no meio líquido, os peixes, a Psicanálise, buscando as motivações inconscientes dos atos humanos, pode explicar, por exemplo, o que subjaz à necessidade de se praticar caça submarina; necessidade presente tanto em crianças como em adultos. Dolto coloca que essa necessidade “(...) de dominar animais predadores sob o mar, às vezes é um modo de liquidar as tensões nervosas agressivas de um complexo de Édipo impossível de liquidar nas transferências propostas pelas circunstâncias da vida corrente” (1999, p. 260).

aquário grande, seja de espreitá-los nos riachos, vocês podem ter quase certeza de que está a caminho da cura. É uma criança que recupera o direito de se ter amado, por pequena que seja a lembrança inconsciente de si mesmo que se possa ter. (...) Uma criança que pensa “Como eu gostaria de ser peixe e como estou contente de olhá-lo” está em vias de ganhar, de adquirir enfim a paz com seus primeiros contatos difíceis, seja intra-uterinos, seja bem perto da vida intra-uterina, seus primeiros contatos com a mãe que foram perturbados (1999, p. 260).

É interessante como os animais de estimação têm feito de maneira incessante e universal bons objetos de amor. No entanto, antes de presentear uma criança com um animal de estimação, deve-se ter claro que os animais diferem entre si quanto às habilidades de satisfazer as necessidades de amor de uma criança. Por exemplo, um que permite à criança uma relação de contato, em que esta pode acariciá-lo, é muito mais proveitoso do que um peixinho de aquário. (HARLOW, HARLOW & HANSEN, em LEVINSON, 1969, p. 159, tradução nossa).

Bucke (em LEVINSON, 1969, p. 163, tradução nossa), em 1903, quanto à preferência por animais, obteve os seguintes resultados por meio de um questionário respondido por meninos e meninas entre 6 a 17 anos, em que comentam sobre seus animais de estimação: 42,86 % escreveram sobre cães; 27,57 %, sobre gatos; 6,28%, sobre canários; 5,45 %, sobre coelhos, etc. Uma posterior análise dos questionários revelou que o cachorro, o cavalo e o coelho são preferidos pelos meninos; e o gato, o canário e o papagaio são os favoritos das meninas.

Esse autor indica que os adolescentes preferem cães que são briguentos, bravos, inteligentes, e bons caçadores. Já as adolescentes, cães que sejam graciosos, belos, amistosos, dependentes e dignos de confiança (BUCKE, em LEVINSON, 1969, p. 163-164, tradução nossa).

Num estudo bem mais recente, Bergler (1988, p. 51, tradução nossa) cita os achados de Salomon, em 1984, no qual é demonstrado que as preferências por certos animais muda conforme o curso do desenvolvimento de cada um. No entanto, Bergler (1988, p. 53, tradução nossa) faz uma ressalva: tal estudo deve ser considerado como o primeiro passo para uma minuciosa investigação dos significados que os animais domésticos assumem em relação a determinadas idades.

Salomon (em BERGLER, 1988, p. 51, tradução nossa) apresentou as perguntas abaixo a uma amostra de 216 garotos e garotas com idade entre 5 e 13 anos:

1. Qual seu animal favorito?
2. Qual é o seu animal favorito entre os que vivem na natureza?
3. Qual o seu animal doméstico favorito?
4. Se você pudesse escolher ser um animal, que animal você escolheria ser?
5. A que animais você tem aversão, e quais o apavoram?
6. Quais animais mais frequentemente aparecem em seus sonhos?

O primeiro ponto a se apresentar é que com exceção de três, todas as crianças, independentemente da idade, gostariam de ter um animal doméstico. Contudo, a preferência por uma determinada espécie varia conforme a idade, como claramente mostra a tabela abaixo (SALOMON, em BERGLER, 1988, p. 52, tradução nossa):

Pergunta: Qual seu animal favorito?	Grupo Etário I	Grupo Etário II	Grupo Etário III
	(média de idade 6,5 anos)	(média de idade 9,5 anos)	(média de idade 11,5 anos)
	%	%	%
Gato	21,7	30	12,5
Cavalo	19,5	16	17,5
Cachorro	17,3	29,9	35
Outros	41,5	24,1	35

Conforme os dados acima, Bergler comenta algumas inferências dos mesmos:

Perguntadas quais eram seus animais selvagens favoritos, crianças de todos os grupos etários responderam “leão” e “tigre” como suas duas primeiras preferências. As mudanças de preferências relacionadas às idades por um animal particular, portanto, parecem estar determinadas em grande escala por o animal em questão, de qualquer modo, poder ser integrado ao desenvolvimento da pessoa – isto é, se (entre outras coisas) o animal pode auxiliar a satisfazer as necessidades psicológicas do indivíduo e igualmente elevar a qualidade de vida através da comunicação e do suporte emocional. (BERGLER, 1988, p. 52, tradução nossa).

Em relação aos motivos que influenciam a escolha dos animais de estimação, Salomon (em BERGLER, 1988, p. 52, tradução nossa) chegou aos resultados abaixo, assim divididos:

	Grupo Etário I (média de idade 6,5 anos)	Grupo Etário II (média de idade 9,5 anos)	Grupo Etário III (média de idade 11,5 anos)
	%	%	%
Amor e segurança	41,7	18	28,3
Autonomia e independência	23,8	54,5	59,2
Autoconfiança e agressividade	19,4	23,8	9,8
Nenhuma classificação possível	15,1	3,7	2,7

Entretanto, Bergler (1982, p. 53, tradução nossa) faz a seguinte ressalva quanto aos rígidos modelos de fase acima mencionados:

Embora os rígidos modelos de fase desse tipo precisam ser interpretados com cautela, como eles estão fundamentados na hipótese de que as experiências e os comportamentos das crianças podem ser divididos em um número de fases distintas, definidas pela idade, os achados mostram-nos que essas preferências relacionadas a idades também são a expressão das necessidades e estados motivacionais relacionados a idades (...).

Bergler (1988, p. 53, tradução nossa) comenta os motivos relacionados por Salomon:

A importância dos animais como uma possível direção para a autonomia, para um comportamento relativamente independente, e para a ação parece aumentar com a idade. “Amor e segurança” estão em primeiro lugar para o grupo mais novo – embora esse fator recupera alguma coisa de seu significado com o início da puberdade.

Em relação à maioria dos estudos que tratam do papel dos cães na psicologia do desenvolvimento, Bergler comenta que, até o momento, os mesmos se baseiam em diversos critérios subjetivos de plausibilidade. Acrescenta que seria de grande utilidade se tais estudos se desenvolvessem propriamente fundamentados em hipóteses teóricas, que poderiam, pois, ser testadas através de métodos empíricos. Levinson foi um estudioso do assunto que realizou muitos trabalhos sobre as possíveis influências dos animais sobre o desenvolvimento infantil, baseando-se demasiadamente em critérios de plausibilidade⁵⁵ (BERGLER, 1988, p. 53, tradução nossa).

Bergler (1988, p. 53) afirma que Levinson admitia que o papel dos animais está relacionado a idades específicas. No primeiro ano de vida de uma criança, mais especificamente no segundo semestre, quando esta começa a distinguir a mãe de outras pessoas, sentindo medo de estranhos e prazer ao ver a mãe retornar para junto dela,

⁵⁵ Não obstante a crítica de Bergler feita a Levinson, quanto ao seu demasiado uso de critérios de plausibilidade, trata-se do autor de que dispomos para basearmos-nos. Segundo seu editor, “Boris Levinson foi o primeiro psicólogo clínico profissionalmente instruído para formalmente introduzir e documentar a maneira como animais de companhia poderiam incitar o desenvolvimento de um *rapport* entre o terapeuta e seu paciente, desse modo elevando a probabilidade de motivação deste”.

(...) Crianças nessa situação necessitam de um “animal gostoso de abraçar”, um brinquedo macio que está sempre lá para funcionar como uma ponte entre elas e o mundo circundante, desse modo auxiliando-as a desenvolver confiança nesse mundo e nelas mesmas. Esse animal passa a ser visto pela criança como uma constante fonte de proteção e consolo, especialmente para aquelas ocasiões em que os adultos fazem suas primeiras exigências para uma criança (treino de toalete), e certos conflitos são inevitáveis (LEVINSON, em BERGLER, 1988, p. 53, tradução nossa)

Conforme o parágrafo acima, Levinson está se referindo ao conceito de *objeto transicional*, de Winnicott. Um objeto transicional pode se fazer presente num bicho de pelúcia, num boneco, tido como um objeto sentido como “não-eu”. Para a criança tem vital importância, porquanto serve de defesa contra a ansiedade (WINNICOTT, 1975, p. 17). Pelo exposto, Levinson está sugerindo que um animal de estimação pode funcionar como um objeto transicional.

“O primeiro animal de estimação importante de uma criança tem algo mágico, misterioso, e inacreditavelmente excitante em torno dele” (CAMUTI & ALEXANDER, em LEVINSON, 1969, p. 158, tradução nossa). Levinson comenta que “é de se esperar que essa mágica se transmita para toda a natureza, e a enorme necessidade da criança por amar ou ser protetor da vida animal seja um sinalizador da atenção que abarca todos seus companheiros humanos” (1969, p. 158, tradução nossa).

Levinson afirma que no brincar com animais a criança sente que pode facilmente comunicar-se com os mesmos, sendo uma das formas pelas quais a criança atua muitos dos problemas comuns da infância (1969, p. 158, tradução nossa). Para ele, muitas crianças acreditam numa mágica que possa ajudá-los a superar os obstáculos, sentimentos de solidão e inferioridade. Assim, o animal pode tornar-se um dos instrumentos para o pensamento mágico da criança, e aliado com o animal de estimação, a criança pode superar seus problemas de adaptação (LEVINSON, 1969, p. 159, tradução nossa).

Por exemplo, quando uma família se muda de residência, o animal doméstico pode também nessa situação desempenhar uma função muito útil, uma vez que para a criança um evento dessa natureza envolve a perda dos arredores da casa antes habitada, de amigos, de companheiros de escola, bem como de professores em que a criança já havia depositado sua confiança (LEVINSON, em BERGLER, 1988, p. 54-55, tradução nossa).

Assim como o processo de identificação envolve a relação da pequena criança com as figuras parentais, tal processo também se faz presente na relação com seu animal de estimação. Por identificação temos

Processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro. (...) Mais do que um mecanismo psicológico entre outros, (é) a operação pela qual o sujeito humano se constitui (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 226-227).

Alguns psicólogos acreditam que é mais fácil para a criança identificar-se com animais do que com seres humanos (BELLAK, em LEVINSON, 1969, p. 158, tradução nossa). Com efeito, em suas construções em que acreditam brincar com animais, as crianças afirmam freqüentemente que eles mesmos se tornam animais e os acolhem como seus iguais (STEKEL, em LEVINSON, 1969, p. 158, tradução nossa).

Freud afirma que no início da relação entre a criança e seu animal de estimação, a criança pode sentir medo do seu novo companheiro. Contudo, por meio do processo de identificação a criança pode começar a amar o animal (em LEVINSON, 1969, p. 159, tradução nossa). É por meio da identificação que a criança aprende a compartilhar das intenções e sentimentos do animal. Aquele que ama um animal e deseja “ler” seus sentimentos nos sons produzidos nas suas expressões e comportamentos, essa pessoa deve

prestar muita atenção e usar de diligência, esforçando-se no sentido de colocar-se na posição ocupada pelo cão (LEVINSON, em BERGLER, 1988, p. 54, tradução nossa).

Levinson (1969, p. 159, tradução nossa) comenta que essa identificação com um animal de estimação é que faz esse ser vivo tão excepcionalmente valioso para ela. É pela identificação com o animal que a criança vê a possibilidade de incorporar a força daquele. Ao exercer certo domínio sobre seu animal, sente que pode competir numa posição mais equilibrada com seus pais, cujos mero tamanho e aparente força esmagadora são excessivos. Esse autor acrescenta que além da questão da posição em relação aos genitores, o sentimento de ser o “dono” do animal também pode lhe proporcionar um crescente sentimento de independência salutar (LEVINSON, em BERGLER, 1988, p. 54, tradução nossa).

Como vimos em Freud (1997, v. 20), uma criança não encontra diferença entre sua própria natureza e a dos animais. Assim, aceita naturalmente o fato de poderem os animais dos contos de fada e das fábulas pensar e falar.

Isso explica o fato de as crianças pequenas acreditarem que seu animal tem as mesmas experiências e emoções que ela. Assim, os animais também sentem solidão, às vezes ficam zangados, também sentem tristeza e remorso, e também amam e odeiam e se relacionam com seu pequeno dono como ele se relaciona com seus pais. Para a criança, o animal sabe a diferença entre certo e errado e portanto pode ser responsabilizado pelas suas más ações, uma vez que assim acontece com ela (LEVINSON, 1969, p. 158, tradução nossa).

Ao dotarem os animais de características humanas, as crianças podem imaginar que os mesmos desempenham diferentes funções na família. Dessa forma, pais antipáticos e restritivos aparecem como animais agressivos, e pais tolerantes assumem a forma dos mais dóceis animais (BUSS & DURKEE, em LEVINSON, 1969, p. 158, tradução nossa).

À medida que a criança cresce, quer ser reconhecida e respeitada não somente em meio da sua família, mas também entre outros membros não-circunscritos ao âmbito familiar. Nessa situação, o cachorro pode auxiliar no estabelecimento de contatos com outros e assegurar o reconhecimento social de uma criança (BERGLER, 1988, p. 54, tradução nossa). E esse pode ser o primeiro real reconhecimento obtido pela criança por parte de seus pares (LEVINSON, 1969, p. 160, tradução nossa).

Por meio de uma constante associação com um animal doméstico, a criança pode perceber como seu comportamento afeta o animal, e vice-versa. Uma espécie de processo de aprendizagem subliminar ocorre no momento em que a criança passa a compreender o que isso significa, considerando que seres vivos somente podem co-existir num estado de dependência mútua (LEVINSON, em BERGLER, 1988, p. 54, tradução nossa). Em outras palavras, para Levinson, a relação criança-animal ajuda a desenvolver o princípio eriksoniano de mutualidade. Tanto a criança como o animal aprendem que são mutuamente dependentes. Dessa dependência origina-se a força para conquistar, doar, e dividir. Acrescenta-se que a criança aprende a reconhecer seu “self animal”, a causa de seus medos inconscientes (LEVINSON, 1969, p. 162, tradução nossa).

A posse de um animal pode desenvolver na criança o sentimento de responsabilidade por “alguém” que dela depende. Levinson (1969, p. 162, tradução nossa) diz que:

Um animal de estimação motiva a criança a ver-se na função de um dono benevolente, a ser eficiente, e muitas vezes abnegado no cuidado para com o animal. A criança tem que assumir responsabilidades pelo animal e delinear a existência do mesmo. O bem-estar do animal exige passeios periódicos, alimentação e ainda banho.

Ainda, se uma criança é responsável por cuidar e treinar um cachorro, ela mesma se acostuma à disciplina e a uma rotina fixa (BERGLER, 1988, p. 53-54, tradução nossa). Logo, pode adquirir um pré-requisito que a prepara para ingressar no mundo acadêmico.

O que se espera da criança, ao ingressar na escola, é que assuma responsabilidades, ou seja, que desenvolva um grau de independência e a habilidade para caminhar com seus próprios pés. Provavelmente ela será melhor sucedida nisso se for capaz de explorar e dominar até esse ponto áreas desconhecidas do seu mundo a partir de uma posição de independência. Melhor se nessas explorações a criança for acompanhada por um cão; desse modo, menos provavelmente se mostrará apreensiva, além de que tal companhia pode tranquilizar seus pais (BERGLER, 1988, p. 53, tradução nossa).

O convívio com um animal de estimação pode trazer outros subsídios para que a criança encare as experiências desagradáveis e desenvolva maior autotolerância:

Ao ensinar seu animal novas habilidades, através de tentativa e erro a criança descobre que às vezes deve aprender a controlar-se. Por meio das experiências dolorosas, ela aprende que repreender apenas servirá para atrasar ou impedir o aprendizado de seu animal. Como ela desenvolve maior tolerância pelas dificuldades do seu animal, pode tornar-se mais tolerante para com suas próprias inabilidades em dominar suas tarefas. (BOLTON, em LEVINSON, 1969, p. 160, tradução nossa).

Vale salientar que sempre que a criança obtém êxito ao ensinar alguma coisa a seu cão, seu amor próprio elevar-se-á, o que sempre ajuda a lidar melhor com os reveses em outras áreas da vida (BERGLER, 1988, p. 54, tradução nossa).

Um outro aprendizado que a criança abstrai do treinamento bem sucedido que realiza com seu cão é que até os animais podem tornar-se mais agradáveis ou mais queridos. Ela começa a perceber que uma criação apropriada faz do animal uma companhia

desejável. Ainda aprende que a razão pela qual o animal tenta ser bom está no fato de querer ser amado, e essa lição a criança pode aplicar a si mesma (LORENZ, em LEVINSON, 1969, p. 161, tradução nossa).

Levinson (1969, p. 161, tradução nossa) afirma que “pela posse de um animal de estimação a criança percebe que pode lidar com a realidade, e ela desenvolve força egóica e atitudes positivas em relação a ela mesma e aos membros de sua família”.

Assim como os adultos, as crianças têm seus dias “daqueles”. Ao chegar da escola num estado de espírito desanimado, seu cão pode sentir muito rapidamente o mau humor de seu dono (LEVINSON, 1969, p. 160, tradução nossa). Disso decorre que o convívio com um animal de estimação ainda pode desenvolver a empatia, uma vez que o animal pode ser visto como uma espécie de parceiro júnior também envolvido – como a criança – na questão da subsistência. A empatia por seres vivos e a compaixão por animais que estejam passando por um sofrimento podem transformar-se em simpatia e compreensão pelo sofrimento das pessoas com as quais a criança convive (LEVINSON, 1969, p. 161, tradução nossa).

De certo modo, um animal de estimação se torna a base com a qual a criança avalia a si mesma e a realidade. Aliás, há situações em que a única maneira pela qual a criança pode testar a realidade é através de seu animal (LEVINSON, 1969, p. 161, tradução nossa) – como exemplo tomemos as crianças que não têm irmãos, ou amigos, e que vivem somente com a companhia da empregada, que tem seus afazeres, e, em decorrência disso, a criança fica entregue apenas à companhia de seu animal, quando o tem. Levinson cita um exemplo comentado por Searles (em LEVINSON, 1969, p. 161, tradução nossa): um dos pacientes de Searles percebia durante sua infância a rejeição defensiva de seus pais, mas duvidava de suas próprias respostas emocionais. Então contava com seu cão para reconhecer,

através das reações do mesmo, se uma pessoa com a qual se deparavam era amistosa e digna de confiança, ou hostil, contra quem se deve precaver.

Em situações da mesma natureza como a narrada acima, em que a confiança da criança no adulto acabe se esvaindo, a relação criança-animal pode restabelecer essa confiança, conforme coloca Levinson:

Em certa época, a criança pode ter amado e confiado num adulto, mas teve sua confiança traída. Contudo, quando uma criança adquire um cão, aprende muito rapidamente que o cão não trai seu dono e pode ser confiável. Eventualmente, a criança pode passar a transferir seu sentimento de confiança no animal para o adulto (1969, p. 162, tradução nossa).

Na mesma linha de preocupação acima apresentada por Levinson, Dolto (1999, p. 258) nos chama a atenção para a forma como as crianças que são criadas solitariamente, os filhos únicos, demonstram seus afetos pelos animais. Ela cita o caso de uma garotinha cujo contato com a família se restringia a uma espécie de adulação. Assim continua a autora:

(...) Ela era constantemente o objeto dos olhares, da admiração; toda a família vivia do amor por ela porque ela era engraçadinha, bonita, dava gosto de mostrar, e ela só tinha troca verdadeira com um cachorro. O cachorro estava doente no momento do êxodo de 1940, e o pai recusou evacuar o cachorro, a pretexto de que estava muito doente e provavelmente morreria no mês seguinte. Essa provação nunca foi perdoada. A moça, que tem uns vinte anos atualmente, ainda sofre profundamente de uma espécie de câncer afetivo em relação aos homens, a começar pelo pai. Muito religiosa, ela só pode rezar pelo cachorro, único ser no mundo que lhe seja de bom conselho. Ela não pode perdoar aos pais terem deixado o cachorro morrer longe de sua presença. Censura-lhes não ter podido morrer com o cachorro, não ter assistido a esse declínio nela, ter passado por essa provação que precisamente queriam evitar-lhe, e que faz que nela haja doravante algo de absolutamente insociável, que necessite de um tratamento psicológico difícil. Ela se identificou afetivamente com aquele animal martirizado e consagrou-se, por amor mórbido, ao ódio dos homens. Assim constitui-se toda uma personalidade patológica (DOLTO, 1999, p. 258).

Levinson salienta que nem sempre o afeto, o amor e a simpatia demonstrados por uma criança em relação a um animal podem ser automaticamente transferidos para a esfera das relações humanas. De outra forma, um animal doméstico pode “ensinar” uma criança a amá-lo, com ele a identificar-se e a fazer associações, mas isso não significa necessariamente que a criança é capaz de compreender e a identificar-se com outras pessoas. Nesse ponto, os pais devem intervir e suplementar o processo educativo, encorajando a criança a transferir suas experiências com os animais para a esfera interpessoal (LEVINSON, em BERGLER, 1988, p. 54, tradução nossa).

A sexualidade e a excreção, que são temas que acabam colocando pais em situações constrangedoras, também podem ser melhor assimilados pela criança que convive com um animal de estimação. Bossard (em LEVINSON, 1969, p. 163, tradução nossa) coloca que através da observação dos comportamentos sexuais do animal a explicação sobre esses temas se torna mais fácil para os pais. Levinson (1969, p. 163) diz que, ao tomar contato com tais situações, a criança tem oportunidades de aprender – de uma forma branda – sobre as diferenças sexuais, o que pode lhe dar *insights* sobre suas próprias emoções.

A criança pode observar um cachorro lambendo-se, o prazer que o mesmo experimenta, e a clara indiferença dos adultos. Sobre essa questão, os pais podem discutir com a criança algumas das ansiedades e medos acumulados em torno disso. A criança também pode aprender que a micção e a defecação são assuntos que são facilmente discutidos quando dizem respeito ao animal. O cão é levado para passear, a fim de que possa ser aliviado. Uma discussão em tal nível conduz facilmente à consideração dos problemas ligados aos esfíncteres, e a aceitação dos mesmos como sendo dignos de consideração e não como indecentes e que não se devem ser mencionados (LEVINSON, 1969, p. 163, tradução nossa).

Bergler concorda com Levinson quanto a um animal de estimação funcionar como um ponto de referência muito útil, uma vez que os pais podem usá-lo como elemento

fundamental para a discussão de problemas difíceis, como a sexualidade (1988, p. 54, tradução nossa).

Também Françoise Dolto coloca que “(...) o aprendizado da vida sexual, das condições da reprodução, mediante a convivência familiar com plantas e animais, é o melhor meio de educação” (1999, p. 261). A autora acrescenta:

Enfatizando a vida afetiva, o amor pelas plantas e pelos animais, pode-se ao mesmo tempo deixar muito cedo a criança a par das leis da natureza relacionadas com a fecundação e infundir-lhe o respeito por seus ritmos sazonais, ensinar-lhe a influência das chuvas e das geadas sobre tais períodos, o papel dos estames, dos pistilos, a vida nova da floresta na época do cio. Tudo isto, já aos quatro, cinco anos. Em cada primavera, vocês poderão contar-lhe como toda essa natureza está a caminho da vida, ajudá-la a observar-lhe as etapas. Vocês podem estar certos de que tais crianças, nas imediações dos oito, nove anos de idade, não terão nenhum dos problemas criados pela mescla do escatológico com a sexualidade (1999, p. 261).

Dolto sublinha ser importante os pais apresentarem à criança a vida sexual dos animais como algo natural, dizendo, por exemplo, quando são vistos unidos: “Eles estão se casando”. A criança que recebe tais instruções “(...) não faz aproximações com o adulto, mas aprende a respeitar os animais reproduzindo a vida” (1999, p. 261). Françoise Dolto coloca que se os pais mostram a sexualidade dos animais “(...) como fatos simples, naturais e magníficos, evitarão que, aos doze anos, ela [a criança] fique obcecada por sexualidade” (1999, p. 261). Em relação a crianças que não conviveram com animais, Dolto faz a seguinte observação: “(...) é delicada a passagem pela etapa da instrução sexual: não se sabe o que vai chocá-las, o que não as chocará. Se todos esses problemas foram levantados antes do momento em que a criança se pergunta “e eu, e meus pais”, tudo parece normal e nada é chocante” (1999, p. 261).

Além das questões ligadas às curiosidades em torno da sexualidade como fonte de prazer, a partir da observação do comportamento animal quanto aos processos de

procriação e nascimento, a criança pode compreender algumas questões referentes a sua origem (LEVINSON, em BERGLER, 1988, p. 54, tradução nossa).

Dolto (1999, p. 258) observa que, na esfera das anomalias sexuais, o bestialismo surge como “(...) a peculiaridade de indivíduos que não puderam viver sua afetividade brutal quando eram crianças”. Dolto acrescenta que um indivíduo de temperamento violento que seja impedido, por conta de sua educação, de externar sua agressividade por meio dos jogos, por exemplo, tenderá fazê-lo maltratando animais, e isso na proporção do quanto ele mesmo é submetido a violências provocadas pelos adultos (1999, p. 258). Então, “(...) se é impedido de exteriorizar sua violência nos animais, há muita possibilidade que um núcleo patológico considerável dormite nele até a idade da sexualidade genital⁵⁶ e que, no lugar dos golpes, ele tenha vontade de realizar atos sexuais com os animais” (DOLTO, 1999, p. 258).

Por outro lado, quando se permite à criança de dois a quatro anos que exteriorize sua agressividade nas brincadeiras e jogos e até brincando com os animais,

(...) não haverá problemas sexuais no futuro, porque ela terá vivido plenamente, até na provação (as reações de defesa dos animais que a obrigam a limites), a sexualidade motora daquele que é o mais forte sobre o mais fraco. Ela terá feito amizade com os animais que, por isso, já não serão objetos passivos de seu gozo, como acontece aos sujeitos atingidos por essa perversão (DOLTO, 1999, p. 258-259).

Dolto (1999, p. 254) sublinha que “o sofrimento, a morte dos animais é o problema capital da criança em contato com a animalidade”.

Essa autora (DOLTO, 1999, p. 254) enfatiza que muitos pais ou responsáveis contribuem para o surgimento de neuroses que se iniciam nessa idade e que

⁵⁶ Fase do desenvolvimento psicosssexual que vem a se instituir propriamente na puberdade (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 180). Trataremos desse tema no tópico “6.1.1.1 O auto-erotismo”.

influenciarão sobremaneira a vida desse ser humano quando adulto. Por exemplo, quando levam a criança a crer que faz o animal sofrer, acabam aumentando o sofrimento dela, nos casos em que a criança provoca e aborrece um animal, chegando a machucá-lo, e este mostra que é capaz de defender-se. Então, o perigo a nível psíquico está em o adulto interpretar essa situação dizendo: “(...) você está vendo, você o machucou” (DOLTO, 1999, p. 254). A autora acrescenta que melhor seria dizer:

(...) “Você está vendo, ele sabe defender-se”. Isto é importante, pois o fato de defender-se não é nem bem, nem mal, traduz um instinto de conservação. A criança descobre que ultrapassou os limites do que lhe é permitido fazer e causa-lhe prazer ir até o limite. Não compete sobretudo a vocês, adultos, se meterem nisso, pois então estragariam tudo: esse animal será “papaizado”, “mamãezado” e deixaria de ser um animal. Emprego de propósito estas palavras de crianças para lhes mostrar que nesse momento já é uma experiência de civilizado que se projeta e faz dizer que se é “malvado”. A criança se mostrou forte, e o animal também mostrou que é forte. Se a criança se feriu, não é “bem feito”, é uma experiência salutar que se deve ajudar a aceitar como um acréscimo de conhecimentos (DOLTO, 1999, p. 254).

Dolto faz uma interessantíssima observação sobre a interação criança-animal, quando aquela faz este sofrer:

Vocês bem sabem que os animais toleram das crianças o que jamais aceitariam dos adultos. Vêm-se crianças arrelhar e aborrecer bichos, e esses bichos as adoram. Por quê? Decerto porque esses animais não sentem uma intenção destrutiva. Parece que esses animais domésticos, esses animais de fazenda sentem uma troca de vitalidade entre eles e a criança. Aliás, quando sofrem, quando a criança os machuca, eles mostram que são capazes de defender-se com uma arranhada ou uma dentada com conhecimento de causa (1999, p. 254).

Bergler acrescenta que os pais podem encontrar na relação criança-animal elementos fundamentais para a discussão dos fatos básicos da vida e da morte (1988, p. 54, tradução nossa). Também Crase e Crase suscitaram esse ponto, enfatizando particularmente a

possibilidade de incutir na criança uma compreensão da morte como um fenômeno universal, inevitável e irreversível, provendo-os para uma experiência de luto como uma estratégia perfeita para lidar com a perda (em BERGLER, 1988, p. 54, tradução nossa).

Ao presenciar a morte de seu animal de estimação, a criança sofre, tendo que passar pela elaboração do luto pelo seu companheiro. Então compreende que a morte é uma realidade, e que um dia seus genitores, ele mesmo, e todos os seres vivos experimentarão.

Ocorrendo a morte do animal, Dolto afirma tratar-se de uma experiência por meio da qual a criança descobre a condição de todo ser vivente. Adverte ser essencial aos pais não apresentar à criança esse fato “(...) como uma coisa que faz mal, mas como um fato”. Além disso, não se deve piorar as coisas atribuindo a causa da morte do animal a alguma ação da criança, fazendo com que se sinta culpada (1999, p. 254). Para ilustrar, a autora apresenta a seguinte situação:

Quando uma criança que brincava habitualmente com um pintainho o vê ser esmagado por um carro, não se deve dizer-lhe: “Você está vendo, você também pode ser esmagado por um carro”, pois ela já tem essa apreensão, mas: “O pintainho talvez não tenha ficado tempo suficiente perto da mamãe dele, ele ainda não sabia atravessar a estrada, mas não tem importância, a mamãe fará outros”. Isto é muito educativo e na mesma noite você poderá ver a criança pedir outro pintainho (DOLTO, 1999, p. 254-255).

Para o desenvolvimento psíquico da criança é importante ter adquirido “(...) uma experiência, e não ter adquirido o sentimento de que a morte é uma coisa apavorante” (DOLTO, 1999, p. 255). Embora a criança ainda não consiga suportar a idéia da morte dos pais, ao presenciar a morte de outros seres vivos amados, já se vê diante da dura realidade de ter que suportar a separação material das suas existências, guardando-os na lembrança (DOLTO, 1999, p. 255).

Estando na idade em que já pode compreender que a morte não poupa adultos nem entes queridos, “(...) a criança pode reagir com uma negação de sua condição humana. Não quer tornar-se um humano, porque, se os animais são substituíveis, os humanos não o são” (Dolto, 1999, p. 257). Dolto recomenda que diante do fato da morte de um animal querido pela criança, os pais não devem elevar a dor às alturas da tragédia, de modo a proporcionar um preparo para que a criança possa mais brevemente amar outros animais, desenvolver “(...) em si a aceitação da provação da morte com essa supressão perpétua que corresponde às estações das plantas” (1999, p. 257). É um tanto esperado que a criança tenha menos dificuldade em lidar com a perda de um ente querido se este for um animal do que se for um humano, pois como coloca Dolto

(...) há, na experiência vivida por um ser humano no decorrer de seu desenvolvimento, algo que o deixa para sempre inassimilável a um outro, ainda que seja seu gêmeo. Os animais, pelo contrário, têm para com os humanos ressonâncias afetivas tão próximas que parece mesmo que suas experiências sejam as mesmas no seio de uma mesma raça (exceto se o animal viveu em condições totalmente anormais, ou se foi criado por um indivíduo sádico) (1999, p. 257-258).

Diante da morte de um dos pais da criança – ou no caso de separação dos mesmos, tendo que escolher de quem ficará distante, ou separação de seus irmãos –, em muitos casos o genitor sobrevivente se encontra incapacitado para prover o afeto de que uma criança necessita numa situação dessas. Então, é o próprio animal que se faz como uma fonte substituta de afeto (BERGLER, 1988, p. 55, tradução nossa).

Levinson revela que nos casos em que a criança tem um animal de estimação, um amigo confidente tratado com carinho, a ansiedade de separação não se apresenta tão intensa. Ele acrescenta que em muitos casos a fobia da escola é baseada na existência de uma relação marcada por um apego anormal em relação à mãe ou

ocasionalmente ao pai, sendo presente o medo de que ao retornar da escola a mãe ou o pai não esteja esperando por ela. Muitas vezes, a causa de tal sentimento está no fato de os pais brigarem na sua presença. Mas a certeza de que há um animal de estimação esperando por ela pode ajudar a mitigar a ansiedade e o medo da separação (1969, p. 162, tradução nossa).

Uma outra situação que pode configurar uma das horas mais difíceis para uma criança é o nascimento de um irmãozinho. Aqui também um animal serve de suporte emocional, pois para a criança esse fato pode ter a conotação de que seus pais, parentes e amigos da família dispensam toda atenção para o recém-nascido (BERGLER, 1988, p. 55, tradução nossa).

Dentre outras “aplicações pedagógicas” de um animal de estimação para a vida de uma criança, Levinson comenta que o fato de o animal estar passando por cuidados veterinários, tendo que tomar medicamentos, ter sua dieta alterada, pode fazer com que a criança aceite as ordens de um médico quando ela também precisar de cuidados (1969, p. 162-163, tradução nossa).

Levinson acrescenta ainda que crianças que passam pela experiência de pesadelos e temem sua recorrência podem ter sua ansiedade diminuída, através da posse de um animal:

Algumas vezes a criança observa seu animal gemer e chorar enquanto dorme. Obviamente o cão está tendo um pesadelo⁵⁷. A criança pode ser ensinada pelos seus pais que o animal se acalma num dado momento. Isso pode ensinar à criança que ocasionais pesadelos não são prejudiciais, e que ela também pode superá-los (1969, p. 162, tradução nossa).

⁵⁷ Ao observarmos nosso cãozinho, Fluke, enquanto dorme, notamos sempre que possível que seus membros executam movimentos descoordenados, enquanto seus olhos movimentam-se da mesma maneira como os de quem durante o sono experimenta a fase REM.

Por outro lado, a relação criança-animal eventualmente também pode conter aspectos indesejáveis, que precisam ser corrigidos. Um animal que não tenha seus comportamentos sexuais inibidos pode induzir a criança a ter comportamentos semelhantes, que, por sua vez, conduzem ao desenvolvimento de ansiedade (FORD & BEACH; MENNINGER, em LEVINSON, 1969, p. 171, tradução nossa). Para pôr fim a esse comportamento, a criança pode evadir-se para os devaneios ou para as atividades auto-eróticas (LEVINSON, 1969, p. 171, tradução nossa). Essa é uma razão pela qual não se deve de imediato pensar que a posse de um animal de estimação possa ser o melhor auxílio para uma criança com distúrbios emocionais. A introdução de um animal na família do pequeno deve ser bem estudada. É de se esperar que, a partir da orientação de como lidar com o animal, a criança também aprenda a lidar com suas ansiedades (LEVINSON, 1969, p. 171, tradução nossa).

Em obras distintas, Chapman e Moskin (em LEVINSON, 1969, p. 171, tradução nossa) colocam que pode ocorrer rivalidade entre a criança e o animal. Levinson acrescenta que a chegada de um novo membro na família pode transtornar o animal que está acostumado a ser o centro das atenções. A irritação do animal pode evidenciar-se de muitas maneiras: atacando a pessoa que cuida da criança, latindo para a criança, ou até mesmo recusando alimento (1969, p. 171). Chapman (em LEVINSON, 1969, p. 171-172, tradução nossa) relata um caso desses:

(...) um cão convivia com a família há três anos antes de o bebê nascer. O cachorro era ternamente amado tanto pelo esposo como pela esposa. Quando o bebê nasceu, Speckles, o cão, começou a “implorar por atenção todas as vezes que a criança era alimentada, banhada ou atendida em qualquer situação.”

“Speckles se colocava no caminho sempre que a mãe ou o pai começava a fazer alguma coisa para o bebê. Ele se tornou um animal nocivo, sempre pedindo para ser acariciado e ser assegurado de que era amado tanto como sempre fora pelo seu dono e dona”.

Basicamente, as crianças no âmbito familiar experimentam emoções um tanto similares, mas não sabem como expressar sua contrariedade ou decepção – ou se sentirem livres para tanto – em relação a um usurpador. Um animal num lar supre o pai com uma oportunidade dourada para explicar à criança as razões pelas quais o cão se comporta daquela maneira. Isso indica simpatia e apreciação pela devoção do animal em relação à família e o sentimento equivocado do cão de estar sendo privado de seu habitual lugar no coração da família. Então o pai pode pedir ao filho que tranquilize o animal, dando-lhe amor e cuidados extras. Assim, ao dar-se conta de que seus pais, apesar do comportamento indesejado, continuam a estimar o cachorro da mesma forma, as crianças estão mais prontas para admitir e assimilar seus próprios sentimentos. Perceber que os sentimentos e comportamentos de alguém são aceitos e não serão condenados é muito importante e benéfico para o desenvolvimento emocional saudável da criança (LEVINSON, 1969, p. 172, tradução nossa).

Vimos que antes de a família adotar um animal de estimação deve antes considerar que é necessário educá-lo paralelamente ao(s) filho(s) que já possui(em), a fim de evitar que o novo integrante constitua-se num problema para a família; que o quanto o animal pode ser afetado emocionalmente por algumas alterações na estrutura e rotina familiar.

Nos próximos parágrafos, ocupar-nos-emos em apontar que “(...) a conduta dos pais frente aos animais que seus filhos amam” (ABERASTURY, 1996, p. 61) influi sobremaneira no desenvolvimento da personalidade dos pequenos.

Assim, Aberastury afirma que “(...) os pais deslocam sobre os animais agressões, castigos e censuras que, na realidade, são dirigidos a seus filhos (...)” (1996, p. 61).

E frente a isso,

(...) a criança interpreta e compreende o significado inconsciente da conduta de seus pais, angustiando-se e atemorizando-se intensamente, quando seu

animalzinho é castigado, maltratado, afastado ou eliminado, o que deixa marcas profundas em sua futura vida pulsional (1996, p. 61).

Vejamos os casos citados pela autora (ABERASTURY, 1996, p. 61-62), a título de ilustração. O primeiro é de um rapaz de 18 anos, cuja queixa ao iniciar o tratamento psicanalítico foi de ter apresentado dificuldades na convivência familiar e escolar, uma vez que sofria de asma e impotência. A autora comenta que depois de cerca de 2 anos de tratamento, com 6 horas semanais, numa sessão em que se tentava perscrutar o motivo inconsciente de suas dificuldades de potência sexual, o rapaz sentiu uma dor muito forte nos genitais seguida de uma sensação de como se seus membros inferiores estivessem sendo anestesiados “para operá-lo de alguma coisa”. Por intermédio de suas associações, surgiu em sua consciência uma lembrança totalmente relegada ao esquecimento:

“Entre os 8 ou 9 anos, tinha um cãozinho”, disse. “Eu sempre o masturbava, e ele tinha-se acostumado e esfregava-se contra todas as pessoas, móveis e almofadas. Papai ficava furioso quando o via, dizendo que iria acabar com isso. Um dia, quando voltei do colégio, encontrei-o no chão, triste e cheio de sangue. Papai tinha-o feito castrar. Foi horrível. Não sei como pude esquecer-me disso. Sinto uma dor atroz nos genitais, parece que foram arrancados.” (ABERASTURY, 1996, p. 62).

Depois de essa lembrança irromper em sua consciência, o rapaz por várias vezes havia se referido àquela época como uma das mais horríveis de sua vida. Comentou ainda que naquele tempo se masturbava muito, sozinho ou acompanhado dos colegas – essas lembranças vinham acompanhadas de muita angústia e culpa. Ao recordar-se do acontecimento traumático infligido a seu cãozinho por seu pai, vinculou a esse fato seu sentimento de culpa e angústia pela masturbação, assim como seus temores de que seu pênis havia sido danificado “(...) (desde os 9 ou 10 anos, era obcecado pela idéia de que seu pênis

crecia torto, e pensava que isso iria lhe trazer dificuldades em sua vida sexual)” (ABERASTURY, 1996, p. 62).

Considerava-se responsável pelo castigo sofrido por seu cão, pois ele próprio havia ensinado ao animal masturbar-se. A continuidade da análise ainda revelou como esse sentimento de culpa pelo dano ao seu animal de estimação ainda ocultava uma angústia um tanto mais profundamente recalcada: havia o temor de ter deteriorado seu irmão menor – que era acometido de graves distúrbios epileptiformes – porquanto o havia iniciado na masturbação, além de forçá-lo a manter relações com ele e os colegas (ABERASTURY, 1996, p. 62).

Em relação a esse caso, Aberastury (1996, p. 62) conclui que a conduta do pai com o cão confirmou para o filho seus temores de que seus genitais também poderiam ter o mesmo destino. A castração era iminente, estava sempre a rondar.

(...) Constituiu, para ele, uma advertência do que lhe poderia acontecer, se se masturbasse ou tivesse relações sexuais. Depois, esta lembrança foi recalcada, mas continuou atuando nele, condicionando grande parte de seus sintomas, especialmente suas dificuldades de potência. É evidente que o pai relacionou a masturbação do cão com a de seu filho, o que o animou a executar no animal o que não podia fazer, fisicamente, em seu filho. No entanto, realizou-o psicologicamente e, com aquela advertência, castrou-o (ABERASTURY, 1996, p. 62).

A autora cita o caso de uma garotinha de 2 anos e 9 meses que sofria de intensas dores de estômago, diarreia, crises de angústia, pavores noturnos e uma grande angústia quando anoitecia e se aproximava a hora de dormir. Chegado esse momento, era necessário que a luz de seu quarto ficasse acesa e que se certificasse a todo instante que sua mãe estava por ali e ilesa. A mãe da garota relatou que essas crises de angústia e insônia assim como os outros sintomas surgiram após um fato a princípio sem importância para ela. Todavia, a mãe via naquele fato a causa do desencadeamento de tais transtornos, já que o

desenvolvimento da menina até então tinha sido normal, salvo os distúrbios digestivos, durante a dentição. Eis o fato: a menininha, quando tinha 2 anos e 3 meses, foi presenteada pela sua babá com um pintainho. Conforme a ave foi crescendo, passou a sujar muito e danificar os objetos da casa, a mãe resolveu tirar-lhe a vida, sem participar a menina, acreditando que assim procedendo não fosse afetá-la. No dia do acontecimento fatídico, quando a garotinha voltou de seu passeio costumeiro, ao perguntar por seu frango, a mãe respondeu-lhe que ele havia escapado. Ela percebeu a mentira e revistou a casa toda, até encontrar na lata de lixo os restos mortais de seu amigo alado. Então, passou a sofrer uma crise de terror e angústia, gritando desesperadamente, lamentando-se por todo o sofrimento do animalzinho, já que havia tanto sangue na lata de lixo. Chorou até tarde da noite, tendo sido em vão tentar acalmá-la. Depois de vir o sono, despertara sobressaltada, vítima de terror. A partir daquela noite, iniciaram-se as dificuldades relatadas pela mãe. Já no dia seguinte à morte do franguinho, toda ingestão de alimentos provocava-lhe diarreias e dores de estômago (ABERASTURY, 1996, p. 62-63).

Vejamos então a relação entre seus sintomas e o trauma que sofrera em consequência da morte de seu animal de estimação:

Se a menina não queria deitar-se e dormir era porque temia ser atacada durante a noite. Aquela mãe, capaz de matar seu frango traiçoeiramente, reativou nela as angústias paranóides que surgem no desenvolvimento normal de toda menina, em que teme ser atacada e destruída pela mãe. Para essa menina, a conduta de sua mãe foi uma realidade que reativou essa fantasia inconsciente, determinando as dores de estômago com que a imago má da mãe a destruía e mordida por dentro. Essas diarreias devem ser interpretadas como uma tentativa de expulsão dessa má imago materna, e também como a reativação de fantasias nas quais as matérias fecais são a arma de que a criança dispõe para defender-se de um mundo externo perigoso e hostil. É evidente que a menina temia sofrer o mesmo destino que seu frango, e que o crescer, mover-se, incomodar (conduta normal em uma criança sadia desta idade) tivera como consequência a vingança da mãe. Em um plano mais profundo, temia ser atacada por sua mãe, como vingança pelos próprios ataques fantasiados, nos quais assaltava e destruía o corpo materno. Se o acontecimento da vida real – “minha mãe matou o frango” – traumatizou a menina desse modo, foi porque despertou nela angústias latentes de temor de ser destruída que, ainda que correspondam

às primeiras fases do desenvolvimento, mantêm-se mais ou menos modificadas e ativas até a entrada no período de latência (ABERASTURY, 1996, p. 63).

Um outro caso citado por Aberastury (1996, p. 63) é o de uma mulher de 30 anos, que durante o tratamento psicanalítico surgiu a lembrança de um episódio um tanto semelhante ao da garotinha relatado anteriormente.

Quando a paciente N. contava com 9 ou 10 anos, vivia nas proximidades de Paris, com seus pais e duas irmãs. Para suprir o leite para os filhos, os pais adquiriram uma cabra que acabara de dar à luz, acompanhada de seu filhotinho, batizado de Pedrito. Este acabou transformando-se no companheiro de todas suas brincadeiras, fazendo-se tal qual mais uma criança.

Certo dia, ao almoço, serviram um prato de carne. N. achou seu sabor estranho, não querendo mais comê-lo. Porém, seus pais a obrigaram a prosseguir. Mais tarde, ficou sabendo, consternada, que Pedrinho tinha desaparecido. Logo, uma terrível suspeita tomou conta de sua mente, mas achou melhor pensar que isso não poderia ter acontecido. No entanto, quando a mãe lhe confirmou que a carne do almoço era na verdade partes do corpo de Pedrito, ainda que tenha sofrido pelos vômitos e diarreia por vários dias, ficou a impressão de que algo mau tinha permanecido em seu estômago. Então, começou a ser vítima de pavores noturnos, pesadelos e medo de escuro e a sentir um terror diante da mãe, pois esta tinha sido “(...) capaz de matar o filho da querida cabra, o companheiro de suas brincadeiras, que para ela tinha o significado de um irmão” (ABERASTURY, 1996, p. 63-64).

Então, para N., a figura da mãe

(...) carregou-se, assim, de terrível sadismo, convertendo-se para ela na de uma mãe que podia matar, a qualquer momento, sem motivo. O fato foi

esquecido, mas esta imago materna ficou em seu inconsciente, sendo depois reforçada por acontecimentos traumáticos de sua adolescência, nos quais sua mãe atuou como proibidora da sexualidade e, em especial, da maternidade (ABERASTURY, 1996, p. 64).

N., aos 15 anos, já esperava uma criança. Diante dessa situação, pediu aos pais seu consentimento para que se casasse. Os pais aparentemente mostraram-se compreensivos e preocupados para que o bebê pudesse receber os cuidados necessários já desde o primeiro momento. Mas, ao chegar à clínica para ser examinada, um incidente trouxe transtornos seríssimos a N.: depois de ser anestesiada de surpresa e ao despertar, sua mãe lhe disse: “Está tudo arranjado”. Ao ouvir isso de sua mãe, N. compreendeu, “(...) com desespero, o desleal engano que interrompeu sua maternidade”. Assim, esses fatos trouxeram como conseqüências a esterilidade e os permanentes distúrbios de sono para N. (ABERASTURY, 1996, p. 64).

Como no caso da garotinha que teve seu frango morto pela mãe,

(...) os distúrbios do sono, os pesadelos e a insônia obedecem a temores paranóides de ser atacada por sua mãe durante o sono, bem como ao medo de sua própria agressão. A raiz inconsciente de sua esterilidade era o temor de ter sido destruída definitivamente por seus pais. Não podia conceber filhos, dentro desta destruição interior e, no caso de concebê-los, sua mãe podia matá-los, como o fizera em sua infância com o cabrito e, na adolescência, com seu filho. Como reação a esse temor a conceber filhos e a sua submissão à mãe, desenvolveu uma constipação pertinaz. Mediante este sintoma, conservava dentro de si os filhos fantasiados (fecais) que não lhe permitiram conceber (ABERASTURY, 1996, p. 64).

Aberastury, em face desses casos e de outros por ela analisados, conclui que se pode

(...) ver como o animal que a criança ama e com o qual se identifica é, para os pais, o representante de seu filho. Tudo quanto quiseram limitar, impedir e castigar neles fizeram-no fisicamente ao animal, conduta que serve de advertência e modo de limitar a evolução psicosssexual da criança.

Se essa conduta dos pais repercute na vida ulterior da criança é porque esta compreende o significado inconsciente da ameaça que ela contém (1996, p. 64-65).

Podemos notar pelos casos citados por Aberastury que a forma de tratamento dispensada pelos pais ao animal pode ter repercussões nefastas para o desenvolvimento da personalidade da criança, chegando a estender suas influências mesmo durante a vida adulta.

6. A INTERAÇÃO CRIANÇA-ANIMAL: UMA RELAÇÃO OBJETAL?

Antes de tratarmos dos animais de estimação como seres que podem desempenhar algumas das funções atribuídas aos objetos transicionais, trataremos de alguns conceitos psicanalíticos que julgamos imprescindíveis para então entrarmos no assunto propriamente dito.

6.1 A PSICANÁLISE E AS RELAÇÕES OBJETAIS

Sendo nosso objetivo analisar a relação criança-animal sob o ponto de vista psicanalítico, adentramos necessariamente no âmbito das *relações objetais*⁵⁸, termo que genericamente designa o modo de relacionar-se do sujeito com seu mundo. No tipo de relação em pauta, naturalmente, o objeto do sujeito criança é o animal. Uma vez que a Psicanálise se erigiu como uma ciência que se ocupa dentre outras coisas a estudar a relação da criança com as figuras parentais, este capítulo servir-nos-á como base para entendermos a relação com os animais.

6.1.1 As Relações Objetais Segundo Freud

6.1.1.1 O auto-erotismo

Freud analisou as relações do sujeito com seus objetos embasado na sua

⁵⁸ Neste capítulo trataremos desse tema sob o enfoque freudiano, kleiniano e winnicottiano.

teoria sobre a sexualidade. É em *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905) que Freud descreve os primórdios da sexualidade humana.

Freud tinha como premissa que um estudo minucioso das manifestações sexuais da infância poderia revelar os traços essenciais da *pulsão*⁵⁹ sexual, desvendando sua evolução. Para ele, os autores da época e anteriores ocupavam-se da hereditariedade para explicar as propriedades e reações do indivíduo adulto, relegando a infância. E ao fazer menções à atividade sexual na infância, a literatura revestia fatos como ereções, masturbação e mesmo atividades semelhantes ao coito como objeto de curiosidade ou de algo terrífico de depravação precoce. Freud comenta que nenhum autor ainda havia reconhecido “(...) com clareza a normatividade da pulsão sexual na infância, (...)” (FREUD, 1997, v. 7).

Freud acredita que a razão para tal descaso possa ser atribuída parcialmente à própria maneira de criação a que os autores foram submetidos; e em parte à amnésia que toma conta da maioria dos indivíduos, encobrendo os primeiros anos da infância, especialmente a época vivida aproximadamente até os seis ou oito anos, permitindo que apenas tenham acesso a algumas lembranças fragmentadas e incompreensíveis. No entanto, Freud afirma que “(...) em nenhuma outra época da vida a capacidade de recepção e reprodução é maior do que justamente nos anos da infância” (1997, v. 7).

Todavia, sublinha Freud que “as mesmas impressões por nós esquecidas deixaram, ainda assim, os mais profundos rastros em nossa vida anímica e se tornaram determinantes para todo o nosso desenvolvimento posterior”, por força dos conteúdos recalçados (1997, v. 7).

⁵⁹ Processo dinâmico que consiste numa pressão ou força (carga energética, fator de motricidade) que faz o organismo tender para um objetivo. Segundo Freud, uma pulsão tem a sua fonte numa excitação corporal (estado de tensão); o seu objetivo ou meta é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional; é no objeto ou graças a ele que a pulsão pode atingir sua meta (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 394). Este conceito será apresentado adiante de forma mais esclarecedora.

Por meio das constatações de moções sexuais na infância e pela revelação das lembranças do neurótico a respeito da sua época de criança, Freud pôde chegar a uma descrição das condutas sexuais da infância, segundo a qual,

o recém-nascido traz consigo germes de moções sexuais que continuam a se desenvolver por algum tempo, mas depois sofrem uma supressão progressiva, a qual, por sua vez, pode ser rompida por avanços regulares do desenvolvimento sexual ou suspensa pelas peculiaridades individuais. Nada se sabe ao certo sobre a regularidade e a periodicidade desse curso oscilante de desenvolvimento. Parece, no entanto, que a vida sexual da criança costuma expressar-se numa forma acessível à observação por volta dos três ou quatro anos de idade (1997, v. 7).

Em seu original enfoque sobre o estudo da sexualidade, tomando-a pelo prisma das perversões, Freud por meio da observação clínica de comportamentos perversos e principalmente das tendências perversas, que se manifestam no sintoma neurótico ou no ato sexual normal como práticas do prazer preliminar ao coito, foi levado a supor a existência de uma disposição inata para a perversão (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 342). Como o próprio Freud afirma, “(...) há sem dúvida algo inato na base das perversões, mas esse algo é inato em todos os seres humanos, embora, enquanto disposição, possa variar de intensidade e ser acentuado pelas influências da vida (FREUD, 1997, v. 7). Essa assertiva em si encerra o postulado freudiano sobre a existência de uma sexualidade infantil.

As observações acima⁶⁰ foram extraídas de *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, em que Freud aborda a sexualidade infantil, as aberrações sexuais, e as transformações da puberdade em capítulos homólogos. Um dos temas ali tratados são as atividades auto-eróticas, que são manifestações da sexualidade infantil. Vale lembrar que o termo *sexualidade* assume uma conotação bem peculiar na Psicanálise. Está incorrendo num

⁶⁰ Inclusive as elaboradas por Laplanche e Pontalis.

equivoco aquele que o toma tal qual se apresenta na visão comum, ou seja, como algo análogo a um instinto, que em si encerra a idéia de um comportamento pré-formado de uma determinada espécie. E prosseguindo com esse raciocínio incorreto, tal instinto deve buscar sua satisfação num *objeto*⁶¹ (na maioria dos casos, um parceiro do sexo oposto). Há equívoco em assim pensar porque essa concepção explica apenas parcial e imperfeitamente os fatos obtidos mediante a observação direta assim como pela investigação psicanalítica. O conceito de *sexualidade* é ampliado pela Psicanálise:

(...) não designa apenas as atividades e o prazer que dependem do funcionamento do aparelho genital, mas toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância que proporcionam prazer irreduzível à satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental (respiração, fome, função de excreção, etc.), e que se encontra a título de componentes na chamada forma normal do amor sexual (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 476).

Assim como o termo *sexualidade*, outros mais assumem conotações singulares na Psicanálise. Logo, faz-se necessário examinar, sob a ótica psicanalítica, alguns desses conceitos – além daqueles que nasceram a partir das teorias psicanalíticas – que nos permitem desenvolver nosso estudo sobre as relações objetais. Vale lembrar ainda que esses conceitos integram as fases da evolução sexual denominadas por Freud de *auto-erotismo* e de *narcisismo*, ambas precedendo o *amor de objeto*. Portanto, o exame desses conceitos faz-se como um prelúdio aos parágrafos em que essas fases posteriormente serão abordadas.

O primeiro conceito a ser explanado é o de *objeto*. Vejamos como esse conceito chega até a Psicologia, e como o mesmo é tomado pela Psicanálise.

⁶¹ Este conceito psicanalítico é abordado na próxima página.

A Psicologia, como um rebento, desdobrou-se da Filosofia – como toda forma de conhecimento descende desta –, erigindo-se como um corpo de conhecimentos sobre a natureza humana, mais particularmente suas manifestações psíquicas e comportamentais.

E como um mesmo fenômeno pode suscitar vários olhares, os conhecimentos foram se agrupando segundo o modo de pensar sobre a natureza humana de cada criador das correntes da psicologia, surgindo o Associacionismo, o Estruturalismo, o Funcionalismo e o Behaviorismo, por exemplo.

Mas um dos olhares lançados para o ser humano que particularmente nos interessam foi o movido por Freud que, em conjunto com Breuer, em 1895 publica *Estudos sobre histeria*, originando a Psicanálise. O traço mais marcante desta, a vida psíquica erigida a partir do inconsciente, talvez fizesse com que parecesse aos “olhos” de suas “irmãs”, dado o olhar “ao avesso” que esta dirige aos fenômenos psíquicos, uma irmã ilegítima.

E da mesma maneira que nos filhos podem distinguir-se os traços herdados dos genitores, pode-se encontrar na Psicanálise um traço muito específico da Filosofia: o conceito de objeto. Todavia, esse conceito sofreu, digamos, uma “influência fenotípica” pelos pensamentos de Freud – que, por sua vez, recebeu influências de Leibniz, Brentano, Shelling, Goethe, Darwin, por exemplo – imprimindo-lhe outras duas acepções, além de açambarcar o sentido tradicional dado pela filosofia a esse termo.

No sentido tradicional da filosofia e da psicologia do conhecimento, o termo *objeto* é tomado como

(...) correlativo do sujeito que percebe e conhece, é aquilo que se oferece com características fixas e permanentes, reconhecíveis de direito pela universalidade dos sujeitos, independentemente dos desejos e das opiniões dos indivíduos (o adjetivo correspondente seria “objetivo”) (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 321).

As duas acepções psicanalíticas forjadas para o termo *objeto*, tratam-no como correlativo da pulsão e como correlativo de amor (ou de ódio). Primeiramente, citemo-las resumidamente, para logo a seguir desenvolvê-las.

(...) Enquanto correlativo da pulsão, ele [o objeto] é aquilo em que e por que esta procura atingir a sua meta, isto é, um certo tipo de satisfação. Pode tratar-se de uma pessoa ou de um objeto parcial, de um objeto real ou de um objeto fantasístico.

(...) Enquanto correlativo de amor (ou de ódio), trata-se então da relação da pessoa total, ou da instância do ego, com um objeto visado também como totalidade (pessoa, entidade, ideal, etc.) (o adjetivo correspondente seria “objetal”) (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 321).

A Psicanálise ora emprega o termo objeto isoladamente ora em expressões como *escolha de objeto*, *amor de objeto*, *perda de objeto*, *relação de objeto*, por exemplo. Naturalmente, o sentido de objeto evocado não se refere a algo inanimado, manipulável, como utensílios. Mas refere-se a uma pessoa ou ser animado na maioria das vezes (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 321).

Passemos a tratar o termo objeto como correlativo da pulsão. Laplanche e Pontalis (1991, p. 321) observam que esses diferentes usos do termo *objeto* em Psicanálise têm sua origem na concepção freudiana de *pulsão*.

Em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, especificamente no tópico *Aberrações sexuais*, Freud (1997, v. 7) assim conceitua *pulsão*:

Por “pulsão” podemos entender, a princípio, apenas o representante psíquico de uma fonte endossomática de estimulação que flui continuamente, para diferenciá-la do “estímulo”, que é produzido por excitações isoladas vindas de fora. Pulsão, portanto, é um dos conceitos da delimitação entre o anímico e o físico. A hipótese mais simples e mais indicada sobre a natureza da pulsão seria que, em si mesma, ela não possui qualidade alguma, devendo apenas ser considerada como uma medida da exigência de trabalho feita à vida anímica. O que distingue as pulsões entre si e as dota de propriedades específicas é sua relação com suas fontes somáticas e seus alvos. A fonte da pulsão é um processo excitatório num órgão, e seu alvo imediato consiste na supressão desse estímulo orgânico.

Em *Pulsões e destino das pulsões*, Freud nos apresenta uma “descrição” da natureza da pulsão: (...) [uma pulsão] nos aparecerá (...) como o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida da exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo (FREUD, 1997, v. 14).

As observações de Freud sobre o “comportamento” das pulsões fez com que chegasse a uma descrição da dinâmica de uma pulsão. Nessa dinâmica há quatro componentes envolvidos. São eles “pressão”, “finalidade”, “objeto” e “fonte”. Por *pressão* de uma pulsão, Freud entende “(...) a quantidade de força ou a medida da exigência de trabalho que ela representa. A característica de exercer pressão é comum a todas as pulsões; é, de fato, sua própria essência” (FREUD, 1997, v. 14). A *finalidade* [ou *meta*] de uma pulsão é sempre sua satisfação, cuja obtenção se faz mediante a eliminação do estado de estimulação na fonte da pulsão, havendo, contudo, pulsões que são inibidas em sua finalidade (FREUD, 1997, v. 14).

Por *objeto*, Freud entende que

(...) é a coisa em relação à qual ou através da qual a pulsão é capaz de atingir sua finalidade. É o que há de mais variável numa pulsão e, originalmente, não está ligada a ele, só lhe sendo destinado por ser peculiarmente adequado a tornar possível a satisfação (...). Pode acontecer que o mesmo objeto sirva para a satisfação de várias pulsões simultaneamente (...) (FREUD, 1997, v. 14).

Por *fonte* de uma pulsão,

(...) o processo somático que ocorre num órgão ou parte do corpo, e cujo estímulo é representado na vida mental por uma pulsão. (...) Embora as pulsões sejam inteiramente determinadas por sua origem numa fonte somática, na vida mental nós as conhecemos apenas por suas finalidades. (...) (FREUD, 1997, v. 14)

Como vimos acima, o conceito de pulsão encerra a distinção entre objeto e meta. Assim acrescenta Freud “(...) introduzamos aqui dois termos: chamemos de *objeto sexual* a pessoa de quem provém a atração sexual, e de *alvo sexual* [ou meta] a ação para a qual a pulsão impele” (1997, v. 7). Esse conceito reaparece na melhor definição apresentada por Freud para pulsão: “(...) o objeto da pulsão é aquilo em que ou por que a pulsão pode atingir sua meta” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 321). O objeto ainda é definido como meio contingente⁶² da satisfação. No entanto, isso não significa que “(...) qualquer objeto possa satisfazer a pulsão, mas que o objeto pulsional, muitas vezes bastante marcado por características singulares, é determinado pela história – principalmente a história infantil – de cada um” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 321-322).

A noção de objeto para a Psicanálise não se restringe à pulsão. Refere-se também àquilo que para o sujeito é objeto de atração, *objeto de amor*, na maioria das vezes recaindo sobre uma pessoa. Porém, somente por meio da investigação psicanalítica torna-se possível revelar a diversidade de objetos contingentes nos quais as pulsões buscam sua satisfação, bem como seus correlatos fantasísticos (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 322).

Nos trabalhos iniciais de Freud, em que são analisadas as noções de sexualidade e de pulsão, ainda não aparecia claramente uma articulação entre o objeto da pulsão e o objeto de amor. Assim, na primeira edição de *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, em 1905, Freud traça as diferenças entre a sexualidade infantil e a sexualidade pós-pubertária. Nessa época, Freud afirmava que a pulsão proveniente de um organismo

⁶² Esse termo exprime duas idéias complementares entre si:

“a) a única condição imposta ao objeto é ser um meio de proporcionar satisfação. Neste sentido, é relativamente intermutável. Por exemplo, na fase oral, qualquer objeto será considerado segundo a sua aptidão para ser incorporado.

b) O objeto pode estar de tal modo especificado na história do sujeito que só um objeto determinando ou o seu substituto, em que se encontram as características eletivas do original, estão aptos a proporcionar a satisfação;

infantil encontraria sua satisfação em alguma das zonas erógenas do seu próprio corpo – o que Freud denominou de *auto-erotismo* –, sem no entanto dar relevância ao tipo de objeto por ela visado. Àquela época, acrescentava que apenas na puberdade há a possibilidade de uma escolha de objeto de fato, o que equivale a dizer que a vida sexual pode orientar-se para um outro objeto (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 323).

Entretanto, seus escritos posteriores (de 1905 a 1924) revelam que esse traço tão distintivo entre a sexualidade infantil e a pós-pubertária vai se diluindo (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 323). Esse novo ponto de vista sobre a sexualidade advém do fato de Freud ter chegado ao conceito de *pulsão parcial*⁶³, graças a sua “(...) preocupação de discernir *componentes* [da vida sexual infantil], que tenta ligar a fontes orgânicas e definir por metas específicas” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 402).

Freud sublinha ainda que a vida sexual infantil, não obstante a dominação preponderante das zonas erógenas, exhibe componentes que desde o princípio envolvem outras pessoas como objetos sexuais. São pulsões parciais que “(...) aparecem com certa independência das zonas erógenas e só mais tarde entram em relações estreitas com a vida genital, mas que já na infância se fazem notar como aspirações autônomas, inicialmente separadas da atividade sexual erógena” (FREUD, 1997, v. 7). Como exemplos de pulsões dessa natureza, Freud cita a pulsão do prazer de ver, de exhibir – manifestas no interesse da criança em ver os genitais dos coleguinhas e em exhibir os seus próprios –, a pulsão de dominação, manifesta na crueldade –, a pulsão de saber – que não é exclusivamente

neste sentido, as características do objeto são eminentemente singulares” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 445)

⁶³ Expressão já na primeira edição de “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, em 1905 (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 402). Foi através dos estudos sobre perversões que Freud chegou a esse conceito (FREUD, 1997, v. 7)

subordinada à sexualidade mas se revela como interesse intenso pelos problemas sexuais (FREUD, 1997, v. 7).

Laplanche e Pontalis observam que o termo “parcial” não deve ser tomado apenas no sentido de que as pulsões parciais são “(...) espécies [de pulsões] que pertencem à classe da pulsão sexual na sua generalidade; deve ser sobretudo tomado num sentido genético e estrutural (...)”, pois as pulsões parciais funcionam de início independentemente, estando a maioria delas ligadas a uma zona erógena determinada (boca, ânus, musculatura, etc.), tendendo posteriormente a unir-se nas várias *organizações libidinais*⁶⁴ (1991, p. 402). Desse modo, nas fases pré-genitais – fase oral, fase anal e fase fálica – o bebê, em função da atuação da *libido*⁶⁵ nas zonas erógenas correspondentes a cada uma dessas fases, desenvolve um modo peculiar de relação de objeto – essa nova concepção de certa maneira esmaece o possível equívoco de que pelo auto-erotismo a criança poderia ignorar inicialmente qualquer objeto exterior, real e mesmo imaginário. (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 323).

As pulsões parciais não se manifestam apenas nas crianças, como vimos acima, mas também nos adultos “(...) sob a forma de prazeres preliminares no ato sexual e nas perversões” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 402).

Freud, por meio de suas investigações psicanalíticas sobre as perversões, percebeu que as mesmas se erigem sobre as pulsões parciais⁶⁶ (1997, v. 7). Ele (FREUD,

⁶⁴ São como agrupamentos das pulsões parciais, caracterizados pelo primado de uma determinada zona erógena. As organizações libidinais surgem numa sucessão temporal, definindo as fases da evolução psicosexual infantil (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 328).

⁶⁵ Como já vimos, a pulsão sexual é uma força que exerce uma pressão sobre o indivíduo, fazendo-o realizar um objetivo. Com base nisso, “(...) a libido é definida por Freud como a energia dessa pulsão” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 267). Esse conceito é abordado com mais detalhes no tópico “6.1.1.2 O narcisismo”, na página 184.

⁶⁶ Em *Três ensaios sobre a teoria sexual* (1905), Freud trata do funcionamento originariamente anárquico das pulsões parciais – que se finda apenas após de garantido o primado da zona genital –, sem mencionar ainda que as mesmas compõem as organizações pré-genitais (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 328). Somente no artigo *A disposição à neurose obsessiva* (1913), Freud introduz o conceito de *organização pré-genital*, ocasião em que trata da unificação das pulsões ocorrendo em determinadas zonas erógenas, numa sucessão temporal, definindo as fases da evolução psicosexual infantil. A publicação dos artigos que contêm a descrição das fases do desenvolvimento psicosexual se deu na seguinte cronologia: a princípio descreve a organização anal (em *A*

1997, v. 7) afirma que o elemento distintivo das pulsões que as dota de propriedades específicas “(...) é sua relação com as fontes somáticas e seus alvos” – e como já vimos, a fonte é “(...) um processo excitatório num órgão, e seu alvo imediato consiste na supressão desse estímulo orgânico”, tendo como seu corolário a satisfação. Em relação à sexualidade infantil, no período pré-genital, esta se desenvolve em conexão estrita com a dinâmica das pulsões parciais, antes do estabelecimento das funções genitais propriamente ditas. Aqui deve ser salientada uma das características marcantes da organização pré-genital, qual seja, a de “(...) as pulsões parciais serem inteiramente desvinculadas e independentes entre si em seus esforços pela obtenção de prazer” (FREUD, 1997, v. 7). Ora, pelo fato de que nas diversas zonas erógenas pode ocorrer um processo excitatório, o que leva o organismo a suprimir esse estímulo orgânico que provoca desconforto, tendo como seu corolário a satisfação auto-erótica, a criança terá à sua disposição vários objetos em que buscar satisfação, como se apresentasse uma *perversão polimorfa*, ou seja, que se apresenta sob várias formas, segundo a modalidade de satisfação requerida pelas zonas erógenas em questão.

Como apontamos na nota de rodapé da página anterior, a partir de 1913 Freud introduz o conceito de organização pré-genital, segundo o qual ocorre uma unificação das pulsões parciais na zona erógena que detém a predominância em relação às outras, num determinado estágio do desenvolvimento psicosexual. Assim, a organização pré-genital vem suceder o período em que das zonas erógenas haveria uma “vazão” de libido decorrente das

disposição à neurose obsessiva (1913); em seguida a organização oral (*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (edição de 1915); e a organização fálica (em *A organização genital infantil* (1923). Entretanto, após ter descrito essas três organizações, Freud reafirma que “(...) a plena organização só é atingida numa quarta fase, a fase genital” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 329). Na edição de 1915 de *Três ensaios sobre a teoria sexual*, Freud usa o termo *organização pré-genital*. A primeira dessas organizações sexuais relaciona-se à atividade oral. Ele observa que o chuchar é o “(...) resíduo dessa hipotética fase de organização que nos foi imposta pela patologia (...), no qual a atividade sexual, desligada da atividade de alimentação, renunciou ao objeto alheio em troca de um objeto situado no próprio corpo”. A segunda fase pré-genital diz respeito à organização sádico-anal. Nessa fase, a atividade produz-se pela ação da “(...) pulsão de dominação através da musculatura do corpo, e como órgão do alvo sexual passivo (...)” temos a mucosa erógena do intestino (FREUD, 1997, v. 7).

pulsões parciais de maneira simultânea e com intensidades aproximadas. Freud notou que durante a organização pré-genital a libido se concentra com maior intensidade em algumas zonas erógenas, com uma seqüência estabelecida pelo desenvolvimento psicosssexual. Dessa forma, ao longo da organização pré-genital, a libido concentra-se primeiramente na zona erógena oral; em seguida, na zona erógena anal; e por fim na zona erógena fálica, o que faz com que a criança experimente uma atividade sexual com características inerentes à zona erógena predominante em um determinado ponto do desenvolvimento psicosssexual.

A partir dessa compreensão, os psicanalistas kleinianos cunham o termo *objeto parcial*⁶⁷, assim apresentado por Laplanche e Pontalis:

Tipo de objetos visados pelas pulsões parciais, sem que isso signifique que uma pessoa, no seu conjunto, seja tomada como objeto de amor. Trata-se principalmente de partes do corpo, reais ou fantasísticas (seio, fezes, pênis), e dos seus equivalentes simbólicos. Até uma pessoa pode identificar-se ou ser identificada com um objeto parcial (1991, p. 325).

No entanto,

(...) a idéia de que o objeto da pulsão não é necessariamente a pessoa total já está explicitamente presente em Freud. Não há dúvida de que, quando Freud fala de escolha de objeto, de amor de objeto, é geralmente uma pessoa total que assim é designada, mas quando estudou o objeto visado pelas pulsões parciais é justamente de um objeto parcial que se trata (seio, alimento, fezes, etc.). Mais: Freud pôs em evidência as equivalências e relações que se estabelecem entre diversos objetos parciais (criança = pênis = fezes = dinheiro = dádiva), (...) (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 325).

Melanie Klein afirma que mesmo o objeto parcial (seio ou outra parte do corpo) é dotado, segundo a fantasia do sujeito, de características semelhantes às de um ser

⁶⁷ Karl Abraham foi o autor que primeiramente pôs em evidência a oposição parcial/total na evolução das relações objetais, sem contudo referir-se a esse conceito por meio do termo "objeto parcial" (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 325-326).

humano (perseguidor, tranquilizador, por exemplo) (em LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 326).

Uma outra observação a respeito da noção kleiniana de objeto parcial é que a relação com objetos parciais não se restringe a uma fase da evolução psicosexual, mas continua desempenhando um papel importante mesmo depois de que a relação com objetos totais tenha sido estabelecida (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 326).

Após esses esclarecimentos sobre o conceito de objeto parcial, torna-se possível uma visão mais clara sobre a distinção entre um objeto propriamente pulsional e um objeto de amor. Laplanche e Pontalis dizem que um objeto pulsional é “(...) susceptível de proporcionar satisfação à pulsão em causa. Pode tratar-se de uma pessoa, mas isso não é condição necessária, pois a satisfação pode ser fornecida particularmente por uma parte do corpo” (1991, p. 323). Assim, um seio pode ser considerado um objeto pulsional na medida em que satisfaz as pulsões orais do bebê.

Antes de apresentarmos o conceito de objeto de amor, pensamos ser interessante colocar os pensamentos de Freud acerca do amor. Para começar, a transformação do amor em ódio é considerado o único exemplo de mudança do conteúdo de uma pulsão em seu oposto, além de esse par de opostos compor o exemplo mais importante de ambivalência de sentimento (FREUD, 1997, v. 14). Embora não discuta a íntima relação dos opostos amor-ódio e a vida sexual, Freud não considera o amor uma espécie de instinto específico componente da sexualidade, tomando-o como a expressão de toda a corrente sexual de sentimento (FREUD, 1997, v. 14).

Uma outra característica do amor é não possuir apenas um oposto, mas três: “Além da antítese ‘amar-odiar’, existe a outra de ‘amar-ser amado’; além destas, o amar e o

odiar considerados em conjunto são o oposto da condição de desinteresse ou indiferença” (FREUD, 1997, v. 14).

Freud ao comentar sobre a introdução da criança na fase objetal, diz que o prazer e o desprazer emergem naturalmente das relações entre o ego e o objeto. No caso de o objeto ser uma fonte de sensações agradáveis, há uma tendência para incorporá-lo ao ego. Essa atração pelo objeto proporcionador de prazer leva o sujeito a aperceber-se de que ama tal objeto. Por outro lado, se o objeto manifestar-se como uma fonte de sensações desagradáveis, o ego tende a repelir o mesmo, o que faz com que o sujeito constata que o odeia (FREUD, 1997, v. 14)

Aplicando o exposto acima a uma pulsão, é admissível afirmar que uma pulsão busca o objeto para sua satisfação, como o sujeito o faz. Todavia, por outro lado, seria incorreto afirmar que uma pulsão sente repulsa por um determinado objeto, tal qual um sujeito possa odiá-lo. Logo, as atitudes de amor e ódio não podem fazer-se como traços característicos das relações entre as pulsões e seus objetos, sendo essas atitudes manifestas tão-somente nas relações do ego total com os objetos [de amor] (FREUD, 1997, v. 14). Nesse sentido é que como correlativo de amor (ou de ódio) o objeto visado é também considerado na sua totalidade (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 321).

Pode-se perguntar, a partir da oposição entre objeto parcial (objeto da pulsão, entendido como pré-genital) e objeto total (objeto de amor), como ambos compõem a vida sexual de um indivíduo. Laplanche e Pontalis respondem da seguinte maneira:

(...) podemos ser levados a inferir, numa perspectiva genética do desenvolvimento piscosexual, a idéia de que o sujeito passaria de um para o outro por uma integração progressiva das suas pulsões parciais no seio da organização genital, sendo esta correlativa de uma tomada em consideração intensificada do objeto na diversidade e na riqueza das suas qualidades, na sua independência. O objeto de amor já não é apenas o correlato da pulsão, destinado a ser consumido (1991, p. 324).

Nesse ponto do texto, após essas explicações sobre alguns conceitos importantes para nosso estudo, sentimos ser possível abordar o desenvolvimento do conceito de relação de objeto, desde Freud, passando por Melanie Klein, até chegarmos a Winnicott.

Mas antes, parece-nos pertinente fazer alguns esclarecimentos quanto ao termo *relação de objeto*. Como já vimos anteriormente, que uma pessoa, na medida em que é visada pelas pulsões, é qualificada de *objeto*. No tocante ao termo *relação*, tomemo-lo na acepção de inter-relação, pois na verdade além de o sujeito eleger seus objetos, estes, por sua vez, influenciam na atividade daquele (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 444).

No que se refere a Freud, o termo “relação de objeto” (ou “relação objetal”) não integra os conceitos da sua teoria, embora possa ser encontrado em alguns de seus textos, como, por exemplo, “Luto e Melancolia” (vol. XIV), “Psicologia de Grupo e a Análise do Ego” (vol. XVIII), “O ego e o Id” (vol. XIX), “Inibições, Sintomas e Ansiedade” (vol. XX).

Podemos ler em Laplanche e Pontalis (1991, p. 443) que a partir dos anos 30 a noção de objeto passou a receber maior consideração por parte dos psicanalistas. Entretanto, o objeto libidinal é tratado nesses textos tomando-se como referência o sujeito. Spitz, citado por esses autores, aponta para o fato de que apenas numa passagem de *Três Ensaio Sobre a Teoria da sexualidade*, Freud trata das relações mútuas entre mãe e filho. Em contrapartida, excetuando-se essa passagem, em toda sua obra, “(...) Freud trata do objeto libidinal do ponto de vista do sujeito (investimento, escolha de objeto)” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 444).

A partir dessas observações, torna-se interessante retomar a posição que Freud confere ao sujeito e ao objeto. Em Laplanche e Pontalis (1991, p. 444) encontramos que Freud, ao analisar o conceito de pulsão, discorre sobre fonte, objeto e meta pulsionais, tomando como referência o sujeito, imprimindo à relação objetal uma unidirecionalidade.

Assim, compreende-se como se deu o forjar de alguns de seus conceitos: fonte é a área do organismo, enquanto corpo, onde se origina a excitação sexual; o objeto é tomado como um meio através do qual se obtém a satisfação; a meta relaciona-se à atividade para qual o sujeito é impelido pela pulsão, buscando-se o alívio da tensão interna. Rickman (em LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 444) chama essa postura da Psicanálise sobre as relações entre um sujeito e um objeto de “psicologia de uma única pessoa” – tradução mais aproximada de *one-body psychology*.

Podemos notar então que em Freud a relação do sujeito com seus objetos se focaliza na natureza e no destino das pulsões. As fontes de onde se originam as pulsões variam ao longo do desenvolvimento libidinal, conforme a localização da zona erógena correspondente. Laplanche e Pontalis (1991, p. 445) observam que em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade infantil*, Freud “(...) estuda os desvios quanto à meta (sadismo, por exemplo) e os desvios quanto ao objeto (homossexualidade, por exemplo)”. Esses autores sublinham que da mesma forma, em *Pulsões e destinos das pulsões*, podemos encontrar uma distinção entre “(...) as transformações da pulsão ligadas a modificações da meta e aquelas em que o processo diz essencialmente ao objeto”. Eles esclarecem que “(...) essa distinção apóia-se particularmente na idéia de que a meta pulsional é determinada pelo tipo de pulsão parcial em causa e, em última análise, pela fonte somática” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 445).

Uma vez que a meta pulsional é a satisfação, sendo determinada pela natureza da pulsão parcial⁶⁸, temos que considerar a fonte da pulsão, ou seja, a zona erógena de onde provêm tais pulsões. Nesse ponto, Freud (1997, v. 14) está tratando do gênero de

⁶⁸ Grifo nosso.

prazer peculiar ao *auto-erotismo*: o *prazer de órgão*, assim designado por envolver satisfação auto-erótica das pulsões parciais nas próprias fontes de onde emanam.

Assim, adentramos na maneira, segundo Freud, de como a criança começa a relacionar-se com os objetos, melhor dizendo, objetos parciais, característico do *auto-erotismo*.

O termo *auto-erotismo* foi cunhado por Havelock Ellis, para quem significa “(...) os fenômenos de emoção espontânea produzidos na ausência de qualquer estímulo externo, quer direto, quer indireto” (em LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 47).

Freud define auto-erotismo como uma prática sexual, em “(...) que a pulsão não está dirigida para outra pessoa; satisfaz-se no próprio corpo, (...)” (1997, v. 7). Laplanche e Pontalis fornecem dois conceitos para esse termo:

(...) Em sentido amplo, característica de um comportamento sexual em que o sujeito obtém a satisfação recorrendo unicamente ao seu próprio corpo, sem objeto exterior: neste sentido, a masturbação é considerada como comportamento auto-erótico.

(...) de um modo mais específico, característica de um comportamento sexual infantil precoce pela qual uma pulsão parcial, ligada ao funcionamento de um órgão ou à excitação de uma zona erógena, encontra a sua satisfação no local (...), sem recorrer a um objeto exterior; sem referência a uma imagem do corpo unificada, a um primeiro esboço do ego, tal como ele caracteriza o narcisismo (1991, p. 47).

Como podemos notar, o auto-erotismo fundamenta-se na contingência do objeto da pulsão sexual. Freud, ao propor que no início da vida sexual pode-se obter satisfação sem recorrer a um objeto, indica que não há uma via pré-formada que conduza o sujeito a um objeto determinado (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 47-48).

Ao tratar das manifestações da sexualidade infantil, Freud (1997, v. 7) refere-se à primeira delas, o chuchar⁶⁹, uma manifestação auto-erótica, manifesta pelo ato de sugar com prazer, sem estar envolvido qualquer propósito de nutrição. Podem ser eleitos como objetos para essa sucção “(...) uma parte dos próprios lábios, a língua ou qualquer outro ponto da pele que esteja ao alcance – até mesmo o dedão do pé (...)”. Trata-se de uma atividade que perseguem alguns indivíduos por toda a vida. Freud ainda observa que

Uma pulsão preênsil surgida ao mesmo tempo pode manifestar-se através de puxadas rítmicas simultâneas do lóbulo da orelha e apoderar-se de uma parte de outra pessoa (em geral, a orelha) para o mesmo fim. O sugar com leite alia-se a uma absorção completa da atenção e leva ao adormecimento, ou mesmo a uma reação motora numa espécie de orgasmo. Não raro, combina-se com a fricção de alguma parte sensível do corpo, como os seios ou a genitália externa. Por esse caminho, muitas crianças passam do chuchar para a masturbação (1997, v. 7).

Para Freud, pela investigação psicanalítica dos fenômenos sexuais ocorridos na infância, o chuchar pode ser considerado uma manifestação sexual, podendo o seu estudo fornecer “(...) os traços essenciais da atividade sexual infantil” (1997, v. 7).

Esse sugar com leite é determinado pela busca de um prazer já experimentado anteriormente pelo mamar. Os lábios da criança configuram uma zona erógena, e “(...) a estimulação pelo fluxo cálido de leite foi sem dúvida a origem da sensação prazerosa” (FREUD, 1997, v. 7). Freud observa que de início, houve uma associação entre a satisfação da zona erógena e a necessidade de alimento, de modo que essa

(...) atividade sexual apóia-se primeiramente numa das funções que servem à preservação da vida, e só depois torna-se independente delas. A necessidade de repetir a satisfação sexual dissocia-se então da necessidade de absorção de alimento — uma separação que se torna inevitável quando aparecem os dentes e o alimento já não é exclusivamente ingerido por sucção, mas é também mastigado. (...) (1997, v. 7)

⁶⁹ Antes de Freud, Lindner, em 1879, havia feito um excelente trabalho sobre o chuchar (FREUD, 1997, v. 7).

Laplanche e Pontalis observam que a teoria do auto-erotismo proposta por Freud não encerra a afirmação acerca da existência de um estado primitivo “(...) ‘anobjetal’”. O ato de sugar ou chupar, que para Freud é o modelo do auto-erotismo, é efetivamente secundário numa primeira fase em que a pulsão sexual se satisfaz por apoio na pulsão de autoconservação (a fome) e graças a um objeto: o seio materno” (1991, p. 47-48).

Dessa forma, “ao separar-se da fome, a pulsão sexual oral perde o seu objeto e torna-se assim auto-erótica” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 48), de modo que a criança não busca um objeto externo para sugar, preferindo uma parte de sua própria pele, pois lhe poupa esforços quando ainda não consegue dominar o mundo externo (FREUD, 1997, v. 7). Freud faz uma alusão à origem do beijo ao caracterizar como de nível inferior a zona erógena encontrada como capaz de satisfazer a pulsão oral em questão: “a inferioridade dessa segunda região a levará, mais tarde, a buscar em outra pessoa a parte correspondente, os lábios. (“Pena eu não poder beijar a mim mesmo”, dir-se-ia subjazer a isso.) (1997, v. 7).

Freud comenta que o sugar com leite não é observado em todas as crianças. Acredita que o motivo que induz a tal comportamento seja o fato de a zona erógena labial haver uma constituição marcada por uma intensa significação para as crianças que apreciam o chuchar. Caso persista essa significação, ao chegar à adultez, transformar-se-ão em pessoas “(...) ávidas apreciadoras do beijo, tenderão a beijos perversos ou, se forem homens, terão um poderoso motivo para beber e fumar”. Interessantemente, os casos em que algumas pessoas apresentam nojo da comida, vômitos histéricos, *globus hystericus*⁷⁰, constrição na garganta, têm sua origem no chuchar; todavia, esses transtornos surgem em decorrência de as pulsões orais nesses casos terem sofrido a ação do recalçamento. (1997, v. 7).

⁷⁰ O mesmo que *bolus hystericus*: “(...) Sensação de opressão, nó na garganta, que ocorrem em caso de histeria ou de outras perturbações psicológicas (...)” (FERREIRA, 1986, p. 271).

No chuchar, Freud (1997, v. 7) encontra as características que definem uma manifestação sexual infantil, “(...) que nasce apoiando-se numa das funções somáticas vitais, ainda não conhece nenhum objeto sexual, sendo auto-erótica, e seu alvo sexual acha-se sob o domínio de uma zona erógena”, que se trata “(...) de uma parte da pele ou da mucosa em que certos tipos de estimulação provocam uma sensação prazerosa de determinada qualidade” (FREUD, 1997, v. 7). Temos assim uma satisfação auto-erótica das pulsões parciais nas próprias fontes de onde emanam.

No entanto, Freud observa que

A propriedade erógena pode ligar-se de maneira mais marcante a certas partes do corpo. Existem zonas erógenas predestinadas, como mostra o exemplo do chuchar. Mas esse exemplo ensina também que qualquer outro ponto da pele ou da mucosa pode tomar a seu encargo as funções de uma zona erógena, devendo, portanto, ter certa aptidão para isso (1997, v. 7).

Freud afirma que o alvo sexual da pulsão infantil é buscar a satisfação por intermédio da estimulação da zona erógena eleita de alguma forma. Segundo ele, por exemplo, no caso da zona erógena labial, o que promove sua satisfação é “(...) a ligação simultânea dessa parte do corpo com a alimentação” (1997, v. 7).

Freud afirma que a necessidade da criança em buscar a satisfação já sentida anteriormente pode se fazer de duas maneiras:

(...) por um sentimento peculiar de tensão, que tem, antes, o caráter de desprazer, e por uma sensação de prurido ou estimulação centralmente condicionada e projetada para a zona erógena periférica. Por isso, pode-se também formular o alvo sexual de outra maneira: ele viria substituir a sensação de estimulação projetada na zona erógena pelo estímulo externo que a abolisse ao provocar a sensação de satisfação. Esse estímulo externo consiste, na maioria das vezes, numa manipulação análoga ao sugar.

Como já foi mencionado, ao longo do desenvolvimento psicosssexual, outras zonas erógenas vão se fazendo notar por concentrar maior *quantum* de libido, cada qual num determinado período. Assim, a primeira a constituir-se é a zona labial, durante o primeiro ano de vida. Em seguida, a zona anal, entre o segundo e terceiro ano, é para a qual se volta a satisfação de suas pulsões; esta é seguida pela zona genital – mas a princípio sem deter um primado sobre as outras zonas erógenas, o que acontecerá apenas na fase genital propriamente dita, ou seja, no início da puberdade. Desse modo, como coloca Freud, a criança, que a princípio buscava pela sucção a satisfação ligada à zona labial, terá que recorrer a “(...) outras ações musculares conforme a posição e a natureza das outras zonas” (1997, v. 7).

A zona anal, assim como a zona labial, passa a mediar “um apoio da sexualidade em outras funções corporais”. Trata-se de uma área do corpo cujas excitações sexuais passam por transmutações e durante toda a vida conserva uma parcela notável de excitabilidade genital (FREUD, 1997, v. 7).

Quando se refere à zona genital como uma região naturalmente ligada ao que Freud denominou de prazer de órgão, o auto-erotismo nesse caso é tomado por masturbação. Assim sendo, cremos ser oportuno alguns esclarecimentos sobre o termo *masturbação*. Na verdade, a *masturbação*, como componente implicado na fase da evolução sexual denominada por Freud de auto-erotismo, não abarca apenas a aceção de uma satisfação de ordem sexual pelo emprego do toque, de carícias. Haja vista este comentário de Freud (1997, v. 7): “a retenção das fezes provoca uma estimulação da zona anal, daí ser considerada uma atividade masturbatória”. Contudo, Freud observa que a estimulação masturbatória da zona anal com o emprego do dedo é comum nas crianças mais velhas (1997, v. 7). Freud aponta que os distúrbios intestinais, pela sua freqüência na infância, provocam excitações intensas na zona anal. Dessa maneira, é possível notar as crianças que se

comprazem nas excitações anais, pois demonstram fortes contrações musculares decorrentes da retenção das fezes. Durante o defecar, tais crianças sentem sensações dolorosas ao lado da volúpia. Ao reter as fezes, a criança “(...) está apenas providenciando para que não lhe escape o dividendo de prazer que vem junto com a defecação” (1997, v. 7).

Em relação ao simbolismo das fezes, Freud faz esse interessante comentário:

O conteúdo intestinal (...) tratado como parte de seu próprio corpo, representando o primeiro “presente”: ao desfazer-se dele, a criaturinha pode exprimir sua docilidade perante o meio que a cerca, e ao recusá-lo, sua obstinação. Do sentido de “presente”, esse conteúdo passa mais tarde ao de “bebê”, que, segundo uma das teorias sexuais infantis (...), é adquirido pela comida e nasce pelo intestino (1997, v. 7).

A próxima zona erógena a compor o auto-erotismo infantil acha-se ligada à micção, ou seja, a glândula e o clitóris (FREUD, 1997, v. 7). Freud observa que em razão da localização anatômica, do seu manuseio por parte dos responsáveis nos momentos dispensados aos cuidados higiênicos, de certas excitações acidentais, “(...) é inevitável que a sensação prazerosa que essas partes do corpo são capazes de produzir se faça notar à criança já na fase de amamentação, despertando uma necessidade de repeti-la” (1997, v. 7). O autor afirma que é por intermédio da masturbação que se estabelece o primado dessa zona erógena na sexualidade. Numa descrição de como meninos e meninas masturbam-se, Freud diz que os garotos preferem a utilização da mão, friccionando a área genital, enquanto as garotas, na sua maioria, o fazem apertando uma coxa contra a outra ou exercendo uma pressão nessa área do corpo por meio de uma das mãos (1997, v. 7)

Freud distingue três fases da masturbação infantil: “(...) A primeira é própria do período de lactância, a segunda pertence à breve florescência da atividade sexual por volta

do quarto ano de vida, e somente a terceira corresponde ao onanismo da puberdade, amiúde o único a ser levado em conta” (1997, v. 7).

Freud comenta que a masturbação do lactante parece desaparecer após um curto período; no entanto, sua persistência até a puberdade pode marcar o primeiro notável desvio do desenvolvimento almejado para os seres humanos ditos civilizados. Mas, geralmente, lá por volta do quarto ano, a pulsão sexual ligada a essa zona erógena ressurgue e dura algum tempo, marcando a segunda fase da masturbação infantil, “(...) até ser detida por uma nova supressão, ou prosseguir ininterruptamente”. Sublinha que todos os componentes dessa segunda fase de atividade sexual infantil “(...) deixam atrás de si as mais profundas marcas (inconscientes) na memória da pessoa, determinam o desenvolvimento de seu caráter, caso ela permaneça sadia, e a sintomatologia de sua neurose, caso venha a adoecer depois da puberdade” (1997, v. 7).

O retorno da excitação sexual experimentada no período de lactância retorna por volta do quarto ano de vida, manifestando-se de duas maneiras: como um estímulo provocado por uma espécie de comichão, que induz a uma satisfação masturbatória, ou semelhantemente a uma poluição, cuja satisfação é obtida sem nenhuma intervenção por parte da criança – sendo este último caso o mais observado nas meninas e na segunda metade da infância. Freud observa que não estando o aparelho sexual desenvolvido, tais manifestações sexuais parecem ser produzidas, na maioria das vezes, pelo aparelho urinário. Afirma que a maioria dos distúrbios relacionados à bexiga presentes nesse período decorrem de perturbações sexuais; assim, “a enurese noturna, quando não representa um ataque epiléptico, corresponde a uma poluição” (FREUD, 1997, v. 7).

Para que a atividade sexual ressurgja, são decisivas tanto as causas internas como as contingências externas, “(...) ambas as quais podem ser inferidas, nos casos de

doença neurótica, a partir da forma dos sintomas, sendo descobertas com certeza através da investigação psicanalítica” (FREUD, 1997, v. 7). Como causas internas, Freud está se referindo à ação das pulsões parciais; em relação às contingências externas, cita a sedução, que “(...) em circunstâncias que causam forte impressão, ensina-a [a criança] a conhecer a satisfação das zonas genitais – uma satisfação que ela fica quase sempre obrigada a renovar pelo onanismo”. Todavia, o despertar da vida sexual da criança prescinde da sedução, podendo surgir espontaneamente de causas internas (FREUD, 1997, v. 7).

A partir do exposto, quanto ao auto-erotismo fica a dedução de que não se pode afirmar sobre a existência de um objeto, considerando-se o termo “relação de objeto”, na acepção corrente em Psicanálise. A esse respeito, Laplanche e Pontalis fazem o seguinte comentário:

Se é verdade que se pode dizer que o auto-erotismo não tem objeto, não é porque apareça antes de qualquer relação com um objeto, nem mesmo porque com a sua chegada qualquer objeto deixe de estar presente na busca de satisfação, mas apenas porque o modo natural de apreensão do objeto se acha clivado: a pulsão sexual separa-se das funções não sexuais (a alimentação, por exemplo) nas quais se apoiava e que indicavam a sua meta e o seu objeto (1991, p. 48).

A noção de auto-erotismo implica um quadro de referência diferente da relação com o objeto, já notado desde a primeira utilização do termo feita por Freud. Diz respeito “(...) a um estado do organismo em que as pulsões se satisfazem cada uma por sua própria conta, sem que exista qualquer organização de conjunto. (...) deve ser concebido como uma excitação sexual que nasce e se apazigua (...) ao nível de cada zona erógena tomada isoladamente” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 48).

Entretanto, se por um lado, pelo estado originário de fragmentação da pulsão sexual encontrado durante o auto-erotismo, não se pode falar de uma relação com um

objeto total; por outro, de modo algum procede a afirmação da inexistência de uma relação com um objeto parcial fantasístico⁷¹ (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 49).

6.1.1.2 O narcisismo

A fim de adentrarmos na fase do desenvolvimento psicosexual denominada por Freud de *narcisismo*, antes se faz necessário apresentarmos sucintamente as instâncias componentes da segunda concepção sobre a diferenciação do aparelho psíquico elaborada por Freud, a partir de 1920 (a segunda tópica, como ficou conhecida), uma vez que essas instâncias estão envolvidas no investimento de *libido*⁷² nos objetos, o fenômeno essencial do narcisismo.

Freud concebe a vida mental como uma função de um aparelho que ocupa um espaço na organização mental, sendo composto por diversas partes. Esse conhecimento resulta do estudo do desenvolvimento individual dos seres humanos (1997, v. 23). É na segunda tópica que Freud concebe o aparelho psíquico subdividido em “(...) três reinos, regiões, províncias (...)”, as conhecidas instâncias *id* (ou *isso*), *ego* (ou *eu*), e *superego* (ou *supereu*) (1997, v. 22).

Temos o *id*⁷³ como a mais antiga dessas áreas de ação psíquica (1997, v. 23) e o reservatório⁷⁴ inicial da energia psíquica, formado pelos conteúdos inconscientes, que são a expressão psíquica das pulsões, ou seja, da libido (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 219).

⁷¹ Relacionado à zona erógena correspondente.

⁷² Deixamos o desenvolvimento desse conceito para mais adiante.

⁷³ Pronome impessoal da língua latina que significa “isso”, empregado por Freud por parecer “(...) bem talhado para expressar a principal característica dessa região da mente – o fato de ser alheia ao ego” (Freud, 1997, v. 22).

⁷⁴ Quanto a qual instância seria o reservatório de libido, se o *id* ou o *ego*, Freud sustentou opiniões diversas ao longo de suas publicações. Esse ponto aparece esclarecido na nota de rodapé número 78, situada na página 187.

O aparelho psíquico no início de sua formação compõe-se somente pelo *id*. Relembrando algumas das características dessa instância, trata-se de uma porção do aparelho mental que recebe as influências somáticas e abriga em seu interior necessidades instintuais que nele encontram expressão psíquica; tem como objetivo tão-somente a consecução da satisfação das necessidades pulsionais conforme o princípio do prazer; é desprovido das leis lógicas do pensamento; possui conteúdos atemporais cujos efeitos o indivíduo pode sentir por longo tempo; não comporta nenhum julgamento de valores (FREUD, 1997, v. 22).

Dando continuidade a essa recapitulação, uma segunda instância surge ao longo do desenvolvimento da criança. Trata-se do *ego*. Freud (1997, v. 23) descreve seu surgimento da seguinte maneira:

Sob a influência do mundo externo que nos cerca, uma porção do *id* sofreu um desenvolvimento especial. Do que era originalmente uma camada cortical, equipada com órgãos para receber estímulos e com disposições para agir como um escudo protetor contra estímulos, surgiu uma organização especial que, desde então, atua como intermediária entre o *id* e o mundo externo. A esta região de nossa mente demos o nome de *ego*.

Para a preservação da vida, o *ego* assume a tarefa de representar o mundo externo perante o *id*, pois este apenas vê diante de si a satisfação plena de seus instintos (FREUD, 1997, v. 22). É nesse sentido que Freud (1997, v. 23) observa que, a princípio, o *ego* tem como incumbência a autopreservação. E isso se faz em consequência da conexão preestabelecida entre a percepção sensorial e a ação muscular, tendo sob seu comando o movimento voluntário. O *ego* desempenha determinadas funções em relação ao mundo externo e ao mundo interno. Quanto ao mundo externo,

(...) desempenha essa missão dando-se conta dos estímulos, armazenando experiências sobre eles (na memória), evitando estímulos excessivamente intensos (mediante a fuga), lidando com os estímulos moderados (através da adaptação) e, finalmente, aprendendo a produzir modificações convenientes

no mundo externo, em seu próprio benefício (através da atividade) (FREUD, 1997, v. 23).

No tocante ao mundo interno,

(...) em relação ao id, ele desempenha essa missão obtendo controle sobre as exigências dos instintos, decidindo se elas devem ou não ser satisfeitas, adiando essa satisfação para ocasiões e circunstâncias favoráveis no mundo externo ou suprimindo inteiramente as suas excitações. (...) (FREUD, 1997, v. 23).

Os estímulos, sejam provenientes do mundo interno sejam do externo, provocam estados de tensão. Assim, as atividades do ego se fazem em conformidade com esse estado, na busca para evitar-se o desprazer, considerando que este leva o pequeno organismo a experimentar um estado de ansiedade pela vivência sentida como um perigo (FREUD, 1997, v. 23).

Concomitantemente ao desenvolvimento orgânico, continua ocorrendo o desenvolvimento psíquico. A partir do ego, surge “(...) um agente especial no qual se prolonga a influência parental (...)”. É o nosso conhecido *superego*. À medida que essa nova instância se diferencia a partir do ego ou se lhe opõe, este está diante de uma nova força a ser considerada (FREUD, 1997, v. 23).

Freud (1997, v. 22) sublinha que as crianças de tenra idade “(...) são amorais e não possuem inibições internas contra seus impulsos que buscam o prazer”. A maneira de os pais lidarem com a criança lhe dá mostras de amor e de ameaças com castigos, o que para o pequeno ser “(...) são sinais de perda do amor e se farão temer por essa mesma causa”. Num determinado ponto do desenvolvimento infantil, a coerção externa – exercida pelas figuras parentais – é internalizada, e “(...) o superego assume o lugar da instância parental e observa,

dirige e ameaça o ego, exatamente da mesma forma como anteriormente os pais faziam com a criança”. Dessa forma, o superego passa a assumir o papel de início exercido pela autoridade dos pais (FREUD, 1997, v. 22).

No entanto, a criança não recebe somente a severidade coercitiva dos pais. Todavia, Freud salienta que parece o superego ter assimilado tão-somente a “(...) rigidez e severidade dos pais, com sua função proibidora e punitiva, ao passo que o cuidado carinhoso deles parece não ter sido assimilado e mantido”. Tanto assim é que, ainda que a criança tenha sido educada em ambiente afetuoso, com o mínimo possível de ameaças e punições, “(...) o superego pode adquirir essas mesmas características de severidade inflexível (...)” (FREUD, 1997, v. 22).

Interessantemente, o superego de uma criança se constrói segundo o modelo do superego de seus pais. Na verdade, “(...) os conteúdos que ele encerra são os mesmos, e torna-se veículo da tradição e de todos os duradouros julgamentos de valores que dessa forma se transmitiram de geração em geração” (FREUD, 1997, v. 22).

Quanto ao papel do ego no funcionamento psíquico, Freud (1997, v. 23) comenta que essa instância se encontra numa situação em que deve conciliar entre si as exigências do id, do superego e da realidade. Para compreendermos como se estrutura a relação entre o ego e o superego, Freud nos apresenta como análoga a relação criança-pais:

Esta influência parental, naturalmente, inclui em sua operação não somente a personalidade dos próprios pais, mas também a família, as tradições raciais e nacionais por eles transmitidas, bem como as exigências do *milieu* social imediato que representam. Da mesma maneira, o superego, ao longo do desenvolvimento de um indivíduo, recebe contribuições de sucessores e substitutos posteriores aos pais, tais como professores e modelos, na vida pública, de ideais sociais admirados (FREUD, 1997, v. 23).

Freud aponta uma característica em comum entre o id e o superego, não obstante as diferenças que apresentam entre si: “(...) ambos representam as influências do passado – o id, a influência da hereditariedade; o superego, a influência, essencialmente, do que é retirado de outras pessoas, (...)”. O ego, a seu turno, é determinado precipuamente pela própria experiência da pessoa (1997, v. 23).

Passamos então a analisar o estágio vivenciado pelo bebê denominado por Freud de *narcisismo*. Consideremos que Freud propôs a existência desse estágio do desenvolvimento sexual infantil a partir de suas inferências sobre alguns estados psicopatológicos observados nos adultos.

Freud tomou esse conceito de empréstimo de H. Ellis⁷⁵, para quem o termo *narcisismo* designa “(...) a atitude de uma pessoa que trata seu próprio corpo da mesma forma pela qual o corpo de um objeto sexual é comumente tratado – que o contempla, vale dizer, o afaga e o acaricia até obter satisfação completa através dessas atividades” (em FREUD, 1997, v. 14). Chegando a expressar-se nesse grau, o narcisismo é caracterizado como uma perversão, exibindo traços susceptíveis de serem encontrados no estudo de todas as perversões (FREUD, 1997, v. 14). Mas, como veremos adiante, o narcisismo não compõem apenas os estados psicopatológicos, fazendo-se presente como uma fase do desenvolvimento psicosexual de todos nós.

Assim Freud se expressa ao explicar o que vem a ser essa fase do desenvolvimento sexual infantil:

O que acontece é o seguinte: chega uma ocasião, no desenvolvimento do indivíduo, em que ele reúne seus instintos sexuais (que até aqui haviam

⁷⁵ Numa nota acrescentada em 1920 a *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud afirma ter se equivocado ao atribuir a introdução do termo narcisismo a Näcke, e que a autoria deveria ser atribuída a H. Ellis. No entanto, o próprio H. Ellis, em 1928, por meio de um artigo, retificava a correção de Freud, argumentando que seria mais sensato que tal feito fosse dividido entre ele e Näcke, explicando que ele havia utilizado em 1898, a expressão “semelhante a narciso” para explicar uma atitude psicológica, e que Näcke introduziu o termo “narcisismo”, em 1899, para explicar uma perversão sexual (FREUD, 1997, v. 14).

estado empenhados em atividades auto-eróticas), a fim de conseguir um objeto amoroso; e começa por tomar a si próprio, seu próprio corpo, como objeto amoroso, sendo apenas subseqüentemente que passa daí para a escolha de alguma outra pessoa que não ele mesmo, como objeto. Essa fase equidistante entre o auto-erotismo e o amor objetal pode, talvez, ser indispensável normalmente; mas parece que muitas pessoas se demoram por tempo inusitadamente longo nesse estado e que muitas de suas características são por elas transportadas para os estádios posteriores de seu desenvolvimento (FREUD, 1997, v. 12).

O termo *narcisismo* aparece mesmo antes de *Sobre o narcisismo: uma introdução* (1914). Porém é neste texto, apoiado na teoria psicanalítica como um todo, que Freud introduz esse conceito, considerando sobretudo os *investimentos libidinais* (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 287).

Antes de prosseguirmos com o desenvolvimento desse tema, o narcisismo, cremos ser imprescindível esclarecermos alguns conceitos como *libido* e *investimentos libidinais*. Tratemos do primeiro. *Libido*, em latim, significa vontade, desejo. Freud (1997, v. 18) apresenta a seguinte definição:

Libido é expressão extraída da teoria das emoções. Damos esse nome à energia, considerada como uma magnitude quantitativa (embora na realidade não seja presentemente mensurável), daqueles instintos que têm a ver com tudo o que pode ser abrangido sob a palavra ‘amor’. O núcleo do que queremos significar por amor consiste naturalmente (e é isso que comumente é chamado de amor e que os poetas cantam) no amor sexual, com a união sexual como objetivo. Mas não isolamos disso — que, em qualquer caso, tem sua parte no nome ‘amor’ —, por um lado, o amor próprio, e, por outro, o amor pelos pais e pelos filhos, a amizade e o amor pela humanidade em geral, bem como a devoção a objetos concretos e a idéias abstratas.

Freud afirma que pela investigação psicanalítica pôde notar que na verdade todas essas tendências se fazem como expressão dos mesmos impulsos instintuais. Nas relações humanas, tais impulsos almejam mesmo é a união sexual; porém, “(...) em outras circunstâncias, são desviados desse objetivo ou impedidos de atingi-lo, embora sempre

conservem o bastante de sua natureza original para manter reconhecível sua identidade (como em características tais como o anseio de proximidade e o auto-sacrifício)” (1997, v. 18).

Para ele, “(...) a linguagem efetuou uma unificação inteiramente justificável ao criar a palavra ‘amor’ com seus numerosos usos (...)” e com toda essa extensão deve a palavra ‘amor’ ser empregada também nas suas discussões e exposições científicas (FREUD, 1997, v. 18).

No entanto, Freud comenta que foi a Psicanálise que arcou com o ônus de “(...) tormenta e indignação (...)” por ter assim tomado o termo amor.

Contudo, não fez nada de original em tomar o amor nesse sentido ‘mais amplo’. Em sua origem, função e relação com o amor sexual, o ‘Eros’ do filósofo Platão coincide exatamente com a força amorosa, a libido da psicanálise, tal como foi pormenorizadamente demonstrado por Nachmansohn (1915) e Pfister (1921), e, quando o apóstolo Paulo, em sua famosa Epístola aos Coríntios, louva o amor sobre tudo o mais, certamente o entende no mesmo sentido ‘mais amplo’⁷⁶. Mas isso apenas demonstra que os homens nem sempre levam a sério seus grandes pensadores, mesmo quando mais professam admirá-los (FREUD, 1997, v. 18).

Assim sendo, a Psicanálise, considerando a origem dos instintos amorosos, prefere denominá-los de instintos sexuais. Aqueles que não compreenderam o que Freud procurou expressar ao cunhar esse termo, consideraram-no como um insulto e vingaram-se ao atribuir à Psicanálise “(...) a pecha de ‘pansexualismo’⁷⁷ (...)” (FREUD, 1916, v. 18)

Freud (1997, v. 18) sublinha que se tivesse utilizado termos eufêmicos como *eros* ou *erótico*, teria poupado a si de muita oposição. No entanto, a própria palavra grega *eros* “(...) nada mais é do que a tradução de nossa palavra alemã *Liebe* [amor] (...)”.

⁷⁶ “Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse caridade [amor], seria como o metal que soa ou como o sino que tine” (em FREUD, 1997, v. 18)

⁷⁷ “Doutrina que considera toda a atividade psíquica provinda do instinto sexual, que se manifesta apenas quando a criança nasce.” (FERREIRA, 1986, p. 1257).

Ademais, Freud faz os seguintes comentários sobre a presença tão marcante da libido nas relações humanas:

A libido se liga à satisfação das grandes necessidades vitais e escolhe como seus primeiros objetos as pessoas que têm uma parte nesse processo. E, no desenvolvimento da humanidade como um todo, do mesmo modo que nos indivíduos, só o amor atua como fator civilizador, no sentido de ocasionar a modificação do egoísmo em altruísmo. E isso é verdade tanto do amor sexual pelas mulheres, com todas as obrigações que envolve de não causar dano às coisas que são caras às mulheres, quanto do amor homossexual, dessexualizado e sublimado, por outros homens, que se origina do trabalho em comum (FREUD, 1997, v. 18).

Se acima encontramos esclarecimentos sobre o termo *libido*, ainda nos falta relacioná-lo com as características da pulsão. Dessa maneira: *libido* é a energia correspondente à essência das transformações da pulsão sexual em relação ao objeto – para o qual é direcionada, investida –, em relação à meta da pulsão – ou seja, a satisfação que leva à supressão da tensão interna –, e em relação à fonte em que se origina a excitação sexual – as diversas zonas erógenas (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 265-266). Pelo exposto, podemos depreender o significado de *investimentos libidinais*. Diz respeito ao direcionamento da energia derivada das transformações da pulsão ao objeto visado. Nesses termos, Freud (em LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 266) coloca que a libido é a “manifestação dinâmica da pulsão sexual”. Para exemplificar, tomemos a pulsão oral ligada à fome: situando-se a pulsão no limite psicossomático, ela impele o ser vivo em busca da satisfação desse desconforto em questão fazendo com que o mesmo direcione a energia derivada da pulsão, ou seja, a libido, para o objeto que pode restabelecer o equilíbrio, a saber, o alimento. Dessa forma, a libido, como o próprio significado indica “desejo”, “vontade”, refere-se ao aspecto volitivo da interação sujeito-objeto. Logo, como colocam Laplanche e Pontalis (1991, p. 266), “a libido representa o aspecto psíquico da pulsão sexual”.

Se a libido é investida nos objetos, presume-se que a mesma deve ser retirada de algum lugar do aparelho psíquico. Freud (1997, v. 18) afirma que esse reservatório de libido⁷⁸ é justamente o ego, “(...) que sempre está pronto a absorver a libido que flui de volta *dos objetos*”.

Pelas suas observações, Freud concluiu que a libido, a energia investida nos objetos, pode ser a eles transmitida e deles retirada. Haveria uma espécie de equilíbrio entre a *libido do ego* (ou *libido narcísica*) e a *libido objetal*⁷⁹, de modo que “(...) quanto mais uma é empregada, mais a outra se esvazia”. Freud comenta que a libido objetal atinge seu ponto mais elevado de desenvolvimento no caso de um indivíduo apaixonado, chegando a parecer que ele desiste de sua própria personalidade em favor de um investimento objetal; a libido do ego, por sua vez, encontra seu clímax na fantasia típica da paranóia (FREUD, 1997, v. 14).

⁷⁸ Todavia ao longo de sua obra, Freud deixa em aberto se esse reservatório é o *ego* ou o *id*. Numa seção acrescentada à terceira edição dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, publicada em 1915, Freud escreve: ‘Libido narcísica ou libido do ego parece ser o grande reservatório de onde são enviadas as catexias do objeto e para onde são novamente recolhidas (...)’.

Em *Além do princípio do prazer* (1920), afirma “A psicanálise (...) chegou à conclusão de que o ego é o verdadeiro e original reservatório da libido, e que somente desse reservatório é que a libido se estende aos objetos”.

Por outro lado, num artigo de enciclopédia redigido no verão de 1922, afirma “Agora que fizemos distinção entre o ego e id, temos de identificar este último como o grande reservatório de libido (...) Bem no início, toda a libido está acumulada no id, enquanto que o ego ainda se acha em processo de formação ou ainda é fraco. O id envia parte desta libido para catexias objetais eróticas; em consequência, o ego, agora tornado forte, tenta apoderar-se dessa libido do objeto e impor-se ao id como objeto amoroso. O narcisismo do ego é, assim, um narcisismo secundário, que foi retirado dos objetos”.

Já no capítulo II do *Esboço de Psicanálise*, escrito em 1938, “É difícil dizer algo do comportamento da libido no id e no superego (...) Durante toda a vida o ego permanece sendo o grande reservatório, do qual as catexias libidinais são enviadas aos objetos e para a qual elas são também mais uma vez recolhidas, exatamente como uma ameba se conduz com os seus pseudópodos”.

Com base nesse excerto, os editores da *Standart Edition* afirmam “(...) parece inevitável supor que Freud sustentou opiniões diferentes em ocasiões diferentes (...)” (Freud, 1997, v. 19).

⁷⁹ Laplanche e Pontalis (1991, p. 268) frisam que a nível terminológico

“(...) o objeto, na expressão *libido objetal*, é tomado no sentido restrito de objeto exterior, e não inclui o ego, que pode também, num sentido mais amplo, ser qualificado de objeto da pulsão (...); (...) as expressões *libido objetal* e *libido do ego* indicam a relação da libido com o seu ponto de chegada, e não com o seu ponto de partida.”. Notemos como os conceitos de libido narcísica e libido objetal acham-se imbricados com os conceitos de *narcisismo primário* (ou *primitivo*) e *narcisismo secundário*.

Dispondo de uma habilidade em recorrer a imagens que proporcionam uma melhor compreensão de seus conceitos, Freud nos oferece esta, para elucidar a fluxo e refluxo da libido entre o ego e os objetos, baseando-se na vida de um organismo vivo:

(...) Pensem nesses simplicíssimos organismos vivos [as amebas] que consistem em um glóbulo, muito pouco diferenciado, de substância protoplásmica. Eles emitem protrusões, conhecidas como pseudópodos, para dentro dos quais eles fazem fluir a substância de seu corpo. São capazes, no entanto, de retrair essas protrusões, novamente, e de se transformar de novo em um glóbulo. Comparamos a emissão dessas protrusões, portanto, à emissão de libido em direção aos objetos enquanto a massa principal de libido pode permanecer no ego; e supomos que, em circunstâncias normais, a libido do ego pode ser transformada, sem impedimento, em libido objetal, e que esta pode novamente ser devolvida ao ego” (FREUD, 1997, v. 16).

Freud justifica a distinção entre libido do ego e libido do objeto considerando tal divisão decorrente da hipótese que estabelece distinção entre os instintos sexuais e os instintos do ego, que, por sua vez, têm seu principal apoio na estrutura biológica (1997, v. 14).

Como foi dito no primeiro parágrafo deste tema, o narcisismo não se limita a acompanhar apenas os casos de perversão. Freud observa que aspectos isolados da atitude narcisista podem ser encontrados em diversas pessoas sofredoras de outras perturbações, como nos homossexuais, assim observado por Sadger. E notou-se que “(...) uma localização da libido que merecesse ser descrita como narcisismo talvez estivesse presente em maior extensão, podendo mesmo reivindicar um lugar no curso regular do desenvolvimento sexual humano”⁸⁰ (Freud, 1997, v. 14). Essa espécie de narcisismo primitivo que acompanha o ser humano desde seu nascimento, Freud denominou de *narcisismo primário*.

⁸⁰ Esse último período indica-nos a perspectiva que toma esta parte do trabalho destinada a tratar do narcisismo como uma fase do desenvolvimento do ser humano dito normal. No entanto, achamos por bem incluir nos parágrafos subsequentes as descobertas de Freud, a partir dos estudos das psicopatologias, os quais lhe apontaram a existência do narcisismo.

Freud comenta que as dificuldades encontradas no tratamento psicanalítico com neuróticos apontavam para o mesmo entendimento. Nesse caso, “(...) essa espécie de atitude narcisista constituía um dos limites à sua susceptibilidade à influência. O narcisismo nesse sentido não seria uma perversão, mas o complemento libidinal do egoísmo do instinto de autoconservação (...)” (1997, v. 14).

Essa concepção de um narcisismo denominado *primário* e normal surgiu quando Freud tentou incluir os transtornos demência precoce (Kraepelin) e esquizofrenia (Bleuler) na hipótese da teoria da libido. Ele constatou que são pacientes que “(...) exibem duas características fundamentais: megalomania e desvios de seu interesse do mundo externo – de pessoas e coisas”. Por desviarem o interesse do mundo externo, são incapazes de se submeter à influência da Psicanálise (FREUD, 1997, v. 14).

Freud acredita que com esses pacientes houve uma retirada da libido antes dirigida a pessoas e a coisas do mundo externo, sem contudo substituí-las por outras a nível fantasístico. Pode até ocorrer essa desejável substituição; no entanto, “(...) o processo parece ser secundário e constituir parte de uma tentativa de recuperação, destinada a conduzir a libido de volta a objetos” (FREUD, 1997, v. 14).

Contudo, nos casos de esquizofrenia, a megalomania indica o que ocorre com a libido que é afastada dos objetos externos. É indubitável que essa megalomania surge à custa da libido objetal. Ocorre que a libido antes dirigida ao mundo externo passa a ser direcionada para o ego, o que nos permite dizer que tal atitude possa ser denominada de narcisismo. No entanto, a megalomania não se trata de uma criação nova e sim a “(...) ampliação e manifestação mais clara de uma condição que já existia previamente. Portanto, consideremos como secundária essa manifestação narcísica resultante de investimentos sobre os objetos, erigida sobre um narcisismo primário “(...) que é obscurecido por diversas

influências diferentes” (FREUD, 1997, v. 14). Então, Freud elaborava o conceito de *narcisismo secundário*⁸¹.

Sobre o fluir da libido entre o ego e os objetos, Freud (1997, v. 14) busca sustentação para essa teoria nas observações e conceitos referentes a vida mental das crianças e dos povos primitivos. Em relação a estes, não procederia afirmar sobre a existência de características próprias da megalomania, uma vez que não ocorrem apenas com alguns indivíduos. Na verdade, a onipotência de pensamentos permeia todo o grupo, manifestando-se na “(...) superestima do poder de seus desejos e atos mentais (...)” (FREUD, 1997, v. 14). Quanto às crianças, Freud esperava encontrar uma atitude semelhante em relação ao mundo externo. Com base nessas observações, Freud acredita na

(...) idéia de que há uma catexia [investimento] libidinal original do ego, parte da qual é posteriormente transmitida a objetos, mas que fundamentalmente persiste e está relacionada com as catexias objetais, assim como o corpo de uma ameba está relacionado com os pseudópodes que produz (FREUD, 1997, v. 14).

Com base no exposto acima, em relação ao modo de investimento da libido, considerando-se uma criança de tenra idade, a libido começaria a ser investida no próprio ego – o que no caso configuraria o *narcisismo primário*. Num segundo momento, a partir do ego, a libido passa a ser enviada para objetos exteriores. Por outro lado, quando o sujeito retira libido anteriormente investida em objetos, injetando-a no seu próprio ego, ocorre o que Freud denominou de *narcisismo secundário*.

Freud, ao constatar as dificuldades em se realizar um estudo direto acerca do narcisismo, a fim de obter uma compreensão do funcionamento do ego, continua a estudar as

⁸¹ Laplanche e Pontalis (1991, p. 290) observam que esses termos possuem tanto na literatura psicanalítica como nos textos de Freud acepções muito diversas, havendo maiores dificuldades nesse sentido em relação ao conceito de *narcisismo primário*.

patologias com suas distorções e exageros. Assim, estuda a influência que a doença orgânica, a hipocondria e a vida erótica dos sexos possam exercer sobre a distribuição da libido.

Seguindo essa direção, comenta que

(...) uma pessoa atormentada por dor e mal-estar orgânico deixa de se interessar pelas coisas do mundo externo, na medida em que não dizem respeito a seu sofrimento. Uma observação mais detida nos ensina que ela também retira o interesse *libidinal* de seus objetos amorosos: enquanto sofre, deixa de amar. (...) o homem enfermo retira suas catexias libidinais de volta para seu próprio ego, e as põe para fora novamente quando se recupera (FREUD, 1997, v. 14).

Portanto, eis aí a razão pela qual “(...) os sentimentos de quem ama, por mais fortes que sejam, são banidos pelos males corpóreos, e de súbito substituídos por uma indiferença completa” (FREUD, 1997, v. 14).

Freud (1997, v. 14) observa que o estado do sono assemelha-se ao da doença, uma vez que provoca uma retirada das posições da libido em direção ao próprio eu do indivíduo, que, nessa situação, expressa o desejo único de dormir. Tanto no estado enfermo como no sonolento, encontramos “(...) exemplos de alterações da libido que são resultantes de uma modificação no ego” (FREUD, 1997, v. 14). Ainda em relação ao sono, Freud (1997, v. 16) afirma que numa “(...) pessoa que dorme, reconstitui-se o primitivo estado de distribuição da libido — narcisismo total, no qual a libido e o interesse do ego, ainda unidos e indiferenciáveis, habitam o ego autosuficiente”.

A hipocondria, à semelhança da doença orgânica, encerra sensações corporais aflitivas e penosas, exercendo sobre a distribuição da libido o mesmo efeito que a doença orgânica. Aquele que sofre de hipocondria retira o interesse e a libido dos objetos do mundo externo, “(...) concentrando ambos no órgão que lhe prende atenção”. Todavia, na doença orgânica, todo o desconforto baseia-se em mudanças reais ocorridas no organismo, ao passo que na hipocondria, isso não se observa – embora esse tipo de transtorno leve a pessoa

que o sofre a supor que as modificações em seu organismo de fato existam (FREUD, 1997, v. 14).

Freud encontra uma explicação para o comportamento da libido nos casos de hipocondria e de doença material de um órgão. Ele sublinha que a erogenicidade, isto é, a propriedade de excitar-se como as zonas erógenas, ser uma característica comum a todos os órgãos, que pode possuir uma gradação variável numa determinada parte do corpo. Ele acredita que haveria para cada modificação na erogenicidade dos órgãos uma modificação correspondente do investimento libidinal no ego (FREUD, 1997, v. 14).

Surge uma questão muito interessante: o que promove o ato de ultrapassar os limites do narcisismo e ligar a libido a objetos? A resposta seria

(...) que essa necessidade surge quando a catexia do ego com a libido excede certa quantidade. Um egoísmo forte constitui uma proteção contra o adoecer, mas, num último recurso, devemos começar a amar a fim de não adoecermos, e estamos destinados a cair doentes se, em consequência da frustração, formos incapazes de amar⁸² (FREUD, 1997, v. 14).

Freud observa que o aparelho mental é um dispositivo cujo objetivo maior é dominar as excitações que podem ser sentidas como aflitivas ou ter efeitos patogênicos. Dessa forma, é possível o “(...) escoamento das excitações que são incapazes de descarga direta para fora, ou para as quais tal descarga é, no momento, indesejável” (1997, v. 14). Acrescenta que, não havendo a descarga para o meio externo, “(...) é indiferente que esse processo interno de elaboração seja efetuado em objetos reais ou imaginários” (FREUD, 1997, v. 14). Entrementes, apenas posteriormente algo poderá ser notado, na medida em que a transferência da libido para objetos irrealis tenha provocado seu represamento – esse efeito pode ser notado

⁸² Lembremo-nos da acepção de amor comentada anteriormente quando tratamos do conceito de *libido*. Assim, *amar*, em termos psicanalíticos, significa investir libido.

nos transtornos em que ocorre megalomania, que “(...) permite uma semelhante elaboração interna da libido que voltou ao ego (...)” (1997, v. 14).

Freud (1997, v. 14) encontrou na observação da vida erótica dos seres humanos, incluindo as possíveis diferenciações no homem e na mulher, uma terceira via de acesso ao estudo sobre o narcisismo.

Ao estudar como as crianças de tenra idade – assim com as crianças em desenvolvimento –, Freud notou que elas “(...) derivavam seus objetos sexuais de suas experiências de satisfação”, afirmando que

As primeiras satisfações sexuais auto-eróticas são experimentadas em relação com funções vitais que servem à finalidade de autopreservação. Os instintos sexuais estão, de início, ligados à satisfação dos instintos do ego; somente depois é que eles se tornam independentes destes, e mesmo então encontramos uma indicação dessa vinculação original no fato de que os primeiros objetos sexuais de uma criança são as pessoas que se preocupam com sua alimentação, cuidados e proteção: isto é, no primeiro caso, sua mãe ou quem quer que a substitua (1997, v. 14).

Então a vida de um bebê vai se desenvolvendo graças aos cuidados maternos para a preservação de sua vida. Paralelamente, a criança frui o prazer proporcionado pelo manejo que a mãe faz do seu corpo. O tempo vai passando, e o pequeno vai percebendo que além do seu primeiro objeto sexual, a mãe, também existe um outro, o pai, a compartilhar – e a atrapalhar – dessa relação. Freud vê nessa trama a reedição do mito de Édipo.

6.1.1.2.1 O complexo de Édipo

Em conformidade com Freud, a lenda grega do rei Édipo, de autoria de Sófocles, ao longo do tempo revivifica-se no psiquismo de todos os seres humanos. Isso se dá entre os 3 e os 5 anos de vida de cada um dos novos viventes que vieram e virão a compor a

população do planeta. Freud (1997, v. 16) nos oferece em poucas palavras o trágico destino desse rei: “(...) Édipo, fadado pelo destino a matar seu pai e a desposar sua mãe, que fez todo o possível para escapar à decisão do oráculo e puniu-se a si próprio cegando-se, ao saber que, apesar de tudo, havia, sem querer, cometido ambos os crimes”.

O feito de Édipo, realizado num passado bem remoto, pode ser observado vivo no psiquismo das pessoas por meio da investigação psicanalítica (FREUD, 1997, v. 16). Freud (1997, v. 16) aponta que curiosamente na obra de Sófocles a personagem Jocasta, mãe e depois feita esposa de Édipo, recusa-se em continuar as investigações sobre sua tragédia, apelando “(...) para o fato de que muitas pessoas sonharam com dormir com a própria mãe, mas que os sonhos devem ser menosprezados”. Mas Freud salienta que a Psicanálise não despreza os sonhos, sobretudo os sonhos cujo conteúdo é o mesmo produzido pelo inconsciente de muitas pessoas, guardando consonância “(...) com o estranho e terrível conteúdo da lenda” (1997, v. 16). Freud observa que a tragédia de Sófocles pode ser caracterizada como amoral, que “(...) absolve os homens de responsabilidade moral, mostra os deuses como promotores do crime e demonstra a importância dos impulsos morais dos homens que lutam contra o crime”, de modo que se possa supor que aos deuses e ao destino deveria ser imputada a autoria da terrível tragédia. Mas Sófocles oferece uma outra maneira de superar tal dificuldade: “(...) através do piedoso sofisma segundo o qual submeter-se à vontade dos deuses constitui a mais elevada moralidade, mesmo quando isto conduza ao crime” (1997, v. 16). Entretanto, Freud nos chama a atenção de que na verdade o expectador não reage à moralidade subjacente, “(...) mas ao sentido e ao conteúdo secreto da lenda. Reage como se, por auto-análise, tivesse reconhecido o complexo de Édipo em si próprio e desvendado a vontade dos deuses e do oráculo como disfarces enaltecidos de seu próprio inconsciente” (1997, v. 16). Em posse desse reconhecimento, obrigatoriamente se recorda do

desejo de eliminar o pai e substituí-lo como homem de sua mãe – lembrança que o faz prostrar-se horrorizado (FREUD, 1997, v. 16). Cada ser humano carrega a culpa por não ter conseguido destruir tais intenções criminosas; uma culpa cuja fonte desconhece. No entanto, “(...) o complexo de Édipo pode ser considerado uma das mais importantes fontes do sentimento de culpa com que tão freqüentemente se atormentam os neuróticos” (FREUD, 1997, v. 16).

Para Freud, as futuras relações objetais de um indivíduo estarão seladas pela natureza da vivência do complexo de Édipo, em tenra infância. Nesse período de vida da criança, um processo psicológico o inicia na vida relacional. Trata-se da *identificação*⁸³. Segundo Freud, é a “(...) mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa” (1997, v. 18). Esse processo psicológico desempenha um papel importantíssimo na história primitiva do complexo de Édipo. Como coloca Freud,

Um menino mostrará interesse especial pelo pai; gostaria de crescer como ele, ser como ele e tomar seu lugar em tudo. Podemos simplesmente dizer que toma o pai como seu ideal. Este comportamento nada tem a ver com uma atitude passiva ou feminina em relação ao pai (ou aos indivíduos do sexo masculino em geral); pelo contrário, é tipicamente masculina. Combina-se muito bem com o complexo de Édipo, cujo caminho ajuda a preparar (1997, v. 18).

O menino vive entre a identificação com o pai e a ligação libidinal com a mãe. Então, ele vive vinculado psicologicamente ao pai pela identificação, tomando-o como modelo, e com a mãe, a quem busca ligar-se de maneira erótica. É da confluência desses vínculos que se origina o complexo de Édipo (FREUD, 1997, v. 18) .

⁸³ “Processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro (...)” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 226).

Freud (1997, v. 18) apresenta-nos uma maneira clara para se distinguir entre a identificação com o pai e a escolha deste como objeto: “(...) no primeiro caso, o pai é o que gostaríamos de ser; no segundo, o que gostaríamos de ter, ou seja, a distinção depende de o laço se ligar ao sujeito ou ao objeto do ego”.

Nessa fase a criança retém a mãe como objeto investido pela sua libido durante o período em que foi amamentada e cuidada (FREUD, 1997, v. 16). Ao notar que o pai é um obstáculo ao acesso à mãe, a identificação é matizada de hostilidade, e o pequeno deseja ver-se livre do pai (FREUD, 1997, v. 18). Mas isso não é tudo: deseja tomar o lugar do rival perturbador, o terceiro na relação. Porém como sente que o pai é mais poderoso que ele, teme o medo de ser castrado. Os meninos podem vivenciar, de acordo com a constituição bissexual comum às crianças pequenas, uma orientação tanto ativa como passiva. Assim, eles podem desejar tomar o lugar de sua mãe e fazerem-se como objeto de amor de seu pai, configurando uma atitude feminina (FREUD, 1997, v. 16). Um caso desses representa o que Freud (1997, v. 18) denominou de *complexo de Édipo invertido*, ou seja, o pai passa a ser tomado como objeto de uma atitude feminina, o “(...) objeto no qual os instintos diretamente sexuais buscam satisfação (...)”. Aí está a gênese do homossexualismo masculino. Um garoto que cresce fixado à mãe, como que vivenciando o complexo de Édipo por tempo arrastado, ao chegar a puberdade, não será capaz de trocar a mãe por um outro objeto sexual. Ele não a abandona, mas se identifica com ela. Então, “(...) transforma-se e procura então objetos que possam substituir o seu ego para ele, objetos aos quais possa conceder um amor e um carinho iguais aos que recebeu de sua mãe” (FREUD, 1997, v. 18)

Freud (1997, v. 16) diz que é fácil constatar que o pequeno deseja sua mãe exclusivamente para si mesmo, que ele sente a presença do pai como um empecilho, que sofre ao ver o pai dispensar um sinal de afeição à mãe, e ainda que demonstra satisfação pela

ausência do pai. O garotinho expressa seus sentimentos em palavras, chegando até a dizer que se casará com ela. Isso, na sua essência, é o drama de Édipo. Sublinha que a observação desse mito na vida contemporânea é

(...) freqüentemente obscurecida pela circunstância de, em outras ocasiões, a própria criança dar mostras de grande afeição pelo pai. Atitudes emocionais contrárias – ou, seria melhor dizer, ‘ambivalentes’ – que, em adultos, conduziriam a um conflito, permanecem, porém compatíveis uma com a outra, por longo tempo, nas crianças, como também, mais tarde, encontram um lugar permanente, lado a lado, no inconsciente (FREUD, 1997, v. 16).

Para Freud (1997, v. 16) a objeção de que tal comportamento do garoto funda-se no seu egoísmo em reter a mãe apenas para si não aniquila o drama de Édipo no psiquismo do garoto. Freud (1997, v. 16) acrescenta que o interesse egoístico “(...) simplesmente oferece um ponto de apoio ao qual a tendência erótica se vincula”. E isso pode ser observado quando, por exemplo,

O menino pode mostrar a mais indisfarçada curiosidade sexual para com sua mãe, pode insistir em dormir ao seu lado, à noite, pode impor sua presença, junto a ela quando ela está se vestindo, ou, mesmo fazer tentativas reais de seduzi-la, conforme sua mãe divertidamente perceberá e relatará — tudo isso demonstra inequivocamente a natureza erótica de sua ligação com a mãe (FREUD, 1997, v. 16).

Freud (1997, v. 16) salienta que a mãe dispensa os mesmos cuidados à filhinha, sem, contudo, produzir o mesmo resultado. E ainda: o pai pode dispensar ao menino tantos cuidados quanto a mãe, e, no entanto, não lhe é dirigida a mesma importância como a ela.

Em relação às meninas⁸⁴, Freud (1997, v. 16) diz que o complexo de Édipo ocorre com algumas modificações. Há uma ligação afetiva com o pai, uma procura por eliminar a mãe a fim de tomar seu lugar – e isso tudo com o cuidado de despertar o interesse do pai por ela. Freud nos lembra de que

(...) os próprios pais freqüentemente exercem uma influência decisiva no despertar da atitude edípica da criança, ao cederem ao empuxo da atração sexual, e que, onde houver diversas crianças, o pai dará definidas provas de sua maior afeição por sua filhinha; e a mãe, por seu filho (1997, v. 16).

Tanto para os meninos como para as meninas, o objeto original é a mãe. Se naturalmente os meninos retêm a mãe no complexo de Édipo, o que ocorre para que as meninas a abandonem e busquem o pai como objeto? questiona Freud (1997, v. 19).

Para Freud, nas meninas, o início da estruturação do complexo de Édipo deve ser pontuado antes mesmo da triangulação menina-mãe-pai. A descoberta das zonas genitais pela criança não parece estar vinculada a algum conteúdo psíquico pertinente ao complexo de Édipo. As meninas notam que o irmão ou um coleguinha de brincadeiras possui um pênis. E percebe que se trata de um órgão notadamente visível e superior ao seu, que é pequeno e imperceptível. Daí em diante, as meninas passam a sentir inveja do pênis. O menino, a seu turno, ao ver pela primeira vez a região genital de uma menina pode se achar embaraçado, ou demonstrar falta de interesse, ou que nada percebe, ou ainda rejeitar a ausência do pênis. No entanto, quando se sentir circundado pelo temor da castração, inferirá, em tormentas, o que ocorreu com a garota que viu despida. A menina, por sua vez, ao ver um pênis, compreende que não tem um mas deseja obter um similar (FREUD, 1997, v. 19).

⁸⁴ Melanie Klein desenvolveu um estudo sobre as ansiedades próprias da menina – talvez equivalentes à ansiedade de castração nos meninos – bem como o conflito edípico nas mulheres em seu texto *Os efeitos das primeiras situações de ansiedade sobre o desenvolvimento sexual da menina*, originalmente encontrado na obra *A psicanálise da criança*, compondo também *Melanie Klein: psicologia* – organizado por Herrmann e Alves Lima, pela editora Ática.

Freud (1997, v. 19) observa que “(...) a esperança de algum dia obter um pênis, apesar de tudo, e assim tornar-se semelhante a um homem, pode persistir até uma idade incrivelmente tardia e transformar-se em motivo para ações estranhas e doutra maneira inexplicáveis”. Sublinha que se esse desejo se tornar uma obcecação, numa mulher adulta configurar-se-ia como uma psicose. Desse modo, “(...) uma menina pode recusar o fato de ser castrada, enrijecer-se na convicção de que realmente possui um pênis e subseqüentemente ser compelida a comportar-se como se fosse homem” (FREUD, 1997, v. 19).

Comenta Freud (1997, v. 19) que, em outros casos, a inveja do pênis pode ter como cicatriz um sentimento de inferioridade. Freud diz que a mulher

(...) quando ultrapassou sua primeira tentativa de explicar sua falta de pênis como uma punição pessoal para si mesma, e compreendeu que esse caráter sexual é universal, ela começa a partilhar do desprezo sentido pelos homens por um sexo que é inferior em tão importante aspecto, e, pelo menos no sustentar dessa opinião, insiste em ser como um homem (FREUD, 1997, v. 19).

Uma outra conseqüência da inveja do pênis parece ser um distanciamento afetivo da menina para com sua mãe, pois esta é sentida como a responsável por não aparelhá-la com um pênis. E isso pode ser observado quando, ao perceber que seus órgãos genitais são insatisfatórios, no ciúme sentido em relação a uma outra criança, por crer que sua mãe gosta mais da outra criança (ainda mais se for um irmão⁸⁵) (FREUD, 1997, v. 19). Mas Freud (1997, v.19) vê a maior manifestação da inveja do pênis na maior intolerância das mulheres frente à masturbação. A maioria dos homens não hesitam em recorrer a essa via de escape. Freud (1997, v. 19) acredita que

(...) a masturbação está mais afastada da natureza das mulheres que da dos homens e a solução do problema poderia ser auxiliada pela reflexão de que a masturbação, pelo menos do clitóris, é uma atividade masculina, e que a

⁸⁵ Grifo nosso.

eliminação da sexualidade clitoridiana constitui pré-condição necessária para o desenvolvimento da feminilidade.

Freud acredita que a recusa em a menina não recorrer à masturbação fálica está no “(...) sentimento narcísico de humilhação ligado à inveja do pênis, o lembrete de que, afinal de contas, esse é um ponto no qual ela não pode competir com os meninos, e que assim seria melhor para ela abandonar a idéia de fazê-lo” (1997, v. 19). Assim, a menina procurará novos caminhos para o desenvolvimento da feminilidade. Freud nos chama a atenção para o fato de que até esse momento, o complexo de Édipo não interveio de forma alguma. Daí em diante,

(...) porém, a libido da menina desliza para uma nova posição ao longo da linha — não há outra maneira de exprimi-lo — da equação ‘pênis-criança’. Ela abandona seu desejo de um pênis e coloca em seu lugar o desejo de um filho; com esse fim em vista, toma o pai como objeto de amor. A mãe se torna o objeto de seu ciúme. A menina transformou-se em uma pequena mulher (1997, v. 19).

Essa ligação da menina a seu pai mais tarde é abandonada, cedendo lugar a uma identificação com ele – o que pode, por outro lado, fazer com que ela volte a seu complexo de masculinidade e possa fixar-se nele (FREUD, 1997, v. 19).

Freud (1997, v. 19), pelas suas observações, considera o complexo de Édipo nas meninas como uma formação secundária. Nelas, “as operações do complexo de castração o precedem e preparam”. O autor traça o seguinte contraste fundamental entre o complexo de Édipo e o de castração observado nos dois sexos: “Enquanto, nos meninos, o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, nas meninas ele se faz possível e é introduzido através do complexo de castração” (1997, v. 19). Tal aparente contradição pode ser explicada considerando-se que o complexo de castração “(...) inibe e limita a masculinidade e incentiva

a feminilidade”. Freud coloca que a diferença entre o desenvolvimento sexual entre meninos e meninas é uma consequência que se depreende da diferença anatômica entre seus órgãos genitais bem como da situação psíquica implicada. Em suma, “(...) corresponde à diferença entre uma castração que foi executada e outra que simplesmente foi ameaçada” (1997, v. 19).

Para Freud, falta um marco que indica o declínio do complexo de Édipo no psiquismo da menina. A castração insere a menina na vivência do complexo, mas não há o mesmo destino observado nos meninos. Assim, esse complexo “(...) pode ser lentamente abandonado ou lidado mediante a repressão, ou seus efeitos podem persistir com bastante ênfase na vida mental normal das mulheres” (1997, v. 19).

As manifestações do complexo de Édipo podem ser verificadas não só no triângulo criança-mãe-pai. Quando surgem os irmãos, o complexo de Édipo toma maiores proporções nas relações familiares. A pequena criança, com seu sentimento egoístico, recebe os novos irmãos com aversão, desenvolvendo desejos de que sejam eliminados. O menino pode ver na irmã uma substituta para a mãe infiel. Ou uma menina pode encontrar em seu irmão mais velho um substituto para o pai, que deixou de lhe dispensar interesse afetivo como o fazia nos seus primeiros anos de vida. Ou ainda, pode a garota ver numa irmã mais nova uma substituta do filho que ela, em vão, desejou ter de seu pai. Pelo exposto, podemos perceber que a posição que uma criança ocupa na constelação familiar é um dado de muita importância na determinação da forma de sua vida futura (FREUD, 1997, v. 16).

Freud (1997, v. 16) pôde extrair elementos das análises com adultos neuróticos que convergem aos descritos na relação criança-mãe-pai. A esse respeito, conclui o autor que

A análise confirma tudo o que a lenda descreve. Mostra que cada um desses neuróticos também têm sido um Édipo, ou, o que vem a dar no mesmo, como reação ao complexo, tornou-se um Hamlet. A explicação analítica do complexo de Édipo é, naturalmente, uma ampliação e uma versão mais crua do esboço infantil. O ódio ao pai, os desejos de morte contra ele, já não são

mais insinuados timidamente, a afeição pela mãe admite que seu objetivo é possuí-la como mulher (1997, v. 16).

Freud (1997, v. 16) acrescenta que o ódio ao pai é facilmente verificado por variados fatores que surgem de épocas e circunstâncias futuras, bem como os desejos libidinais em relação à mãe “(...) assumem formas tais, que devem ter sido estranhos até mesmo para uma criança”.

Freud (1997, v. 16) argumenta que na puberdade, quando os instintos sexuais afloram com toda veemência, são novamente os primeiros objetos incestuosos catexizados com a libido. Nessa fase do desenvolvimento, desenrolam-se processos emocionais muito severos que seguem o caminho do complexo do Édipo ou reagem contra ele. Mas por serem processos cujas premissas são intoleráveis, seus conteúdos permanecem alojados no inconsciente. A partir de então, o sujeito deve desvincular-se de seus pais – tarefa que se não cumprida não poderá deixar de ser uma criança para se tornar um membro da comunidade. Para o menino, isso equivale a dizer que deve desligar seus desejos libidinosos em relação a sua mãe e direcioná-los para um outro objeto real e externo, reconciliar-se com seu pai, caso lhe ofereceu oposição, ou ainda em libertar-se da pressão deste, caso haja se tornado subserviente a ele, como uma reação a sua rebeldia infantil.

Mas o destino dos neuróticos pode ser cruel. O filho pode permanecer durante toda sua existência subjugado à autoridade do pai, sendo incapaz de transferir sua libido a um objeto sexual externo. O mesmo destino pode ser esperado em relação à filha. É nesse sentido que Freud afirma ser legítimo considerar o complexo de Édipo como o núcleo das neuroses (1997, v. 16).

Um outro argumento apresentado por Freud (1997, v. 16) sobre a existência do complexo de Édipo funda-se nos desejos que formam os sonhos, cuja natureza poderia ser caracterizada de pervertida ou incestuosa, ou ainda formados por conteúdos hostis direcionados às pessoas mais caras ao sonhador. Tais sonhos podem ser explicados pelos arranjos da libido e dos investimentos libidinais em direção a objetos que se originaram no início da infância, que nos perseguem imperceptíveis durante a vigília e nos tomam durante o sonhar. Entretanto, os neuróticos não são os únicos a ser tomados por tais sonhos. Nós, os chamados normais, também experimentamos tais sonhos pervertidos, incestuosos e assassinos. De modo que se torna admissível que

(...) as pessoas que são normais, atualmente, percorreram um caminho evolutivo que passou pelas perversões e catexias objetais do complexo de Édipo, que este é o caminho do desenvolvimento normal e que os neuróticos simplesmente nos mostram, de forma ampliada e grosseira, aquilo que a análise dos sonhos nos revela também em pessoas sadias⁸⁶ (FREUD, 1997, v. 16).

O advento do complexo de Édipo é de suma importância, deixando suas marcas na vida de cada indivíduo – marcas estas determinadas pelo modo pelo qual o indivíduo nele se introduziu e como o abandonou (FREUD, 1997, v. 19). Nos garotos, o complexo de Édipo é despedaçado pelo efeito da ameaça de castração. Freud sublinha que

(...) suas catexias libidinais são abandonadas, dessexualizadas, e, em parte, sublimadas; seus objetos são incorporados ao ego, onde formam o núcleo do superego e fornecem a essa nova estrutura suas qualidades características. Em casos normais, ou melhor, em casos ideais, o complexo de Édipo não existe mais, nem mesmo no inconsciente; o superego se tornou seu herdeiro” (1997, v. 19).

⁸⁶ Freud observa que aí está uma das razões pelas quais abordou o estudo dos sonhos antes mesmo dos estudos dos sintomas neuróticos (1997, v. 16)

Freud assinala a importância do complexo de Édipo para a civilização, ao dizer que

(...) o pênis (...) deve sua catexia narcísica extraordinariamente elevada à sua significação orgânica para a propagação da espécie, a catástrofe que ocorre no complexo de Édipo (o abandono do incesto e a instituição da consciência e da moralidade) pode ser considerada uma vitória da raça sobre o indivíduo (1997, v. 19).

Em relação às explicações oferecidas pela ciência para a proibição do incesto, Freud (1997, v. 16) comenta que as mesmas são motivos de irrisão:

Tem sido dito que a tendência sexual é desviada de membros da mesma família pertencentes ao sexo oposto, pelo fato de terem vivido juntos desde a infância; ou ainda, que um propósito biológico de evitar a consangüinidade é representado psicologicamente por um inato horror ao incesto. Nisso tudo, deixa-se de atentar para o fato de que uma proibição tão peremptória não seria necessária nas leis e nos costumes, se houvesse barreiras naturais seguras contra a tentação do incesto. A verdade é justamente o oposto. A primeira escolha objetal de um ser humano é regularmente incestuosa, dirigida, no caso do homem, à sua mãe e à sua irmã; e necessita das mais severas proibições para impedir que essa tendência infantil persistente se realize. Entre raças primitivas viventes ainda nos dias atuais, entre selvagens, as proibições contra o incesto são ainda muito mais estritas do que entre nós, e Theodor Reik, ainda recentemente, num brilhante trabalho [Reik, 1915-16] demonstrou que os ritos da puberdade dos selvagens, que representam um renascimento, têm o sentido de liberar o menino de seus laços incestuosos com sua mãe e de reconciliá-lo com seu pai. A mitologia lhes ensinará que o incesto que se pensa ser tão rechaçado pelos seres humanos, é inequivocamente permitido aos deuses. E, na história antiga, podem constatar que o casamento incestuoso com a irmã era um preceito santificado imposto à pessoa do soberano (entre os faraós egípcios e os incas do Peru). O que estava em jogo, portanto, era um privilégio proibido ao homem comum.

Freud (1997, v. 16) observa que o incesto com a mãe e o parricídio já eram condenados mesmo na época em que nossos ancestrais viviam sob as diretrizes do totemismo, a primeira instituição social-religiosa da humanidade.

Após essa incursão pelo complexo de Édipo, podemos nos voltar para os tipos de escolha objetal engendrados pelos sujeitos. Assim, na maioria dos casos, o protótipo

dos futuros objetos é a figura materna. As futuras escolhas consumadas a partir do modelo materno Freud denominou *anaclíticas* ou *de ligação*. Contudo, a pesquisa psicanalítica lhe revelou um segundo tipo, em que o modelo adotado em sua escolha de objetos amorosos não era a mãe, mas sim seus próprios eus. Esse segundo tipo de escolha objetal foi denominado *narcisista* e foi observado “(...) em pessoas cujo desenvolvimento libidinal sofreu alguma perturbação, tais como pervertidos e homossexuais (...)”. Trata-se de pessoas que procuram a si mesmas como um objeto de amor. Freud salienta que nessa observação se encerra o mais forte dos motivos que o levou a adotar a hipótese do narcisismo (FREUD, 1997, v. 14).

Ao propor essas duas maneiras de escolha objetal, Freud não afirma que há dois grupos de humanos distintos entre si conforme sua forma de escolha de objetos – anaclítica ou narcisista. Afirma sim que “(...) ambos os tipos de escolha objetal estão abertos a cada indivíduo, embora ele possa mostrar preferência por um ou por outro”. Para Freud, o ser humano, a princípio, tem dois objetos sexuais: ele próprio e a mulher que dele cuida. E todos os seres humanos são permeados pelo narcisismo primário, “(...) o qual, em alguns casos, pode manifestar-se de forma dominante em sua escolha objetal” (1997, v. 14).

Vejamos como Freud, em *Sobre o narcisismo: uma introdução*, ainda vasculha, na vida psíquica dita normal, outras manifestações do narcisismo.

Ao comparar homens e mulheres, Freud percebe que há diferenças marcantes entre eles quanto ao tipo de escolha objetal, não obstante tais diferenças naturalmente não serem universais, sendo o amor objetal do tipo anaclítico característico do indivíduo do sexo masculino. Em relação às mulheres⁸⁷, Freud (1997, v. 14) comenta que o amadurecimento dos órgãos sexuais, no início da puberdade, pode ocasionar a intensificação

⁸⁷ Mais adiante no texto, Freud (1997, v. 14) justifica essas afirmações sobre a escolha objetal das mulheres, dizendo que “(...) essa descrição da forma feminina de vida erótica não se deve a qualquer desejo tendencioso de minha parte no sentido de depreciar as mulheres. (...) estou pronto a admitir que existe um número bem grande

do narcisismo original, o que se mostra desfavorável para o desenvolvimento de uma verdadeira escolha objetal justamente no período em que o sexo feminino experimenta uma supervalorização sexual. E, se ao cabo do desenvolvimento tornam-se belas, “(...) desenvolvem certo autocontentamento que as compensa pelas restrições sociais que lhes são impostas em sua escolha objetal” (FREUD, 1997, v. 14). Ele acrescenta que “(...) tais mulheres amam apenas a si mesmas, com uma intensidade comparável à do amor do homem por elas. Sua necessidade não se acha na direção de amar, mas de serem amadas; e o homem que preencher essa condição cairá em suas boas graças”. O fascínio que exercem sobre os homens não deve ser imputado apenas a fatores estéticos, mas também a uma combinação de interessantes fatores psicológicos, “(...) pois parece muito evidente que o narcisismo de outra pessoa exerce grande atração sobre aqueles que renunciaram a uma parte de seu próprio narcisismo e estão em busca do amor objetal” (FREUD, 1997, v. 14).

Sobre o encanto presente nas crianças, Freud atribui boa parte dele ao seu narcisismo, a seu autocontentamento e inacessibilidade, da mesma forma “(...) como também o encanto de certos animais que parecem não se preocupar conosco, tais como os gatos e os grandes animais carniceiros (1997, v. 14).

Um outro fenômeno da vida humana impregnado de narcisismo é a gravidez, pois há um envolvimento narcísico da futura mãe pelo ser que se desenvolve em seu interior. A gravidez se faz como uma via que conduz a mulher narcisista ao amor objetal completo, pois o seu próprio corpo, que contém em seu interior um outro, coloca-a diante de um outro objeto. E este a tira do seu próprio narcisismo rumo a um amor objetal completo (1997, v. 14).

de mulheres que amam de acordo com os moldes do tipo masculino e que também desenvolvem a supervalorização sexual própria àquele tipo”.

Freud (1997, v. 14) nos oferece um breve sumário dos caminhos que conduzem à escolha de um objeto. Assim, uma pessoa, em conformidade com o tipo narcisista, pode amar: o que ela própria é (ou seja, ela mesma), o que ela foi, o que ela mesma gostaria de ser, alguém que foi uma vez parte dela mesma. Por outro lado, de acordo com o tipo anaclítico, pode amar: a mulher que a alimenta, o homem que a protege, e a sucessão de substitutos que venham a ocupar o seu lugar.

No tocante ao narcisismo primário das crianças, por sua apreensão por meio da observação direta não ser fácil, Freud recorre a uma outra modalidade de inferência para confirmá-lo. E é na atitude dos pais afetuosos para com seus filhos que ele encontra tal confirmação; atitude esta que pode ser considerada “(...) uma revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo, que de há muito abandonaram”. A atitude emocional desses pais é dominada pela supervalorização, um estigma narcisista a influir na escolha objetal. Portanto, eles compulsivamente atribuem todas as perfeições ao filho e ocultam ou olvidam todas as deficiências do mesmo. Ainda, procuram poupar seus filhos das “(...) aquisições culturais que seu próprio narcisismo foi forçado a respeitar, (...)”, e a oferecer-lhes os privilégios por eles mesmos abandonados (1997, v. 14). E em decorrência dessa atitude emocional dos pais, a criança será tratada como uma majestade:

(...) terá mais divertimentos que seus pais; ela não ficará sujeita às necessidades que eles reconheceram como supremas na vida. A doença, a morte, a renúncia ao prazer, restrições à sua vontade própria não a atingirão; as leis da natureza e da sociedade serão ab-rogadas em seu favor; ela será mais uma vez realmente o centro e o âmago da criação — ‘Sua Majestade o Bebê’, como outrora nós mesmos nos imaginávamos. A criança concretizará os sonhos dourados que os pais jamais realizaram — o menino se tornará um grande homem e um herói em lugar do pai, e a menina se casará com um príncipe como compensação para sua mãe. (...) (FREUD, 1997, v. 14).

A imortalidade do ego dos pais é conquistada graças à transmigração do seu narcisismo para a vida psíquica da criança. Freud observa que “o amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetal, inequivocamente revela sua natureza anterior” (1997, v. 14).

No tocante aos distúrbios aos quais o narcisismo original de uma criança é vulnerável, à maneira de como tenta proteger-se deles, Freud (1997, v. 14) não havia chegado a uma resposta para essa questão. Contudo, acredita ser a parte mais importante desse tema o *complexo de castração*⁸⁸, abordado “(...) em conexão com o efeito da coerção inicial da atividade sexual”. No período em que a criança vivencia o complexo de castração, ela experimenta uma “(...) situação psíquica nas quais os dois grupos de instintos [os instintos libidinais e os instintos do ego], ainda atuando em uníssono e inseparavelmente mesclados, surgem como interesses narcisistas” (FREUD, 1997, v. 14). Todavia, Freud não vê a gênese da neurose fundamentada estritamente no complexo de castração e sublinha que, conquanto,

(...) por mais poderosamente que, nos homens, esse complexo ocupe o primeiro plano entre suas resistências à cura de uma neurose (...) conheço casos de neuroses em que (...) o complexo de castração, não desempenha qualquer papel patogênico, nem sequer chegando a aparecer (1997, v. 14).

Em adultos normais, Freud constatou que a megalomania foi perdendo seu vigor bem como percebeu que as características psíquicas indicadoras de seu narcisismo foram apagadas. Então surge a questão sobre o destino da libido do ego, que pôde ser solucionada com base nos estudos sobre repressão. Por tais estudos ele já havia percebido que

⁸⁸ Laplanche e Pontalis (1991, p. 73) apresentam-nos sucintamente esse conceito: “Complexo centrado na fantasia de castração, que proporciona uma resposta ao enigma que a diferença anatômica dos sexos (presença ou ausência de pênis) coloca para a criança. Essa diferença é atribuída à amputação do pênis da menina. A estrutura e os efeitos do complexo de castração são diferentes no menino e na menina. O menino teme a castração como realização de uma ameaça paterna às suas atividades sexuais, surgindo daí uma intensa angústia de castração. Na menina, a ausência do pênis é sentida como um dano sofrido que ela procura negar, compensar ou reparar”.

a repressão provém do ego. O tratamento dado às impressões, experiências, impulsos e desejos, varia de indivíduo para indivíduo: enquanto um pode aceitá-los, ou submetê-los a uma elaboração a nível de consciência, outro pode rejeitá-los, ou até impedir que cheguem à consciência, mantendo-os no inconsciente. A explicação para a repressão aqui envolvida pode ser explicada pela teoria da libido. O primeiro indivíduo “(...) fixou um ideal em si mesmo, pelo qual mede seu ego real, ao passo que o outro não formou qualquer ideal desse tipo. Para o ego, a formação de um ideal seria o fator condicionante da repressão” (1997, v. 14).

Mas foi ainda por intermédio dos estudos das psicopatologias que Freud elaborou um outro conceito intimamente ligado ao narcisismo: o de *ideal do ego*⁸⁹, “(...) uma instância intrapsíquica relativamente autônoma que serve de referência ao ego para apreciar as suas realizações efetivas” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 222). Freud (1997, v. 14) frisa que é ao ego ideal que o indivíduo dirige o amor de si mesmo, antes desfrutado na infância pelo ego real. Assim, o narcisismo do indivíduo desloca-se em direção a esse novo ego ideal, que, à semelhança do ego infantil, institui-se como a parte do indivíduo dotada de toda perfeição de valor. Entretanto, não sendo admissível renunciar à perfeição narcisista da infância, o indivíduo durante o seu desenvolvimento, frente às repreensões e ao seu próprio julgamento crítico, passa a perceber que a perfeição não o compõe; logo, busca recuperá-la por meio de um ego ideal. Freud sublinha que, na verdade, o que o indivíduo “(...) projeta diante de si como sendo seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância na qual ele era o seu próprio ideal” (1997, v. 14).

O complexo de castração está em estreita relação com o complexo de Édipo e, mais especialmente, com a função interditoria e normativa.”

⁸⁹ Freud observa que a importância do ideal do ego não se restringe ao indivíduo: “(...) além do seu aspecto individual, esse ideal tem seu aspecto social; constitui também o ideal comum de uma família, uma classe ou uma nação” (1997, v. 14).

Neste ponto, Freud correlaciona a formação de um ideal e a sublimação, que é “(...) um processo que diz respeito à libido objetal e consiste no fato de o instinto se dirigir no sentido de uma finalidade diferente e afastada da finalidade da satisfação sexual; nesse processo, a tônica recai na *deflexão*⁹⁰ da sexualidade”. Freud (1997, v. 14) acha por bem oferecer uma distinção entre *sublimação*⁹¹ e *idealização*⁹²: a primeira diz respeito ao instinto; a segunda, por sua vez, é um processo pertinente ao objeto, em que esse é exaltado na mente do indivíduo, sem sofrer qualquer alteração em sua natureza. Acrescenta que “a idealização é possível tanto na esfera da libido do ego quanto na da libido objetal. Por exemplo, a supervalorização sexual de um objeto é uma idealização do mesmo”. Freud sublinha ainda que uma estrutura psíquica aparelhada com um ideal elevado do ego não leva necessariamente a uma bem-sucedida sublimação dos instintos libidinais (1997, v. 14).

Desse modo, “(...) a formação de um ideal aumenta as exigências do ego, constituindo o fator mais poderoso a favor da repressão; a sublimação é uma saída, uma maneira pela qual essas exigências podem ser atendidas sem envolver repressão” (FREUD, 1997, v. 14).

Como coloca Freud (1997, v. 14), parece haver uma instância psíquica incumbida de assegurar a satisfação narcisista proveniente do ideal do ego. Para a consecução

⁹⁰ O termo *deflexão* correlaciona-se ao verbo *deflectir*, que possui as seguintes acepções: “(...) Mudar a direção de um movimento para um dos lados; (...) Mudar a posição ou o movimento natural; (...) Desviar-se, deslocar-se” (FERREIRA, 1986, p. 528).

⁹¹ Por esse termo Freud explica as atividades humanas sem alguma aparente relação com a sexualidade, mas que encerram como seu elemento propulsor a pulsão sexual. Dentre as atividades sublimatórias, Freud descreveu principalmente a atividade artística e o trabalho intelectual. A pulsão é considerada sublimada na medida em que é canalizada para um novo objetivo não-sexual, considerando os objetos em questão socialmente valorizados (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 495).

⁹² Laplanche e Pontalis afirmam que pela idealização, o sujeito atribui qualidades e valor ao objeto no plano da perfeição. “A identificação com o objeto idealizado contribui para a formação e para o enriquecimento das chamadas instâncias ideais da pessoa (...)” (1991, p. 224), dentre elas, o ideal do ego. Por *identificação*, a Psicanálise entende o “processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 226).

de seu papel, observa “(...) constantemente o ego real, medindo-o por aquele ideal”. Talvez a existência dessa instância explique “os chamados ‘delírios de sermos notados’, ou, mais corretamente, de sermos vigiados, que constituem sintomas tão marcantes nas doenças paranóides, (...)”. Entretanto, essa instância que critica e descobre nossas intenções de fato constitui o que podemos caracterizar aquilo que denominamos psiquismo normal. A gênese de tal instância encontra-se na infância, a partir “(...) da influência crítica de seus pais (...), aos quais vieram juntar-se, à medida que o tempo passou, aqueles que o educaram e lhe ensinaram, a inumerável e indefinível coorte de todas as outras pessoas de seu ambiente — seus semelhantes — e a opinião pública” (FREUD, 1997, v. 14).

Também o nível de auto-estima Freud (1997, v. 14) diz depender intimamente da libido narcisista, apoiando-se nos seguintes fatos: “(...) nos parafrênicos, a auto-estima aumenta, enquanto que nas neuroses de transferência ela se reduz; e o de que, nas relações amorosas, o fato de não ser amado reduz os sentimentos de auto-estima, enquanto que o de ser amado os aumenta”, sublinhando que numa escolha objetal narcisista a finalidade e satisfação consiste em ser amado. Por outro lado, é notável que o investimento objetal libidinal não aumenta a auto-estima, pois a dependência ao objeto amado leva à sua redução. Haja vista que uma pessoa apaixonada parece privar-se de uma parte de seu narcisismo, cuja substituição somente pode ser efetivada pelo amor de outrem em relação a ela. Por conseguinte, Freud crê que a auto-estima relaciona-se com o elemento narcisista do amor (1997, v. 14).

A *felicidade*, certamente o substantivo “mais abstrato e incompleto”, perseguido por todo indivíduo da espécie humana, Freud (1997, v. 14) também o conceitua embasado no narcisismo, como sendo o retorno que cada indivíduo esforça-se para atingir

àquele estado ideal, próprio da infância, no tocante “(...) às tendências sexuais não menos do que às outras (...)” (1997, v. 14).

O *estar apaixonado*, para Freud, é traduzido pelo “(...) fluir da libido do ego em direção ao objeto”. E

Tem o poder de remover as repressões e de reinstalar as perversões. Exalta o objeto sexual transformando-o num ideal sexual. Visto que, com o tipo objetual (ou tipo de ligação), o estar apaixonado ocorre em virtude da realização das condições infantis para amar, podemos dizer que qualquer coisa que satisfaça essa condição é idealizada (1997, v. 14).

Entretanto, quando a satisfação narcisista depara-se com obstáculos reais, pode estabelecer-se uma interessante relação entre o ideal sexual e o ideal de ego, podendo oferecer ao indivíduo uma satisfação substitutiva. Numa situação dessa, “(...) uma pessoa amará segundo o tipo narcisista de escolha objetual: amará o que foi outrora e não é mais, ou então o que possui as excelências que ela jamais teve (...)”; de outra forma: “(...) o que possui a excelência que falta ao ego para torná-lo ideal é amado (...)” (FREUD, 1997, v. 14).

Freud (1997, v. 14), ao analisar mais uma vez as manifestações patológicas do narcisismo de seus pacientes, afirma que esse recurso é de suma importância para o neurótico, que, devido a seus excessivos investimentos libidinais, acaba tendo seu ego empobrecido, tornando-se impossibilitado de realizar seu ideal de ego. Assim sendo, o neurótico, depois de um demasiado dispêndio de sua libido em objetos, procura retornar ao narcisismo, “(...) escolhendo um ideal sexual segundo o tipo narcisista que possui as excelências que ele não pode atingir. Isso é a cura pelo amor, que ele geralmente prefere à cura pela análise”. Freud sublinha que para esse tipo de paciente não há outro mecanismo de cura (1997, v. 14). Se pensarmos numa maneira salutar de amar, notaremos que os pacientes neuróticos em questão não a possuem, pois procuram “furtar” do outro o que lhe falta ao seu

próprio ego na tentativa de restaurar e ornar este, tornando-o o ideal ansiado. Freud (1997, v. 14) salienta que devido a sua incapacidade de amar, resultante das repressões excessivas, esse paciente alimenta expectativas dessa natureza, acabando por encontrar na figura do analista o que falta ao seu ego, pondo o tratamento a ruir. Infortunadamente, nos casos em que durante a terapia ocorre uma liberação parcial de suas repressões, o paciente sente-se melhor e suspende o tratamento “(...) a fim de escolher um objeto amoroso, deixando que sua cura continue a se processar por uma vida em comum com quem ele ama” (FREUD, 1997, v. 14).

Vimos que em *Sobre o narcisismo: uma introdução*, Freud, fundamentado nos seus estudos sobre determinadas psicopatologias – cujos traços a indicar algumas semelhanças entre o curso da doença e alguns excertos do Mito de Narciso é o fato de o sujeito tomar a si mesmo como objeto de amor –, infere que durante o desenvolvimento psicosexual infantil surge o narcisismo, entendido a princípio como uma fase situada entre o auto-erotismo e o amor de objeto. Explica o narcisismo a partir dos investimentos libidinais. Embasado em sua teoria da libido, Freud descreve o narcisismo presente nos estados patológicos citados anteriormente, bem como nos pertencentes à vida normal – como uma situação universal e primeva a partir da qual o amor de objeto apenas se desenvolve posteriormente; o estado de enamoramento; o estado de sono.

Sendo nossa vida permeada pelas relações objetais, que se constroem mediante investimentos libidinais, o conceito de narcisismo passa a abranger todos os fenômenos relacionais de nossa existência. Nesse sentido, na conferência número 26, *A teoria da libido e o narcisismo*, publicada em 1917, Freud (1997, v. 16) define o termo narcisismo como o modo de distribuição da libido, segundo o qual esta é investida nos objetos a fim de obter satisfação por meio dessa conexão com os mesmos; no entanto, a libido pode ser retirada dos objetos e ser investida sobre o próprio ego da pessoa. Desse modo, o escoamento

da libido em direção aos objetos e o retorno da mesma para o ego resume o conceito de narcisismo.

Cabem aqui algumas observações sobre as conotações que Freud atribui ao termo narcisismo durante a evolução de suas publicações. Laplanche e Pontalis (1991, p. 290) observam que os termos *narcisismo primário* e *narcisismo secundário* encerram conceitos variáveis em momentos diferentes, sobretudo o primeiro. As divergências gravitam em torno da descrição desse estado, do momento de sua aparição e duração, e até da própria existência do mesmo – segundo outros autores.

Em *Sobre o narcisismo: uma introdução*, publicado em 1914, Freud (1997, v. 14), ao considerar o narcisismo primário como uma fase do desenvolvimento psicosexual situada entre o auto-erotismo e o amor objetal, pergunta-se qual seria a relação existente entre o narcisismo e o auto-erotismo. Como resposta, declara

(...) estamos destinados a supor que uma unidade comparável ao ego não pode existir no indivíduo desde o começo; o ego tem de ser desenvolvido. Os instintos auto-eróticos, contudo, ali se encontram desde o início, sendo, portanto, necessário que algo seja adicionado ao auto-erotismo — uma nova ação psíquica — a fim de provocar o narcisismo (1997, v. 14).

Pelo contido no excerto acima, a formação do ego é contemporânea ao surgimento do narcisismo primário. Aliás, o ego seria a linha perimetral a demarcar até onde se estendiam os domínios do auto-erotismo e a partir de onde se alargam os do narcisismo primário.

Ainda em relação à citação de Freud acima, Laplanche e Pontalis observam que

(...) a noção de narcisismo vem esclarecer, a posteriori, a de auto-erotismo: no narcisismo é o ego, como imagem unificada do corpo, o objeto da libido narcísica, e o auto-erotismo é definido, por oposição, como a fase anárquica

que precede essa convergência de pulsões parciais para um objeto comum (...) (1991, p. 48).

Contudo, em ser a formação do ego coincidente ao advento do narcisismo, Laplanche e Pontalis (1991, p. 288) salientam que “(...) a teoria psicanalítica não é unívoca”. Isso seria admissível sob o prisma genético, em que a constituição do ego seria correlativa à constituição do esquema corporal. Poder-se-ia ainda dizer que o ego é a unidade “(...) precipitada por uma determinada imagem que o sujeito adquire de si mesmo segundo o modelo do outro (...). O narcisismo seria a captação amorosa do sujeito por essa imagem” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 288).

Em *A teoria da libido e o narcisismo*, de 1917 – anterior à segunda tópica, portanto – o conceito de narcisismo primário é assim exposto por Freud,

(...) é provável que esse narcisismo constitui a situação universal e original a partir da qual o amor objetual só se desenvolve posteriormente, sem que, necessariamente, por esse motivo o narcisismo desapareça. Com efeito, tivemos de recordar, a partir da história da evolução da libido objetual, que muitos instintos sexuais começam encontrando satisfação no próprio corpo da pessoa *auto-eroticamente*, (...) O auto-erotismo seria, pois, a atividade sexual do estágio narcísico da distribuição da libido⁹³ (FREUD, v. 16)

No entanto, a partir da segunda teoria sobre o aparelho psíquico, esvai-se a concepção de que o ego se define por uma identificação com a imagem do outro. Nessa fase da elaboração de seus trabalhos sobre o narcisismo, Freud traça uma oposição entre o estado narcísico primitivo (anobjetal) e as relações de objeto:

⁹³ Embora este excerto integre as conferências publicadas entre 1916 e 1917, esta afirmação parece prenunciar a idéia sobre a inexistência de uma distinção entre o auto-erotismo e o narcisismo que vai se concretizar nos trabalhos a partir da segunda tópica. Laplanche e Pontalis explicam que com o advento da segunda tópica Freud passa a atribuir ao termo narcisismo primário “(...) um primeiro estado da vida, anterior até mesmo à constituição de um ego, e do qual a vida intra-uterina seria o arquétipo (1991, p. 290).

Este estado primitivo, a que ele dá o nome de narcisismo primário, seria caracterizado pela total ausência de relações com o meio, por uma indiferenciação entre o ego e o id, e teria o seu protótipo na vida intra-uterina, da qual o sono representaria uma reprodução mais ou menos perfeita (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 288).

Então, o conceito de um narcisismo contemporâneo à formação do ego por identificação com uma outra pessoa passa a ser denominado de *narcisismo secundário* (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 288).

Laplanche e Pontalis comentam que a acepção de narcisismo primário apresentada acima prevalece ainda no pensamento psicanalítico. Contudo, à noção de “(...) um estado rigorosamente ‘anobjetal’, ou pelo menos ‘indiferenciado’, sem clivagem entre um sujeito e um mundo exterior” esses autores apresentam dois tipos de objeções: uma no plano terminológico e outra no “(...) plano dos fatos” – como eles colocam. A primeira objeção encerra que “(...) essa acepção perde de vista a referência a uma imagem de si mesmo, a uma relação especular, que o termo narcisismo supõe na sua etimologia”. Logo, pelo fato de o próprio ego ser o objeto do sujeito que vivencia o narcisismo primário, não se pode designá-lo como uma fase descrita como anobjetal. Na segunda objeção está contida a referência a outros autores que acreditam que, desde o início da vida, o bebê trava relações de objeto. Entre esses autores, encontra-se Melanie Klein⁹⁴, cuja postura é de que “(...) não se pode falar de fase narcísica, visto que desde a origem se instituem relações objetais, mas apenas de ‘estados’ narcísicos definidos por um retorno da libido a objetos interiorizados” (1991, p. 290-291).

Laplanche e Pontalis, a partir das críticas acima, acreditam ser possível recuperar o sentido do conceito de narcisismo apresentado por Freud, qual seja, “(...) uma fase

⁹⁴ No próximo tópico, estudaremos como se estabelecem as relações objetais segundo essa autora.

necessária na evolução que vai do funcionamento anárquico, auto-erótico, das pulsões parciais, à escolha de objeto”. Para esses autores

(...) nada parece opor-se a que designemos pelo termo narcisismo primário uma fase precoce ou momentos básicos, que se caracterizam pelo aparecimento simultâneo de um primeiro esboço do ego e pelo seu investimento pela libido, o que não implica que este primeiro narcisismo seja o primeiro estado do ser humano, nem que, do ponto de vista econômico, esta predominância do amor de si mesmo exclua qualquer investimento objetual (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 291).

6.1.2 As Relações Objetais Segundo Melanie Klein

Prosseguimos na nossa tarefa de apresentar uma base para a compreensão de como a criança, enquanto integrante de uma espécie gregária, faz sua estréia no drama da sobrevivência à custa das relações objetais.

Assim, lançamos mão da valiosa contribuição de Melanie Klein, quem, como ninguém, conseguiu imergir no psiquismo do bebê e trazer-nos uma compreensão de suas emoções e angústias que o atormentam desde o primeiro dia de sua existência. A respeito, Herrmann e Alves Lima (1982, p. 08) salientam que “não se pode dizer que Freud ou seus discípulos imediatos tenham descurado a psicologia dos sentimentos, mas foi Melanie Klein, indiscutivelmente, quem a levou mais longe e com maior agudeza. Sua exploração da inveja e do ciúme, por exemplo, é dificilmente ultrapassável”.

Melanie Klein sempre se declarou partidária das concepções de Freud, considerando-o como seu mestre. Situava suas produções como um desenvolvimento natural, como um aprofundamento das investigações psicológicas iniciadas por ele (HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 07).

Com a ampliação dos conhecimentos sobre os processos inconscientes primitivos implementados pela Psicanálise, muitos aspectos do comportamento de bebês puderam ser melhor compreendidos e receberam uma ampliação de seus significados. Não obstante as limitações encontradas em estudos dessa natureza, como a natural ausência da fala nessa fase da vida, é possível inferir muitas particularidades do desenvolvimento emocional primevo por outros meios diversos da linguagem (KLEIN, 1991, p. 120).

Melanie Klein (1991, p. 120) sublinha que

(...) desde o início da vida pós-natal e a cada estágio fatores externos afetam o resultado do desenvolvimento (...) até mesmo em adultos as atitudes e o caráter podem ser influenciados favorável ou desfavoravelmente pelo ambiente e pelas circunstâncias, e isso se aplica em grau muito maior à crianças (...)

6.1.2.1 A posição esquizo-paranóide

Assim, vejamos como Melanie Klein explica a inserção do ser humano numa vida marcada pelas relações interpessoais – numa linguagem psicanalítica, pelas relações de objeto. Klein frisa que as relações do bebê com seu primeiro objeto, a mãe, constituem-se a partir da busca do alimento. Logo, o acesso mais seguro para uma melhor compreensão do psiquismo dos bebês localiza-se no estudo dos padrões fundamentais de atitudes em relação ao alimento (1991, p. 121).

A experiência da análise de crianças pequenas revelou a Melanie Klein que “(...) não existem urgência de instintos, situações de ansiedade e processos mentais que não envolvam objetos, externos ou internos (...)”, indicando que as “(...) relações objetais situam-se no centro da vida emocional” (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 112).

Cremos que a visão de Melanie Klein sobre o início do desenvolvimento das relações de objeto – e o papel da origem da simbolização a elas inerentes – servirá como uma base segura para nosso estudo sobre a interação criança-animal aqui proposto. Pois veremos que o simbólico e a fantasia envolvidos nas experiências com os primeiros objetos de um bebê determinam a qualidade das futuras relações com os objetos eleitos. Herrmann e Alves Lima (1982, p. 15-16) traçam um oportuno resumo sobre o que será tratado daqui em diante:

(...) A criança muito pequena possui um corpo; é um corpo em contato com um meio circundante ainda sem significado. O contato com o mundo, portanto, consiste apenas em um trabalho de representação perceptiva – perceptos não significativos são impróprios para qualquer organização, é evidente; há que dotar o exterior de valores afetivos. Isto se dá por uma espécie de derramamento dos valores corporais, mais especialmente daqueles relacionados às necessidades fisiológicas do bebê. (...) Quando um objeto externo passa a representar funções corporais afetivamente investidas, é o conteúdo fantástico de tais funções que ele representa, com todo o peso das primeiras fantasias, rudes e sem matizes. Bom e mau, ou, com maior rigor, terrível ou esplêndido. Destarte, o mundo passa a significar um desdobramento do corpo infantil, pleno de objetos representativos das afecções corporais, magicamente controlados por elas que, por sua vez, representam afetivamente o exterior.

Naturalmente, trataremos do período primordial da vida que compreende os primeiros três ou quatro meses pós-parto, denominado por Melanie Klein de *posição esquizo-paranóide*⁹⁵.

Ao observarmos a interação tão estreita entre o bebê e sua mãe, devemos ter em mente que essa interação se centra na interação com o seio. A autora afirma que apesar de o bebê já ser capaz de, logo nos primeiros dias, responder a outros aspectos da mãe, como sua

⁹⁵ Melanie Klein observa que na primeira edição de “Notas sobre alguns mecanismos esquizóides”, em 1946, usava o termo *posição paranóide* como similar ao termo *posição esquizóide*, de W. R. D. Fairbairn. Após algumas reflexões, decidiu combinar os dois termos, vindo a cunhar a expressão *posição esquizo-paranáide*. (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 70).

voz, seu rosto, suas mãos, “(...) as experiências fundamentais de felicidade e amor, de frustração e ódio, estão inextricavelmente ligadas ao seio da mãe” (KLEIN, 1991, p. 125). Esse vínculo primordial com a mãe é de suma importância, pois a partir do seu estabelecimento no mundo interno, passa a influenciar os futuros relacionamentos. O relacionamento com o pai é o primeiro da série. É o vínculo com a mãe que “(...) fundamenta a capacidade para formar toda ligação profunda e intensa com uma pessoa” (KLEIN, 1991, p. 125).

Para Melanie Klein, as relações objetais existem desde o início da vida. Naturalmente, o primeiro objeto vem a ser o seio materno. Como veremos mais adiante, o bebê, na sua fantasia, cinde-o – isto é, separa-o – em bom (quando gratifica) e mau (quando frustra). A partir da cisão do primeiro objeto, amor e ódio separam-se enquanto sentimentos diametralmente opostos (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 69)

Em relação ao auto-erotismo e o narcisismo presentes no bebê, Melanie Klein diz que são

(...) contemporâneos da primeira relação com os objetos, externos e internalizados. (...) o auto-erotismo e o narcisismo incluem o amor e a relação com o objeto bom internalizado. Concomitantemente, desde o nascimento, uma relação com objetos, primariamente a mãe (seu seio), está presente. (...) (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 110).

Melanie Klein (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 110) sublinha que tal hipótese contradiz o que Freud havia afirmado quanto às relações objetais estarem impedidas nos estádios auto-eróticos e narcísicos. Todavia a autora observa que Freud expressara-se de modo a sugerir que havia uma relação com um objeto (o seio da mãe) a preceder o auto-erotismo e o narcisismo, como é indicado no seguinte excerto de Freud por ela citado:

Na primeira fase o componente oral do instinto encontra satisfação e ligação quando o desejo de ser nutrido é saciado pelo objeto, o seio da mãe. Ele então se distancia, torna-se independente e ao mesmo tempo auto-erótico, isto é, encontra um objeto no próprio corpo da criança. (KLEIN, em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 111).

Notemos a distinção entre o uso do termo objeto feito por Freud, no sentido de objeto de um instinto; Melanie Klein, por sua vez, tem uma compreensão de relação objetal que envolve as emoções, fantasias, ansiedades e defesas do bebê (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 111).

Klein afirma que “(...) o bebê recém-nascido sente inconscientemente que existe um objeto de bondade única, do qual poderia ser obtida uma gratificação máxima, e que este objeto é o seio da mãe” (1991, p. 143). Esse conhecimento inconsciente do seio bem como o experimentar sentimentos em relação a essa parte do corpo materno já presentes no início da vida pós-natal podem ser explicados somente como ambos sendo provenientes de uma herança filogenética (KLEIN, 1991, p. 144). Mas além desse componente filogenético, Klein afirma que há fatores ontogenéticos envolvidos nesses processos. Os impulsos orais impelem o bebê em direção ao seio da mãe, “(...) pois o objeto de seus primeiros desejos pulsionais é o mamilo, e sua finalidade é sugá-lo” (1991, p. 144).

Então podemos notar que primordialmente essa relação se estabelece com um *objeto parcial*⁹⁶, o seio da mãe. Uma relação com a mãe como um ser completo ainda não é possível em virtude da ação de pulsões parciais, no caso as pulsões orais. Tanto as pulsões orais libidinais⁹⁷ como as pulsões orais destrutivas são direcionadas desde o início da vida particularmente a essa parte do corpo da mãe. Esses impulsos interagem entre si e

⁹⁶ Conceito já apresentado anteriormente.

⁹⁷ Por este termo, Klein caracteriza as pulsões que buscam a proximidade com o objeto, conservando-o como um objeto desejado, amado.

correspondem à fusão entre as *pulsões de morte*⁹⁸ e as *pulsões de vida*⁹⁹ (KLEIN, 1991, p. 87).

Na vida intra-uterina, inexistem privações. O ventre materno é um meio que proporciona ao bebê um estado livre de tensões, mantendo, portanto, um equilíbrio plenamente satisfatório entre os impulsos libidinais e os agressivos. Porém, quando o bebê ganha o mundo externo, ironicamente esse ameno “período de trevas” vivido no útero fenece. Sobre isso, Melanie Klein (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 108) afirma que a primeira forma de ansiedade experimentada pelo recém-nascido é de natureza persecutória, cuja causa primordial é o medo de aniquilação decorrente da atuação das pulsões de morte.

Klein explica que nessa época o ego já existe numa fase muito rudimentar mas já com funções importantíssimas, sendo a de maior relevo lidar com a agressividade. Estando a ansiedade derivada do instinto de morte manifesta como medo da perseguição, o temor do impulso destrutivo faz o bebê experimentá-lo como oriundo de um objeto muito poderoso e incontrolável. Pela necessidade vital de lidar com essa ansiedade, o ego é forçado a desenvolver alguns mecanismos e defesas. Então, o impulso destrutivo “(...) é parcialmente projetado (deflexão do instinto de morte) e fixa-se no primeiro dos objetos externos, isto é, o seio materno” (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 72).

O recém-nascido, pelo processo de nascimento e decorrente perda da vivência intra-uterina – provocando a angústia de separação da mãe – passa a experimentar o desconforto da ansiedade persecutória. Casos em que o parto prolongou-se além do esperado,

⁹⁸ Em sua última teoria das pulsões, Freud assim denomina as pulsões “(...) que tendem para a redução completa das tensões, isto é, tendem a reconduzir o ser vivo ao estado anorgânico”. A princípio, estariam voltadas para o próprio sujeito e tendendo à autodestruição. No entanto, podem ser dirigidas ao exterior, “(...) manifestando-se então sob a forma da pulsão de agressão ou de destruição”. As pulsões de morte contrapõem-se às pulsões de vida (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 407).

⁹⁹ Por outro lado, as pulsões de vida “tendem a constituir unidades cada vez maiores, e a mantê-las (...) abrangem não apenas as pulsões sexuais propriamente ditas, mas ainda as pulsões de autoconservação (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 414).

ou foi de difícil desfecho levarão a uma intensificação dessa ansiedade. A isso se soma sua nova situação de habitar agora o meio externo, ao qual deve adaptar-se forçosamente, o que também contribui para o estado ansioso (KLEIN, 1991, p. 121).

Imaginemos que esses sentimentos experimentados pelo bebê durante os primeiros minutos ou horas de sua existência de certa forma são aliviados pelas primeiras ações da mãe que busca proporcionar-lhe calor, amparo e conforto, e, sobretudo, pela gratificação que passa a sentir ao receber o alimento e sugar o seio. Essas novas experiências vivenciadas pelo recém-nascido, cujo auge é a primeira experiência de sugar, iniciam a relação com a mãe sentida como um ser benevolente¹⁰⁰, representada pelo seio – como dissemos, um objeto parcial conhecido pelo bebê de antemão, transmitido ao seu inconsciente pela herança filogenética. E assim a perda do estado intra-uterino é compensada por essas gratificações. “A partir da primeira experiência de alimentação em diante, perda e recuperação do objeto amado (o seio bom) tornam-se uma parte essencial da vida emocional infantil” (KLEIN, 1991, p. 121). Daí em diante, a atitude em relação ao alimento pode variar de uma aparente ausência de voracidade a uma acentuada avidez (KLEIN, 1991, p. 121).

Nessas situações favoráveis, a pequena criança está livre de todo tipo de tensão, seu psiquismo experimenta um estado ótimo, havendo assim um equilíbrio entre os impulsos libidinais e os agressivos. Entretanto, sabemos que a qualquer momento esse equilíbrio pode ser derrocado pelo primeiro despertar da fome, ou outra sensação desprazerosa pode ocorrer, despertando ansiedade. E uma situação dessa natureza envolve o bebê num estado extremamente perturbador. Tanto que Melanie Klein (1991, p. 86) sublinha que toda dor, todo desconforto, bem como a perda do estado intra-uterino, “(...) são sentidos

¹⁰⁰ Nesse período da vida, a criança não percebe a mãe como um ser integral, mas basicamente em duas partes: nas palavras de Melanie Klein, uma mãe “boa” e outra “má”; melhor dizendo, essa percepção parcial reduz-se ainda mais à figura do seio “bom” e do seio “mau”.

pelo bebê como uma ataque por forças hostis, isto é, como perseguição”. Logo, já a partir das relações de objeto mais primitivas, a ansiedade persecutória será deflagrada tão logo o bebê experimente algum tipo de privação (KLEIN, 1991, p. 86).

A privação, por sua vez, faz com que os impulsos agressivos sejam reforçados. O fato de o bebê estar passando por um estado de privação ocasiona um desequilíbrio entre os impulsos libidinais e os agressivos. Esse desequilíbrio é o responsável pelo surgimento da *voracidade*, uma emoção de natureza oral (KLEIN, 1991, p. 87). A autora observa que nas crianças “(...) em que o componente agressivo inato é forte, a ansiedade persecutória, a frustração e a voracidade são facilmente despertadas, o que contribui para a dificuldade do bebê em tolerar privação e lidar com a ansiedade”. Disso, Klein conclui que a intensidade da voracidade é determinada pela “(...) força dos impulsos destrutivos em sua interação com os impulsos libidinais” (1991, p. 87).

A voracidade pode assumir maior vulto pela ação da ansiedade persecutória. Mas, por outro lado, as primeiras inibições alimentares do bebê também podem ter como causa a ansiedade persecutória. Pelo exposto, “(...) a ansiedade persecutória em alguns casos aumenta a voracidade e em outros a inibe. Como a voracidade é inerente aos primeiros desejos dirigidos ao seio, ela influencia vitalmente a relação com a mãe e as relações de objeto em geral” (KLEIN, 1991, p. 121).

É claro que a maneira como a mãe alimenta e manuseia o bebê deve ser considerada. Tanto que uma atitude a princípio promissora em relação ao alimento pode ser conturbada por condições alimentares desfavoráveis; em contrapartida, dificuldades no sugar podem algumas vezes ser moderadas quando a mãe usa de amor e de paciência (KLEIN, 1991, p. 122). Mas a autora faz as seguintes observações:

No entanto devemos ter em mente que, por mais importantes que sejam essas primeiras influências, o impacto do ambiente é da maior importância em

cada estágio do desenvolvimento da criança. Mesmo os efeitos benéficos dos primeiros cuidados podem ser até certo ponto anulados através de experiências posteriores prejudiciais, assim como dificuldades que surgem no princípio da vida podem ser diminuídas através de influências subsequentes benéficas. Ao mesmo tempo, temos que nos lembrar de que algumas crianças parecem suportar condições externas insatisfatórias sem grave dano para seu caráter e sua estabilidade mental, enquanto, em outras, apesar de um ambiente favorável, surgem e persistem sérias dificuldades.

Já no estágio mais precoce da sua existência uma criança pode demonstrar sinais de amor e de interesse crescentes pela mãe, tal atitude revela componentes essenciais de uma relação de objeto (KLEIN, 1991, p. 122). Para exemplificar, citemos:

Vi bebês de apenas três semanas interromperem suas mamadas por um breve momento para brincar com o seio da mãe ou para olhar para o rosto dela. Observei também bebês pequenos – até mesmo com apenas dois meses de vida – nos períodos despertos após as mamadas, deitados no colo da mãe, olharem para ela, ouvirem sua voz e a ela responderem através de expressões faciais – era como uma conversa amorosa entre mãe e bebê (KLEIN, 1991, p. 122).

A autora comenta que a gratificação demonstrada pelos bebês dos exemplos acima relaciona-se tanto com o objeto que proporciona o alimento quanto com o próprio alimento. Para ela, uma relação de objeto vivaz num estágio tão precoce, somada ao prazer na alimentação, revelam um bom prognóstico em relação às futuras relações com pessoas bem como para o desenvolvimento emocional global. Tal comportamento desses bebês indica que já existe um ego com uma relativa capacidade para suportar frustração e ansiedade e para ocupar-se delas (KLEIN, 1991, p. 122).

Middlemore observando alguns bebês durante seus primeiros dias de vida, notou que eles se compraziam em brincar com o mamilo momentos antes ou depois da amamentação, de modo que veio a denominá-los como “lactentes satisfeitos e sonolentos”. Para essa autora, esse comportamento pode ser explicado nos seguintes moldes: devido ao

reflexo da sucção ainda não ter sido eliciado, esses bebês podiam estabelecer um relacionamento diverso com o seio, sem serem impelidos até o momento pela força subjacente ao reflexo (em KLEIN, 1991, p. 123). Todavia, Melanie Klein acrescenta que, paralelamente aos fatores somáticos apontados por Middlemore, processos mentais também estão agindo. Até “(...) a aproximação suave ao seio que precede o prazer de mamar pode também resultar, em alguma medida, da ansiedade” (1991, p. 123).

A ansiedade persecutória está envolvida nas dificuldades em mamar comuns no início da vida. Esse processo pode assim ser descrito: “os impulsos agressivos do bebê dirigidos ao seio tendem a transformá-lo em sua mente em um objeto vampírico ou devorador, e essa ansiedade poderia inibir a voracidade e, conseqüentemente, o desejo de mamar”. No caso de um “lactente satisfeito e sonolento”, pela sua acentuada capacidade de amar, consegue “(...) lidar com essa ansiedade refreando o desejo de mamar, até que tenha estabelecido uma relação libidinal segura com o seio, lambendo-o e roçando-o com os lábios (KLEIN, 1991, p. 123).

E o que leva um bebê a morder o seio de sua mãe? Mesmo entre os “lactentes satisfeitos e ativos” observados por Middlemore, havia alguns que mordiam o mamilo mais freqüentemente. Estes “(...) pareciam de algum modo ter prazer ao morder; seu morder era sossegado e bem diferente do mastigar e roer difícil de bebês insatisfeitos (...)”. Segundo Middlemore, os impulsos de morder compõem o comportamento agressivo em relação ao seio antes mesmo de surgir a dentição (em KLEIN, 1991, p. 123-124). Para Klein, essa primeira expressão prazerosa ao morder indicaria que “(...) os impulsos destrutivos não estavam refreados nessas crianças, e que, portanto, a voracidade e o desejo libidinal de mamar estavam livres de obstáculos”. Curiosamente alguns desses bebês observados por Middlemore recusaram algumas das primeiras mamadas, manifestando-se convulsivamente e aos berros, o

que fez com que Klein (1991, p. 124) concluísse que nos “lactentes satisfeitos e sonolentos” a ansiedade causa a restrição da voracidade, ao passo que naqueles que se mostram vorazes, a voracidade decorre da própria ansiedade.

Dos sete bebês “satisfeitos e sonolentos”, Middlemore afirma que seis eram manuseados muito suavemente por suas mães. Em contrapartida, notou que os “lactentes insatisfeitos” ao solicitarem suas mães impacientes e ansiosas, a ansiedade e a impaciência delas eram acionadas. Certamente essa atitude aumenta a ansiedade nas crianças. Logo, dá para imaginar o ciclo vicioso instaurado (em KLEIN, 1991, p. 124).

Naturalmente também os “lactentes satisfeitos e sonolentos” podem ter dificuldades em ingerir alimentos devido à ansiedade provocada por algum problema na relação com a mãe. Melanie Klein sublinha que atitudes negativas da mãe, nesses casos, podem acarretar prejuízos de maior gravidade nas relações objetais do que na alimentação (KLEIN, 1991, p. 124).

Assim, fica claro que o manuseio paciente e compreensivo por parte da mãe é de suma importância para o desenvolvimento de qualquer criança (KLEIN, 1991, p. 124).

Klein afirma que o inconsciente é fortemente influenciado pelas experiências reais da criança a princípio com sua mãe e depois com o pai e outros membros da família, pois a natureza de tais experiências determina ou a prevalência de figuras persecutórias, ou de figuras benéficas (1991, p. 125).

Há bebês extremamente vorazes que parecem transferir a voracidade pelos alimentos às pessoas, de modo que apresentam um interesse crescente por estas. No entanto, Klein acredita que essa necessidade exacerbada e veemente da presença de pessoas esteja relacionada de fato com a atenção desejada, ficando as pessoas requisitadas a ocupar um segundo plano. São aquelas crianças que não suportam serem deixadas sozinhas, parecendo

requerer gratificação a todo instante, ou por meio de alimento, ou por atenção. (1991, p. 125).

Tal comportamento indicaria que a

(...) voracidade é reforçada pela ansiedade e que há um fracasso tanto em estabelecer com segurança o objeto bom no mundo interno quanto em desenvolver confiança na mãe como um objeto bom externo. Esse fracasso pode prenunciar futuras dificuldades: por exemplo, uma necessidade voraz e ansiosa por companhia, que muitas vezes é acompanhada do medo de estar só e pode resultar em relações de objeto instáveis e transitórias que poderiam ser descritas como “promíscuas” (KLEIN, 1991, p. 125-126).

Referindo-se aos maus lactentes, Melanie Klein sublinha que uma ingestão de alimento demasiado lenta muitas vezes pressupõe falta de prazer – num termo psicanalítico: falta de gratificação libidinal. Se a isso se somar um interesse precoce e intenso pela mãe e por outras pessoas, há a possibilidade de as relações de objeto serem em parte utilizadas como uma fuga da ansiedade relacionada ao alimento. Conquanto possam desenvolver-se relações satisfatórias com pessoas, a estabilidade emocional sempre estará ameaçada pela ansiedade excessiva decorrente da hora de alimentar-se, tida por essas crianças como um castigo. Dessa forma dolorosa em incorporar os alimentos pode resultar uma futura perturbação no desenvolvimento intelectual, considerando que o conhecimento nada mais é do que alimentos sublimados (1991, p. 126).

Klein salienta que a falta de prazer em alimentar-se ou recusa completa em fazê-lo associada a uma deficiência no desenvolvimento das relações objetais, sinaliza que

(...) os mecanismos paranóides e esquizóides, que estão em seu auge durante os primeiros três ou quatro meses de vida, são excessivos ou não estão sendo tratados de forma adequada pelo ego. Isso por sua vez sugere que os impulsos destrutivos e a ansiedade persecutória prevalecem, que as defesas do ego são inadequadas e a modificação da ansiedade é insuficiente (1991, p. 126).

As crianças extremamente vorazes vêem o alimento como a principal fonte exclusiva de gratificação, desenvolvendo assim pouco interesse por pessoas (KLEIN, 1991, p. 126).

Quando os bebês se encontram diante de uma frustração¹⁰¹ em relação ao alimento, suas atitudes revelam indícios de como se relacionam com seu primeiro objeto. Havendo um atraso em relação ao horário da alimentação, alguns bebês, inclusive os bons mamadores, podem recusar o alimento ou demonstrar de outras maneiras que há uma perturbação na relação com a mãe. Aqueles que revelam prazer na alimentação e amor pela mãe são mais hábeis em tolerar esse tipo de frustração. Para estes, “(...) a perturbação resultante na relação com a mãe é menos grave, e seus efeitos não perduram durante muito tempo. Isso é uma indicação de que a confiança na mãe e o amor por ela estão relativamente bem estabelecidos” (KLEIN, 1991, p. 126-127).

A autora (KLEIN, 1991, p. 127) observa que atitudes dessa natureza ainda influenciam o modo pelo qual a mamadeira¹⁰² é aceita mesmo por bebês pequeninos – tanto

¹⁰¹ Klein (1991, p. 144) declara que, em decorrência das diversas frustrações experimentadas pelo sujeito ao longo de seu desenvolvimento – sendo a maior delas a renúncia ao objeto edípico –, passa ele a viver perseguindo objetos idealizados; aliás, um traço próprio da vida mental.

A partir de sua pesquisa psicanalítica com adultos, Klein (1991, p. 114) concluiu que os sentimentos de frustração e de ressentimento induzem as pessoas a uma idéia fantasiosa de que na sua tenra infância sofreram privações em relação ao seio materno – um fato observado mesmo em pessoas que foram satisfatoriamente amamentadas ao seio. Curiosamente, por meio de várias análises de pacientes que não foram amamentadas ao seio, a autora encontrou esse anseio por um objeto inatingível. Em face disso, inferiu que a natureza desse anseio revela “(...) uma intensidade e uma qualidade particulares, algo tão profundamente enraizado que se torna evidente sua origem na primeira experiência de alimentação e na primeira relação de objeto do bebê” (KLEIN, 1991, p. 144). O sentimento de ter sido privado do seio provoca emoções que variam em intensidade de um indivíduo para outro e provoca efeitos diversos sobre o desenvolvimento mental. Algumas pessoas podem apresentar “(...) um intenso ressentimento e insegurança, com várias implicações para as relações de objeto e o desenvolvimento da personalidade. Para outras, o objeto que as frustrou no início da vida parece ainda existir alhures; e essa nostalgia “(...) pode estimular intensamente certas linhas de sublimações tais como a busca de um ideal ou padrões elevados para suas próprias realizações” (KLEIN, 1991, p. 144).

¹⁰² Em relação ao bico da mamadeira, a autora diz que o mesmo não pode ser considerado como algo que substitui plenamente o mamilo desejado; e a mamadeira em si carece do cheiro, do calor e da maciez desejados do seio materno (KLEIN, 1991, p. 144).

nos casos em que serve como um suplemento à amamentação ou como um substituto¹⁰³ da mesma. Para alguns, a introdução da mamadeira é um tipo de experiência que os toma de um ressentimento intenso. Tomam-na como “(...) uma perda do objeto bom primário e uma privação imposta pela mãe ‘má’”. Klein afirma que como resultados dessa experiência surgem a ansiedade persecutória e a desconfiança, que, por sua vez, podem

(...) perturbar a relação com a mãe e assim incrementar ansiedades fóbicas, tais como medo de estranhos (neste estágio inicial o novo alimento é, em certo sentido, um estranho); ou podem surgir mais tarde dificuldades com a alimentação, ou pode ficar impedida a aceitação de alimentos em formas sublimadas, como por exemplo o conhecimento (1991, p. 127).

De outra forma, há bebês que aceitam o novo alimento com menos ressentimento. Estes dispõem de uma maior tolerância à privação, que não deve ser confundida com uma aparente submissão a ela. Tal tolerância deriva de uma relação “(...) relativamente segura com a mãe, o que capacita o bebê a voltar-se para um novo alimento (e objeto) ao mesmo tempo que mantém o amor por ela” (KLEIN, 1991, p. 127).

No entanto, nesse estágio inicial da vida, o ego ainda rudimentar dispõe de pouca flexibilidade para lidar com a ansiedade, de modo que as emoções opostas dirigidas à mãe bem como os aspectos gratificadores e frustradores da mesma não sejam tomados como pertinentes ao mesmo objeto (KLEIN, 1991, p. 95).

A vida de um bebê – assim como a de um adulto – é marcada por sucessivas e alternadas experiências de gratificação e frustração. A mãe poderá prontamente saciá-lo ou higienizá-lo, livrando-o de um desconforto. Todavia, por razões circunstanciais, os cuidados maternos nem sempre chegarão instantes após sua solicitação. Nessa medida, Melanie Klein

¹⁰³ Neste caso, depois de o bebê ter passado pela experiência ansiógena de perda do útero, estará passando pela experiência angustiante de perda de seu primeiro objeto, o seio. O desmame será tratado mais detalhadamente no tópico “6.1.2.2 A posição depressiva”.

(1991, p. 87) diz que as experiências de gratificação e frustração “(...) são poderosos estímulos para os impulsos libibinais e destrutivos, para o amor e o ódio”.

Melanie Klein, ao afirmar que um recém-nascido dirige impulsos agressivos em direção ao seio, refere-se ao sentimento de ódio. Para muitos, é inconcebível dizer que um bebê sinta ódio em relação à própria mãe. No entanto, lembremo-nos de que o bebê ainda não é capaz de conceber¹⁰⁴ a mãe como um ser integral; ele apenas pode, por meio dos órgãos sensoriais, ter uma percepção de que existe um objeto com o poder de saciar sua fome, provido de uma textura peculiar, que emana calor e exala um cheiro característico, sem se dar conta de que o seio compõe o todo “mãe”. Considerando que o bebê já experimenta a sensação de estar sendo perseguido – sensação esta derivada da atuação das pulsões de morte, que instauram o medo de aniquilamento –, diante de uma situação em que esse objeto não corresponder ao sentimento inato de que o mesmo é a suprema bondade, fonte de gratificação máxima, capaz de saciar sua fome, de tirar-lhe do desconforto, o neném passa a desejar afastar-se do seio – uma atitude natural para sua preservação.

Talvez sejam oportunas algumas considerações de Freud acerca da origem do amor e um de seus opostos¹⁰⁵, o ódio.

Vimos que para Freud no período inicial da vida o bebê obtém satisfação pelo auto-erotismo. O autor coloca que durante esse período o sujeito ajusta-se ao que é agradável; e o mundo externo, ao que é indiferente – ou talvez desagradável, como sendo uma fonte de estimulação (FREUD, 1997, v. 14). Então, nas primeiras fases da vida, em que o sujeito ama a si próprio e é indiferente ao mundo externo, temos aí o primeiro dos opostos

¹⁰⁴ Conceber implica formar um conceito sobre algum objeto; o aparelho mental do bebê ainda não está preparado para tanto.

¹⁰⁵ Como visto anteriormente, Freud aponta como opostos ao amor a indiferença, o ódio, e ser-amado. No entanto, numa aproximação sinonímica, centrada na antítese amor-ódio, há outros sentimentos aparentados ao ódio que também podem ser considerados opostos ao amor, como a ira, a raiva, o rancor, a aversão, o opróbrio, a ignonímia, etc.

para o sentimento de amor: a *indiferença*. Nessa fase, sendo o ego auto-erótico, segundo Freud, não necessita do mundo externo. Entretanto, diante do desconforto, os instintos de autopreservação reclamam por satisfação; e, conseqüentemente, o ego adquire objetos do mundo externo pelo processo de *introjeção*¹⁰⁶. Por outro lado, pelo mecanismo de *projeção*¹⁰⁷, expulsa de si o que provoca a sensação de desprazer. Freud coloca que o ego já é capaz de distinguir o interno do externo, colocando a sensação de prazer como seu maior objetivo. Freud comenta que para o *ego do prazer*¹⁰⁸, então, o mundo externo parece dividido “(...) numa parte que é agradável, que ele incorporou a si mesmo, e num remanescente que lhe é estranho. Isolou uma parte do seu próprio eu, que projeta no mundo externo e sente como hostil” (1997, v. 14).

Para Freud, como vimos, antes da inserção do objeto na vida do bebê, este ainda está vivenciando o narcisismo. Aí então surge o segundo oposto ao amar, o *odiar*. Este também, “(...) originalmente, caracterizou a relação entre o ego e o mundo externo alheio com os estímulos que introduziu” (FREUD, 1997, v. 14).

Freud observa que logo no começo o ego não é capaz de distinguir o mundo externo dos objetos odiados. Assim, a antítese amor-ódio reproduz a polaridade prazer-desprazer (1979, v. 14).

Notemos que, uma vez que para Freud o início das relações objetais coincide com o abandono do estado narcísico, apenas nesse momento o ódio passa a compor o

¹⁰⁶ Por *introjeção* entendemos o processo pelo qual o sujeito retira do mundo exterior objetos e qualidades próprias a esses objetos agregando-os aos conteúdos de seu psiquismo (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 248).

¹⁰⁷ *Projeção* é o processo oposto a introjeção; “(...) operação pela qual o sujeito expulsa de si e localiza no outro – pessoa ou coisa – qualidades, sentimentos, desejos e mesmo ‘objetos’ que ele desconhece ou recusa nele (...)” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 374).

¹⁰⁸ Freud empregou os termos *ego do prazer* (ou *ego-prazer*) e *ego da realidade* (ou *ego-realidade*) na sua descrição sobre a origem da relação do sujeito com o mundo exterior e sobre o acesso à realidade. Em *Pulsões e destino das pulsões, ego da realidade* é empregado quando o sujeito “(...) coincide com o que é agradável, e o mundo exterior com o que é indiferente (...)”; *ego do prazer* é empregado quando “(...) o sujeito e o mundo

conjunto de sentimentos do bebê. Já para Melanie Klein, para quem a relação do bebê com o seio na amamentação configura uma relação objetal – apesar de o objeto “mãe” não ser apreendido na sua totalidade e sim como um objeto parcial –, é nesse período precoce que o ódio já se insere na vida emocional do bebê.

Freud prossegue dizendo que passada a fase puramente narcisista, surge a fase objetal – quando o prazer e o desprazer referem-se a relações entre o ego e o objeto. Desse modo, sendo o objeto tido como uma fonte de sensações agradáveis, haverá uma “busca” por parte do ego a fim de encontrar tal objeto, pois este, tal qual um manancial de prazer, exerce uma atração sobre o sujeito – então, falamos que amamos esse objeto. Inversamente, se o objeto parecer ao sujeito um pântano de onde borbulham sensações desagradáveis, haverá um veemente impulso para afastar-se o mais que puder desse objeto. Nesse caso, comenta Freud: “sentimos a ‘repulsão’ do objeto, e o odiamos; esse ódio pode depois intensificar-se ao ponto de uma inclinação agressiva contra o objeto – uma intenção de destruí-lo” (1997, v. 14).

Necessitamos dos objetos que atendem aos interesses da autopreservação, mas não há um estreito interesse como o observado nas relações libidinais; a esses objetos, pois, reservamos as palavras que indicam essa natureza da relação que mantemos com eles. Assim, dizemos que somos afeiçoados a eles, gostamos deles, ou que os mesmos se nos parecem agradáveis. Por isso, a palavra *amar* restringe-se ao âmbito da pura relação de prazer entre o ego e o objeto eleito (FREUD, 1997, v. 14).

Freud sublinha que a palavra amor tem seu melhor emprego quando aplicada aos casos em que há a relação entre o ego e seu objeto sexual. Entretanto, a palavra amor “(...) só pode começar a ser aplicada nesse sentido após ter havido uma síntese de todos

exterior se opõem como o que é agradável e o que é desagradável (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991, p. 140-141)

os instintos componentes da sexualidade sob a primazia dos órgãos genitais e a serviço da função reprodutora” (FREUD, 1997, v. 14).

Já a palavra *ódio* não tem seu uso conectado com o prazer sexual e a função sexual. Na verdade, na relação de desprazer parece estar sua gênese. Freud assim se expressa quanto ao posicionamento do ego diante dos objetos frustrantes:

O ego odeia, abomina e persegue, com intenção de destruir, todos os objetos que constituem uma fonte de sensação desagradável para ele, sem levar em conta que significam uma frustração quer da satisfação sexual, quer da satisfação das necessidades autopreservativas’ (FREUD, 1997, v. 14).

Freud assevera que “(...) os verdadeiros protótipos da relação de ódio se originam não da vida sexual, mas da luta do ego para preservar-se e manter-se” (1997, v. 14).

Pelo exposto, Freud comenta que a relação entre amor e ódio não é nada simples: “não surgiram da cisão de uma entidade originalmente comum, mas brotaram de fontes diferentes, tendo cada um deles se desenvolvido antes que a influência da relação prazer-desprazer os transformasse em opostos” (1997, v. 14)

Sobre a terceira antítese do amar, qual seja, amar - ser amado, Freud diz que “(...) corresponde à atuação da polaridade da atividade e da passividade, devendo ser julgada da mesma maneira que os casos de escopofilia e sadismo” (FREUD, 1997, v. 14).

A respeito da origem do amor, Freud diz que esse sentimento

(...) deriva da capacidade do ego em satisfazer auto-eroticamente alguns dos seus impulsos instintuais pela obtenção do prazer do órgão. É originalmente narcisista, passando então para os objetos, que foram incorporados ao ego ampliado, e expressando os esforços motores do ego em direção a esses objetos como fontes de prazer (1997, v. 14).

Freud coloca que o amor se desenvolve em fases. A primeira fase preliminar do amor é a *fase de incorporação* ou *devoramento*¹⁰⁹. Segundo Freud, nessa fase do amor, o objeto não é tido como algo separado do sujeito, caracterizada pela ambivalência¹¹⁰. Na fase seguinte, sádico-anal pré-genital, a ânsia de dominar impele para a luta pelo objeto. Nessa fase preliminar, o amor “(...) quase não se distingue do ódio em sua atitude para com o objeto. Só depois de estabelecida a organização genital é que o amor se torna o oposto do ódio” (1997, v. 14).

Freud (1997, v. 14) afirma que o ódio, que permeia as relações com objetos¹¹¹, é mais antigo que o amor. Traduz-se como um sentimento oriundo do “(...) repúdio primordial do ego narcisista ao mundo externo com seu extravasamento de estímulos (...)”; uma “(...) expressão da reação do desprazer evocado por objetos (...)”. Nesse sentido, Freud diz que o ódio mesclado com impulsos amorosos encontrado nas fases preliminares do amor provém dos instintos auto-preservativos¹¹² (1997, v. 14).

Esperamos ter conseguido absolver a teoria kleiniana e os bebês de três ou quatro meses de idade – e um dia fomos um deles – da sentença de incompreensão por parte de muitos quanto à origem e ao destino do ódio por eles sentido nessa fase tão primitiva de suas vidas. Tal incompreensão a respeito da natureza do ódio presente nessas crianças redonda na própria indignação de muitos frente a leitura equivocada, pela qual tomam “seio odiado” por “mãe odiada”, como se Melanie Klein estivesse empregando “seio odiado” como

¹⁰⁹ Adiante vemos que esse conceito coincide com o de *voracidade*, de Melanie Klein.

¹¹⁰ Isto é, o sujeito dirige amor e ódio ao mesmo objeto.

¹¹¹ Em relação àqueles casos em que parece desarrazoado uma relação em que imperava o amor desfigurar-se com o repentino surgimento do ódio, Freud afirma: “Se uma relação de amor com um dado objeto for rompida, freqüentemente o ódio surgirá em seu lugar, de modo que temos a impressão de uma transformação do amor em ódio. Esse relato do que acontece leva ao conceito de que o ódio, que tem seus motivos reais, é aqui reforçado por uma regressão do amor à fase preliminar sádica, de modo que o ódio adquire um caráter erótico, ficando assegurada a continuidade de uma relação de amor” (1997, v. 14).

¹¹² São impulsos que impelem o ser vivo a agir de modo a garantir a preservação de sua vida, como por exemplo, o impulso para buscar alimentos, para fugir de uma situação perigosa, etc.

um recurso estilístico, mais especificamente uma metonímia, referindo-se ao todo (mãe integral) por meio de uma parte desse todo (seio).

Recapitulando: como vimos em Freud, o ódio é uma reação ao desprazer produzido pelos objetos; um repúdio esbravejado pelo ego em direção ao mundo externo. Quanto ao destino desse sentimento, pela estrutura primitiva do ego do bebê, este ainda não é capaz de apreender a mãe como um objeto integral. Ele apenas pode perceber uma parte do corpo materno, o seio. Em outras palavras, a mãe ainda não existe para o bebê; o que existe é um seio que pode ser gratificador ou frustrador. Para o bebê, a causa de toda privação deve ser imputada a esse objeto parcial sentido como mau, de modo que a maneira encontrada por ele para manter-se vivo é destruir o objeto causador da frustração, do sofrimento. Essa agressividade em direção ao objeto frustrador, tido portanto como mau por poder causar mal, é um recurso defensivo.

Talvez ainda algum matiz conceitual possa estar envolvido nas objeções em relação a esse ponto da teoria de Freud e de Melanie Klein. Vejamos algumas acepções em que é tomado o vocábulo *ódio*: “(...) 1. Paixão que impele a causar ou desejar mal a alguém; execração, rancor, raiva, ira (...) 2. Aversão a pessoa, atitude, coisa, etc.; repugnância, antipatia, desprezo, repulsão (...)” (FERREIRA, 1986, p. 1214). Em Antenor Nascentes encontramos que ódio “(...) é aversão profunda, mais ou menos motivada; se umas vezes provêm de graves injúrias, ofensas, outras nasce de motivos fúteis, sem importância” (1981, p. 83).

Para um esclarecimento das várias nuances que esses sinônimos de *ódio* guardam entre si, assinalamos em seguida os desdobramentos dos mesmos. Assim, *execração*, por sua vez, significa “(...) aversão, horror ou ódio ilimitados (...)” (FERREIRA, 1986, p. 739). *Ira* “é um furor breve, excitado por mal ou injúria que se quer repelir (NASCENTES,

1981, p. 182). *Furor* designa “(...) a perda momentânea da consciência, provocada por grande choque moral ou violenta paixão (NASCENTES, 1981, p. 182). *Rancor* “(...) é ódio profundo e secreto, causado por forte motivo” (NASCENTES, 1981, p. 83). *Raiva* “(...) é o extremo grau da ira” (NASCENTES, 1981, p. 182). *Aversão* “(...) é oposição natural, maior do que a antipatia, de causa desconhecida, a qual leva a pessoa a afastar-se daquilo que é contrário à sua índole (NASCENTES, 1981, p. 82). Já por *antipatia* Nascentes diz “(...) é uma inimizade natural, instintiva, que não repousa em motivo algum, de causa desconhecida (...)” (1981, p. 82). *Repugnância* “(...) é a aversão causado pelo desagrado, motivada ou sem causa; é a relutância em aceitar pessoa ou coisa” (NASCENTES, 1981, p. 83). *Repulsa* “(...) sentimento ou sensação de aversão, de relutância, de repugnância (...)” (FERREIRA, 1986, p. 1491)

O repúdio à afirmação de que um bebê de três ou quatro meses já encerra o ódio como um de seus sentimentos pode centrar-se na proximidade existente entre esse substantivo e o adjetivo dele derivado, *odiento*, que engloba as seguintes acepções: “(...) 1. Que tem ou guarda ódio; rancoroso (...) 2. Que envolve ou revela ódio ou paixões rancorosas (...)” (FERREIRA, 1986, p. 1214).

Quando nos referimos ao termo ódio, subentendemos que aquele que experimenta esse sentimento alimenta um desejo de destruição da pessoa que o suscita. Os bebês que estão vivenciando a posição esquizo-paranóide ainda não têm discernido em seu psiquismo qual é o objeto interno e qual é o externo. Notemos que o termo paranóide designa o aspecto persecutório e aterrorizante dos objetos maus, os quais por essa ação terrificante despertam no bebê os impulsos destrutivos a eles dirigidos. Não temos clareza se o que nos motiva fazer essas considerações são sentimentos ainda impregnados pela falsa “angelitude” que permeia o senso comum sobre a vida emocional dos bebês, segundo o qual esses seres humanos que estão se introduzindo na cultura, viriam a desenvolver o sentimento de ódio a

partir da sua inserção e ao fundir-se na mesma. Esse raciocínio nos levaria a pensar – para nosso consolo – que o vocábulo *ódio* não é o mais apropriado para traduzir um sentimento hostil que não seja alimentado ininterruptamente, mas que se fizesse presente tão-somente na iminência de um ataque fantasioso dos objetos persecutórios internos e externos motivado por alguma frustração. Nesse sentido, *cólera* é o termo que parece melhor expressar esse raciocínio destoante em relação ao exposto anteriormente: “(...) impulso violento contra o que nos ofende, fere ou indigna (...)” (FERREIRA, 1986, p. 430). Entretanto, vale a seguinte observação: quando sugerimos *cólera* como substituto de ódio, não estamos com isso afirmando que o bebê estaria em ininterrupto estado colérico, mas sim *posto em cólera* ou que ele estaria *encolerizado*, quando surpreendido pelos ataques sádicos do seio mau, pois, como sublinha Antenor Nascentes, “(...) pode-se estar encolerizado sem ser-se colérico (...)”, significando colérico “(...) propriamente o propenso à cólera” (1981, p. 182).

Podemos notar que o impulso destrutivo até mesmo nos adultos nem sempre é motivado pelo ódio. Não podemos crer que todos os soldados convocados à guerra ao matarem os inimigos do dirigente de seu país o façam por sentirem ódio a eles. Trata-se de uma questão de sobrevivência.

Mas, por outro lado, tomando mais uma imagem como recurso para uma melhor compreensão, imaginemos que um ser humano de mediana evolução moral – portanto, nada próximo de, por exemplo, um Gandhi, um ser inofensivo –, ao dirigir-se por uma rua a fim de chegar a seu destino, seja interceptado por um ladrão que lhe toma o pacote a ser entregue. Diante de tal situação, cremos que é bem possível que o indivíduo em questão possa ser tomado de cólera – mas não de ódio – e reagir, ou explodir de raiva depois de estar só e de consumada a ação rapinadora. Se nunca mais encontrar o assaltante, é bem possível que não nutra ódio por ele. Todavia, forçando uma cena insólita – mas não muito para os dias de hoje

–, imaginemos que esse cidadão volte para o ponto de origem de sua caminhada. No dia seguinte, sai com um pacote idêntico ao roubado, tentando cumprir sua missão de entregar o objeto ao destinatário. E não é que se depara com o mesmo ladrão que lhe toma o objeto substituto do primeiro? Se isso se repetir mais algumas vezes, podemos dizer que o marcado (e incauto) transeunte desenvolva ódio por aquele ladrão – que já virou um conhecido seu. Com essa imagem, queremos ilustrar que o ódio nasce por um objeto que frustra várias vezes consecutivamente e que se fixa no psiquismo do sujeito como um objeto interno, passando a ser sentido como algo que espreita e pode atacar a qualquer momento.

Parece-nos que a infeliz cogitação que iniciamos como uma defesa da idéia de que bebês não sentem ódio tomba pela ação dessas imagens tecidas. Acabamos crendo que à semelhança do referido cidadão assaltado, aos primeiros ataques do seio frustrador, o bebê sintase encolerizado; e com os vários ataques sádicos do seio mau, o bebê vai desenvolvendo ódio por ele. Pois, sob os ataques dos objetos persecutórios, algum sentimento tem que impelir o bebê em busca de sua antopreservação; e, como vimos, esse sentimento, segundo Freud e Melanie Klein, é o ódio.

Pelo exposto nos últimos parágrafos, nas ocasiões em que o seio oferecer gratificações para o bebê, será amado e sentido como “bom”; por outro lado, nas ocasiões em que for fonte de frustração, será odiado e sentido como “mau” (KLEIN, 1991, p. 87). A autora afirma que o fato de o mesmo seio parecer para a criança cindido em um seio bom e outro mau tem sua razão de ser. Isso pode ser atribuído à falta de integração do ego, que se encontra cindido, não sendo capaz de apreender o objeto na sua totalidade – esse processo se estende ao longo dos três ou quatro meses de vida (KLEIN, 1991, p. 87). Logo,

(...) o objeto bom e o objeto mau não são completamente distintos um do outro na mente do bebê. O seio da mãe, tanto em seus aspectos bons quanto em seus aspectos maus, parece também fundir-se, para ele [o bebê], com a presença física da mãe, e a relação com ela como uma pessoa é assim construída gradualmente desde o estágio mais inicial (KLEIN, 1991, p. 87)

Klein (1991, p. 87-88) observa que há outros fatores que também contribuem para a dupla relação com o primeiro objeto. Juntamente com as experiências de gratificação e frustração, outros fatores endopsíquicos estão atuando; os mais primitivos são a *introjeção* e a *projeção*. Klein (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 74) afirma que introjeção e projeção são usadas desde o princípio da vida como mecanismos de defesa do ego. Tomando de empréstimo uma observação de Freud, Klein (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 74) diz que a projeção deriva da deflexão do instinto de morte para o exterior. Na introjeção, o ego tem um recurso para superar a ansiedade, livrando-se do perigo e do mal. E também a introjeção do objeto bom é usada pelo ego como defesa contra a ansiedade.

Então, a partir do momento em que as emoções e ansiedades mobilizarem os processos de projeção e introjeção, as relações objetais começam a fazer parte da vida do pequeno ser humano em desenvolvimento (KLEIN, em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 108). A base para as relações objetais é estabelecida pela projeção e pela agressão em direção ao seio da mãe. A introjeção deste, o primeiro e principal objeto, é responsável pela relação com os objetos internos. Para Melanie Klein, desde o início da vida pós-natal, a relação mantida pelo bebê com a mãe, mais especificamente com o seio, por conter elementos fundamentais de uma relação objetal como amor, ódio, fantasias, ansiedades e defesas, configura uma relação objetal propriamente dita. Assim, para Melanie Klein, a relação objetal não precisa compreender o objeto total, mas parte dele – como o seio (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 108-109).

Com a introjeção do seio, inicia-se a formação do núcleo do superego – enquanto que, como vimos, para Freud o superego surge com a resolução do complexo de Édipo. Com a primeira experiência de sucção do seio materno, o bebê introjeta o seio em seus

aspectos bons e maus. Dessa forma, o núcleo do superego é o seio da mãe, com seus aspectos bons e maus. A vida emocional do bebê oscila entre amor e ódio, entre situações externas e internas, entre a percepção da realidade e fantasias sobre a mesma e uma conseqüente interação entre a ansiedade persecutória e idealização dos objetos internos e dos externos (KLEIN, em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 109).

Desse modo, no que tange a cisão de objeto, os impulsos de amor são projetados pelo bebê e atribuídos ao seio gratificador (tido como bom); da mesma forma, os impulsos destrutivos são projetados para o exterior e atribuídos ao seio frustrador (sentido como mau). No mesmo momento em que projeta os impulsos amorosos e os destrutivos, instalam-se pela introjeção um seio bom e um seio mau no seu psiquismo em formação. Conseqüentemente, a imagem do objeto, tanto o externo como o internalizado, é distorcida na mente do bebê pela ação de suas fantasias, que estão profundamente ligadas à projeção de seus impulsos sobre o objeto. Então, “o seio bom – externo e interno – torna-se o protótipo de todos os objetos gratificadores e que ajudam; o seio mau, o protótipo de todos os objetos persecutórios, externos e internos”. Todas as experiências que integram a formação do sentimento de ser gratificado são atribuídas ao seio bom – dentre elas: a saciação da fome, o prazer de mamar, as ações que restituem o conforto, o sentimento de ser amado. Contrariamente, ao seio mau são atribuídas toda frustração e desconforto (KLEIN, 1991, p. 88). Diante dos objetos sentidos como frustradores, o bebê sobre eles investe os instintos de morte; então justamente pela introjeção esses objetos tornam-se perseguidores internos, potencializando o medo do impulso destrutivo interno (KLEIN, em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 72).

Klein diz que quando o bebê acredita estar diante do seio mau, as “características psicológicas” que incluem os impulsos orais destrutivos atribuídas ao seio

odiado, na verdade, são impulsos do próprio bebê suscitados por uma situação de frustração e ódio, então projetados sobre o seio. A autora acrescenta que em suas fantasias destrutivas, o bebê “(...) morde e dilacera o seio, devora-o, aniquila-o (...)”. Entretanto, sente que o seio usará de retaliação para com ele. À medida que os impulsos sádico-uretrais e sádico-anais¹¹³ se avultam, o bebê imagina o seio sendo destruído pela ação de seus excrementos. Uma vez que o conteúdo dos ataques fantasiados em direção ao objeto são criados com base na voracidade, pela projeção o seio também passa a parecer tão voraz quanto o bebê, este estará envolvido em tormentas criadas pela ansiedade persecutória (1991, p. 88).

As emoções de um bebê muito pequeno são muito intensas. Assim, o objeto frustrador é sentido como um perseguidor implacável; e o seio bom “(...) tende a transformar-se no seio ‘ideal’ que deveria saciar o desejo voraz por gratificação ilimitada, imediata e permanente” (KLEIN, 1991, p. 89). Klein acrescenta que outro fator a pesar na idealização do seio bom é ter nele um protetor contra o seio frustrador (1991, p. 89).

Com a idealização do seio bom, inesgotável, sempre generoso, nos momentos em que a fome ataca, o bebê pode recorrer à *gratificação alucinatória*. O bebê afasta de si toda frustração e ansiedade, reativando o desejo de ter o seio ideal dentro de si. A voracidade consegue ser aplacada graças ao fato de o seio idealizado ser inexaurível. Mas o ressurgimento da sensação de fome conduz a criança de volta ao mundo externo, de modo que a frustração é novamente suscitada. Para que o bebê consiga valer-se da alucinação realizadora de desejos, tem ele de utilizar-se do controle onipotente do objeto interno e do externo. Ainda está implicada nesse processo o mecanismo de negação, segundo o qual o bebê aniquila os objetos e situações frustrantes (KLEIN, 1991, p. 89). No entanto, sobre a

¹¹³ Por impulsos sádico-uretrais e sádico-anais, Melanie Klein se refere à fantasia da criança de que pode utilizar-se de seus excrementos como um meio de provocar sofrimento no outro. Essa fantasia encontra suporte nos impulsos ligados a essas zonas erógenas em questão.

gratificação alucinatória, Klein (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 74) observa que “(...) não são negados e aniquilados apenas uma situação e um objeto, é toda *uma relação objetal* que sofre o mesmo destino, o que acarreta que se negue e aniquile também a parte do ego da qual emanam os sentimentos dirigidos ao objeto”.

Podemos perceber que nesses primeiros três ou quatro meses de vida do bebê, seu ego não dispõe de uma integração satisfatória, tendo que utilizar dos seguintes mecanismos de defesa para tentar assegurar algum tipo de suporte para a angústia: clivagem do seio em seio “bom” e “mau”, idealização, controle onipotente, e negação – os mecanismos de defesa esquizóides. Klein (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 69) observa que a maioria desses fenômenos, predominantes nos primeiros meses de vida, estão presentes nos quadros esquizofrênicos.

Juntamente com a cisão do seio em “bom” e “mau”, parece existir um outro tipo de cisão que provoca o sentimento de que tanto o ego como seu objeto estão fragmentados. Além disso, os estímulos externos estimulando o medo persecutório, acabam reforçando os mecanismos esquizóides, ou seja, “(...) a tendência do ego para cindir a si mesmo e ao objeto, enquanto toda experiência boa fortalece a confiança no objeto bom e contribui para a integração do ego e para a síntese do objeto” (KLEIN, 1991, p. 91).

O desenvolvimento do ego se faz com base na introjeção de objetos. Assim, Klein conclui que “(...) o seio bom, introjetado em situações de gratificação e felicidade, torna-se (...) uma parte vital do ego e reforça a capacidade deste para a integração”. E isso pode ocorrer na medida em que a pulsão de vida predominar sobre a pulsão de morte, havendo então o estabelecimento do seio bom na mente do bebê com maior segurança, considerando-se ainda que a capacidade do ego para suportar tensão e ansiedade é em certa medida constitucional (1991, p. 92).

Abordando o papel que a projeção exerce sobre os resultados da ansiedade persecutória, Klein (1991, p. 93) afirma que aos impulsos sádico-orais de devorar e esvaziar o seio materno juntam-se impulsos provenientes das demais fontes de sadismo. A partir daí, desenvolvem-se duas formas fantasiosas de ataques em direção ao seio: por uma delas, essencialmente sádico-oral ligada à voracidade, o bebê visa “(...) esvaziar o corpo da mãe de todas as coisas boas e desejáveis”. Pelo outro meio de ataque fantasioso, predominantemente anal, o pequeno acredita ser capaz de “(...) encher o corpo da mãe de substâncias más e de partes más do *self* que são excindidas e projetadas para dentro dela”. Para o bebê essas partes nocivas são seus excrementos, que seriam capazes de lesar, destruir ou controlar o objeto. Ainda há a possibilidade de o *self*, na sua totalidade, sentido como algo mau, invadir o corpo materno e controlá-lo, mecanismo denominado por Melanie Klein de *identificação projetiva*. A autora acrescenta que a partir desse recurso fantasístico, a mãe passa a encerrar em si as partes más do *self*, o bebê não a sente como um ser separado dele, porém como *self* mau. Então, grande quantidade do ódio pelas próprias partes do *self* é dirigido à mãe, “(...) o que conduz a uma forma particular de identificação, estabelecendo o protótipo de uma relação objetal agressiva” (KLEIN, em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 75).

Klein afirma que a identificação projetiva tem seu início tão logo o bebê possa introjetar o aspecto sádico-oral voraz do seio. Então, o bebê acredita que pelo sugar “vampiresco”, pelo esvaziamento do seio, torna-se possível inserir-se no corpo da mãe. A razão para que o pequeno lance mão desse mecanismo reside no fato de o medo de perseguidores internos aumentar a necessidade de expelir tudo que for sentido como algo mau. No entanto, se a projeção for dominada pelo medo persecutório, “(...) o objeto para dentro do qual aquilo que é mau (o *self* mau) é projetado torna-se o perseguidor *par excellence*, já que foi dotado de todas as más qualidades do sujeito” (1991, p. 93-94).

Klein sublinha que, por outro lado, o *self* não projeta e expelle somente as suas partes más, mas também as partes boas. Assim, as dejeções adquirem uma outra conotação, são sentidos como presentes a serem entregues ao objeto. Mas ainda compõem esse presentear as partes boas e amadas do ego, as partes amadas de si mesmo, que são expelidas e projetadas no interior do outro. Disso resulta que as relações objetais são enriquecidas quando fundadas por esse tipo de projeção. Aliás, para o desenvolvimento de relações objetais e integração do ego, é essencial que o bebê projete sentimentos bons e partes boas do *self* para dentro da mãe (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 76). Porém, sublinha Klein, que se essa projeção das partes amadas do *self* for muito intensa,

(...) a criança sente perdas as partes boas de sua personalidade. Dessa forma, transforma-se a mãe no ideal do ego, resultando disso o enfraquecimento e o empobrecimento do ego. Bem cedo, tais processos estendem-se a outras pessoas, podendo conduzir a uma exagerada dependência em relação às representações externas das próprias partes boas. Outra consequência é o medo da perda da capacidade de amar, porque o objeto amado predominantemente o é enquanto representante do *self* (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 76).

Klein chama a atenção para a seguinte nota: a cisão de partes do *self* e projeção dessas partes para dentro dos objetos são importantíssimas para o desenvolvimento normal e também para as relações objetais que fogem da normalidade. Consideremos esse último caso, em que o medo persecutório pode ser tão intenso que o bebê procura incessantemente refúgio no objeto idealizado – o que interferirá no desenvolvimento do ego e perturbará as relações objetais. Assim, havendo essa fuga para o objeto idealizado e não assimilado, partes do ego tentam unir-se ao objeto ideal, enquanto outras se ocupam dos perseguidores internos – configurando um processo de cisão do ego (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 76-77). Sobre as consequências da cisão do ego bem como dos objetos, Klein comenta:

As várias formas de cisão do ego e dos objetos internos resultam no sentimento de estar o ego em pedaços, sentimento que leva a um estado de desintegração. No desenvolvimento normal, são transitórios os estados de desintegração que o bebê experimenta. Entre outros fatores, a gratificação sucessivamente conseguida do objeto bom externo ajuda a superar estados esquizóides temporários está conectada com a grande elasticidade e capacidade de recuperação da mente infantil (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 77).

Esses estados de cisão e desintegração manifestam-se nas perturbações comuns pertinentes aos primeiros três ou quatro meses de vida (KLEIN, 1991, p. 130). Entretanto, se esses estados de cisão e de desintegração – intransponíveis para o ego – aparecerem com muita frequência e com longa duração, podem os mesmos ser considerados como indícios de esquizofrenia – de modo que alguns sinais desse transtorno podem ser encontrados já nos primeiros meses de vida (KLEIN, em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 77).

Isso pode ser notado na persistente falta de interesse pela mãe seguida de um indiferença generalizada em relação a pessoas e a brinquedos, caracterizando uma perturbação mais grave – uma atitude que pode ser observada mesmo em bebês bons mamadores. Para um observador desprovido de uma observação mais aguçada, as crianças que não choram muito são tidas como contentes e “boas” (KLEIN, 1991, p. 130).

Melanie Klein pôde compreender o que de fato subjaz a essa aparente tranquilidade dessas crianças por meio das análises de adultos e de crianças, verificando que as causas de suas dificuldades encontravam-se na primeira infância. Conclui que esses bebês, ao contrário do que parece, de fato são “(...) mentalmente doentes e retraídos do mundo devido à intensa ansiedade persecutória e ao uso excessivo de mecanismos esquizóides” (1991, p. 130). E esse transtorno não inspira bons prognósticos, pois como decorrência desse estado a criança não se encontra em condições de superar a ansiedade depressiva, e “(...) a

capacidade para o amor e para as relações de objeto, assim como para a vida de fantasia, fica inibida; o processo de formação de símbolos é impedido, resultando numa inibição de interesses e de sublimações” (KLEIN, 1991, p. 130).

Por outro lado, diferentemente dessa apatia descrita acima, o bebê realmente satisfeito, embora em menor grau, também requer atenção, chora quando frustrado, demonstra interesse por determinadas pessoas. Este pode ainda sentir-se feliz quando sozinho, o que indica um sentimento de segurança em relação a seus objetos internos e externos. Pelo fato de a mãe boa estar de certa forma segura em sua mente, ele é capaz de suportar sua ausência temporária sem ansiedade (KLEIN, 1991, p. 130).

Pelo exposto, podemos perceber o quanto o grau em que o ego se utiliza da introjeção e da projeção influencia as relações objetais. Tanto que, na personalidade normal, o bom desenvolvimento das relações objetais e do ego depende do grau de equilíbrio conseguido entre esses dois mecanismos de defesa já nos primeiros meses de vida. No entanto, por sua vez, esse equilíbrio apóia-se na integração do ego e na assimilação dos objetos internalizados (KLEIN, em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 78).

Conforme o ego vai se tornando capaz de suportar a ansiedade, os mecanismos de defesa vão se alternando. Encontram-se envolvidos nesse processo “(...) o sentido crescente de realidade e a maior gama de gratificações, interesses e relações de objeto”. Com esse fortalecimento do ego, os impulsos destrutivos e a ansiedade persecutória não são mais sentidos como tão poderosos (KLEIN, 1991, p. 96).

Nesse período, a ansiedade depressiva ganha força e atinge seu clímax no período subsequente, a *posição depressiva*. (1991, p. 96)

Antes de abordarmos a *posição depressiva* propriamente dita, cremos ser muito elucidativo e oportuno a inserção de excertos de análises feitas por Melanie Klein.

Assim, poder-se-á descobrir a ansiedade persecutória provocada pela presença e atuação da mãe “má” na fantasia do bebê.

A autora (KLEIN, 1991, p. 128) cita um caso em que a perturbação na relação com a mãe não está diretamente relacionada com frustração em relação ao alimento. Trata-se de *B*, uma garotinha de cinco meses de vida cuja mãe a deixou chorando por um tempo maior do que o usual. Quando a mãe finalmente resolveu pegá-la, encontrou-a em meio a um estado que poderia ser descrito como “histérico”. O bebê demonstrava medo da mãe, sem parecer reconhecê-la. Apenas decorrido algum tempo a criança volta a restabelecer contato com a mãe. Klein (1991, p. 128) frisa que tal fato ocorreu durante o dia e não muito tempo após uma refeição. Trata-se de uma criança que geralmente dormia bem, porém às vezes acordava chorando sem motivo aparente. A conclusão da autora em relação a esse caso:

Há boas razões para supor que a mesma ansiedade subjacente ao choro diurno era também a causa do sono perturbado. Eu sugeriria que, porque a mãe não veio quando era esperada, transformou-se na mente da criança na mãe má (persecutória), e por essa razão a criança parecia não reconhecê-la e ficou com medo dela (KLEIN, 1991, p. 128-129).

Um outro caso com alguma semelhança ao anterior é citado, cujo protagonista é uma menina de doze semanas, denominada pela autora de *C* (Klein, 1991, p. 129). A garotinha também é deixada muito tempo longe da mãe. Quando esta se aproximou da pequena, que também estava aos prantos e gritando incontrolavelmente, tentando acalmá-la, o esforço foi em vão. Faltava cerca de uma hora para a próxima mamada, e o jeito encontrado pela mãe foi oferecer-lhe o seio, ao que o bebê aceitou de pronto, sugando vigorosamente. Mas logo após algumas sugadas, virou-lhe o rosto e voltou a gritar. A menina com frequência chupava os dedos, levando-os à boca tão logo o seio fosse oferecido. Como de costume, a mãe tentou tirar os dedos de sua boca a fim de substituí-los

pelo seio. Mas dessa vez, o bebê não aceitou tal manobra e voltou a gritar desesperadamente. Depois que resolveu chupar os dedos novamente, tranquilizando-se, a mãe ofereceu-lhe o seio mais uma vez. Então, a garotinha mamou até dormir.

Após a descrição desse caso, vejamos as considerações apresentadas por Melanie Klein. Pelas mesmas razões encontradas no exemplo anterior, para esse bebê a mãe tinha se tornado má e persecutória. Logo, a criança não conseguia aceitar o seio. Ela recorreu ao prazer auto-erótico de chupar os dedos, depois de tentar mamar mais uma vez e sentir que não podia restabelecer a relação com o seio bom. A autora explica a ação de retirar libido do objeto seio para o interior do próprio ego (referida como “retirada narcísica”) foi causada pela perturbação na relação com a mãe. Por isso, o bebê “(...) recusou-se a desistir de chupar os dedos porque eles eram mais confiáveis do que o seio. Chupando-os, ela [a criança] restabelecia a relação com o seio interno e assim recuperava segurança suficiente para renovar a boa relação com o seio e a mãe externos” (KLEIN, 1991, p. 129).

Para Melanie Klein, os exemplos *B* e *C* acrescentam esclarecimentos sobre o mecanismo das fobias arcaicas, como as presentes nos casos de medo provocado pela ausência da mãe. Essas fobias próprias dos primeiros meses de vida têm sua causa na ansiedade persecutória, capaz de provocar perturbações na relação tanto com a figura materna internalizada como com a mãe real (1991, p. 129).

6.1.2.2 A posição depressiva

Klein (1991, p. 96) aponta que quando o bebê atinge o segundo trimestre de vida, algumas mudanças no desenvolvimento intelectual e emocional acentuam-se. Pelo gradual desenvolvimento do ego, as relações com o mundo externo, composto por pessoas e coisas, diferenciam-se cada vez mais; pela maior percepção do ambiente, o interesse se estende a outros objetos; a gratificação pode provir de um maior número de objetos; sua capacidade de expressar emoções e comunicar-se aumenta. O desenvolvimento regular do ego prossegue, envolvendo dentre outras funções a integração, consciência, capacidades intelectuais, e a relação com o mundo externo. Paralelamente, a organização sexual do bebê também progride, havendo um fortalecimento das tendências uretrais, anais e genitais, apesar de os impulsos e desejos orais ainda serem os predominantes. Por isso tudo,

Há, assim, uma confluência de diferentes fontes de libido e agressividade que colore a vida emocional do bebê e põe em primeiro plano várias situações de ansiedade novas. Amplia-se a gama de fantasias, que se tornam mais elaboradas e diferenciadas. Há mudanças correspondentes importantes na natureza das defesas (KLEIN, 1991, p. 96).

Com todas mudanças, a relação do bebê com sua mãe começa a passar por alterações – bem como a relação com o pai e com outras pessoas do convívio. De uma relação fundada no seio como principal objeto desenvolve-se gradualmente até estabelecer-se de forma plena. A identificação com a mãe consolida-se quando o bebê passa a percebê-la e introjetá-la como um ser humano integral, como um objeto completo (KLEIN, 1991, p. 97).

Conforme Melanie Klein, para que o ego seja capaz de introjetar a mãe e o pai como pessoas inteiras, é necessário que o mesmo disponha de um certo grau de integração. Mas uma efetiva integração e síntese de fato ganha vulto quando a posição

depressiva passa a dominar a vida psíquica do bebê, ficando os aspectos da posição esquizo-paranóide num segundo plano. Os aspectos odiados e amados dos objetos cindidos são incorporados de maneira a formar pessoas inteiras. O ego também passa a acomodar os objetos internos à configuração real que apresentam seus respectivos objetos externos, diminuindo assim a discrepância entre o mundo interno e o externo. Com tudo isso ocorrendo, o ego passa a ganhar uma integração maior, havendo uma coesão maior entre seus fragmentos. A partir desses processos de integração e de síntese, o bebê passa a sofrer o conflito intenso entre amor e ódio, pois a ambivalência é então vivenciada em relação a um objeto completo, ou seja, o seio bom e o seio mau na verdade são um único seio; a mãe boa e a mãe má, uma única mãe (1991, p. 97). Apesar de os impulsos destrutivos diminuírem a partir dessa constatação, “(...) esses impulsos são sentidos como um grande perigo para o objeto amado, agora percebido como uma pessoa” (KLEIN, 1991, p. 97). Assim, “(...) a essência da posição depressiva consiste na ansiedade do bebê de que seu objeto amado não seja danificado ou destruído por seu sadismo” (KLEIN, 1991, p. 117). Esse conflito gera a *ansiedade depressiva*, decorrente do medo de perder para sempre o objeto amado. A ansiedade depressiva, por sua vez, tende a aumentar a voracidade; esta “(...) é sentida como incontrolável e destrutiva, e ameaçadora para os objetos externos e internos” (KLEIN, 1991, p. 97). Conseqüentemente, o ego passa a tolher cada vez mais os desejos pulsionais, podendo criar assim sérias dificuldades para o bebê apreciar ou aceitar alimento, além de futuramente a “(...) sérias inibições no estabelecimento de relações afetivas e eróticas” (KLEIN, 1991, p. 97).

Em certa medida continua a cisão em objetos bons e maus, mas o ego nesse período começa a dividir o objeto inteiro “(...) em um objeto vivo não-danificado e um objeto danificado e ameaçado (talvez morrendo ou morto). A cisão torna-se assim uma defesa

sobretudo contra a ansiedade depressiva (KLEIN, 1991, p. 98). Com a percepção de que a mãe “boa” e a mãe “má” compõe na verdade o mesmo ser, o bebê passa a temer a perda da mãe inteira. Por conseguinte, o bebê naturalmente divide os perseguidores em fragmentos, supondo assim reduzir seu poder ameaçador (HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 10).

Em meio à constatação de que o seio mau e o seio bom são na verdade um único seio, o bebê começa a ser tomado pelo temor de ter aniquilado o seio bom (a mãe boa) com os ataques desferidos contra o seio mau (a mãe má), o que faz com que experimente o terror de abandono, remorsos e depressão (HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 13).

O sentimento de que a mãe internalizada foi lesada, correndo o risco de ser aniquilada, se assim já não se encontra, gera ansiedade, fazendo com que o bebê passe a se identificar com o objeto danificado (KLEIN, 1991, p. 98). Klein sublinha que a culpa surge com toda sua energia; e, por conseguinte, o bebê sente “(...) uma necessidade premente de reparar, preservar ou fazer reviver o objeto amado danificado” (1991, p. 99).

Entretanto, a ansiedade e o sentimento de culpa promovem o desenvolvimento emocional da criança, pois ela sente um aumento da necessidade de externalizar figuras más e de internalizar figuras boas; da necessidade de ligar desejos, amor, sentimentos de culpa e tendências reparadoras a alguns objetos; além da necessidade de encontrar representantes de figuras internas no mundo externo. Paralelamente, ocorre um impulso em direção a novos objetivos, fazendo com que se afaste dos desejos orais em busca dos desejos genitais. Concorrem para tanto o impulso da libido, a crescente integração do ego, aptidões físicas e mentais além de uma adaptação gradativa ao mundo externo. Tais fatores compõem o processo de formação de símbolo, que capacita a criança a transferir, além do interesse, emoções e fantasias, ansiedade e culpa, de um objeto a outro (KLEIN, em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 110).

Esse momento em que há a síntese entre os aspectos de amor e ódio do objeto é peremptório na vida do bebê, pois é quando ocorre a eleição entre a neurose e a psicose (KLEIN, em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 70). Tudo vai depender de se o ego dispor de uma estrutura que lhe permita lidar com as ansiedade persecutória e depressiva (KLEIN, 1991, p. 146). Esta capacidade do ego, por sua vez, é de certa maneira determinada pelo grau em que durante a posição esquizo-paranóide foi possível incorporar e estabelecer no seu psiquismo o objeto bom, que integra o núcleo do ego (KLEIN, 1991, p. 100).

A ação das ansiedades persecutória e depressiva, ocorrida por volta dos seis meses de vida, pode provocar alguns comportamentos comuns nessa fase da vida, como por exemplo “(...) uma maior irritação, uma necessidade maior de atenção ou um afastamento temporário da mãe, ataques súbitos de cólera e um medo maior de estranhos”. Inclusive crianças que apresentam um sono tranquilo, nessa fase podem soluçar ou acordar chorando repentinamente, demonstrando claramente sinais de medo ou de tristeza. A expressão facial muda bastante nesse estágio inicial da vida (KLEIN, 1991, p. 132).

Portanto, em conformidade com a estrutura do ego está o desenvolvimento do psiquismo do bebê. Nesse sentido, Klein (1991, p. 101) afirma que, se, por um lado, a ansiedade persecutória e os processos de cisão não forem sentidos como exacerbados e que houve um determinado grau de integração, “(...) a ansiedade persecutória e os mecanismos esquizóides enfraquecem-se gradualmente e o ego é capaz de introjetar e estabelecer o objeto completo e de atravessar a posição depressiva”. (KLEIN, 1991, p. 100-101).

Com um desenvolvimento promissor, conforme o bebê vai confiando cada vez mais nos objetos e em suas capacidades de reparação, vai deixando de recorrer à onipotência como uma forma de superar a ansiedade depressiva. Ele começa a sentir que os

familiares se comprazem com suas conquistas ao longo de seu desenvolvimento. Percebe que dessa maneira “(...) ele expressa seu amor, contrabalança ou desfaz o estrago feito por seus impulsos agressivos e repara seus objetos amados danificados” (KLEIN, 1991, p. 99-100).

Com o crescente sentido de realidade do bebê em relação aos objetos e da confiança nos mesmos, ele consegue distinguir as frustrações impostas pelo meio externo dos perigos internos fantasiados. Por conseguinte, “(...) ódio e agressão tornam-se mais intimamente relacionados a frustrações reais ou a danos oriundos de fatores externos”. Então, o pequeno pode lidar melhor com seus impulsos agressivos, sentindo menos culpa, e até transformá-los pelo processo de sublimação (KLEIN, 1991, p. 100).

No excerto abaixo, Melanie Klein sintetiza os passos necessários para o estabelecimento do desenvolvimento normal durante a posição depressiva:

(...) desenvolvem-se as relações com pessoas; diminui a ansiedade persecutória relativa aos objetos externos e internos; os objetos internos bons tornam-se mais firmemente estabelecidos, segue-se um sentimento de maior segurança; e tudo isso fortalece, enriquece o ego. O ego, mais forte e mais coeso, embora faça muito uso da defesa maníaca, reúne e sintetiza repetidas vezes os aspectos excindidos do objeto e do *self*. Gradualmente os processos de cisão e síntese vão sendo aplicados a aspectos mantidos menos separados um do outro; aumenta a percepção da realidade e os objetos aparecem sob uma luz mais realista. Todos esses desenvolvimentos levam a uma adaptação crescente à realidade externa e interna (1991, p. 100).

Entretanto, o desenvolvimento do psiquismo do bebê pode se dar desventuradamente. Pode ser malgrado pela incapacidade do ego em lidar com as tantas situações graves de ansiedade que surgem nesse estágio (KLEIN, 1991, p. 101). A situação pode chegar a ser tão angustiante que Melanie Klein aponta que há crianças que imergem no desalento ao sentirem não haver possibilidade de reparar os objetos destruídos por seus impulsos agressivos. Nesses casos, pode-se observar uma perturbação na capacidade de reparar e, por consequência, de sublimar (1991, p. 108).

Melanie Klein nota que essa situação emocional experienciada pelo bebê na posição depressiva é o protótipo do sentimento de luto ulterior, pois tanto numa experiência como na outra espera-se que o sujeito restabeleça o mundo interno dilacerado. No caso do bebê, “(...) pressionado pelo medo de perder a mãe amada, o bebê luta com a tarefa de estabelecer e integrar seu mundo interno, de construir firmemente os objetos bons dentro de si” (1991, p. 102).

Assim, se inquietação, irritabilidade, perturbação do sono, maior necessidade de atenção e mudanças na atitude para com a mãe e o alimento, vêm a ser dificuldades excessivas e persistentes, parecem estar sinalizado um fracasso na elaboração da posição depressiva. Mas também tais dificuldades podem vir a ser a base para o transtorno bipolar futuro. No entanto, o fracasso na elaboração da posição depressiva pode conduzir a um outro resultado:

(...) certos sintomas, tais como o retraimento do contato com a mãe e com outras pessoas, podem estabilizar-se ao invés de serem transitórios e parciais. Se junto com isso o bebê se torna mais apático, deixando de desenvolver a ampliação de interesses e a aceitação de substitutos normalmente presentes simultaneamente aos sintomas depressivos, o que é em parte um modo de superar tais sintomas, podemos supor que a posição depressiva não está sendo elaborada com êxito; que ocorreu uma regressão à posição anterior, a posição esquizo-paranóide¹¹⁴ – (...)

(...) as ansiedades persecutória e depressiva, se excessivas, podem conduzir a perturbações mentais e deficiência mental graves na infância. Essas duas formas de ansiedade também provêm os pontos de fixação para distúrbios paranóicos, esquizofrênicos e maníaco-depressivos na vida adulta (KLEIN, 1991, p. 147).

Em meio a essa utilização das defesas maníacas, Melanie Klein aponta que também o desejo de reparação é a princípio permeado pela onipotência. Poderia ser traduzido

¹¹⁴ Então, o ego volta a valer-se das defesas maníacas da posição esquizo-paranóide – negação, idealização, cisão e controle onipotente dos objetos internos e externos. Tais mecanismos de defesa servem para salvaguardar os objetos humanos dos impulsos destrutivos bem como para evitar frustração, mantendo afastada a ansiedade depressiva. Assim, ao invés de lançar-se ao objeto com atitude amorosa, o bebê pode mesmo sufocar os sentimentos amorosos em relação aos objetos. (KLEIN, 1991, p. 98).

mais ou menos da seguinte maneira: “minha mãe está desaparecendo, ela pode não mais voltar, ela está sofrendo, ela está morta. Não, isso não pode ser, pois eu posso fazê-la reviver” (1991, p. 99).

Diante de uma situação dessas, toda vez que a mãe ausentar-se é sentida de forma muito sofrida, pois o medo de perdê-la é intenso. Assim sendo, qualquer forma de brincar permite que essa ansiedade seja trabalhada, constituindo-se o brincar um meio para superá-la. Nessa fase da vida, o brincar não serve apenas para ajudar a criança a superar seus sentimentos de perda bem como sua ansiedade depressiva (KLEIN, 1991, p. 137). A autora diz que crianças que ainda não completaram seis meses de vida divertem-se jogando objetos para além do seu campo de visão por várias vezes, esperando que os mesmos retornem. Ela cita o bebê *G*, de dez meses de idade, que pouco antes havia começado a engatinhar. Ele, incansavelmente, jogava um brinquedo adiante, engatinhando até ele para resgatá-lo e lançá-lo novamente (KLEIN, 1991, p. 137-138).

Ainda nessa fase da vida, por volta dos cinco ou seis meses, um outro tipo de brincadeira comum empregado para mitigar esse sentimento de uma iminente perda da mãe é uma certa modalidade de “esconde-esconde”. A criança puxa o cobertor sobre a cabeça e se descobre logo em seguida. Por meio dessa brincadeira, “parece que a *repetição* de tais experiências é um fator importante para ajudar a superar seus sentimentos de perda e tristeza” (KLEIN, 1991, p. 138), pois ao tirar o cobertor de sobre os olhos, percebe que os objetos continuam ali mesmo, não desaparecendo.

Mas o tempo vai passando. E a maior e mais angustiante experiência dessa fase da vida está por chegar – caso o leite já não tenha “secado” antes. Melanie Klein (1991, p. 133) salienta que o ponto mais crítico da posição depressiva se faz sentir na época do desmame. Se antes o bebê já havia passado pela experiência de perda do seio, quando este não

aparecia no momento em que era desejado – e por conseguinte a criança sentia que nunca mais voltaria –, no desmame esse sentimento de abandono por parte do primeiro objeto amado se intensifica e é sentido “(...) como uma confirmação de todas as ansiedades de natureza persecutória e depressiva do bebê”. A autora ressalta que “cada detalhe da forma pela qual o desmame é realizado tem relação com a intensidade da ansiedade depressiva do bebê e pode aumentar ou diminuir sua capacidade de elaborar a posição depressiva” (KLEIN, 1991, p. 143).

Nesse ponto é esclarecedor o que Melanie Klein coloca a respeito das frustrações próprias ao período do desmame, um evento inevitável do primeiro ano de vida. Considerando o que abordamos em relação à teoria kleiniana a respeito do “seio bom” e do “seio mau”, atentemo-nos para este excerto:

A questão do desmame liga-se ao problema mais geral da frustração. A frustração, se não é excessiva (e lembremo-nos aqui de que as frustrações são até certo ponto inevitáveis), pode até mesmo ajudar a criança a lidar com seus sentimentos depressivos. Pois a própria experiência de que a frustração pode ser superada tende a fortalecer o ego e é parte do trabalho de luto que ajuda o bebê a lidar com a depressão. Mais especificamente, o reaparecimento da mãe é uma prova cada vez renovada de que ela não foi destruída e não foi transformada na mãe má, o que implica que a agressão do bebê não teve as conseqüências temidas. Há assim um equilíbrio delicado e variável de indivíduo para indivíduo entre os efeitos prejudiciais e os efeitos benéficos da frustração, equilíbrio que é determinado por uma variedade de fatores internos e externos (KLEIN, 1991, p. 146).

Para ilustrar, Klein nos oferece o exemplo *E*. Este bebê foi desmamado do seio aos nove meses, sem apresentar nenhuma perturbação digna de nota em sua atitude para com o alimento. Nesse momento crítico, ele já havia aceitado outros alimentos, e seu desenvolvimento transcorria satisfatoriamente. Porém, demonstrou uma necessidade maior da presença da mãe, além de atenção e companhia. Curiosamente, passada uma semana após a última mamada, o bebê soluçou enquanto dormia, acordando com sinais de ansiedade e infelicidade, sem contudo poder ser consolado. A mãe ofereceu-lhe ambos os seios; ele os

sugou como fazia antes, e, mesmo havendo menos leite em decorrência da interrupção da amamentação, ele pareceu estar plenamente satisfeito, dormindo contente. A partir daí, reduziram-se os sintomas descritos acima. Ao que tudo indica, “(...) a ansiedade depressiva relativa à perda do objeto bom, o seio, foi mitigada pelo próprio fato de que ele reapareceu” (1991, p. 133).

Privado do prazer do contato e do alimento fornecido pelo seio, o bebê passa por experiências desagradáveis nessa nova adaptação. As reações frente ao novo alimento podem variar muito ao longo do processo de desmame. Klein (1991, p. 133-134) comenta que

(...) alguns bebês mostram menos apetite, alguns uma voracidade maior, enquanto outros oscilam entre essas duas reações. (...) Há bebês que têm muito mais prazer em serem amamentados com mamadeira do que ao seio, mesmo que alguns deles tenham sido amamentados ao seio satisfatoriamente; com outros o apetite melhora muito quando são introduzidos alimentos sólidos; também há bebês que nesse ponto desenvolvem dificuldade em relação ao comer que persistem de um modo ou de outro através dos primeiros anos da infância.

Klein observa que o desmame é uma experiência que suscita as emoções e ansiedades mais profundas do bebê. Se a criança dispuser de um ego mais integrado, então podem desenvolver-se defesas intensas contra essas emoções e ansiedades. E “tanto ansiedades como defesas participam das atitudes do bebê em relação à comida” (1991, p. 134). A autora aponta que na raiz de muitas dificuldades de aceitação de novos alimentos “(...) está o medo persecutório de ser devorado e envenenado pelo seio mau da mãe, um medo que deriva das fantasias do bebê de devorar e envenenar o seio” (KLEIN, 1991, p. 134).

Já vimos que lá por volta do quarto mês de vida, à ansiedade persecutória, própria da posição esquizo-paranóide, junta-se a ansiedade depressiva; e que esta decorre do sentimento de que a voracidade e os impulsos destrutivos possam destruir o objeto amado. Vimos ainda que a ansiedade depressiva pode tanto reforçar como também inibir a voracidade

– e o prazer ligado à ingestão de alimentos. Considerando isso, Klein diz que durante e após o desmame, a ansiedade depressiva pode ou aumentar ou inibir o desejo por alimento novo (1991, p. 134-135).

Havendo um aumento de apetite durante o desmame, podemos supor que em alguns casos ao longo da amamentação o aspecto mau do seio tenha predominado sobre o bom. Mas também pode ocorrer de a ansiedade depressiva – ocasionada pelo perigo que corre o seio amado – atuar para inibir o desejo por alimento. Em face dessa situação, a mamadeira “(...) que se encontra em alguma medida distanciada na mente do bebê do primeiro objeto, o seio – ainda que também o simbolize –, pode ser tomada com menos ansiedade e mais prazer do que o seio da mãe” (KLEIN, 1991, p. 135). Mas também há aqueles bebês que não conseguem realizar a substituição simbólica do seio pela mamadeira. Nesses casos, a alimentação viável é a sólida (KLEIN, 1991, p. 135).

Em relação aos casos em que ocorre uma diminuição do apetite a partir da primeira retirada do seio ou da mamadeira, Melanie Klein (1991, p. 135) afirma que isso se atribui à atuação da ansiedade depressiva ligada à perda do primeiro objeto amado, o seio. Contudo, esclarece que

(...) a ansiedade persecutória sempre contribui para a aversão ao novo alimento. O aspecto mau (devorador e envenenador) do seio, que enquanto o bebê estava sendo amamentado era contrabalançado pela relação com o seio bom, é reforçado pela privação de ser desmamado e é transferido para o novo alimento (KLEIN, 1991, p. 135).

Klein pontua que além da influência das ansiedades persecutória e depressiva, há ainda uma interação entre vários fatores internos e externos a ser considerados, e que é essa interação na verdade que determina o resultado positivo ou negativo do desmame. Trata-se não só das variações individuais nas atitudes em relação aos objetos e ao

alimento, mas principalmente se o bebê consegue ou não superar a posição depressiva. Isso depende muito do grau em que, na posição esquizo-paranóide, o seio “(...) tenha sido estabelecido com segurança internamente e conseqüentemente do quanto o amor pela mãe possa ser mantido apesar de privações – e tudo isso depende em parte da relação entre a mãe e a criança” (1991, p. 136). Disso resulta a capacidade em aceitar um substituto para o objeto que provê o alimento – e em suportar o conseqüente maior ou menor ressentimento; considerando que o desmame pressupõe uma substituição compulsória.

Klein salienta que essa melhor adaptação interna à frustração ocorre na medida em que o bebê vai se tornando capaz, desde os primeiros dias de vida, em distinguir o que é alimento e o que é o ser que o provê, ou seja, a mãe. Particularmente no decorrer do processo de desmame, essas atitudes que dispõem o bebê para superar uma frustração determinam em grande parte sua capacidade para aceitar substitutos para o seio materno, seu primeiro objeto (1991, p. 136).

No entanto, a autora ressalva que a

(...) ansiedade relativa à perda do objeto bom, que atinge um clímax por ocasião do desmame, é também despertada por outras experiências, tais como desconforto físico, doenças, e em particular pela dentição. Tais experiências estão fadadas a reforçar ansiedades persecutórias e depressivas (KLEIN, 1991, p. 136).

Klein aponta que no processo de desmame de alguns bebês, há ainda outro estágio a ser considerado. Trata-se da desistência de chupar o polegar ou os dedos¹¹⁵ ocasionada pela pressão exercida pela mãe ou por uma outra pessoa que cuida da criança. Em relação a isso, a autora faz a seguinte observação:

(...) mesmo se os bebês parecem renunciar a chupar os dedos por sua livre vontade (e aqui também as influências externas não podem ser de todo

¹¹⁵ Como veremos adiante, o ato de chupar o polegar ou os dedos foi denominado por Winnicott de *fenômenos transicionais*.

desprezadas), isso acarreta necessariamente conflito, ansiedade e sentimentos depressivos característicos do desmame, com perda de apetite em alguns casos (KLEIN, 1991, p. 146).

Passemos a examinar alguns excertos de estudos de casos realizados por Melanie Klein, a fim de elucidar os fenômenos concernentes à fobia presentes na relação com a mãe, causada pela ansiedade depressiva.

Klein (1991, p. 131), apoiada nos casos descritos, aponta os efeitos da posição depressiva em relação às fobias. Considerando o bebê *B* – de cinco meses, que demonstrava medo de sua mãe, a qual na sua mente tinha se transformado de mãe boa em má; esta exercia o papel em sua mente de levá-la a sofrer as conseqüências da ansiedade persecutória, por exemplo perder o sono –, acrescenta que a perturbação na relação com a mãe também era causada pela ansiedade depressiva. Assim, enquanto a mãe não voltava, a criança sofria a ansiedade de que a mãe boa estivesse sido destruída pela ação de sua voracidade e de seus impulsos agressivos. Durante essa experiência, a ansiedade depressiva passou a ocupar o primeiro plano no seu sofrimento, estando intimamente ligada ao medo persecutório de que a mãe boa tivesse se transformado na má.

No já citado caso *C*, a ansiedade depressiva também foi suscitada pelo fato de o bebê sentir a falta da mãe. Desde seis ou sete semanas de vida esse bebê foi acostumado a brincar no colo da mãe durante a hora que precedia a alimentação noturna. Certa vez, quando contava com cinco meses e uma semana de idade, a família recebeu visitas. A mãe, obrigada a dispensar atenção aos visitantes, não pôde dar a atenção que normalmente a criança recebia naquele período. Não obstante, o bebê recebeu bastante atenção da família e das visitas. O bebê mamou, e foi colocado na cama, dormindo logo em seguida. Entretanto, passadas duas horas, acordou e chorou muito. Rejeitou o leite, que já era oferecido numa

colher e aceito sem problemas. Após a mãe ter desistido de alimentá-lo, C com muita alegria acomodou-se em seu colo, passando a brincar com os dedos da mãe. Chegada a hora de mamar, aceitou e logo dormiu. Considerando que esse tipo de perturbação era muito raro e não havia nenhuma quebra da rotina que pudesse ter ocasionado essa situação, Melanie Klein (1991, p. 131-132) faz as seguintes considerações: o choro foi causado por a criança ter sentido falta daquela hora de brincar com sua mãe. A garotinha tinha uma relação muito intensa com sua genitora, com a qual fruía amplamente desse período tão esperado. Se nos outros períodos de vigília permanecia muito contente sozinha, nessa hora do dia mostrava-se agitada, aguardando sua mãe para brincarem até a mamada da noite. Essa perda de gratificação que lhe tirou o sono conduz a outras conclusões: que o bebezinho C retinha em sua memória registros desse brincar naquele período específico do dia;

(...) que a hora de brincar representava para ela não apenas uma intensa satisfação de desejos libidinais mas era também sentida como uma prova da relação amorosa com a mãe – em última instância, da posse segura da mãe boa; e que essa lhe proporcionava um sentimento de segurança antes de adormecer¹¹⁶, intimamente ligado à memória da hora do brincar. Seu sono foi perturbado não apenas porque ela sentiu falta dessa gratificação libidinal mas também porque essa frustração despertou nela ambas as formas de ansiedade: a ansiedade depressiva de ter perdido a mãe boa em razão de seus impulsos agressivos e, conseqüentemente, sentimento de culpa; e também a ansiedade persecutória de que a mãe devia ter-se tornado má e destrutiva. Minha conclusão geral é que, a partir de três ou quatro meses de idade, ambas as formas de ansiedade subjazem às fobias (KLEIN, 1991, p. 132).

Um outro aspecto das transformações ligadas à posição depressiva são as mudanças fundamentais na organização libidinal do bebê, uma vez que durante o período em que se instala – por volta do início do segundo semestre de vida – o bebê está iniciando sua vivência segundo o complexo de Édipo (KLEIN, 1991, p. 102). Acrescenta que nesses estádios iniciais, apesar de a relação com objetos completos estar se firmando, os objetos

¹¹⁶ Grifo nosso. Notemos como a “mãe boa” da teoria kleiniana corresponde ao aspecto positivo da mãe (“mãe suficientemente boa”) atribuído ao objeto transicional, tratado por Winnicott, como veremos mais adiante.

parciais ainda desempenham importantes papéis no psiquismo do neném. Os desejos genitais ganham força, mas a libido oral continua sendo predominante. Desse modo, o bebê ainda continua a apresentar desejos orais muito prementes (KLEIN, 1991, p. 102-103). Segundo Klein, como vimos, com o aumento das frustrações experimentadas na relação com a mãe, pela ampliação das relações de objeto, o pai é o novo destino dos impulsos orais. No entanto, a princípio ele não é tomado como uma pessoa integral. Assim sendo, conforme Melanie Klein (1991, p. 103), o novo objeto parcial ao qual são transferidos os impulsos orais – antes dirigidos ao seio da mãe – situa-se no corpo da figura do pai inteiro: o pênis. Em outras palavras, o novo objeto desejado pelo bebê é o pênis do pai. Em nota de rodapé acrescentada a essa última afirmativa, Klein (1991, p. 103) sublinha que Abraham coloca em

(...) “*A Short Study of the Development of the Libido*” (1924), pág. 490: “Outro ponto a ser notado em relação à parte do corpo que foi introjetada é que o pênis é regularmente equacionado com o seio feminino e que outras partes do corpo, tais como o dedo, o pé, cabelo, fezes e nádegas, podem vir a representar aqueles dois órgãos de modo secundário (...)

A citação de Abraham ampara a afirmação que a evoca, sobretudo a frase “(...) o pênis é regularmente equacionado com o seio feminino”, que poderia ser escrita de outro modo: para o bebê, seio e pênis são equivalentes entre si. Nesse sentido, na fantasia do bebê, há um equivalente no corpo paterno para o seio encontrado naturalmente no corpo materno pela relação de provisão de alimento.

Segundo essa autora, tanto nos bebês de sexo masculino como nos de sexo feminino, os desejos genitais mesclam-se com os desejos orais, de modo que a relação com o pênis do pai é de natureza oral e genital. Mas os bebês continuam a dirigir desejos libidinais em direção à mãe (KLEIN, 1991, p. 103).

Geralmente a mãe é o provedor dos cuidados que tiram o bebê das situações frustrantes, e o contato com o pai, na maioria dos casos, não é tão intenso se comparado ao

mantido com a mãe, pois com ele a relação não se estabelece por meio de um órgão nutridor que permite um contato próximo, como o seio o faz. E pela percepção de que a mãe mantém um contato muito próximo com esse “outro” – o pai –, em sua fantasia, o bebê retém a idéia que a figura paterna tem um objeto muito desejado por ela – que justifica a aproximação da mãe em direção ao “outro”. Assim, Klein (1991, p. 103) explica que o desejo em relação ao pênis paterno é motivado pelo ciúme que o bebê sente em relação à mãe, pois “(...) ele sente que a mãe recebe esse objeto desejado”. Ela sublinha que essas emoções e desejos podem ser encontrados tanto no complexo de Édipo invertido como no direto (KLEIN, 1991, p. 103).

Ainda com relação aos estádios edípicos iniciais presentes durante posição depressiva, um outro aspecto deve ser mencionado. Diz respeito ao papel que o “interior” da mãe bem como o “interior” do bebê desempenham no psiquismo desse último. Vimos que durante a posição esquizo-paranóide o bebê experimentava uma forte necessidade de invadir o corpo de sua mãe e de apossar-se de seus conteúdos – tal necessidade originava-se a partir dos impulsos destrutivos predominantemente de natureza oral e anal. Na posição depressiva, essa necessidade ainda se acha presente; no entanto, com a intensificação dos desejos genitais, “(...) ela é dirigida principalmente para o pênis do pai (equacionados a bebês e fezes) que, ele sente, o corpo da mãe contém” (KLEIN, 1991, p. 103). A autora acrescenta que concomitantemente ocorre a internalização do pênis do pai devido à ação dos desejos orais. Assim, “o pênis internalizado, tanto como objeto bom como um objeto mau, passa a desempenhar um papel fundamental no mundo dos objetos internos do bebê” (KLEIN, 1991, p. 103).

O bebê imagina que o pênis do pai, o desejado e o odiado, não compõe apenas o corpo do pai, mas que habita o interior de seu corpo e o de sua mãe (KLEIN, 1991, p. 103).

Melanie Klein (1991, p. 103) sublinha que a inveja tem sua raiz na voracidade oral. Inferiu a partir das análises por ela realizadas que o bebê sente primeiramente inveja do seio por este ter a capacidade de nutri-lo – a inveja é dirigida de forma alternada com sentimentos de amor e gratificação, lembrando que existe a ambivalência de sentimentos. Em seguida, a essa inveja primária junta-se o ciúme derivado da situação edípica. Com essa nova configuração triangular, os sentimentos do bebê em relação aos pais parecem estruturarem-se do seguinte modo:

(...) quando ele é frustrado, o pai ou a mãe usufruem o objeto desejado do qual ele é privado – o seio da mãe, o pênis do pai –, e usufruem incessantemente. É característico das intensas emoções e da voracidade do bebezinho que ele atribua aos pais um estado contínuo de gratificações mútuas de natureza oral, anal e genital (KLEIN, 1991, p. 103).

No excerto acima, está implícita outra expressão da teoria kleiniana, *pais combinados*. Por essa expressão Melanie Klein designa as fantasias do bebê segundo as quais os pais persistem unidos numa relação sexual ininterrupta. Assim, a mãe abrigaria em seu interior o pênis do pai, ou o pai como uma pessoa inteira; ao mesmo tempo, o pai abrigaria o seio da mãe, ou a mãe em sua totalidade (KLEIN, 1991, p. 104)

Mas havendo um desenvolvimento gradual de uma relação mais realista com os pais, as figuras primitivas dos pais combinados vão se esmaecendo, e o bebê passa a percebê-los como pessoas separadas (KLEIN, 1991, p. 104).

Esse momento pelo qual passa o bebê, por volta da metade do primeiro ano de vida, em razão dos fatores do próprio desenvolvimento somados ao medo de perder a mãe e conseqüentes sentimentos depressivos, começa a ampliar-se o número de relações objetais, quando o pai começa a ter uma importância crescente para o bebê (KLEIN, 1991, p. 136). O

pai “(...) nesse estágio é também introjetado como uma pessoa completa, para satisfazer essa necessidade” (KLEIN, 1991, p. 104).

Na busca de substitutos da figura materna, a libido e a ansiedade depressiva são de certa forma desviadas da mãe, e assim a libido precisa ser canalizada para outros objetos, o que se constitui de certa forma como um estímulo para que o bebê estabeleça novas relações de objeto; com isso, decresce a intensidade dos sentimentos depressivos. Portanto, os estágios iniciais do complexo de Édipo proporcionam “(...) alívio às ansiedades da criança e ajudam-na a superar a posição depressiva (KLEIN, 1991, p. 104).

Klein observa que o bebê, na sua fantasia, ainda não é capaz de distinguir se são os objetos persecutórios internos ou os externos – como já vimos, o seio mau da mãe e o pênis mau do pai – que estão a persegui-lo. Disso resulta uma interação entre os medos persecutórios em relação aos objetos internos e externos. Então, “(...) essas ansiedades, centradas primeiramente nos pais, encontram expressão nas fobias arcaicas e afetam enormemente a relação da criança com seus pais” (1991, p. 106).

Durante a vivência do complexo de Édipo direto ou invertido, o ciúme, a rivalidade e o ódio traz à tona as ansiedades persecutória e depressiva. No entanto, à medida que o bebê for se assenhorando de um crescente sentimento de segurança por meio da relação com os pais externos, essas ansiedades ligadas às figuras parentais internalizadas vão sendo gradualmente elaboradas e mitigadas (KLEIN, 1991, p. 106).

A autora aponta que assim que o bebê começa a estender seu interesse do seio da mãe a outros objetos – como por exemplo outras partes do corpo da mãe, objetos componentes do ambiente, partes do seu próprio corpo – inicia-se um desenvolvimento das sublimações e relações objetais (KLEIN, 1991, p. 107). Então, “(...) o amor, os desejos (tanto agressivos como libidinais) e ansiedades são transferidos do primeiro e único objeto, a mãe,

para outros objetos, e novos interesses desenvolvem-se e tornam-se substitutos da relação com o objeto primário (...). Entretanto, como vimos, esse objeto primário externo assume na fantasia do bebê – como um objeto internalizado – autonomia para gratificá-lo ou aterrorizá-lo. É pelo mecanismo de projeção que as emoções e sentimentos são deslocados para o mundo externo (KLEIN, 1991, p. 107).

Após termos visto como as mudanças da organização libidinal atuam na posição depressiva, vejamos como o bebê vai ampliando sua ação sobre o meio ambiente. À medida que o desenvolvimento avança, com a crescente capacidade de o bebê perceber e compreender as coisas à sua volta, ocorre um incremento da sua confiança em sua habilidade de lidar com elas e até de controlá-las, bem como da sua confiança no mundo externo. Assim, “as repetidas experiências da realidade externa tornam-se o meio mais importante de superar suas ansiedades persecutórias e depressivas” (KLEIN, 1991, p. 138).

Aquisições como sentar-se, levantar-se, engatinhar, e andar implicam não somente uma maior habilidade de aproximar-se dos objetos segundo sua própria vontade como ainda uma maior independência em relação ao objeto (KLEIN, 1991, p. 139).

A autora sublinha que ficar em pé, engatinhar e andar são vultosas conquistas para o psiquismo do bebê, pois são um “(...) meio de recuperar seus objetos perdidos assim como de encontrar novos objetos para o lugar deles”. Associadas a essas conquistas encontra-se o desenvolvimento da fala a contribuir na superação da posição depressiva. Por meio delas, o bebê pode aproximar-se das pessoas amadas e encontrar novos objetos, o que suaviza a frustração e o ressentimento da posição depressiva, contribuindo para uma maior segurança. Com o avanço do desenvolvimento, o ego utiliza tais aquisições como uma defesa contra a ansiedade, haja vista os estados de alegria e vivacidade experimentados pelo bebê a cada conquista concretizada. Mas “(...) o esforço do ego para superar a posição

depressiva incrementa interesses e atividades, não apenas durante o primeiro ano de vida mas também através dos primeiros anos da infância” (KLEIN, 1991, p. 139).

Para ilustrar o exposto acima, atentemo-nos para a descrição do caso *D*, apresentado por Klein (1991, p. 139-140). Trata-se de um bebê de três meses que demonstrava uma relação muito intensa e particular com seus brinquedos, como bolinhas, argolas de madeira e chocalho. Ele chegava a ficar bravo com os brinquedos, gritando com eles quando não se encontravam na posição que ele desejava que estivessem. A própria mãe observou que, quando ele contava com quatro meses, dirigia sua raiva para os brinquedos. É claro que, por outro lado, os mesmos brinquedos serviam como um consolo nos momentos de aflição, servindo ainda para reconfortá-lo no momento de ir dormir. Aos nove meses, sua relação com a mamadeira “(...) parecia ser de uma natureza quase pessoal e não se relacionava apenas com o alimento que continha”.

Um episódio muito curioso ocorreu quando ele tinha quinze meses: um de seus piões caiu no chão quando ele estava brincando, resultando que as duas metades se separaram. Sua reação foi surpreendente: chorou inconsolavelmente e não queria acompanhar a mãe até o quarto em que o incidente havia ocorrido, chegando a recusar-se a aproximar-se do armário de brinquedos em que estava guardado o pião. Depois de aceder ao convite da mãe para verificar que o brinquedo havia sido reparado, recusou-se a olhar para o pião e deixou a mãe sozinha no quarto. Mais tarde, quando a mãe tentou animá-lo, mostrando-lhe um cachorro de brinquedo e dizendo “que cachorrinho bonito”, o garotinho saiu com o brinquedo na mão, esperando que uma outra pessoa repetisse “que cachorrinho bonito”. A autora explica essa atitude da criança da seguinte maneira: “(...) ele se identificara com o cachorro de brinquedo e que, portanto, a afeição demonstrada a este reassegurava-o sobre o dano que ele sentia ter infligido ao pião” (KLEIN, 1991, p. 140-141).

Aos oito meses, esse bebê já demonstrava intensa ansiedade ao ver coisas quebradas, sem importar quem houvesse causado o dano. Nessas ocasiões, era tomado tanto pela ansiedade persecutória como pela depressiva (KLEIN, 1991, p. 141). Relacionando essa atitude em relação a coisas quebradas ao incidente do pião, Melanie Klein conclui que

(...) tanto a mamadeira quanto o pião representavam simbolicamente o seio da mãe (recordemos que aos dez meses ele se comportava em relação ao pião da mesma forma que aos nove em relação à mamadeira), e que o pião partir-se significou para ele a destruição do seio e do corpo da mãe. Isso explicaria suas emoções de ansiedade, culpa e pesar em relação ao pião partido (1991, p. 141).

Considerando a raiva que esse bebê algumas vezes demonstrava em relação a seus brinquedos, tratados de maneira muito pessoal, a autora observa que

(...) sua ansiedade e culpa observadas em um estágio posterior poderiam ser remontadas à agressão expressa em relação aos brinquedos, particularmente quando não estavam acessíveis. Há ainda um elo anterior com a relação com o seio da mãe, que não o tinha satisfeito e que havia sido retirado. Correspondentemente, a ansiedade sobre a xícara ou copo quebrados seria uma expressão da culpa pela sua raiva e seus impulsos destrutivos, primariamente dirigidos contra o seio da mãe. Através da formação de símbolos, portanto, a criança havia deslocado seu interesse para uma série de objetos, do seio aos brinquedos: mamadeira – copo – xícara – pião, e transferido relações pessoais e emoções tais como raiva, ódio, ansiedades persecutórias e depressivas e culpa para esses objetos (KLEIN, 1991, p. 141).

Klein (1991, p. 142) ainda esclarece que o fato de esse garotinho ter se recusado a entrar no quarto e a aproximar-se do armário de brinquedos se deve à ação combinatória das ansiedades persecutória e depressiva. Esse comportamento revela “(...) o medo de o objeto ter-se transformado em um objeto perigoso (ansiedade persecutória) por ter sido danificado”. Em meio a essa situação, não resta dúvida de que também os sentimentos depressivos estavam causando-lhe perturbação. “Todas essas ansiedades foram aliviadas

quando ele veio a ser reasssegurado pelo fato de que o cachorrinho (que o representava) era ‘lindo’, isto é, bom e ainda amado por seus pais”.

Com base no exposto sobre a teoria kleiniana, podemos perceber que não é possível considerar os fatores constitucionais separadamente dos fatores ambientais e vice-versa. Melanie Klein afirma que “todos eles contribuem para formar as mais arcaicas fantasias, ansiedades e defesas, que embora se encaixem em certos padrões típicos, são infinitamente variáveis. Este é o solo do qual germina a mente e a personalidade individual” (1991, p. 142).

Pudemos avaliar o quanto as fantasias do bebê acerca da figura materna determinam de certa forma as ulteriores relações objetais. É claro que se a mãe real, externa, for solícita em relação às necessidades do bebê, maiores serão as chances de que o bebê introjete uma “mãe boa”. Nesse sentido, a observação de Melanie Klein (1991, p. 143) de que “(...) uma mãe compreensiva, pode, através de sua atitude, diminuir os conflitos de seu bebê e assim, em alguma medida, ajudá-lo a lidar mais efetivamente com suas ansiedades” relaciona-se ao conceito de “mãe suficientemente boa”, de Winnicott – o próximo autor a ser abordado.

Até aqui vimos que as relações objetais são fundadas pelos mecanismos de defesa projeção e introjeção, que o ego em construção utiliza no esforço para livrar-se da ansiedade provocada pelo medo de aniquilamento – este decorrente da ação dos instintos de morte. Pelo mecanismo projeção, de um modo geral, a finalidade é encontrar um outro objeto como continente daquilo que não se aceita em si mesmo. Mas, como vimos, no caso do bebê, tanto sentimentos amorosos como destrutivos são projetados, sendo os primeiros direcionados ao seio bom; e os segundos, ao seio mau. Já o mecanismo introjeção diz respeito ao processo pelo qual o sujeito retira do mundo exterior objetos e qualidades inerentes a esses objetos acrescentando-os aos conteúdos de seu psiquismo. No início do desenvolvimento do aparelho

psíquico do bebê, as primeiras introjeções decorrem das primeiras projeções dos impulsos amorosos e destrutivos em direção aos seios bom e mau; estes são os primeiros objetos a compor o psiquismo do bebê. Vimos ainda que todas as experiências que concorrem para a formação do sentimento de ser gratificado o bebê atribuí-las-á ao seio bom. Por outro lado, ao seio mau atribuirá toda frustração e desconforto.

Com o desenvolvimento em curso, atingindo a posição depressiva, o bebê começa a perceber as pessoas não mais como objetos parciais, mas como pessoas completas. Com o tempo, vem a identificar-se mais com uma das figuras parentais. Aliás, Melanie Klein ao aludir às descobertas de Freud acerca das primeiras identificações, em *O ego e o id*, em que trata do investimento do objeto abandonado, cita a seguinte passagem: “(...) os efeitos da primeira identificação no período mais remoto da infância serão profundos e duradouros. Isso leva-nos de volta à origem do ideal do ego (...)” (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 111). Trata-se das primeiras e mais importantes identificações, que permanecem ocultas por detrás do ideal do ego, a saber: as identificações com o pai ou com os pais, que, segundo Freud, compõem “(...) a pré-história de cada pessoa (...)” (KLEIN, em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 111). Com base no exposto, Klein conclui que Freud, não obstante não reiterar sua linha de raciocínio, “(...) supunha que na infância mais precoce participam tanto um objeto quanto processos introjetivos (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 111).

À medida que vai conquistando novas habilidades, novos objetos são acrescentados ao seu mundo. As relações objetais tornam-se mais abrangentes. No entanto, apesar de estar diante de objetos que não a mãe ou o pai, estes objetos podem ser alvo dos sentimentos e desejos mais primitivos em relação aos genitores – ou àqueles que dispensaram os primeiros cuidados necessários. Todavia, esses sentimentos e desejos transferidos a um

outro objeto são experimentados como uma repetição das primeiras experiências vividas com os pais, repetição esta que conserva os traços daquela época primordial.

6.1.2.3 Transferência e relações objetais

Neste tópico, veremos como Melanie Klein explica um dos mecanismos de defesa a permear as relações objetais, a *transferência*. Pode ser dividida em duas “classes”, *positiva* e *negativa*. Por *transferência positiva*, entende-se sentimentos ternos; por *transferência negativa*, sentimentos hostis. Pode ser encontrada, por exemplo, na interação aluno-professor. O aluno pode transferir os impulsos destrutivos (ou amorosos) inconscientes em relação ao pai para a figura do professor. Trata-se de um mecanismo comum a relações objetais de natureza as mais diversas. A fim de podermos avaliar a real dimensão da importância da transferência nas relações de objeto – incluindo as entre a criança e seu animal –, atentemo-nos às conclusões de Melanie Klein sobre esse mecanismo de defesa obtidas a partir das inúmeras análises que realizou ao longo de sua vida.

Melanie Klein afirma que a origem da transferência tem como fonte os mesmos processos presentes nos primeiros estádios que determinam as relações objetais – a saber, projeção e introjeção¹¹⁷. Logo, na análise é de suma importância investigar as oscilações entre objetos amados e odiados, tanto externos como internos, que exerceram domínio na primeira infância. Para ela, uma avaliação satisfatória da interconexão entre as transferências positivas e negativas só é possível mediante a exploração de como se deu a “(...) interação mais precoce entre amor e ódio, as manifestações de agressão, ansiedades, sentimentos de culpa e de agressão crescente, bem como os vários aspectos dos objetos para

¹¹⁷ Grifo nosso.

os quais essas emoções e ansiedades conflitantes são dirigidas”. Acrescenta que a análise da transferência negativa é fundamental para se chegar a uma análise das camadas mais profundas da mente. (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 112).

Klein sublinha que a análise da transferência negativa como da positiva, e sua interconexão, é um princípio indispensável para o tratamento de qualquer tipo de paciente, inclusive de crianças (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 112).

A fim de apreciarmos o quanto a percepção e tradução desse mecanismo de defesa pode auxiliar na compreensão das relações objetais, atentemo-nos para as observações de Melanie Klein quanto às implicações da transferência nas relações, como algo que a elas subjaz.

Vale frisar uma das enormes contribuições de Melanie Klein. Esse tipo de abordagem, considerando a transferência, além de tornar possível a análise de crianças possibilitou ainda o tratamento de esquizofrênicos. Até a década de 1920, aproximadamente, não se acreditava que os pacientes esquizofrênicos eram capazes de estabelecer transferência, e, portanto, não eram susceptíveis de serem analisados. No entanto “a possibilidade de pacientes esquizofrênicos desenvolverem transferência positiva e negativa foi amplamente aceita com a descoberta de que algumas dessas defesas envolvem relações objetais primárias de amor e ódio” (KLEIN, em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 113).

A base para essa compreensão se encontra na descoberta de Freud em relação aos instintos de vida e de morte, que contribui fundamentalmente para o entendimento sobre a origem da ambivalência. Assim, estando os instintos de vida e de morte – que dizem respeito a amor e ódio – em estreitíssima interação, pode-se afirmar que transferência positiva e negativa são basicamente interligadas (KLEIN, em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 113).

Melanie Klein frisa que a compreensão das primeiras relações objetais e dos processos a elas relacionados são de suma importância na análise. Pois, na situação de transferência, o psicanalista pode representar a mãe, o pai ou outras figuras de relação do paciente. Além disso, pode o psicanalista representar, para o paciente, o papel de superego, de id, ou de ego (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 113).

Um outro aspecto ressaltado pela autora é que na vida do bebê existem poucas pessoas, porém ele as sente como uma multiplicidade de objetos, uma vez que lhe aparecem sob diversos aspectos (KLEIN, em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 113).

Quanto à análise dos elementos revividos na transferência, durante o tratamento psicanalítico, Melanie Klein observa que

Entender que o analista representa o pai ou a mãe reais não nos será de valia, a menos que compreendamos qual aspecto dos pais está sendo revivido. O retrato dos pais, na mente do paciente, sofreu distorções em graus variados, através dos processos infantis de projeção e idealização, e freqüentemente conservou muito de sua natureza fantasiosa. Da mesma forma, na mente do bebê, toda experiência externa acha-se combinada com suas fantasias e, por outro lado, cada fantasia contém elementos da experiência presente. E apenas analisando a situação de transferência em profundidade poderemos descobrir o passado, em seus aspectos realistas e fantasiosos. É igualmente a origem destas flutuações, na fase mais precoce da infância, que é responsável por seu vigor na transferência e pelas alternâncias rápidas – às vezes até mesmo em uma única sessão – entre pai e mãe, entre figuras externas e internas (...) (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 114).

Antes de Melanie Klein, o conceito de transferência envolvia as referências em direção ao analista, a partir do material do paciente. Entretanto, a autora amplia sobremaneira esse conceito, incluindo o material “(...) enraizado nos estádios mais primitivos do desenvolvimento e nas camadas mais profundas do inconsciente, (...)”. Assim, com base no material apresentado, deduzem-se os elementos inconscientes da transferência. Dessa forma, (...) relatos de pacientes sobre suas vidas, relações e atividades cotidianas não só nos

oferecem uma compreensão do funcionamento do ego, mas revelam igualmente as defesas contra a ansiedade suscitadas na situação de transferência, caso exploremos seu conteúdo inconsciente” (...) (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 115).

Melanie Klein acrescenta ainda que na situação de transferência “(...) o paciente está sujeito a lidar com conflitos e ansiedades, revividos na relação com o analista, empregando os mesmos métodos a que recorreu no passado”. Isso explica o fato de o paciente se esquivar do analista da mesma maneira que tentou se esquivar de seus objetos primitivos. Além disso, o paciente tenta cindir a relação com os objetos, mantendo-os como figuras boas ou más, bem como dirigir alguns dos sentimentos e atitudes vividos em relação ao analista para outras pessoas de seu relacionamento (em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 115).

O acesso às primitivas emoções e relações objetais é obtido mediante o exame de suas vicissitudes com base nos desenvolvimentos mais recentes. Apenas por meio da ligação contínua das experiências mais recentes com as anteriores e vice-versa, da exploração consistente de sua mútua atuação pode-se chegar a fazer com que o presente e o passado se aproximem na mente do paciente (KLEIN em HERRMANN & ALVES LIMA, 1982, p. 115).

Como já foi exposto, a transferência não se dá apenas na situação de análise. É um fenômeno passível de ser observado em qualquer tipo de relação objetal, inclusive nas relações entre a criança e seu animal de estimação – sobretudo àqueles providos de uma estrutura anímica que possibilita maior interação. O alicerce para essa assertiva encontramos em Freud (1997, v. 20): a criança acredita serem os animais de natureza idêntica a sua. Haja vista a naturalidade com a qual encaram os animais pensantes e falantes presentes nas fábulas, nos contos de fada. O caso clássico da teoria psicanalítica em que uma criança transfere

emoções sentidas pelo próprio pai para um animal foi apresentado por Freud. Trata-se do caso conhecido como “O Pequeno Hans”, que transferia para os cavalos o medo sentido pelo pai – configurando nesse caso uma *transferência negativa*.

Entretanto, quando pensamos que aos animais de estimação as crianças podem atribuir alguma(s) da(s) função(ões) de um *objeto transicional*, temos como corolário a *transferência positiva*, ou seja, a transferência aos animais de sentimentos ternos em relação à figura materna – ou a quem desempenha essa função.

Findamos este tópico com a certeza de que os exemplos citados por Melanie Klein e aqui inseridos tornam evidente a importância da figura materna para a criança e situa todo o simbolismo dessa figura no aparelho psíquico desta, o que vem a esclarecer os motivos que levam uma criança a adotar um *objeto transicional*¹¹⁸.

6.1.3 Winnicott - das Relações Objetais ao Uso de Objetos

Masud R. Khan, na introdução de *Da pediatria à psicanálise*, a ele confiada por Winnicott, escreve “Para Winnicott, o indivíduo humano era isolado e incognoscível, que poderia personalizar-se e conhecer-se somente através do *outro*, (...)”. Continua Khan que Winnicott em toda a sua produção perseguiu explicações para esse paradoxo (em WINNICOTT, 2000, p. 14). Vemos aí o quanto as relações objetais foram objeto de estudo desse autor.

Khan aponta Winnicott como “(...) um dos quatro analistas, os outros três sendo Melanie Klein, Heinz Hartmann e Erik Erikson, a fornecer acréscimos conceituais

¹¹⁸ Um bichinho de pelúcia, uma boneca, que a criança elege como “companheiro” e que guarda junto de si para aliviar a ansiedade causada pelo temor de separação da mãe. Este conceito será estudado logo a seguir.

inteiramente novos, que aumentaram não só o alcance quanto a amplitude do quadro conceitual da psicanálise clássica (em WINNICOTT, 2000, p. 39).

O tema que mais chamou a atenção de Winnicott, um pediatra que se tornou psicanalista, foi o misterioso relacionamento mãe-criança. Para que tenhamos uma idéia do ponto de vista de Winnicott sobre esse tema, tomemos uma citação¹¹⁹ oferecida por Masud R.

Khan:

Na psicanálise que conhecemos não há trauma que esteja fora da onipotência do indivíduo. Em algum momento, tudo acaba sob o controle do ego, tornando-se assim vinculado ao processo secundário. Na infância precoce, porém, coisas boas e más que acontecem à criança estão na verdade bem fora do seu alcance. (...) De fato, a infância precoce é o período em que a capacidade de trazer elementos externos para a área de onipotência ainda está em processo de formação. O apoio do ego proporcionado pelos cuidados maternos permite que a criança viva e se desenvolva apesar de não ser ainda capaz de controlar – ou de sentir-se responsável – pelo que há de bom ou de ruim no ambiente. (...) O paradoxo é que o que é bom ou mau no ambiente da criança não consiste numa projeção, mas apesar disso, para que ela cresça e se desenvolva saudavelmente, é necessário que tudo lhe pareça ser uma projeção sua. Encontramos aqui em funcionamento a onipotência e o princípio do prazer como certamente estão nos primeiros tempos da infância. E a esta observação podemos acrescentar que o reconhecimento de um verdadeiro ‘não-eu’ é algo próprio do intelecto: faz parte de uma extrema sofisticação, e pertence à maturidade do indivíduo (em WINNICOTT, 2000, p. 40).

Pelo exposto no excerto acima, podemos notar como Winnicott considera a presença e função da figura que desempenha a maternagem. As projeções dos seus aspectos frustrantes ou gratificadores – endereçados ao seio bom e ao seio mau, conforme Klein – existem. Mas coexiste com esses fenômenos a figura real da mãe. Como coloca Masud R. Khan (em WINNICOTT, 2000, p. 40), “para Winnicott, o paradoxo da relação mãe-criança

¹¹⁹ Extraído de “A Teoria do Relacionamento Pais-Crianças”, apresentado ao 22.º Congresso Internacional de Psicanálise, em Edinburgo, em 1961 (KHAN, em WINNICOTT, 2000, p. 40).

reside em que o ambiente (mãe) *faz com que* o eu da criança *se torne viável*". Khan acrescenta que Winnicott

(...) esteve entre os primeiros analistas a apontar para o fato óbvio de que a mãe ama, aprecia e *cria* o seu bebê, não só no sentido somático do interior do útero, mas também nos primeiros tempos em que a criança está encontrando e trazendo para a realidade os seus *dados* específicos inatos e a pessoa em que ela se diferenciará e que se tornará *com o tempo* (em WINNICOTT, 2000, p. 40).

Enquanto para Freud, a realidade externa de um lado e as pulsões de outro exigem o máximo esforço do ego para servir a ambos como a maneira de garantir seu próprio crescimento e sobrevivência, para Winnicott a realidade é vista de um modo totalmente diferente: é "(...) como uma aliada do processo de maturação em curso na criança (...)". Winnicott dispunha de uma perspicácia singular para examinar "(...) a natureza das provisões ambientais (maternas) em relação à personalização das potencialidades pulsionais e psíquicas do bebê" (KHAN, em WINNICOTT, 2000, p. 41).

Para Winnicott, a essência da experiência do bebê centra-se em sua dependência dos cuidados maternos. Tanto que acreditava que "(...) o potencial herdado de uma criança não pode tornar-se uma criança a não ser sob os cuidados de uma mãe" (KHAN, em WINNICOTT, 2000, p. 41).

Podemos assim entrever um enfoque bem distinto sobre as relações objetais. Temos um objeto deslocado quanto a sua posição na díade sujeito-objeto, mãe-filho. Para Winnicott, o objeto (a mãe) exerce um papel preponderante, uma enorme força sobre o desenvolvimento da personalidade do sujeito. Em Freud vimos o objeto como contingente para a satisfação de pulsões; em Melanie Klein, as futuras relações objetais dependem da fantasia formada em relação ao primeiro objeto, o seio da mãe. Com Winnicott, o objeto – a

mãe, entendida como ambiente – de certa forma determina o êxito do desenvolvimento do sujeito.

Com Winnicott, há, digamos, uma “consideração” pelo objeto, no sentido de perceber sua implicação na relação sujeito-objeto. Consideração no sentido de examinar os efeitos sobre o sujeito. Com o que a psicanálise conceituou até então como relação de objeto, Winnicott (1975, p. 123) afirma que o sujeito sofre alterações no eu, e o objeto se torna significativo – esse processo foi descrito como catexia. Nesse processo, “(...) mecanismos de projeção e identificações estiveram operando e o sujeito está esvaziado a ponto de algo seu ser encontrado no objeto, embora enriquecido pelo sentimento” (WINNICOTT, 1975, p. 123). Nesse sentido, o sujeito está diante de um *objeto subjetivo*, ou seja, a natureza do objeto é constituída por conteúdos do sujeito, uma vez que estes foram projetados sobre o objeto, como se o objeto não encerrasse características próprias. Então, isso faz com que haja uma incongruência “(...) entre o que é observado e o que está sendo experimentado pelo bebê” (WINNICOTT, 1975, p. 177).

Para Winnicott (1975, p. 123-124), o termo relação de objeto possui uma conotação de experiência do sujeito como ser isolado. Parece se referir à forma freudiana de encarar o assunto. Prefere cunhar o termo *uso de objeto*, cujo significado se refere à relação de objeto acrescida de novas características que dizem respeito à natureza e ao comportamento do objeto. Com isso ele toma o termo objeto como algo que componha a realidade compartilhada e não se constitua em um receptáculo dos conteúdos projetados do próprio sujeito. Nesse ponto, o autor faz uma crítica à Psicanálise, que considera o meio ambiente apenas em termos de mecanismos projetivos – daí a sua distinção entre relação de objeto e uso do objeto.

Então, a natureza do objeto passa a ser considerada. O objeto não é visto como projeção, mas como um ente a compor o ambiente do sujeito (WINNICOTT, 1975, p. 124). Quando o sujeito se torna apto a usar um objeto, deixa de erigi-lo a partir de seu próprio material psíquico expelido ou por não aceitar tais materiais, ou por ignorá-los. Como diz Winnicott (1975, p. 124), torna-se possível “(...) a aceitação da existência independente do objeto, a sua propriedade de estar sempre ali”.

Winnicott sublinha que essa mudança “(...) não ocorre automaticamente, apenas pelo processo de maturação” (1975, p. 124). Não se trata de uma capacidade inata, mas um processo de amadurecimento que depende de um meio ambiente propício (WINNICOTT, 1975, p. 125). Na verdade, a conquista de se passar do relacionamento com objetos ao uso de objetos só pode efetivar-se mediante uma boa maternagem (WINNICOTT, 1975, p. 124). É a figura materna que pode ou não capacitar o bebê a usar objetos. É obtendo a capacidade de usar objetos que o pequeno começa a viver segundo o princípio da realidade (WINNICOTT, 1975, p. 125).

O bebê só pode passar a usar um objeto quando perceber o *paradoxo* envolvido entre ele e o objeto. Com isso Winnicott (1975, p. 124) se refere à capacidade de o bebê em notar que o objeto por ele criado e projetado na realidade externa já existia antes da sua criação em sua mente – processo possível pela onipotência de pensamentos.

Winnicott (1975, p. 125) descreve o desenvolvimento das relações do ser humano sendo inaugurado com a relação de objeto – como vimos em Freud e em Melanie Klein, a relação com objeto parcial é a maneira de o sujeito manter-se vivo pela satisfação das pulsões de autopreservação e inserir-se no ambiente¹²⁰. Winnicott (1975, p. 125) diz que, em seguida, vem a fase mais difícil do desenvolvimento humano: o momento em que o sujeito

¹²⁰ Grifo nosso.

precisa colocar o objeto além da área do seu controle onipotente; então o objeto é reconhecido como algo “não-eu”, como um fenômeno externo – não como uma entidade formada a partir dos conteúdos projetados pelo bebê. Finalmente, o ser humano deve ter adquirido a capacidade de usar o objeto, o que anuncia o viver segundo o princípio da realidade, cujo êxito depende do meio ambiente propício.

Winnicott sublinha que a mudança do relacionamento para o uso do objeto significa que o sujeito destrói o objeto. Afirma que o sujeito, ao relacionar-se com o objeto, ao projetar sobre ele, pode destruí-lo, conforme seus pensamentos e sentimentos onipotentes. Entretanto, o objeto também pode sobreviver à destruição fantasiada pelo sujeito. E, ao constatar a intangibilidade do objeto – e sua corolária impotência destrutiva –, ocorre uma mudança no seu olhar sobre o objeto. É como se ele dissesse ao objeto: “eu te destruí. Eu te amo. Tua sobrevivência à destruição que te fiz sofrer, confere valor à tua existência, para mim. Enquanto estou te amando, estou permanentemente te destruindo na fantasia (inconsciente)”. Winnicott coloca que a partir daí começa a fantasia para o indivíduo. Então, o sujeito pode usar o objeto que sobreviveu a seus ataques onipotentes. O sujeito percebe que a existência do objeto não se circunscreve à área do seu controle onipotente – está fora dela. Aos seus olhos, o objeto demonstra sua própria autonomia e vida e (sobrevivendo) “(...) contribui para o sujeito, de acordo com suas próprias propriedades”. Portanto, é graças à sobrevivência do objeto que o sujeito pode começar a viver inserido no mundo dos objetos. (1975, p. 125-126).

Uma vez atingido esse estágio, “os mecanismos projetivos auxiliam no ato de *notar o que está ali*, mas não constituem o *motivo pelo qual o objeto está ali*”. Essa concepção de Winnicott sobre a projeção distingue sua teoria em relação às que tendem a

conceber a realidade externa como constituída somente pelos mecanismos projetivos do indivíduo (1975, p. 126).

O postulado central dessa tese de Winnicott está em enquanto o sujeito não conseguir destruir o objeto construído em sua fantasia (o objeto subjetivo), ele tentará destruir o objeto externo percebido como tal, este provido de autonomia e inserido na realidade compartilhada. (1975, p. 127).

Essa tese winnicottiana constitui-se como um paradoxo se confrontada com o que já vimos segundo Freud e Melanie Klein. Para estes, “(...) o princípio de realidade envolve o indivíduo em raiva e destruição reativa” (WINNICOTT, 1975, p. 127). Por outro lado, para Winnicott, “(...) a destruição desempenha um papel na criação da realidade, colocando o objeto fora do eu (*self*)” (WINNICOTT, 1975, p. 127).

Segundo esse ponto de vista, Winnicott coloca que o “(...) sujeito está criando o objeto no sentido de descobrir a própria externalidade, e há que acrescentar que essa experiência depende da capacidade do objeto de sobreviver” (1975, p. 127).

A título de mera exemplificação, podemos dizer que o bebê se relaciona com o seio quando tão-somente busca o alimento; o uso do seio está em percebê-lo como um objeto capaz de saciar, de proporcionar prazer.

A capacidade para o uso do objeto, como foi dito, não surge somente como produto do processo maturacional; também não é inata. Mas advém de um amadurecimento que depende de um meio ambiente propício, isto é, da solicitude materna. Assim, vejamos como Winnicott concebe a relação bebê-mãe; como atribui um importantíssimo papel àquela encarregada de cuidar do frágil ser humano em desenvolvimento; como o bebê percebe-se como “eu” e os objetos como “não-eu”. Para tanto, passamos a analisar a *teoria dos fenômenos e objetos transicionais*, de Winnicott.

6.1.3.1 Fenômenos transicionais e objetos transicionais

Esse autor (WINNICOTT, 1975, p. 17), em seu artigo *Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais* introduz a hipótese original¹²¹ a respeito da existência de um “espaço” entre o uso de algumas zonas erógenas orais – o sugar de punhos e dedos, bem como a ponta de um cobertor; brincar com uma bola de lã, canções de ninar – e a primeira relação objetal propriamente dita, em que se tem a primeira possessão, em que o objeto é sentido como “não-eu”, embora ainda não seja reconhecido como pertencente à realidade externa. Esse conjunto de coisas é sentido pelo bebê como de vital importância, uma vez que serve de defesa contra a ansiedade. Esse conceito recebeu o nome de *fenômenos transicionais*. Já um outro objeto, como um ursinho, uma boneca, utilizados também contra a ansiedade, Winnicott denominou *objeto transicional*¹²².

Mas o conceito de *fenômenos transicionais* tem sido colocado de uma maneira mais ampla, como coloca Abram (2000, p. 253): “o conceito de fenômeno transicional diz respeito a uma dimensão do viver que não depende nem da realidade interna, nem da realidade externa; mais propriamente é o espaço em que ambas as realidades encontram-se e separam o interior do exterior”.

Ao longo do trabalho de Winnicott, outros termos foram por ele criados para designar essa dimensão, como *terceira área*, *área intermediária*, *espaço potencial*, *local de repouso* e *localização da experiência cultural* (ABRAM, 2000, p. 253).

As observações do autor indicam que os fenômenos transicionais começam a surgir numa faixa etária que se estende dos quatro e seis aos oito e doze meses de idade

¹²¹ Formulada em 1951 e publicada a princípio no artigo acima referido em 1953, no *International Journal of Psycho-Analysis*, Vol. 34, Parte 2 (WINNICOTT, 1975, p. 13).

¹²² O termo transicional se refere à transição do bebê de um estado em que ainda se encontra fundido com a mãe para um estado em que passa a percebê-la com um algo externo e separado (WINNICOTT, 1975, p. 30).

(WINNICOTT, 1975, p. 17) – notemos que coincide com a posição depressiva delineada por Melanie Klein. Um outro dado a acrescentar é que são universais (WINNICOTT, 1975, p. 62).

O objeto externo, como um boneco, um ursinho, uma fralda, constitui-se como sua primeira posse, como “(...) o símbolo da passagem que o bebê faz da experiência de adaptação da mãe as suas necessidades durante o período de dependência absoluta, para a dependência relativa, onde passa a ver a mãe como não sendo parte dele mesmo” (ABRAM, 2000, p. 255).

Winnicott sublinha que um objeto transicional nem sempre se faz como um objeto concreto, podendo ser “(...) uma palavra ou melodia, ou um maneirismo, que adquire uma importância vital para o uso do bebê no momento em que vai dormir. É uma defesa contra a ansiedade, em especial a ansiedade do tipo depressivo” (em ABRAM, 2000, p. 256).

Podemos notar como os pais consideram a importância do objeto transicional para seu bebê, como um saber realmente cultural, intuitivo. Olham o objeto transicional como se fizesse parte do filho. A esse respeito, Winnicott afirma:

(...) os pais respeitam este objeto mais do que os ursinhos, bonecas e brinquedos que se seguem imediatamente a eles. O bebê que perde o objeto transicional perde ao mesmo tempo a boca e o seio, a mão e a pele da mãe, a criatividade e a percepção objetiva. O objeto é uma das pontes que tornam possível o contato entre a psique do indivíduo e a realidade externa (em ABRAM, 2000, p. 256).

Winnicott, em sua experiência, conseguiu traçar as seguintes características do relacionamento entre o bebê e seu objeto transicional – poderíamos dizer até “traços” que o bebê atribui ao objeto eleito como seu objeto transicional:

1) O bebê assume direitos sobre o objeto, e nós concordamos com isto. Ainda assim, alguma ab-rogação de onipotência está presente desde o início.

- 2) O objeto é afetuosamente acariciado tanto quanto amado com excitação e mutilado.
- 3) Ele não deve mudar nunca, a não ser que a mudança seja provocada pelo bebê.
- 4) Ele deve sobreviver ao amor e também ao ódio instintivo e, caso esta seja uma característica, à agressividade em estado bruto.
- 5) Mas ele deve dar a impressão de proporcionar calor, ou de se mover, ou de ser dotado de textura, ou fazer algo mostrando que tem vitalidade ou realidade próprias.
- 6) Ele vem de fora, do nosso ponto de vista, mas não do ponto de vista do bebê. Ele também não vem de dentro: não é uma alucinação.
- 7) Seu destino é o de poder ser gradualmente descatexizado, de modo que no decorrer dos anos ele se torne não tanto esquecido, mas relegado ao limbo. Com isto quero dizer que, na saúde, o objeto transicional não ‘vai para dentro’, nem o sentimento a seu respeito sofre repressão necessariamente. Ele não é esquecido e não há um luto por ele. Ele perde o sentido, e isto porque os fenômenos transicionais tornaram-se difusos, espalharam-se sobre todo o território intermediário entre a ‘realidade psíquica interna’ e o ‘mundo externo conforme é percebido por duas pessoas que estão de acordo’, isto é, sobre todo o campo da cultura (WINNICOTT, 2000, p. 320-321).

Abram salienta que os pontos 3 e 4 acima estão diretamente conectados ao afeto às vezes permeado de excitação que o bebê dispensa ao objeto transicional. Isso se deve

(...) aos estados de tranquilidade e de agitação do bebê em relação a sua mãe. Nesse estado do desenvolvimento ele tem que se debater internamente com a experiência da mãe-objeto, a quem ama de uma forma excitada, e com a mãe-ambiente, que é a mãe dos momentos de tranquilidade. O objeto transicional pode ser usado pelo bebê, através de uma atuação, a fim de relacionar-se com estas duas mães e de reuni-las (ABRAM, 2000, p. 257).

No último item acima traçado por Winnicott como característica do relacionamento bebê-objeto transicional, Abram encontra um aspecto muito importante não só para o desenvolvimento infantil, mas também para o desenvolvimento da teoria psicanalítica. Segundo ele, “(...) até aqui, os objetos, para a psicanálise, eram internalizados ou perdidos. Pela primeira vez passa a existir um objeto que não é internalizado e nem perdido mas, sim, ‘relegado ao limbo’. (...)” (ABRAM, 2000, p. 257). Ser atirado ao lugar destinado a coisas

inúteis é o destino natural – pelo menos esperado – dos objetos transicionais, pois ocorrendo a transição da relação de objeto para o uso do objeto, o objeto transicional perde sua função, e, em decorrência disso, a criança não dele mais necessita. A criança pequena já distingue entre o eu e o não-eu e vive nessa área intermediária, mantendo o interior e o exterior separados, embora inter-relacionados. Isso é o que Winnicott denomina de difusão e espalhamento por todo o campo da cultura (ABRAM, 2000, p. 257-258).

A presença de um objeto transicional na vida de um bebê indica a passagem para o simbolismo, como coloca Abram (2000, p. 258):

Do ponto de vista do observador, o objeto transicional é um símbolo de um aspecto da experiência de ambiente do bebê. No entanto, isso não significa que ao usar um objeto transicional o bebê atinja a capacidade de usar os símbolos; ao contrário, ele está prestes a usar os símbolos. Deste modo, o objeto transicional aponta para a existência de um estágio de transição do desenvolvimento, que parte da relação de objeto chegando até o uso do objeto.

Em conformidade com suas experiências, desde tenra idade, cada criança desenvolve um padrão peculiar de fenômenos transicionais, que pode persistir pela infância, de modo que comumente encontramos entre as crianças de nosso convívio a necessidade de ter junto de si aquele ursinho (por exemplo) na hora de dormir, ou nos momentos de solidão, ou quando um estado depressivo está a rondar (WINNICOTT, 1975, p. 17). O autor acrescenta que a necessidade de um objeto específico ou de um determinado padrão de comportamento apresentados em tenra infância é factível de reaparecer em idade posterior, nos momentos em que a criança sentir-se ameaçada pela privação (WINNICOTT, 1975, p. 17). Assim, é muito comum observarmos crianças dormirem com um bichinho de pelúcia, um boneco, etc. Durante o sono, quando a consciência já não se faz presente, e os sentidos estão

como que desativados, a criança não tem a certeza de que a mãe estará junto de si quando fechar os olhos. Então, entra em ação o objeto transicional.

O que se espera é que o objeto transicional seja gradualmente descatezizado. Isso não significa que o objeto transicional passe a fazer parte do mundo interno da criança. Na verdade ele não é esquecido – muitos de nós ainda nos recordamos qual foi nosso objeto transicional preferido. A perda do seu significado original resulta do fato de que os objetos transicionais bem como os fenômenos transicionais se diluem na área intermediária entre o mundo interno e o mundo externo (WINNICOTT, 1975, p. 18-19).

No entanto, ocorrem casos em que nos deparamos com crianças de mais idade – e até adolescentes! – que ainda não conseguiram permitir que seu objeto eleito seja descatezizado por completo.

No que se refere ao modo como a criança lida com a separação e a perda da mãe ou de quem realiza a maternagem, Winnicott faz os seguintes comentários, considerando uma psicopatologia envolvida nos fenômenos transicionais:

(...) quando a mãe, ou alguma outra pessoa de quem o bebê depende, está ausente, não há uma modificação imediata, de uma vez que o bebê possui uma lembrança ou imagem mental da mãe, ou aquilo que podemos chamar de uma representação interna dela, a qual permanece viva durante certo tempo. Se a mãe ficar longe por um período de tempo além de certo limite medido em minutos, horas ou dias, então a lembrança, ou a representação interna, se esmaece. À medida que isso ocorre, os fenômenos transicionais se tornam gradativamente sem sentido e o bebê não pode experimentá-los. Podemos observar o objeto sendo descatezizado. Exatamente antes da perda, podemos às vezes perceber o exagero do uso de um objeto transicional como parte da negação de que haja ameaça de ele se tornar sem sentido. (...) (1975, p. 31).

A partir do exposto acima, podemos deduzir que, nos casos em que não ocorre a esperada descatezização do objeto transicional, subjaz um temor muito intenso

quanto à separação da figura materna, estando o apego ao objeto transicional como representante da negação da ameaça de tal separação se tornar efetiva.

Ao falar sobre objetos transicionais, Winnicott (1975, p. 15) não focaliza sua atenção sobre o primeiro objeto eleito para o estabelecimento das relações objetais. Está preocupado com a área intermediária entre o subjetivo e o objeto percebido objetivamente. O que lhe interessa é o lidar com objetos verdadeiramente ditos “não-eu”. Essa primeira possessão “não-eu” é o primeiro uso de um símbolo pela criança, bem como a primeira experiência da brincadeira (WINNICOTT, 1975, p. 17).

Para Winnicott (1975, p. 30), o objeto se configura como um símbolo da união do bebê e da mãe. Tal símbolo, na mente do bebê, se localiza no espaço e no tempo, na fase em que a mãe se encontra em transição de ser fundida a ele e ser experimentada como um objeto a ser percebido, e não concebido – até o momento.

Vimos em Freud que, em termos psicanalíticos, o investimento de libido sobre um determinado objeto pode fazer com que este seja visto sob dois aspectos: como correlativo da pulsão e/ou como correlativo do amor (ou ódio). Nesse sentido, a libido que o bebê dirige a princípio em direção à mãe, seu objeto de amor, sendo defletida para seu objeto transicional, permite-nos afirmar que este, por representar a união entre a criança e sua mãe, seja considerado, por extensão, também como um objeto de amor.

Consideramos útil inserir neste texto uma comparação feita pelo próprio Winnicott entre o conceito de objeto transicional com o conceito de objeto interno, de Melanie Klein. Winnicott (1975, p. 24) sublinha que o objeto transicional não é um objeto interno, pois é sentido como uma possessão, e o é – embora não seja sentido pelo bebê como um objeto externo. Um objeto transicional pode ser usado enquanto seu objeto interno correspondente estiver vivo na mente da criança, sentido como real e suficientemente bom,

isto é, não ser sentido como demasiadamente persecutório. No entanto, esse objeto interno depende, no que tange suas características, da existência, vitalidade e comportamento do objeto externo. Em se dando um fracasso do objeto externo, segundo o esperado pela criança, em alguma função essencial por ela atribuída, pode trazer como conseqüência a própria morte do objeto para a criança, isto é, a perda de seu significado como tal para ela; ou então ser revestido de características persecutórias, causador de ansiedade, podendo ser evitado. Então, o objeto interno deixa de ter sentido para a criança, de modo que essa perda de significado se reflita no objeto transicional. É o único tipo de experiência que leva à perda do significado do objeto transicional.

Para que um objeto seja considerado como transicional, temos antes que avaliar a qualidade da ligação que a criança estabelece com o mesmo.

A fim de elucidar essa qualidade da ligação estabelecida com o objeto, vejamos os exemplos citados pelo próprio Winnicott:

(...) X, hoje um homem sadio, teve de abrir à força seu caminho para a maturidade (...). Levara [a mãe] sua tarefa de mãe muito a sério e o alimentara ao seio durante sete meses. (...), e X tinha sido muito difícil de desmamar. Nunca chupara o polegar ou os dedos e, quando o desmamar, ‘ele não teve nada para o que se voltar’. Nunca tivera mamadeiras, chupetas ou qualquer outra forma de alimentação. Tivera uma ligação muito forte e precoce a ela própria, como pessoa, e era de sua pessoa real que ele necessitava.

A partir dos 12 meses, X adotou um coelho que acariciava, e sua estima afetuosa pelo coelho acabou por se transferir para coelhos reais. Esse coelho específico durou até X contar cinco ou seis anos de idade. Poderia ser descrito como um confortador, mas nunca possuía a verdadeira qualidade de um objeto transicional. Nunca fora, como um verdadeiro objeto transicional teria sido, mais importante do que a mãe, uma parte quase inseparável do bebê. No caso específico desse menino, os tipos de ansiedade, que chegaram ao auge devido ao desmame aos sete meses, produziram posteriormente asma, que só aos poucos ele superou. Foi-lhe importante ter encontrado emprego bastante longe da cidade natal. Sua ligação à mãe ainda é muito forte, embora ele caiba na definição ampla do termo normal ou sadio. Esse homem não se casou. (WINNICOTT, 1975, p. 20-21).

Winnicott caracteriza o coelho de X como um “confortador”, sem nunca ter possuído a verdadeira qualidade de um objeto transicional, uma vez que não se constituía como um símbolo da união de X com sua mãe, pois como frisou Winnicott, “tivera uma ligação muito forte e precoce a ela própria, como pessoa, e era de sua pessoa real que ele necessitava” (1975, p. 20).

Devemos ainda notar que se de fato o coelho de X tivesse a função de simbolizar a união de X à sua mãe, X não teria experimentado a exacerbada ansiedade na ocasião do desmame, aos sete meses de vida, fato que fez com que se somatizasse uma asma.

Notemos que a adoção do coelho como objeto ocorreu somente aos 12 meses, no limite do período apontado por Winnicott como o em que se inicia a ocorrência dos objetos transicionais.

Há um dado importantíssimo que reforça a conclusão de que o coelho não se caracterizou como objeto transicional: na tenra infância nunca chupara o polegar ou os dedos, o que significa que não experienciou os fenômenos transicionais, antecessores dos objetos transicionais.

Winnicott (1975, p. 23) diz que na relação com o objeto transicional, o bebê passa do controle onipotente, mágico, para o controle pela manipulação, envolvendo o erotismo muscular e o prazer de coordenação.

Contudo, considerando-se a hipótese de um animal de estimação exercer alguma(s) da(s) função(ões) de um objeto transicional, essa afirmação não pode ser aplicada literalmente em relação a esses seres, uma vez que o controle onipotente se choca com a volição e com os instintos do animal; com o impulso para brincar, por exemplo, quando a criança acaba de tê-lo destruído em seu pensamento mágico. O que pode parecer concretizado caso haja a coincidência de o objeto sair do campo visual da criança.

Para que possamos compreender melhor o controle onipotente da criança, acreditamos ser interessante incluir aqui observações feitas por Freud, em seu texto *Animismo, magia e a onipotência de pensamentos*. Freud (1997, v. 13), citando Wundt coloca que as idéias animistas constituem o produto psicológico necessário de uma consciência mitocriadora, donde é possível deduzir que o animismo deve ser a expressão espiritual do estado natural do homem. Em *Natural History of Religion*, de Hume, Freud (1997, v. 13) encontra que existe uma tendência universal entre os seres humanos para conceber todos os seres como seus semelhantes, bem como de transferir a todos os objetos as qualidades que lhes são familiares e das quais se achem intimamente conscientes.

A Psicanálise não encara a criação do primeiro sistema do universo simplesmente por pura curiosidade especulativa. Melhor é supor que há a necessidade de controlar o mundo, tanto exercendo domínio sobre os demais humanos como sobre os animais e tudo que o rodeia, inclusive sobre seus espíritos (FREUD, 1997, v. 13).

Dessa forma, Freud coloca que estamos falando de magia. O autor (FREUD, 1997, v. 13), citando uma descrição de magia feita por Tylor, nos diz que se trata de tomar equivocadamente uma conexão ideal por uma real. Em Frazer, Freud (1997, v. 13) encontra uma concepção análoga. Para Tylor (em FREUD, 1997, v. 13), magia se consiste em os homens, equivocadamente, crerem que a ordem de suas idéias é a mesma ordem da natureza; logo, imaginaram que o controle que têm ou parecem ter sobre seus pensamentos acaba por permitir-lhes exercer um controle correspondente sobre os objetos.

Assim, Freud faz-nos ver uma correspondência entre magia e os desejos humanos. Então, diz esse autor, o homem primitivo cria imensamente no poder de seus desejos. O fato é que as crianças se situam numa situação psíquica análoga, observando que sua eficiência motora ainda não lhes permite agir na busca da consecução de seus desejos.

Freud já expusera que as crianças satisfazem seus desejos de uma maneira alucinatória, ou seja, criando uma situação satisfatória por intermédio dos órgãos sensoriais, representando uma situação (1997, v. 13) – como, por exemplo, fazer alguns movimentos indicando que está limpando a casa, quando brincam de casinha. Tal fato, sublinha Freud, se dá à semelhança do homem adulto primitivo, cujos desejos são acompanhados por um impulso motor, como se tornasse possível experimentar a satisfação por meio do que poderia ser descrito como alucinações motoras (1997, v. 13).

Esse autor sublinha que o fato de crianças e homens primitivos considerarem o brinquedo e a representação imitativa como suficiente não se trata de um sinal de resignação diante de sua impotência real. Ocorre que atribuem uma virtude suprema aos seus desejos, à vontade que está associada a esses desejos e aos métodos pelos quais os desejos operam. E, conforme o tempo passa, o acento psicológico se desloca dos motivos do ato mágico para as medidas através das quais ele é executado — isto é, para o próprio ato (FREUD, 1997, v. 13). Ele resume dizendo que a magia, a técnica da modalidade animista de pensamento, é o princípio da onipotência de pensamentos (FREUD, 1997, v. 13).

Freud (1997, v. 13) toma as vicissitudes da onipotência de pensamentos, fazendo mesmo uma comparação através das diferentes fases do desenvolvimento de cosmovisão, admitindo como hipótese a possibilidade de a onipotência de pensamentos encontrada nos povos primitivos como algo que ateste o narcisismo: considera a fase animista como correspondente à narcisista – tanto cronologicamente quanto em seu conteúdo; a fase religiosa corresponderia à fase da escolha de objeto, cuja característica é a ligação da criança com os pais; enquanto que a fase científica teria como sua exata contrapartida a fase em que o indivíduo alcança a maturidade, renuncia ao princípio de prazer, ajusta-se à realidade e volta-se para o mundo externo em busca do objeto.

O autor (FREUD, 1997, v. 23) grifa que o intenso avanço das atividades intelectuais originou-se do desenvolvimento da onipotência de pensamentos, com toda sua influência sobre o desenvolvimento da fala. Assim, o conteúdo originado tão-somente das percepções fornecidas pelos órgãos sensoriais acaba cedendo lugar para lembranças e deduções, alargando-se a vastidão oferecida pela intelectualidade.

Podemos, assim, notar o quanto o animismo e a onipotência de pensamentos a ele inerentes estão de certa forma presentes na criança, manifestando-se nas suas relações objetais.

6.1.3.2 O brincar na teoria winnicottiana

Uma vez que tratamos da relação entre uma criança e seu animal de estimação, relação que por sua vez é intensamente marcada por brincadeiras, é oportuno verificar como Winnicott aborda a atividade do brincar.

Esse autor toma o vocábulo numa acepção um tanto diversa da empregada no meio psicanalítico até então. Segundo Winnicott, “nos trabalhos e estudos psicanalíticos, o tema do brincar já foi intimamente e em demasia vinculado à masturbação e às variadas experiências sensuais” (1975, p.60). Analogamente à questão de qual fantasia subjaz à masturbação, formula-se a questão: qual excitação física se vincula a um determinado tipo de brincadeira (WINNICOTT, 1975, p. 60). Para Winnicott, “(...) o brincar precisa ser estudado como um tema em si mesmo, suplementar ao conceito da sublimação do instinto” (WINNICOTT, 1975, p. 60). Não se constituindo como o único psicanalista a ter esse ponto

de vista sobre o brincar, cita Kris¹²³ e Spitz¹²⁴ como autores que desenvolveram trabalhos sobre o auto-erotismo, apontando essa direção tomada por ele em que considera o brincar como uma atividade sublimatória do instinto (WINNICOTT, 1975, p. 60).

Winnicott procura demonstrar que

(...) o elemento masturbatório está essencialmente ausente no momento em que uma criança brinca; ou em outras palavras, quando uma criança está brincando, se a excitação física do envolvimento instintual se torna evidente, então o brincar se interrompe ou, pelo menos se estraga (1975, p. 60).

Referindo-se a Melanie Klein, Winnicott (1975, p. 61) comenta que o interesse dessa autora sobre o tema volta-se quase que por completo para o uso do brincar. Naturalmente é do brincar que o terapeuta vai extrair as sutilezas que ainda não podem ser encontradas na linguagem oral, por faltar a criança o domínio desta. Continua sublinhando que

(...) Não se trata de uma crítica a Melanie Klein ou a outros que descreveram o uso da brincadeira por uma criança na psicanálise infantil. Fazemos um simples comentário sobre a possibilidade de que, na teoria total da personalidade, o psicanalista tenha estado mais ocupado com a utilização do conteúdo da brincadeira do que em olhar a criança que brinca e escrever sobre o brincar como uma coisa em si. É evidente que estou fazendo uma distinção significativa entre o substantivo 'brincadeira' e o verbo substantivado 'brincar' (WINNICOTT, 1975, p. 61).

Newman afirma que a forma como Winnicott analisa o brincar em conexão com seus conceitos de fenômenos e objetos transicionais faz-se como a resposta para a questão de Coleridge: "(...) por que e de que modo uma pessoa é mais inteligente que outra, e

¹²³ KRIS, E. (1951) Some Comments and Observations on Early Autoerotic Activities, *Psychoanal. Study Child*, **6**.

¹²⁴ SPITZ, R. (1962), Autoerotism Re-examined: The role of Early Sexual Behaviour Patterns in Personality Formation, *Psychoanal. Study Child*, **17**.

por que algumas pessoas *não tem* imaginação?” (2003, p. 300). Para Winnicott, o brincar é sinônimo de inteligência (NEWMAN, 2003, p. 300). Newman acrescenta que

(...) por inteligência, Winnicott *não* está se referindo a intelecto. Podemos distinguir entre ser “esperto (*clever*) (...) e ser inteligente: o primeiro usa aquela doença tão na moda, o intelecto cindido (e/ou vontade), e o segundo é o brincar, ter imaginação. E foi a isto que ele dedicou suas últimas energias em *Playing and Reality* – um livro que ele revisou em seu leito de morte (2003, p. 300).

Ainda em relação à ênfase dada por Winnicott ao brincar, Newman (2003, p. 301) comenta:

Ao dar tamanho poder ao brincar (e, portanto, às atividades imaginativas), Winnicott está evidentemente lendo a inteligência corporal – bom senso, sensibilidade – e, portanto, a linguagem e a escolha, que distinguem o animal humano de todos os outros por nosso poder de construir e destruir (...).

Mas vejamos quais as razões que levam uma criança a brincar. Winnicott afirma que as crianças brincam para controlar a ansiedade, ou para controlar idéias e impulsos que conduzem à ansiedade, se não se pode controlá-los – o que está em acordo com Freud e M. Klein. Para ele (WINNICOTT, s/d, p. 154-158, tradução nossa), outros motivos impelem a criança ao brincar, tais como: a busca de prazer; para liberar a agressividade – já que a criança sente a necessidade de livrar-se da agressividade, sentida como algo mau dentro de si; para adquirir experiência, pois o brincar oferece condições para o desenvolvimento da personalidade ao permitir o aumento gradual da capacidade para perceber a riqueza do mundo externo real, além de estimular a capacidade criativa; para estabelecer contatos sociais, uma vez que o brincar proporciona uma organização para o estabelecimento de relações emocionais com outras crianças e adultos; integração da personalidade, porquanto possibilita a vinculação entre a relação do indivíduo com a realidade interna e sua relação com a

realidade externa; comunicação aos eleitos de seu ambiente a respeito do seu mundo exterior bem como sobre parte do seu mundo interior – posto que alguns conteúdos inconscientes podem ser revelados pelo brincar.

Winnicott ainda diz que a ansiedade sempre se faz presente no brincar, sendo muitas vezes o fator principal. Acrescenta que a ameaça de um excesso de ansiedade conduz ao brincar compulsivo ou repetitivo ou a uma busca exagerada de prazeres relacionados com o brincar (s/d, p. 155, tradução nossa).

Esse autor chama nossa atenção para a maneira como uma criança de tenra idade brinca: é um momento em que podemos notar um quase alheamento, semelhante à concentração. A criança envolvida numa brincadeira parece habitar uma área que não permite que dela se desvincule tão facilmente, bem como não admite intrusões – que podemos notar quando tentamos interagir com uma criancinha enquanto brinca (WINNICOTT, 1975, p. 76).

Para Winnicott, “conseguir que as crianças possam brincar é em si mesmo uma psicoterapia que possui aplicação imediata e universal, e inclui o estabelecimento de uma atitude social positiva com respeito ao brincar” (1975, p. 74-75).

Em Freud (1997, v. 9), encontramos que a criança, durante o brincar, cria um mundo próprio, reajustando os elementos do mesmo de uma forma que lhe seja agradável. A criança considera esse mundo criado sério, sendo então a brincadeira algo sério para ela – já que para a criança a palavra que compõe a antítese com o brincar é a palavra “real”, e não a palavra “sério”. Ela é capaz de distinguir o mundo criado na brincadeira da realidade, gostando de ligar seus objetos e situações imaginados aos componentes do mundo real – operação característica do brincar mas não encontrada no fantasiar. Por outro lado, Freud (1997, v. 18), cita um exemplo em que o brincar pode ser um meio de aliviar a ansiedade de separação da mãe.

Acerca da importância do conteúdo do brincar para a criança e da postura do psicoterapeuta diante do brincar de seu pequeno paciente, Winnicott afirma:

(...) o brincar das crianças possui tudo em si, embora o psicoterapeuta trabalhe com o material, o conteúdo do brincar. Naturalmente, numa hora marcada, ou profissional, manifesta-se uma constelação mais precisa do que a que se apresentaria numa experiência atemporal no assoalho do lar (...); mas a compreensão sobre nosso trabalho será auxiliada se nos inteirarmos de que a base do que fazemos é o brincar do paciente, uma experiência criativa a consumir espaço e tempo, intensamente real para ele (1975, p. 75)

Não obstante devidas considerações e questionamentos, não soa estranho para o meio psicanalítico a afirmação de que a existência humana passa entre o mundo interno e o mundo externo, tal qual a finíssima areia pelos vasos cônicos de uma ampulheta. No entanto, no tocante a esse aspecto de nossa existência, Winnicott não pôde conceber o ser humano apenas como um ser com um pé num mundo externo e outro num mundo interno, vindo a fazer suas valorosas contribuições para a Psicanálise.

Para esse autor (WINNICOTT, 1975, p. 142), como vimos, há uma zona intermediária do viver humano, denominada por ele de *espaço potencial*, variável de indivíduo para indivíduo, edificada pelas experiências da pessoa em si, durante todo o seu desenvolvimento psíquico – bebê, criança, adolescente, adulto – considerando-se o ambiente em que viveu. Essa área intermediária nada mais é que a experiência cultural, entendendo-se cultura como a tradição herdada (1975, p. 138). Winnicott (1975, p. 139) vê na brincadeira, no viver criativo, a origem da experiência criativa. O autor (WINNICOTT, 1975, p. 150) diz estar nesse espaço a origem da confiança do bebê para com a fidedignidade da sua mãe. Fidedignidade esta, observa Winnicott (1975, p. 140-141), no sentido de proporcionar ao filho a oportunidade de perceber os objetos, símbolos da união entre ambos, como algo descoberto e incorporado no seu psiquismo; sendo que no ato de descobrir os objetos o bebê começa a

utilizar objetos reais, podendo experimentar o viver criativo. Por outro lado, se a mãe não proporcionar as condições corretas, Winnicott (1975, p. 141) sublinha que a criança se faz inquieta e incapaz de brincar, o que revela um empobrecimento da capacidade de experiência no campo cultural.

Em sua Teoria do Brincar, Winnicott (1975, p. 70) diz que “o bebê e o objeto estão fundidos um no outro (...)”, ressaltando que a visão que o bebê tem do objeto é subjetiva. No brincar, o objeto pode ser repudiado, tornar a ser aceito e objetivamente percebido. Quando o autor diz “ser repudiado”, abandonado, entendamos a mãe sendo percebida como persecutória, como causadora de ansiedade; logo, a criança tende a afastar de si o objeto que lhe causa todo esse mal-estar. Para ele (WINNICOTT, 1975, p. 70), a mãe tem a função de tornar concreto aquilo que o bebê está prestes a encontrar. Substituamos o termo objeto por mãe – ou uma outra pessoa que desempenhou a maternagem, sendo então o primeiro objeto de um ser humano – e imaginemos a situação colocada por Winnicott em que a mãe deve representar o objeto que o bebê por sua vez tem capacidade de encontrar e ser ela própria, aguardando ser descoberta, encontrada como realmente é. Todo esse complexo processo depende da figura materna preparada, no sentido de participar e ajudar a criança a encontrar o que é abandonado. No caso de a mãe não intervir, o bebê acaba tendo a sensação de exercer controle mágico, a experiência de onipotência presente nos processos intrapsíquicos. Desenvolvendo-se esse estado de confiança para com a mãe, o bebê começa a fruir experiências baseadas numa simbiose entre a onipotência dos processos intrapsíquicos com o controle que tem do real (1975, p. 70).

Winnicott considera, assim como Freud, que o bebê em seus primeiros contatos com sua mãe, sente-a como um prolongamento de si. Abram (2000, p. 263) sublinha que “o bebê necessita de um bom começo por estar fundido com a mãe. Esta experiência, se

tudo correr bem, leva o bebê a confiar e crer em sua mãe, internalizando a experiência boa de estar dentro dela, nascer para ela, e viver com ela”.

Uma mãe suficientemente boa¹²⁵, ao tentar atender às necessidades do bebê, procura lhe dar a ilusão de que existe uma realidade externa correspondente à sua própria capacidade de criar. Em outros termos, o instinto em busca do seio faz com que o bebê o crie no seu mundo interno; então, a mãe deve lhe proporcionar a ilusão, ao colocar o mamilo em sua boca, de que o seu seio faz parte do bebê. Nesse processo, a criança experimenta o controle onipotente sobre os objetos.

O bebê está se desenvolvendo e “(...) emergindo do estágio de dependência absoluta, necessita repudiá-la [a mãe] como sendo um não-eu, a fim de separar-se e compreender a diferença existente entre o interior e o exterior” (ABRAM, 2000, p. 263-264). No entanto, quando isso ocorre, a mãe deve, gradativamente, começar a “propiciar desilusões” para seu bebê, no sentido de que o mesmo comece a perceber que o seu pensamento mágico e onipotente não exerce efeito sobre os objetos. O bom desenrolar desse processo gradativo de desilusão prepara o bebê para uma experiência crucial que está por vir: o desmame (WINNICOTT, 1975, p. 28). Sobre isso, Winnicott observa (1975, p. 28): “se a ilusão-desilusão se extravia, o bebê não consegue chegar a uma coisa tão normal quanto ao desmame, nem a uma reação ao desmame; então torna-se absurdo referir-se a este de algum modo. O simples término da alimentação ao seio não constitui desmame”.

Desse modo, as desilusões proporcionadas pela mãe lhe servem como ingresso para o mundo externo. O preço que a criança tem a pagar por isso é deparar-se com um maior número de frustrações. E é aí que as brincadeiras têm o seu inestimável valor como

¹²⁵ Conceito de Winnicott (1975, p. 150) segundo o qual aquela que não apenas atende às necessidades de dependência do bebê, mas lhe propicia oportunidades para passar da dependência à autonomia.

instrumento de auxílio no controle da ansiedade, bem como no controle de idéias e impulsos que a desencadeiam, provocando as frustrações.

Em meio a esse processo, o objeto transicional, “a primeira posse não-eu” surge atuando como uma preparação para o desmame e a separação (NEWMAN, 2003, p. 298).

Abram observa que por meio da empatia da mãe com o bebê – assim como do terapeuta com o paciente –, o bebê (e também o paciente) “(...) é capaz de internalização e de sentir-se a salvo em sua passagem da dependência à autonomia. É apenas através dessa confiança que um espaço potencial começa a existir” (2000, p. 264). A respeito da relação entre a confiança sentida pela criança na própria mãe e a questão do eu e não-eu, vejamos o que afirma Winnicott:

A confiança que o bebê deposita na segurança oferecida pela mãe e, conseqüentemente, nas outras pessoas e coisas, torna possível a separação entre não-eu e eu. Ao mesmo tempo, entretanto, podemos afirmar que a separação é evitada através do preenchimento do espaço potencial com o brincar criativo, com o uso dos símbolos, e com tudo aquilo que eventualmente seja acrescentado à vida cultural (em ABRAM, 2000, p. 264).

Nesse sentido, Winnicott apresenta o paradoxo, pelo qual “(...) o momento em que o bebê se separa da mãe é o mesmo momento em que preenche o espaço potencial com o brincar e a experiência cultural” (em ABRAM, 2000, p. 264).

Até aqui vimos que a evolução do brincar surge como a fase em que o bebê acha-se fundido ao objeto; passa à fase em que começa a vivenciar o interjogo entre a onipotência dos processos intrapsíquicos com o suposto controle do real, em que a mãe suficientemente boa pode auxiliá-lo proporcionando-lhe as decepções necessárias. O próximo estágio consiste em a criança brincar sozinha na presença de uma outra pessoa. Como coloca Winnicott,

(...) a criança está brincando agora com base na suposição de que a pessoa a quem ama e que, portanto, é digna de confiança, e lhe dá segurança, está disponível e permanece disponível quando é lembrada, após ter sido esquecida. Essa pessoa é sentida como se refletisse de volta o que acontece no brincar (1975, p. 71).

A criança está se preparando para o estágio seguinte, quando será possível “(...) fruir uma superposição de duas áreas de brincadeira. Em primeiro lugar, naturalmente, é a mãe quem brinca com o bebê, mas com cuidado suficiente para ajustar-se às suas atividades lúdicas” (WINNICOTT, 1975, p. 71). O autor acrescenta que passado algum tempo a mãe começa a introduzir a sua maneira de brincar e acaba descobrindo como é diversa a capacidade dos bebês “(...) de aceitar ou não a introdução de idéias que não lhes são próprias” (WINNICOTT, 1975, p. 71-72). Esses estágios fazem-se como um prelúdio para um brincar compartilhado, num grupo com seus pares (WINNICOTT, 1975, p. 72).

Winnicott (1975, p. 76) descreve o brincar como o transporte de objetos ou fenômenos constitutivos da realidade externa, para a área da brincadeira, de modo que a criança usa-os a serviço de alguma amostra derivada da realidade interna. Ainda traça (WINNICOTT, 1975, p. 125) a evolução do brincar passando dos fenômenos transicionais para o brincar; do brincar para o brincar compartilhado; e deste para as experiências culturais.

Notamos como Winnicott propiciou uma maneira diversa da de Freud de como encarar a cultura. Khan sublinha que o conceito de objeto transicional “(...) ajudou o pensamento psicanalítico a reavaliar o papel da cultura com uma contribuição positiva e construtiva à experiência humana, em vez de como fonte de mal-estar” (em WINNICOTT, 2000, p. 21).

6.2 ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO E OBJETOS TRANSICIONAIS

Como já vimos¹²⁶, Winnicott, ao analisar a relação bebê-objeto transicional, chegou a constatar os “traços” desses objetos – atribuídos pelo bebê, naturalmente. Desse modo, o objeto transicional assume algumas características para a criança: deve sobreviver, incólume, ao ataque mais agressivo possível, bem como ao amar instintual. Ainda deve parecer-lhe capaz de mover-se, de proporcionar calor, de ser dotado de textura, ou então demonstrar sua vitalidade ou existência próprias (1975, p. 18). Aplicando essa observação a respeito das características de um objeto transicional – concebido como um ente inanimado por Winnicott e simpatizantes de sua teoria – a um ente animado que supostamente viveria frações de sua existência tendo delegado a si – por uma criança – uma ou mais funções destinadas a um objeto transicional, temos que, apesar das agressões reais sofridas por um animal, cometidas por seu pequeno dono, ele pode continuar solícito, afetuoso¹²⁷. E por gostar de contato físico, ter textura própria – como geralmente se trata de cães ou gatos, com seu corpo piloso –, ter existência própria, acaba preenchendo esses pré-requisitos. E como vimos, por justamente algumas de suas características coincidirem com aquelas que a criança atribui a um objeto transicional, daí ser possível que algumas vezes o animal de estimação seja tomado por ela como se fosse um objeto transicional, por exemplo, auxiliando-a a superar a ansiedade de separação da mãe.

¹²⁶ Em “6.1.3.1 Fenômenos transicionais e objetos transicionais”, nas páginas 284 e 285, em que transcrevemos as características traçadas por Winnicott acerca do relacionamento entre o bebê e seu objeto transicional.

¹²⁷ É claro que o instinto de autoconservação faz com que se afastem ao menor sinal da criança, quando as agressões são constantes e exacerbadas. Entretanto, o comportamento dos animais de estimação, especialmente o dos cães, sugere que os mesmos não estão sujeitos à ambivalência de sentimentos como os seres humanos – haja vista o fato de que, quando não estão sonolentos ou incomodados por alguma outra razão, sempre estão afetosamente disponíveis, de modo que não notamos oscilações em seus sentimentos em relação às pessoas de seu convívio (especialmente o “dono”) – podendo, portanto, manifestarem o amor incondicional, como aponta Levinson (1969).

Num primeiro golpe de vista, essa observação poderia parecer bastar para que afirmássemos categoricamente que “um animal de estimação funciona tal qual um objeto transicional”. Porém, não encontramos na teoria winnicottiana sustentação para tanto. Limitar-nos-emos, como já foi posto, a afirmar que o animal de estimação pode desempenhar algumas das funções próprias aos objetos transicionais. E é o que tentaremos sustentar neste tópico por meio de análise de excertos de alguns casos clínicos – e mais adiante, no capítulo referente a análise dos dados colhidos nas entrevistas com as crianças e responsáveis.

Caplan afirma que provavelmente a razão pela qual a maioria das crianças tão pronta e facilmente aceitam um animal como uma companhia origina-se da sua necessidade de estar perto de um substituto dos pais. Um substituto que ele pode controlar e dar ordens segundo sua vontade (em LEVINSON, 1969, p. 159, tradução nossa). Tal comentário do autor citado indica que nessas circunstâncias um animal de estimação pode exercer a função de objeto transicional.

Levinson, ao comentar sobre o uso estruturado do animal doméstico no processo terapêutico, aponta que o mesmo pode funcionar como um objeto transicional (1969, p. 69, tradução nossa)

Como já foi colocado anteriormente, um fato curioso apontado por Freud (1997, v. 20), que vem a servir de reforço para nossa questão, é que uma criança não encontra diferença entre a sua própria natureza e a dos animais. Por isso, não acham os contos de fada, as fábulas algo de outro mundo ao encontrarem animais pensantes e falantes. Ainda podem transferir uma emoção de medo, sentida pelo próprio pai, para um cavalo, por exemplo – como no caso do Pequeno Hans –, sem contudo estar presente a intenção de depreciar o genitor.

Em concordância com Freud, sobre a compreensão que a criança tem a respeito de sua natureza, Françoise Dolto afirma que para o pequeno “(...) é demorado conseguir compreender-se enquanto ser humano, semelhante aos seres humanos, compreender que não é nem uma pedra, nem um vegetal, nem um animal!” (1999, p. 247). Ela nos lembra que desse estado de não-constituição como ser humano surge a necessidade de brincar com objetos de pelúcia ou de outro material que representem animais (DOLTO, 1999, p. 247).

6.2.1 Relatos Clínicos em que Animais de Estimação Possivelmente Desempenharam Funções de Objeto Transicional

Muito embora tenha sido do nosso interesse trabalhar com tratamento de casos clínicos, tal projeto não se mostrou exequível em virtude das dificuldades para tanto – pois precisaríamos observar pacientes infantis e seus respectivos animais de estimação no seu ambiente natural, qual seja, a residência dos mesmos; além da necessidade de a criança estar engajada num processo psicoterapêutico, o que demandaria um prazo maior para a conclusão deste trabalho –, acabamos por apresentar situações em que seja possível identificar a função do animal como objeto transicional.

A seguir temos alguns casos clínicos extraídos da experiência de um autor citado por Levinson – trata-se do Dr. Lowie – bem como de um caso clínico tratado pelo autor desta dissertação.

Lowie (em LEVINSON, 1969, p. 165, tradução nossa) transcreve um grupo de histórias sobre alguns animais, particularmente gatos, que de certo modo desempenharam alguma função terapêutica importante na vida de crianças. Seu trabalho era realizado num abrigo para gatos mantido pela Berkeley Humane Society, da Califórnia, e por ele dirigido.

Era o próprio Dr. Lowie que supervisionava a colocação de gatos na sala de adoção da Sociedade. Seu principal interesse centrava-se em gatos adultos que pudessem satisfazer uma necessidade humana reconhecida. A maioria dos prováveis proprietários dividia-se em cinco classificações: a) idoso, b) solitário, c) criança, d) deficientes de todas idades, e) pessoas que estivessem passando por crises emocionais.

O Dr. Lowie comenta que “a seleção de um animal em vez de um outro depende das necessidades da criança para as quais o animal está sendo escolhido” (em LEVINSON, 1969, p. 165, tradução nossa).

Levinson (1969, p. 165, tradução nossa) afirma que eram notáveis o bem-estar e a felicidade desfrutadas pelos pequenos proprietários. A seguir arrolamos alguns dos casos transcritos por esse autor.

Billy, um garoto de nove anos, surdo, que ia para a escola especial durante o dia, era muito segregado no ambiente escolar. O garoto queria um gato, mas sua mãe – trabalhadora e viúva – não possuía dinheiro para comprar um. Ela chegou ao Abrigo para perguntar se poderia pagar um dólar por mês, mas levá-lo para casa imediatamente. Naturalmente isso foi consentido. Conhecendo pouco sobre gatos, pediu-me para selecionar aquele que eu julgasse ser o melhor para seu filho. Escolhi um dócil, com três anos de idade, castrado, com disposição festiva, com hábitos brincalhões de um gatinho. Ele não era particularmente um gato vistoso, mas sua natureza boa e jovial e afabilidade expansiva compensavam a falta de beleza. Com sua chegada, Billy passou a ter um amigo. Quando o garoto chegava da escola, brincava com seu gato até a hora do jantar, passava o princípio da noite assistindo à televisão com o gato aconchegado a ele, e então ia dormir com seus braços em torno do pescoço do gato. Aos domingos, ele e sua mãe levavam o animal, por meio de uma guia, até um parque próximo para fazer piquenique. Outras crianças logo chegavam e os rodeavam, e o gato brincava contentemente com todos eles. A posse de um animal não somente animou a vida de Billy como também lhe forneceu um ponto de contato com outras crianças, e ainda fez com que ele conquistasse uma posição de respeito entre elas. Ele já não é mais a criança isolada que um dia fora.” (LOWIE, em LEVINSON, 1969, p. 165-166, tradução nossa).

É um caso em que os elementos apresentados nos levam a concluir que, durante alguns dos momentos narrados, o gato em questão desempenhava algumas funções de

um objeto transicional para Billy – um garoto isolado, órfão de pai, não podia passar muito tempo com a mãe, uma vez que ela trabalhava. A passagem “(...) e então ia dormir com seus braços em torno do pescoço do gato.” Aponta o principal momento em que o objeto transicional realiza sua função: aliviar a angústia, quando durante o sono, com a perda da consciência, a criança não pode ter a certeza de que a mãe estará de fato ao seu lado.

Louise é uma garota de 12 anos de idade cuja perna direita foi quebrada em vários pontos num terrível acidente. Depois de meses de tratamento para salvar sua perna, foi enviada para casa para recuperar-se e aprender novamente como andar e ter uma vida normal. Durante as primeiras semanas em casa, fez um excelente progresso, mas então começou a aborrecer-se com os exercícios e a desenvolver a convicção de que nunca voltaria a ser normal. A “psicologia do aleijado” era mais prejudicial do que a persistente rigidez de sua perna ou a debilidade de seus músculos. Louise tinha um apaixonado interesse por animais, e assim sua mãe decidiu dar-lhe um gato em seu aniversário, com a intenção de que talvez um animal pudesse encorajar a garota a ter mais interesse pela vida. Na ocasião, sua mãe veio até o Abrigo. Tínhamos uma gata branca muito interessante e afetuosa, com somente três pernas. Ela sofrera um acidente, mas havia se recuperado completamente e já era capaz de caminhar, correr, pular e escalar com suas três pernas. Além do mais, ela era a epítome da coragem; fazia qualquer coisa que se pudesse esperar de um gato, e tentaria realizar proezas das quais mesmo um gato com quatro pernas eximir-se-ia se possível, e geralmente diria ao mundo que ela era somente uma gata com três pernas, mas não uma aleijada. A mãe de Louise ficou tão atraída pelas atitudes da pequena criatura que levou Friskie para casa. Ela sentiu que seu restabelecimento e coragem poderiam estimular sua filha a continuar tentando tornar-se uma garota normalmente dinâmica. Louise e Friskie eram inseparáveis, e a grande mudança de atitude acabou por fazer-se. Louise retornou por sua vontade a realizar os exercícios, dos quais Friskie tomava parte, e agora ela estava certa de que teria uma completa recuperação. Como ela disse, o que uma gata pode fazer, ela faz. (LOWIE, em LEVINSON, 1969, p. 166-167, tradução nossa).

A gata chegou num momento em que possivelmente um estado depressivo estava se instalando, pois Louise já havia desistido dos exercícios de fisioterapia e tinha a convicção de que jamais voltaria a ser como um dia fora. No caso de Louise podemos notar que sua mudança de atitude em relação ao estado em que se encontrava – passando a perceber que o mesmo não se constituía de fato numa limitação capaz de torná-la inútil e fazer da vida

um fardo – se deu, a princípio, pela identificação com a gata – pois ambas possuíam alguma deficiência de locomoção – e em seguida pela constatação de como a gata superara sua deficiência. Neste caso, faltam elementos para pensarmos que o animal também exerceu alguma função de objeto transicional.

Billy Joe entrou correndo no Abrigo seguido pela sua mãe, que vinha mais devagar. Ele nos informou que era seu aniversário e que por isso lhe fora prometido um gato; sua mãe concedeu que ele mesmo escolhesse um, estabeleceu que olhasse bem todos gatos antes de fazer sua escolha. Permiti-lhe que tirasse cada animal de sua jaula e brincasse com o qual havia gostado. Enquanto ele estava entretido, sua mãe me explicou que o garoto tinha um problema emocional. Ele tivera um caso muito brando de pólio, que o deixou com uma coxeadura perceptível. Contudo, ele estava bastante perturbado com sua deficiência e se convencera de que os outros garotos da vizinhança evitavam-no porque ele era um deficiente. A mãe esperava que a posse de um gato pudesse de algum modo fazer com que sua mente se desligasse desses problemas e ajudá-lo a superar seus sentimentos de inferioridade. Um gato castrado, com quatro anos de idade, pêlo curto, com o ventre branco mas tendo a cabeça e a parte traseira apresentando um desenho que lembra um tigre, foi o escolhido por ele. No momento em que esse animal saiu de sua gaiola, Billy Joe reclamou muito excitado que era aquele. Enquanto Billy Joe brincava com Harry, chamei sua mãe à parte e disse-lhe que eles então poderiam levar o gato para casa, e, se seu filho em seguida se cansasse de Harry, poderiam trazê-lo de volta. O fato de Harry ser o maior e mais forte gato da vizinhança parece de certa forma compensar o fato de Billy Joe ser o menor e mais frágil garoto. O gato lhe deu algo de que pudesse gabar-se e orgulhar-se. Harry está contribuindo com sua parte para a situação e alegre o garoto quando o encontra em algum ponto do caminho da escola para casa e o acompanha ao seu lado. Outros garotos seguiam os companheiros, e todos brincavam juntos. Depois do jantar, Billy Joe estudava suas lições, enquanto Harry sentava-se sobre a mesa ao lado de seus livros. Mais tarde iam dormir na mesma cama. Com o passar das semanas, a forma como Billy Joe mancava se tornava cada vez menos perceptível, e enquanto ele aguarda seu restabelecimento à normalidade, ele tem um amigo maravilhoso (LOWIE, em LEVINSON, 1969, p. 167-168, tradução nossa).

Para Billy Joe, Harry parece ter a função de um objeto transicional, uma vez que o gato o acompanhava no momento de dormir – e dormiam na mesma cama. Harry também refletia o ideal de ego do garoto, pois, de certa forma, seu porte físico compensava a fragilidade de seu dono.

Geraldine não era a criança favorita numa família com cinco filhos. Ambos os pais tinham sido estudantes honorários na faculdade; as duas irmãs mais velhas estavam seguindo o mesmo caminho para o sucesso acadêmico, e os dois irmãos mais jovens já tinham passado Geraldine na escola. Ela não era deficiente; simplesmente teve a sorte de ser uma pessoa de inteligência normal numa família com elevados talentos e aspirações acadêmicas. Sua inferioridade tinha sido tão fortemente impressa nela que *sabia* nunca seria capaz de aprender o que lhe era ensinado na escola. As roupas eram-lhe passadas das irmãs mais velhas, como também os brinquedos. Como se aproximava seu décimo aniversário, Geraldine começou a pedir um gato. Sua mãe a trouxe até o Abrigo numa manhã. Disse-lhe para escolher o gato que quisesse e que o fizesse rapidamente. Infelizmente, Geraldine estava tão insegura quanto a ela mesma fazer alguma escolha de forma rápida. Depois de um olhar desesperador para o grupo de gatos, sentou-se num canto e começou a chorar. Então sua mãe começou a escolher um gato para ela, mas eu a persuadi que Geraldine ficaria muito mais feliz se ela mesma escolhesse, especialmente por tratar-se de um presente de aniversário. Sugeri que deixasse a garota comigo naquele dia, então ela teria tempo suficiente para olhar todos os gatos e encontrar um que realmente a agradasse. A mãe não ficou muito feliz com esse acordo, mas no final acabou consentindo. Geraldine passou o dia tirando os gatos das gaiolas, um por um, acariciando-os e brincando com eles. No fim, ela escolheu um tigrado, cinza e preto, castrado, com cerca de um ano, que chegou ao Abrigo apavorado, perdido, tinha sido abandonado por seus donos, tendo que se virar por si mesmo. Quando a mãe da garota voltou, não ficou feliz com a escolha da filha, mas salientei que Geraldine amaria o gato ainda mais se ela o alimentasse e cuidasse de suas necessidades, e poderia experimentar a satisfação de vê-lo ficar contente. Enfatizei também para a mãe ser importante deixar claro para os outros filhos que aquele era o gato de Geraldine, não deles. Até fiz com que admitisse que ele seria a primeira real posse que ela nunca tinha tido. Nas semanas seguintes, liguei para ela, aparentemente para verificar a saúde do gato, mas realmente para ter certeza de que a garota não estivesse sendo lograda em relação a única coisa que estimava como sua. Geraldine pela primeira vez fez trabalhos razoavelmente bons na escola, e estava feliz em casa. Ela se deu conta de que ocupava uma posição de respeito na constelação familiar, porque ela possuía um gato. Seus pais ficaram felizes com sua mudança. Ela nunca alcançaria altas notas, mas estava crescendo para ser uma garota jovial, feliz, normal. Seguramente, nenhuma outra posse poderia produzir efeito similar, e ainda o gato é uma criatura sensível que a inunda com o afeto de que sempre necessitou mas nunca teve em toda sua vida. (LOWIE, em LEVINSON, 1969, p. 169-170, tradução nossa).

Além da descrição de como a garota era tratada por seus pais, o último período desse caso nos sugere que o gato de Geraldine era sua única fonte de afeto, o que poderia nos

levar a pensar que em alguns momentos fizesse dele um ser semelhante a um objeto transicional.

A seguir, descrevemos um caso clínico trabalhado em nossa clínica. Um paciente adulto jovem, numa determinada sessão, questionou-nos o porquê de seu gosto por pássaros. Disse que cria alguns. Por fim, indagou por que os aprisionava. Respondeu imediatamente que os achava belos. Em seguida, mencionou querer conhecer a razão pela qual os aprisionava. Acabou concluindo que aí estava a questão.

Depois de duas sessões, relatou-nos que, quando criança, morava mais com os avós e tios do que propriamente com os pais, que moravam em outra cidade. O motivo para isso estava em que sua avó materna sofria de uma doença incurável, e ele era o primeiro neto daquela senhora. Assim, seus pais resolveram atender o pedido da avó de que o deixasse com ela – como que a proporcionar a alguém cuja morte se aproxima alguns momentos alegres.

Numa outra sessão, lembrando-se desse tempo, disse que seu avô lhe dava uma gaiola contendo um pintainho, com o qual ele andava pelo quintal.

Em sessão seguinte, num momento de silêncio, olhando para suas mãos postas sobre os joelhos, mostrou uma cicatriz num dos dedos, dizendo que foi provocada quando tinha cerca de 5 anos, ao cortar madeiras com uma faca com o intuito de fazer um ninho para uma galinha que gostaria de ganhar dos pais.

Comentou posteriormente que não sabe explicar que sensação de bem-estar os pássaros em cativeiro lhe propiciam.

Análise do caso

Para este caso, podemos visualizar a teoria de Winnicott como adequada para explicá-lo, juntamente com algumas observações feitas por Freud.

Parece-nos que na fase de sua infância enquanto esteve com seus avós, em alguns momentos esse rapaz pôde atribuir funções de um objeto transicional aos pintainhos com os quais brincava. O fato de recordar-se de que tivera um boneco nessa fase da vida, que, pela sua descrição do relacionamento que mantinha com o mesmo, indica-nos que ele passou pelos fenômenos transicionais, permite-nos tecer tal hipótese. Assim, parece que um ser vivo lhe auxiliou muito na superação da ansiedade decorrente da separação da mãe, que via apenas aos finais de semana.

Pelo processo de condensação, relacionou galinha → ave, bico, penas → pássaros.

Partindo da observação de Freud segundo a qual a criança não vê diferença entre sua natureza e a natureza dos animais (1997, v. 20), e do fato de a separação da mãe ser algo muito ansiógeno para o paciente em questão, este poderia sentir-se como aquele filhote de ave envolto por algo que o protegia – a gaiola. Podemos dizer que a gaiola encontra seu correspondente no útero materno, que um dia esse rapaz teve que abandonar.

Freud (1997, v. 20) comenta que o ato do nascimento no homem e nos animais superiores, a primeira experiência de ansiedade do indivíduo, imprime ao afeto de ansiedade determinadas formas peculiares de expressão. Diz (FREUD, 1997, v. 20) ainda que os estados afetivos incorporam-se na mente como precipitados das primeiras experiências traumáticas. Ele (FREUD, 1997, v. 20) ressalta que isso não nos permite pensar que sempre que haja o surgimento de ansiedade, esteja sendo feita uma reprodução, em nossa mente, da situação de nascimento.

Esse excerto nos serve aqui para comentar um fato relatado pelo paciente em questão: seu parto foi difícil, como se fora arrancado de dentro da mãe. Logo, olhar os

pássaros envoltos por suas gaiolas, estaria lhe trazendo a sensação desejada de estar envolvido, protegido pelo útero. Uma manifestação de compulsão à repetição.

6.2.2 Algumas observações teóricas sobre objetos transicionais e animais de estimação

Após examinarmos os pontos de vista de Freud, Melanie Klein, e Winnicott, bem como os estudos de caso e as entrevistas, acreditamos dispor de elementos teóricos e de dados obtidos mediante análises e observações para tecermos as considerações a seguir.

Winnicott afirma que “o objeto transicional jamais está sob controle mágico, como o objeto interno, nem tampouco fora de controle, como a mãe real” (1975, p. 24). Isso equivale a dizer que a criança exerce total controle sobre o objeto interno – representante da imago da figura materna. Todavia, o controle que detém sobre o objeto transicional é limitado, posto que depende do controle exercido pela manipulação, por sua vez, limitada pelo desenvolvimento físico em que se encontra. Em relação ao objeto externo, a mãe propriamente dita, não exerce controle direto sobre ela; se esta for solícita, atenderá às necessidades da criança anunciadas pelo choro, por exemplo.

Se tomarmos como objeto transicional uma boneca, facilmente conseguimos interpretar tal enunciado. Entretanto, tratando-se de animais de estimação – entendidos como objetos contingentes –, acreditamos que a situação se torna um pouco mais complexa.

Imaginemos como um cão ou um gato atinge a percepção de um bebê. A princípio, “algo” que se move, faz ruídos. Mas também como algo que se aconchega, que acaricia lambendo, que nota sua existência e busca relacionar-se com o pequeno ser humano.

Ensinamos à pequena criança a referir-se aos animais segundo os sons que emitem e os distinguem uns dos outros – as onomatopéias. A criança começa a perceber que o

mundo também é composto por outros seres além daqueles da constelação familiar. Mas não vêem distinção entre os seres não-humanos e si mesmos, como se possuíssem a mesma natureza – como já vimos em Freud. E justamente por tratar os animais como entes da sua própria espécie, naturalmente a criança transfere a eles sentimentos relativos às figuras parentais bem como projeta conteúdos do seu psiquismo.

Espera-se que o bebê compreenda o paradoxo, como diz Winnicott, de que seus pensamentos onipotentes não criaram o animal; na verdade este já existia antes de ele criá-lo na sua mente.

Como vimos, Winnicott afirma que o sujeito, ao relacionar-se com o objeto, ao projetar sobre ele seus conteúdos agressivos, pode destruí-lo, conforme seus pensamentos e sentimentos onipotentes. Mas também pode o objeto sobreviver à destruição fantasiada pelo sujeito. Ocorre uma mudança significativa no psiquismo da criança quando constata que o objeto sobreviveu a seus ataques (1975, p. 125-126). Como coloca Winnicott,

(...) a destrutividade, acompanhada pela sobrevivência do objeto à destruição, situa o objeto do lado de fora da região de objetos criados pelos mecanismos projetivos do sujeito. Em consequência, surge uma realidade compartilhada que o sujeito pode usar, e a qual pode fornecer de volta ao sujeito uma substância outra-que-não-eu (2000, p. 22).

Enquanto objeto interno, um animal de estimação pode estar sob o controle mágico, obedecendo a todas as ordens da criança; no entanto, o animal real – que viria a comportar-se como um objeto transicional –, não. Todavia, pode ocorrer de algum sinal vocal, ou um gesticular ser recebido pelo animal, que responde conforme o esperado pela criança, ou não.

Atentemo-nos à idéia de Winnicott (1975, p. 24) segundo a qual o objeto transicional é tomado pela criança como representante do objeto – a mãe –, porém de forma

indireta, por ser o objeto transicional, na verdade, representante da mãe introjetada, isto é, a percepção de mãe própria da criança. Contudo o que nos interessa é considerar a relação entre o pensamento onipotente que deseja controlar o objeto (animal de estimação) e a reação deste frente a algum sinal do sujeito, e como este recebe a reação do objeto (animal), mais especificamente no que concerne ao seu pensamento onipotente. Isso significa como reage uma criança cujo pensamento onipotente pode ser tido como realizado ou não.

Para exemplificar, pensemos que o desejo é de destruição do objeto. Digamos que por alguma razão no exato momento em que tal pensamento onipotente lampeja, o cãozinho, por exemplo, é atraído por uma fêmea, dirigindo-se a ela, saindo do campo visual da criança. Logo, podemos concluir que seu pensamento onipotente, para ela, tenha se concretizado. Por outro lado, se o animal continuasse ao seu lado, seu pensamento onipotente não teria surtido o efeito desejado – o animal teria sobrevivido à destruição do sujeito, como coloca Winnicott, o que revestiria o objeto de características persecutórias.

Portanto, numa situação dessas, como coloca Winnicott, a realidade para o bebê surge a partir da destruição do objeto, pois é assim que o mesmo é apartado do seu *self* (WINNICOTT, 1975, p. 127). Então, o animal se faz como um ente com autonomia e vida próprias. Portanto, é graças à sobrevivência do objeto que o sujeito pode começar a viver inserido no mundo dos objetos (WINNICOTT, 1975, p. 125-126).

À medida que a onipotência de pensamentos vai ruindo ao contato com a realidade, o animal deixa de flutuar nesse campo fantasioso, e a criança se torna capaz de percebê-lo como um objeto externo. O animal começa a existir não apenas na fantasia da criança como um ente plasmado à custa de projeções ligadas à “mãe má” ou ao “pai mau”, conforme Melanie Klein. Então, esse ser passa a ser sentido como algo “não-eu”.

O animal ocupa agora uma parte da exterioridade; próximo da criança. Um objeto disponível para ser usado, “(...) com a propriedade de estar sempre ali (...)”, como diria Winnicott (1975, p. 124).

Portanto, acreditamos que a assertiva de Winnicott de que “o objeto transicional jamais está sob controle mágico, como o objeto interno, nem tampouco fora de controle, como a mãe real” (1975, p. 24) merece essas considerações complementares, por considerarmos o animal de estimação como um ente passível de exercer alguma(s) da(s) função(ões) de um objeto transicional.

Outro ponto, subjacente ao problema levantado nesta dissertação, que desejamos considerar está em se podem os animais de estimação, na interação com seu pequeno dono, exercer alguma influência, no sentido de inserir antecipadamente a criança no viver segundo o princípio da realidade. Acreditamos que sim, porquanto, na relação com o animal, há a possibilidade de a criança experienciar um maior número de choques diante da constatação do desmoronamento de seu suposto controle onipotente.

Mas ainda há um outro ponto intimamente entrelaçado a esse que acabamos de considerar. Winnicott afirma que o ingresso no viver segundo o princípio da realidade depende de o bebê ter desenvolvido a capacidade para usar objetos. No entanto, para o desenvolvimento dessa capacidade são imprescindíveis os cuidados de uma mãe suficientemente boa (1975, p. 125). E nesse sentido também acreditamos que os animais, sobretudo determinadas raças caninas denominadas de raças de companhia, pela “solicitude”, pela disponibilidade inerentes, pelo alto grau de interação que permitem, colocando-se como objetos a serem usados, podem auxiliar nesse processo, funcionando como catalisadores para a passagem gradual do viver segundo o princípio do prazer para o regido pelo princípio da realidade.

7. METODOLOGIA

Na busca de se conhecer a natureza dos fenômenos que sustentam a interação criança-animal, utilizamo-nos das teorias psicanalíticas freudiana e kleiniana como suporte para a compreensão das relações objetais de um modo geral. E como acreditamos que entre a criança¹²⁸ e o animal pode ser criado um *espaço potencial*, a teoria psicanalítica winnicottiana faz-se como o referencial teórico adotado no desenvolvimento deste estudo – cuja hipótese se centra na possibilidade de crianças possuidoras de animais de estimação terem seu desenvolvimento facilitado, considerando-se a possibilidade de os animais de estimação exercerem alguma(s) da(s) função(ões) de um objeto transicional.

A escolha da teoria winnicottiana como constituinte do quadro conceitual segundo o qual pretendemos focar a relação do ser humano com seus animais de estimação não foi feita de forma apriorística.

Tal escolha muito bem se justifica através do conceito de inconsciente relativo, de Fábio Herrmann. Para esse autor, é um conceito necessário para a conversão do método psicanalítico à pesquisa. Parte do ponto de que o inconsciente é a estrutura geradora de sentido humano nos atos do ser humano. O trabalho terapêutico é um dos níveis de determinação do inconsciente humano, qual seja, o que se dá no ato interpretativo. No entanto, cada relação humana comporta múltiplos níveis de determinação. E, para cada um, diversas operações podem requerer, evidenciar estruturas determinantes de diferente profundidade. Essas estruturas o citado autor denomina inconsciente relativo (LINO DA SILVA, 1993).

¹²⁸ Assim como é possível entre qualquer ser humano e um animal de estimação, principalmente um cão, como já vimos.

Fábio Herrmann acrescenta que o estudo psicanalítico de um conjunto de significações humanas acaba por gerar um inconsciente relativo que tem, que comporta um saber transferencial do estudioso em relação ao objeto estudado. Isso equivale a dizer que o objeto estabelece um campo transferencial semelhante ao estabelecido na situação de consultório. Basta que o pesquisador se debruce sobre seu objeto, pensando psicanaliticamente (LINO DA SILVA, 1993).

Assumindo tal postura, permite-se que algo se represente num determinado contexto. É ir ao encontro do objeto sem a teoria para que a mesma resulte da criação do dado campo transferencial. Assim, o investigador deve descobrir a teoria nesse encontro da pesquisa. A partir da descoberta da realidade do objeto surge a postura que deve assumir o investigador, isto é, investigar o objeto a partir da ótica kleiniana, lacaniana, winnicottiana, etc. – e não em função de uma postura teórica determinada *a priori* (LINO DA SILVA, 1993).

7.1 A PESQUISA

Este trabalho se caracteriza pela conjunção de pesquisa teórica e de pesquisa de campo. Para chegarmos ao nosso objetivo, analisamos alguns casos clínicos extraídos de material bibliográfico, as entrevistas realizadas com os pais e as crianças, e um caso acompanhado em nossa clínica.

7.1.1 Local

Compõem o quadro de sujeitos desta pesquisa crianças matriculadas na creche Núcleo Social de Maringá, bem como crianças possuidoras de animais de estimação

submetidos aos cuidados dos médicos veterinários das clínicas *SOS Animal* e *Empório dos Bichos*, ambas situadas também em Maringá¹²⁹.

7.1.2 Participantes

Como vimos, a teoria de Winnicott sobre os fenômenos e objetos transicionais nos explica a razão da existência do fenômeno universal de as crianças sentirem a necessidade de estarem abraçadas ao seu ursinho (ou outro bichinho de pelúcia, por exemplo) no momento de dormir, bem como nos momentos de solidão, ou ainda quando um estado depressivo as ameaça.

Em nossa pesquisa, foram entrevistadas nove crianças de ambos os sexos, de 3 a 6 anos, bem como seus respectivos responsáveis. Destas, quatro eram matriculadas na creche do Núcleo Social de Maringá; as demais possuíam animais de estimação sendo cuidados pelos profissionais das clínicas veterinárias *SOS Animal* e *Empório dos Bichos*.

A razão de escolhermos como participantes crianças cuja faixa etária situa-se entre 3 e 6 anos encontra-se neste excerto de “O Brincar e a Realidade”:

Os padrões [dos fenômenos transicionais] estabelecidos na tenra infância podem persistir na infância propriamente dita¹³⁰, de modo que o objeto macio original continua a ser absolutamente necessário na hora de dormir, em momentos de solidão, ou quando um humor depressivo ameaça manifestar-se. Na saúde, contudo, dá-se uma ampliação gradual do âmbito de interesses e, por fim, esse âmbito é ampliado e mantido, mesmo quando a ansiedade depressiva se aproxima. A necessidade de um objeto específico em data muito primitiva pode reaparecer numa idade posterior¹³¹, quando a

¹²⁹ Como já foi relatado, numa primeira etapa, realizamos entrevistas com algumas crianças da creche do Núcleo Social de Maringá e depois passamos a entrevistar crianças que possuíam animais sob cuidados de médicos veterinários.

¹³⁰ Grifo nosso

¹³¹ Grifo nosso

privação ameaça (WINNICOTT, 1975, p. 17).

7.1.3 Instrumentos

A intenção ao elaborar-se o instrumento era compô-lo por questões não-diretivas, a fim de estruturar-se entrevistas semi-estruturadas. Entretanto, isso não ocorreu. Como pode ser observado, as entrevistas realizadas na creche do Núcleo Social de Maringá podem ser consideradas estruturadas. Assim, fez-se necessário reformular-se o instrumento de pesquisa.

Então, nesse segundo momento, o instrumento se fez como uma entrevista semi-estruturada. A estruturação das perguntas baseia-se no quadro teórico já citado, pesquisas anteriores, observações, conversas informais com os participantes. A princípio, pensou-se em uma entrevista elaborada para a criança e outra para seus responsáveis. Nestas, através das questões formuladas buscou-se apreender quando, e em que situações da vida da criança o animal pode desempenhar alguma(s) da(s) função(ões) de um objeto transicional. Foram investigadas ainda questões como as razões pelas quais as crianças os adotaram; a implicação do contexto familiar e as relações entre os membros que porventura poderiam servir como prováveis explicações.

7.1.4 Procedimentos

O primeiro passo consistiu-se em entrar em contato com a diretora da creche do Núcleo Social de Maringá. Nesta instituição realizamos as entrevistas com as crianças e os responsáveis.

Após a reelaboração do instrumento, entramos em contato com os médicos veterinários responsáveis pelas clínicas *SOS Animal e Empório dos Bichos*, que nos forneceram o número do telefone dos responsáveis. Então agendamos as entrevistas para serem realizadas na casa dos participantes. Terminadas as entrevistas, passamos a analisá-las, em busca dos dados pertinentes ao objetivo do estudo.

8. ANÁLISE DOS DADOS

A partir dos dados colhidos, o trabalho se volta para a identificação dos temas e relações encontradas na interação criança-animal. A atenção centrar-se-á na identificação de elementos que corroborem ou refutam a hipótese de o animal desempenhar alguma(s) da(s) função(ões) de um objeto transicional, segundo a teoria de Winnicott. E nessa busca: quais atribuições a criança outorga ao animal; que funções típicas da díade mãe-criança podem ser desempenhadas por um ser de espécie diferente, eleito geralmente com o intuito de oferecer companhia, embora possa ser solicitado e usado (na acepção winnicottiana) em determinadas situações – algumas das quais pudemos conhecer pelas entrevistas.

A obtenção dos primeiros dados foi viabilizada pela Prof.^a Zilda Aparecida Campos, diretora da creche do Núcleo Social de Maringá, que prontamente nos permitiu realizar as entrevistas com quatro crianças e seus responsáveis.

No entanto, em posse dessas primeiras entrevistas e após uma análise do instrumento de pesquisa, foi necessário que o mesmo passasse por alterações, em conformidade com o embasamento teórico adotado, a fim de torná-lo menos diretivo. Assim, várias questões foram suprimidas ou modificadas, outras foram incluídas, na tentativa de permitir uma maior fluidez no discurso da criança, com o intuito de colher novos dados que possibilitassem ou não verificar a validade das interpretações – um ajuste que conduziu à análise final.

O novo instrumento, menos diretivo, seria aplicado a crianças possuidoras de animais de estimação que mantivessem um contato com um médico veterinário, pois este poderia nos indicar os sujeitos cuja interação com o animal fosse um tanto estreita. Dessa forma, entramos em contato com os seguintes médicos veterinários que atendem em Maringá

e região: o Dr. Egon José Fuck, a Dr.^a Eliane Fuck – ambos da “Clínica Veterinária S.O.S. Animal” –, o Dr. Mauro L. C. Cardoso, e a Dr.^a Giovana G. C. Cardoso – estes da “Clínica Veterinária Empório dos Bichos”. Todos eles prontamente nos indicaram algumas crianças para nossa pesquisa.

Ao todo realizamos nove entrevistas. Os sujeitos foram designados pela letra inicial do primeiro nome. Entretanto, como houve casos em que o primeiro nome de dois sujeitos começa pela letra “L”; e de outros dois, pela letra “M”, optamos por identificar esses sujeitos pelas iniciais de seus dois primeiros nomes.

Temos que observar que, por um problema de comunicação ao telefone, quando ajustávamos o dia e o horário da entrevista com a mãe, um dos sujeitos (“M”) incluídos na pesquisa conta com idade além da delimitada para esta pesquisa – estava com 10 anos. Porém, só pudemos constatar o equívoco quando chegamos à residência da criança. No entanto, como se trata de um material muito rico para este trabalho, resolvemos incluí-lo na análise dos dados.

8.1 ELEMENTOS EXTRAÍDOS DAS ENTREVISTAS

A seguir, enumeramos algumas das funções desempenhadas pelos animais de estimação na interação com seus donos, ilustradas por excertos abstraídos das entrevistas em anexo. Como era de se esperar, além das funções atribuídas ao animal pela criança também surgiram outras atribuídas por um ou ambos os responsáveis. Dessa forma, subdividimos este item em dois: “8.1.1 As Funções Atribuídas ao Animal Pela Criança” e “8.1.2 As Funções Atribuídas ao Animal por um ou Ambos os Responsáveis”. Embora este último tópico não se relacione ao nosso objeto de estudo, julgamos interessante inseri-lo –

assim como o tópico 8.1.1 – por seu valor quanto ao papel do animal de estimação no que tange a psicologia do desenvolvimento, como vimos no capítulo destinado a esse tema.

8.1.1 As Funções Atribuídas Pela Criança ao Animal

8.1.1.1 O animal desempenhando funções de um objeto transicional:

“O L. quer a atenção toda para ele. Ficava rebelde se eu não lhe desse atenção; dizia ‘Mãe, você não me ama mais?’ Mas já não faz mais isso” – a partir da chegada do cãozinho (mãe de L.A.).

“Ficava o tempo todo atrás de mim. Agora gasta o tempo com o cão, conversando, carregando-o.” (mãe de L.A.).

“Já pediu para deixar dormir no quarto. Quando a Pitucha era filhotinho, dormia no quarto.” (mãe de L.M.E.).”

M., era tão apegado ao seu coelhinho, o Neguinho, e aos 10 anos ainda fazia uso de uma fralda como objeto transicional, para aliviar o medo no momento de dormir:

“A fraldinha... sempre tinha uma fraldinha, né? usava...” (mãe de M.)

“Até hoje eu uso [a fraldinha], né? tem vez...” (M.).

Logo, parece-nos razoável que seu coelho também possa desempenhar em determinados momentos algumas funções de um objeto transicional.

Notemos que a criança G. não leva o peixinho para o quarto para preservar a vida do mesmo – na sua fantasia:

“Falo boa noite para Mickey. Ele fala “Boa noite, G.”. Não posso levá-lo para o quarto e colocá-lo em cima do guarda-roupa. O gato pode pular e pegar o Mickey.” (G.)

Contudo, se julgasse possível tê-lo consigo no quarto, o faria, pois no momento de dormir dispõe de objetos transicionais, como é possível constatar nesta fala de sua mãe:

“Nunca pediu para dormir com ele (o peixinho) no quarto. Toda noite ele dorme com um brinquedo, ou um livro. Não todos os dias. Pede para contar estórias, então dorme com o livro. Se vai dormir na cama dele, já leva um brinquedo junto.” (Mãe de G.)

Comentemos agora alguns excertos da entrevista de W.: a mãe diz que o garoto desde o primeiro dia em que saiu do hospital, põe o dedo na boca e esfrega com os outros dedos uma etiqueta. E até hoje, **“Quando ele vai dormir, põe o dedo na boca e esfrega a etiqueta”** (mãe de W.). A avó materna quis lhe dar uma chupeta, mas ele a recusou. A mãe nos mostra um cobertor de quando ele era recém-nascido: **“Olha o cobertor! O que era um cobertor! Hoje só tem um pedaço! E olha o cheiro! A cor! Também... de arrastar pra lá e pra cá...”** (mãe de W.). Com esses comentários, podemos notar que W. faz uso de um objeto transicional.

Agora, remetemo-nos ao seu cãozinho Tico. A mãe nos diz: **“Ele gosta muito dele. Acho que para ele que é praticamente sozinho, brinca direto... acho que é como um amigo. É como se fosse um companheiro mesmo”** (mãe de W.). E acrescenta que o animal já esteve para morrer por 2 vezes. **“Ele foi medicado, e o W. falava que não queria que o Tico morresse. Só não é mais apegado porque ele estuda na parte da tarde, e o tempo que ele tem mesmo é só no final de semana. Mas quando está em casa, é sempre**

ele, e o Tico atrás dele” (mãe de W.). Pelo apego ao animal e o concomitante uso de um objeto transicional no momento de dormir, cremos ser plausível afirmar que o garoto possa atribuir ao seu cãozinho, em determinados momentos, algumas das funções de um objeto transicional.

8.1.1.2 Mudança de atitudes em relação aos familiares e pessoas mais próximas a partir da aquisição de um animal de estimação:

“Está bem mais amorosa. É muito amorosa.” (mãe de L. M).

“Não sabemos a razão, mas está mais dócil. Brinca como se fossem amiguinhos. Brinca com o pai de ‘cavalinho’” – *o pai é o cavalo.*
(mãe de G.)

“Achei o L. diferente, com a convivência com o Dinguinha. Ele era muito nervoso. Não fica grudado com o cachorro, porque eu não deixo. O L. dava muito trabalho para levantar cedo. Agora, com o Dinguinha, ele diz ‘Solta o Dinguinha, que eu levanto’. Quando eu solto o cachorro, ele vai direto para a cama do L.; pula em cima, acorda o L. Melhorou muito o relacionamento. Ele já admirava os cachorrinhos que o avô possuía. Ficava o tempo todo atrás de mim. Agora gasta o tempo com o cão, conversando, carregando-o.” (mãe de L.A.).

8.1.1.3 O animal provocando mudanças no modo de analisar a existência:

Quanto à pergunta “Como era sua vida antes de ele aparecer? Acha que melhorou? Por quê?”, obtivemos as seguintes respostas:

“Mais feliz.” (G.);

“Melhorou.” (L.M.).

8.1.1.4 Identificação com um ser vivo também dependente de um provedor:

“Tem paixão pelo peixe. Trata a todo momento; quer vê-lo a toda hora.” (mãe de G.)

“Ficava o tempo todo atrás de mim. Agora gasta o tempo com o cão, conversando, carregando-o.” (mãe de L.A.)

“Quando nenê, dava resto da mamadeira para a cachorrinha; dizia “Mãe, vou deixar para a Pitucha. Queria colocar roupa; emprestar o “shampoo”, a chupeta, para a Pitucha.” (mãe de L.M.).

“O dia inteiro ele está cuidando dos bichinhos. Mas, primeiramente, os bichinhos. Ele levanta cedo, escova os dentes, toma café e vai cuidar dos bichinhos.” (mãe de M.)

Perguntada **“Se a Pitucha falasse, o que acha que ela diria para você?”**, L.M. respondeu: **“Mamãe”**.

8.1.1.5 O animal funcionando como um confidente:

Para a pergunta **“Você conta seus segredos para ele(a) – o animal?”**, temos as seguintes respostas:

“Conta. Fala dos amiguinhos.” (G.)

8.1.1.6 O animal enquanto um catalisador social, que pode trazer reconhecimento social:

Para a questão **“Você fala dele(a) para seus coleguinhas? O que você fala?”**, um dos entrevistados respondeu:

“Sim. Fala que ele é gordinho.” (G.)

8.1.1.7 Identificação com animal indicando a rivalidade entre irmãos:

Em relação à pergunta “Você conversa com ele(a)?”, eis uma das respostas:

“Sim. Fica quieto! Ele não fica. Fica bagunçando. Ele pega o peixinho do meu irmão e fica brigando.” (G.)

8.1.1.8 O animal considerado como um rival em relação ao afeto materno:

“(…) Eu falo para o Dinguinha: “Vem, filhinho”. Aí o L. diz “O filhinho seu está correndo atrás de você”. Eu converso com o Dinguinha.” (mãe de L.A.).

“(…) (L.A.) Dá tapas nele, mas eu interfiro. Ele diz ao Dinguinha “Você é chato! Você é nojento! Não quero graça!”. Fica emburrado. Mas passam alguns minutos e já está brincando com ele.” (mãe de L.A.).

A mãe diz que L. tem muito ciúmes do Dinguinha. Não aceita que a mãe brinque com seu cãozinho. No trecho seguinte, podemos notar a ambivalência de sentimentos do garoto em relação ao animal :

“O L. ateou fogo em casa, há cerca de um mês e meio. Fez uma “fogueirinha” debaixo de sua cama. Foi uma semana e meia depois que o cãozinho veio para casa. Ele viu tudo; os bombeiros. Eu apaguei o fogo. Ele gritava para salvarem a mãe. Disse: ‘Mãe, já pensou se o Dinguinha tivesse morrido?’; ‘Se tivesse deixado o Dinguinha, ele teria virado churrasquinho’”. (mãe de L.A.)

Considerando a rivalidade com o cãozinho, já mencionada, notemos que o incidente ocorreu logo após a inclusão do animal naquela casa. Talvez o fato de o garoto pedir para que os bombeiros salvassem sua mãe, juntamente com a preocupação em relação à

possibilidade de o animal ter morrido, surgira a intenção inconsciente de provocar a morte do animal para ficar com a mãe inteiramente para ele.

8.1.1.9 O animal imaginado como um defensor:

“Eu vou mudar pra perto da casa do vovô. Eu estou assustado, com medo. Minha mãe não apaga todas as luzes. Eu acordo a mãe. Ela não briga. Se ela brigasse comigo, eu mandaria o Dinguinha me proteger.” (L.A.)

8.1.1.10 O animal como objeto ao qual a criança dirige o ódio em relação aos genitores:

“Quando eu chamo a atenção dele, ele desconta no cachorro. Faz dele um saco de pancada. Converso muito com o L.” (mãe de L.A.)

8.1.1.11 O animal como um outro membro da família ou um amigo próximo:

“(…) Uma amiguinha. Inclusive na escola, a professora pede para desenhar a família, ela [D.] desenha a Florzinha e escreve ‘minha irmãzinha’, né, filha?’. (mãe de D).

“Ele gosta muito dele. Acho que para ele que é praticamente sozinho, brinca direto... acho que é como um amigo. É como se fosse um companheiro mesmo.” (mãe de W.).

8.1.1.12 A Interação com o animal como uma oportunidade para desenvolver o vínculo afetivo:

“Mas daí ele foi embora com o pai. Ficou doente e foi embora, né? filha?” – nesta passagem a mãe de A. C. está se referindo à morte do animal, que foi encoberta.

No excerto acima, sem podermos analisar o contexto, afirmamos que a mãe de A. C. perdeu uma oportunidade pedagógica de ensinar à filha sobre o morrer. Mas cremos que esse fato pode ser até deixado de lado; na verdade, preocupa-nos as conseqüências em se ter dito que o animal ficou doente e foi embora. Isso para o imaginário da criança é grave: primeiro, corre-se o risco de não se reforçar o valor dos vínculos afetivos; segundo, essa explicação pode gerar suspeitas de que se o cachorro pôde tê-la abandonado, talvez seus genitores também o façam. Talvez essa ansiedade esteja expressa na resposta à pergunta “Se a Meg falasse, o que você gostaria que ela falasse para você?": A. C.: **“Eu gostaria que ela falasse para mim que ela brincaria todo dia comigo”**.

8.1.1.13 A não-percepção de sua natureza humana e/ou o desejo de ingressar no mundo animal:

Na entrevista de A. C., na pergunta “E se os peixes falassem? O que gostaria que eles falassem para você?”, encontramos um dado curioso: a garota dá mostras de não colocar traços demarcatórios entre sua natureza e a desses animais. Ao responder **“Que eu brincasse com eles”**, A. C. demonstra o desejo de ser “convidada” pelos peixes para que possa brincar com eles.

Ainda podemos aludir às observações feitas por Françoise Dolto – como vimos anteriormente – a respeito dos conflitos da fase intra-uterina ou aos da fase próxima à vida intra-uteriana.

8.1.1.14 Uma criança aparentemente sem objetos transicionais:

Ao lermos a entrevista de F., parece-nos que ele não passou pelos fenômenos transicionais. Ao perguntarmos a sua mãe se quando ele era bebê levava uma parte do lençol ou do cobertor à boca, se sugava os dedos, obtivemos respostas negativas. Inclusive sua mãe acrescentou **“(...) Não pegou chupeta, nem fralda. Nada”**. Foi amamentado ao seio durante 10 meses. O desmame foi feito sem traumas, o bebê aceitou tranqüilamente a mamadeira, como coloca a mãe. Quando perguntamos sobre a intensidade do apego a ela, responde: **“Era bem apegado mesmo”**. Indagamos se ele dispunha de algum bonequinho – um objeto transicional, ao que a mãe responde: **“Não. Que eu me lembre... assim... não. Era só eu, ele, bola, carrinho”**.

Parece-nos que o desenvolvimento deste garoto durante seus primeiros meses de vida guarda algumas semelhanças com o do garoto “X”, apresentado por Winnicott, em “O brincar e a realidade”: “X”, diferentemente de F., não se alimentou por nenhuma outra via depois do desmame, como mamadeira, por exemplo. Também nunca chupara o polegar ou os dedos e também teve uma *“(...) ligação muito forte e precoce a ela própria [a mãe], como pessoa, e era de sua pessoa real que ele necessitava”* (WINNICOTT, 1975, p. 20).

8.1.2 As Funções Atribuídas ao Animal por um ou Ambos os Responsáveis

8.1.2.1 O deslocamento das agressões, castigos, e censuras feitos pelos pais sobre o animal, que na realidade são destinados a seus filhos:

O excerto da entrevista de A. C. **“(...) Mas ela não brinca mais com a Meg porque eu não deixo, porque ela solta muito pêlo e não fica dentro de casa, né? (...)”**

seguido da defesa da filha **“(...) Mas quando tem um cocozinho dela, eu vou catar e levo pro lixo”** indica-nos pelo menos uma severidade imposta na interação da garota com sua cocker spaniel.

Todos os animais foram presenteados pelo pai da criança. Remontando à época do nascimento de A. C., quando perguntamos se ela era muito apegada à mãe, esta afirma:

“(...) Mais ao pai do que a mim. Ele ficava com ela mais tempo. Eu trabalhava muito cedo. Eu tinha que sair muito cedo. Aí, ele parou de trabalhar para cuidar dela, até achar um emprego com um horário melhor, né? Aí, ele que a levava para a escolinha... ele trocava a fralda de manhã, dava mamadeira. Então, ela era mais apegada a ele do que a mim. Agora, que estou mais em casa, ela está mais apegada a mim”
(mãe de A. C.).

Parece-nos, que por motivos inconscientes, a mãe de A. C., desloca sua hostilidade de maneira direta – a princípio dirigida à filha. Na verdade, essas censuras e restrições impostas aos animais da casa recaem sobre a menina, pois deve sofrer com tudo isso. Haja vista a resposta transcrita acima a respeito da afirmativa da mãe de que não deixa a cachorra ficar dentro de casa pela sujeira, melhor dizendo, pelos pêlos deixados: **“(...) Mas quando tem um cocozinho dela, eu vou catar e levo pro lixo”** (A. C.). Pêlo nos remete a pele, a contato físico. O que parece incomodar essa mãe são os animais dados pelo pai à filha, pois simbolizam o bom relacionamento que o pai já pôde estabelecer com ela desde o seu nascimento, preparando mamadeiras, trocando fraldas, chegou a trocar de emprego para conciliar o horário para cuidar da filha, etc. E a mãe não; por contingências de seu emprego, como ela coloca. Senão, vejamos: o fato de a mãe permitir que os passarinhos fiquem dentro de casa – aliás, ficam na sala; poderiam ficar na lavanderia –, deve-se somente para preservá-

los das intempéries, ou se permite porque a criança não pode ter qualquer contato físico com eles? Esses a filha pode ficar “(...) horas deitada no sofá olhando para a gaiola onde elas estão” (A. C.).

8.1.2.2 O animal de estimação como recurso educativo:

“O porquinho ele ganhou. Sei lá! Eu acho que tá é muito bom, porque se ele não tivesse isso daí, ele iria querer ir para a rua, né? E rua, sabe como que é hoje, né? Eu procuro o máximo segurar aqui dentro pra não ir pra rua, né? Então o tempo que ele não tá aqui assistindo desenho, tá estudando, ele tá lá, brincando com os animais, cuidando (...)” (mãe de M.).

A mãe vê no animal um aliado para manter o filho o maior tempo possível em casa, longe dos riscos de desvios de conduta que a “rua” pode oferecer.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando nos primeiros contatos de ordem econômica de subsistência dos mesolíticos (LEROI-GOURHAN, 1968) – que iniciaram a criação de animais em cativeiros –, e na interação cada vez mais estreita com os animais, ao ponto de terem sido trazidos para a área da saúde, funcionando como co-terapeutas na Terapia Mediada por Animais, podemos perceber que se trata realmente de uma interação singular. É certo que algumas espécies convivem entre si por serem dependentes umas das outras por questões de ordem da sobrevivência, enquanto organismos com necessidades fisiológicas. Em relação às espécies *Homo sapiens* e particularmente a *Canis familiares*, estabeleceu-se entre elas um “comensalismo psíquico”.

Considerando a hipótese de que o animal de estimação pode exercer alguma(s) função(ões) de um *objeto transicional*, empenhamo-nos em buscar elementos teóricos e dados obtidos através de relatos dos pais e das próprias falas das crianças para o desenvolvimento deste trabalho. Todavia, por tratar-se de uma pesquisa envolvendo uma interação psicológica entre espécies movidas por instintos, pulsões e desejos, quanto à refutação ou confirmação dessa hipótese, parece-nos que os excertos extraídos das entrevistas e arrolados na análise de dados são sugestivos, apontando para a confirmação de que em certos momentos a criança solicita a seu animal que desempenhe funções de um objeto transicional, de modo que seu amigo não-humano “comporte-se mais ou menos como um ursinho de pelúcia”. Mas de fato capaz de mover-se, de proporcionar-lhe calor, dotado de textura peculiar, capaz ainda de demonstrar que possui vitalidade ou realidade próprias – algumas das características que a criança atribui a seu objeto transicional, como coloca Winnicott.

Por tratar-se de uma pesquisa de natureza mais teórica do que de campo, encontramos nos autores consultados subsídios para estruturarmos uma boa base para essa pesquisa qualitativa e suas decorrentes conclusões.

Com o concurso da Sociologia e por intermédio dos pontos de vista da Etologia e da Psicanálise, procuramos propiciar uma leitura bio-psico-social sobre o fenômeno da interação homem-animal. A Etologia (BERNARD & DEMARET, 1996) situa nossos primeiros contatos com os animais na esfera da convivência tribal, da qual resultaram capacidades psicológicas que herdamos de nossos ancestrais. A Sociologia (BAUMAN, 1998) descobre os laços que envolvem o ser humano ao ambiente social, diagnosticando que o mal-estar da Pós-modernidade provém da nossa falta de segurança. Por sua vez, a Psicanálise (WINNICOTT, 1975) fornece uma leitura para a sustentação desse vínculo entre espécies tão diversas, mantido por ser essa interação uma das formas que o ambiente cultural nos apresenta para aliviar as tensões entre o mundo psíquico e o mundo dos objetos externos – por intermédio dos *espaços potenciais* –, cada vez mais angustiantes nos tempos pós-modernos.

Em Winnicott, encontramos a teoria que suporta a hipótese, em conjunto com a Etologia e a Sociologia. Partindo do princípio de que necessitamos encontrar espaços potenciais, por serem imprescindíveis para nossa saúde mental, é visível que as atividades culturais, o brincar, estão a se oferecer para tal. E o animal é um ente integrante do ambiente em que produzimos cultura, sendo ele mesmo um ente que inserimos no nosso espaço cultural. Isso nos permite afirmar que é indiscutível que na interação homem-animal cria-se um espaço potencial, que pode ser utilizado por crianças, adolescentes e adultos.

A criança quando surge no mundo já encontra os animais de estimação convivendo com os adultos. Estes apresentam-lhe o animal como um ser integrante do mundo e com quem podemos interagir brincando, ou apenas permitindo que fique ao nosso lado. O

animal é um componente do mundo tão natural como uma fralda, um cobertor, uma chupeta, um bichinho de pelúcia – os objetos transicionais –, pois são objetos reais do mundo, de modo que aceitamos naturalmente que crianças brinquem com um chocalho – tanto que são fabricados e comercializados.

Pois bem. Se o espaço potencial oferecido, por exemplo, pela interação homem-animal é essa região intermediária que “(...) continua de modo direto a área do brincar da criança pequena que se encontra ‘perdida’ em sua brincadeira” (WINNICOTT, 2000, p.329), é possível um animal de estimação seja eleito por uma criança para ser invocado em alguns dos momentos de ansiedade e faça as vezes de um objeto transicional.

Todavia, a posse de objetos na tenra infância pura e simplesmente não nos permite que os denominemos de objetos transicionais. Como já vimos, há algumas características da relação criança-objeto que atribuem ao objeto a função de transicional. Primeiramente, a criança deve ter antes experienciado os fenômenos transicionais – recordemos caso do garoto a quem Winnicott atribuiu o pseudônimo “X”, apresentado neste trabalho. Sendo assim, estendendo essa observação a respeito de objetos inanimados aos animados em relação aos casos clínicos transcritos neste estudo, não podemos afirmar que em todos eles ao animal foi atribuída uma ou mais funções de um objeto transicional. Em alguns, como pudemos analisar, há indícios que nos conduzem a uma conclusão afirmativa. Porém, generalizar seria incorrer em lastimável equívoco.

Na verdade, além do objetivo concernente a uma dissertação de mestrado, que, espera-se – sempre se espera – poderá produzir algum conhecimento por menor que seja em prol da espécie humana, há outros objetivos subjacentes. Um título, dependendo do *quantum* de orgulho intrínseco do indivíduo, ou fará deste seu escravo (e, paradoxalmente, carrasco de outros humanos), ou um ser que saiba usá-lo – nas palavras de Winnicott. Mas,

além dos objetivos já citados, ainda vemos um outro em relação a este trabalho, especificamente. Aí sim assumimos a pretensão de querer contribuir de alguma forma para que algum dia a vida dos animais se torne digna. É uma tentativa de agregar à existência desses seres valores abstratos. E o mais difícil: que os indivíduos da espécie humana passem a considerá-los. Mesmo em relação aos animais mais próximos, os domesticados que se tornam na melhor das hipóteses “de estimação”, a maioria das pessoas não se dão conta de que um cão¹³² tem muito mais a nos oferecer do que mera companhia. Vale repetir: ele nos oferece amor incondicional. Para a maioria dos adultos, um animal de estimação pode não passar de um “brinquedo vivo”, pois ainda vêem nele apenas um autômato. Mas de uma criança espera-se que considere seu animal de estimação como um “brinquedo vivo”, pois, além de demonstrar sua sensibilidade natural para tanto (LEVINSON, 1969), é um sinal de saúde mental – como provavelmente diria Winnicott¹³³.

Desse modo, um cão não “valeria” apenas porque guarda a casa, mas também porque sente e retribui afeto, amor aos que com ele convivem; um gato não “serviria” apenas porque caça ratos, mas porque também corresponde afetuosamente. Em relação aos

¹³² Citamos os cães por serem, de uma forma geral, os animais que demonstram um nível de interação maior com o ser humano. Além disso, dentre as características vantajosas que Corson & Corson encontram nos *Canis familiares* para adotá-los como co-terapeutas estão sua “(...) ampla seleção de raças disponíveis (oferecendo uma variedade de tamanhos e de padrões comportamentais) e um grande repertório de reações (...)” que esses animais podem apresentar (em BERGLER, 1988, p. 40, tradução nossa). E isso pode ser estendido à interação criança-animal no âmbito familiar, de modo que os pais podem escolher um animal pertencente a uma raça com um padrão comportamental mais adequado ao seu filho, pensando também que no momento da escolha, o padrão racial ligado ao porte do então filhote mais cedo ou mais tarde poderá oferecer riscos no contato físico com a criança. Mas, para a criança, outros animais podem ser considerados tão próximos como um cão, pois, como vimos, o animal assume características psicológicas segundo sua fantasia, de modo que, por exemplo, um peixe separado pelo vidro do aquário pode ter representações significativas, como lemos em Dolto (1999), nas páginas 128 e 129 desta dissertação.

¹³³ Como sugere este excerto: “Dê um grande valor à capacidade da criança de brincar. Se uma criança brinca, há lugar para um sintoma ou dois, e se ela gosta de brincar tanto sozinha quanto com outras crianças, não há problemas graves em funcionamento. Se ao brincar ela tem prazer em usar uma rica imaginação e se, além disto ela também gosta de jogos que dependem da percepção exata da realidade externa, você pode se considerar feliz, mesmo que a criança em questão molhe a cama, gagueje, seja temperamental, tenha ataques de mau humor ou de depressão. O brincar mostra que essa criança é capaz de, dado um ambiente razoavelmente bom e estável, desenvolver um modo de vida pessoal, e eventualmente tornar-se um ser humano total, desejado graças a isso, e bem-vindo pelo mundo em torno” (em NEWMAN, 2003, p. 300-301)

animais silvestres, uma onça não valeria pelo preço de sua pele, mas pela sua “posição” no ecossistema; a vida de um elefante ou um hipopótamo não seria avaliada pela quantidade de marfim que possam “render”, etc.

Mas como muito apropriadamente colocam Erik Fromm¹³⁴ e Huberto Rohden¹³⁵, o homem vive a luta entre o ser e o ter – a maioria apegando-se afoitamente ao ter.

E se as relações com os próprios membros de sua espécie fundam-se no ter, motivadas por interesses mesquinhos de acumular riquezas, de modo que não titubeiam em despojar alguém para seu próprio benefício – o que podemos esperar em relação aos indivíduos de outras espécies, que para esses humanos parecem nada sentir, nada sofrer?

A conscientização ecológica pressupõe cumplicidade para a manutenção da vida, como uma negativa à aniquilação. O que não significa que encerra em seu bojo o amor, a consideração. É claro que esse passo é necessário, pois parece que temos que primeiramente “sentir na pele”, para depois assimilarmos algum aprendizado. Naturalmente, melhor seria se despertasse em cada indivíduo a consideração pelo outro. E sem verificar se esse outro é semelhante ou não, como indivíduo da sua espécie ou não. Em outras palavras, isso significa amar.

A psicologia felizmente surgiu para esclarecer muitas coisas que passam no nosso mundo psíquico, desvelar os fenômenos inconscientes, permitir a aquisição de um padrão de comportamentos mais adequado e funcional, e no campo da interação homem-animal busca desvelar uma faceta do emaranhado das inter-relações possíveis entre seres de espécies diversas, etc. E nesse campo, que abrange os afetos, podemos verificar os benefícios da interação com o animal, por exemplo, nas visitas dos “terapeutas-animais” da Dr.^a

¹³⁴ FROMM, E. *Ter ou ser?* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

¹³⁵ ROHDEN, H. *Educação do homem integral*. São Paulo: Martin Claret, s/d.

Hannelore Fuchs ao Hospital da Criança. Pois, como coloca Viviane Cohen Nascimento, enfermeira e coordenadora do Espaço Criança daquela Instituição, em seu comentário sobre a primeira visita experimental: “nunca foram vistos tantos sorrisos em um só dia no hospital” (O USO DOS..., 1999, p. 29). Dessa forma, seja em instituições que adotam programas de visitas periódicas de animais, ou naquelas que os mantêm permanentemente, seja em casa – desempenhando uma ou mais funções de um objeto transicional –, concordamos com William Thomas¹³⁶: os remédios nem sempre vêm em frascos, podendo vir sobre (sic) outra forma de apresentação: quatro patas.

¹³⁶ Criador do *Eden Alternative*, já mencionado na página 122.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA Sagrada. *A ansiosa solicitude pela vida*. Em Mateus, 6:26. **Os livros do Novo Testamento**. Distrito Federal: Sociedade Bíblica do Brasil, 1990. p. 11.

ABERASTURY, A. **Psicanálise da criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

_____. **Abordagens à psicanálise de crianças**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

ABRAM, J., Transicionais, Fenômenos, In: **A Linguagem de Winnicott** - Dicionário das Palavras e Expressões Utilizadas por Donald, W. Winnicott tradução Marcelo Del Grande da Silva; Rio de Janeiro, Revinter, 2000, p.253-265.

ALEMANHA garante direitos dos animais em sua constituição. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 mai. 2002. Disponível em: <<http://www.estadao.com.pt/agestado/noticias/2002/mai/17/186.htm>>. Acesso em 14 dez. 2002.

ANIMAIS, cinema e cia, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.animaiscinemaecia.com.br/>>. Acesso em 12 jan. 2003.

ARAÚJO, C. A. Bestas políticas. **Terra**, São Paulo, n.º 125, p. 26-31, set. 2002.

BAUMANN, Z. **O mal-estar na pós modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BERGLER, Reinhold. *Man and dog – the psychology of a relationship*. Oxford: Blackwell Scientific Publications, 1988.

_____. *Man and cat – the benefits of cat ownership*. Oxford: Blackwell Scientific Publications, 1989.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARD. P.; DEMARET, A. *Why have pets? Present and permanent reasons*. [artigo científico]. 1996. Disponível em: <<http://www.users.skynet.be/ethologia/study.html>> Acesso em 18 out. 2002.

BEZERRA JÚNIOR, B. C. **Noção de indivíduo – reflexão sobre um implícito pouco pensado**. Dissertação (mestrado). Instituto de Medicina Social. Universidade do Rio de Janeiro, 1982

BRASIL. Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. **Decreto 24.645/1934**. Estabelece medidas de proteção aos animais. Disponível em <<http://www.carrocinhanuncamais.com/decreto24645.html>>. Acesso em 20 jan. 2003.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Lei Federal 9.605/1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.carrocinhanuncamais.com/decreto24645.html>>. Acesso em 20 jan. 2003.

BUZZI, A. R. **Introdução ao pensar – a linguagem, o conhecimento, o ser**. Petrópolis: Vozes, 1987.

CEMIGNANI, G. *Setor cresce desde 1995 e movimenta US\$ 750 milhões*. **O Estado de São Paulo**, São Paulo. Disponível em <http://200.182.48.138/RealMedia/ads/click_lx.ads/www.estado.estadao.com.br/suplementos/paineldenegocios/63503016/Right2/default/empty.gif/63386533633232633364623834616430>. Acesso em 6 jan.2003.

COLBERT, E. H. *Evolution of the vertebrates – a history of the backboneed animal through time*. New York: John Wiley & sons, inc. 1969.

D'AMBROSIO, O., Um dia de gato. **Jornal da UNESP**, jan.-fev./2000, p.7.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos dos Animais. APASFA – Associação Protetora dos Animais São Francisco de Assis. Disponível em <<http://www.apasfa.org/leis/declaracao.shtml>> Acesso em 14 dez.2002.

DOLTO, F. Influência dos animais e das plantas. In: **As etapas decisivas da infância**, tradução Maria Ermantina Galvão; São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.245-264.

DOMINGUES, O. **Introdução à zootecnia**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola – Ministério da Agricultura. 1968.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

ESPECISMO. Disponível em: <http://www.veganoutreach.org/whyvegan/por/prwvact.html>>. Acesso em: 08 jan. 2003.

ESPÍRITO da Declaração Universal dos Direitos dos Animais. 2002 – 2203. Disponível em: < <http://www.pelosanimais.com/29.html>>. Acesso em 04 out. 2002.

FERREIRA, A. Buarque de Holanda, **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FAGUNDES, A. J. F. M. **Meus astros**. [on line] Mensagem pessoal enviada para o autor. 10 fev. 2003.

FIGUEIREDO, Luiz Cláudio Mendonça. **A invenção do psicológico**. São Paulo:Escuta/ EDUC, 1992.

FREUD, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Em FREUD, S. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Rio de

Janeiro: Imago Editora, 1997, v. VII, CD-ROM.

_____ *Escritores criativos e devaneio*. Em FREUD, S. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997, v. IX, CD-ROM.

_____ *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides)*. Em FREUD, S. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997, v. XII, CD-ROM.

_____ *Animismo, magia e a onipotência de pensamentos*. Em FREUD, S. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997, v. XIII, CD-ROM.

_____ *Pulsões e destino das pulsões*. Em FREUD, S. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997, v. XIV, CD-ROM.

_____ *Sobre o narcisismo: uma introdução*. Em FREUD, S. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997, v. XIV, CD-ROM.

_____ *Conferências introdutórias sobre psicanálise*. Em FREUD, S. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997, v. XVI, CD-ROM.

_____ *Além do princípio do prazer*. Em FREUD, S. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997, v. XVIII, CD-ROM.

_____ *Dois verbetes de enciclopédia*. Em FREUD, S. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997, v. XVIII, CD-ROM.

_____ *Psicologia de grupo e a análise do ego*. Em FREUD, S. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997, v. XVIII, CD-ROM.

_____ *Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*. Em FREUD, S. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997, v. XIX, CD-ROM.

_____ *O ego e o id*. Em FREUD, S. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997, v. XIX, CD-ROM.

_____ *Inibições, sintomas e ansiedade*. Em FREUD, S. **Edição Eletrônica Brasileira**

das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997, v. XX, CD-ROM.

_____*Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*. Em FREUD, S. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997, v. XXII, CD-ROM.

_____*Moisés e o monoteísmo*. Em FREUD, S. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997, v. XXIII, CD-ROM.

_____*Esboço de psicanálise*. Em FREUD, S. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997, v. XXIII, CD-ROM.

FUCHS, H. **O animal em casa – um estudo no sentido de des-velar o significado psicológico do animal de estimação**. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, 1988. v. I, 185 p.

_____**Terapia mediada por animais**. [on line] Mensagem pessoal enviada para o autor. 08 ago. 2002.

GEM – um jeito novo de viver. Disponível em:
<<http://www.gaby.com.br/curiosidades/ethel.htm>>. Acesso em 14 jan. 2003.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____, **A transformação da intimidade**. São Paulo: UNESP, 1993.

GORILA compõe músicas e lança disco na Califórnia. Disponível em
<<http://www1.uol.com.br/bichos/noticias/reuters/ult297u107.shl>>. Acesso em: 07 nov. 2002.

HERRMANN, F. A.; ALVES LIMA, A. (Org.), **Melanie Klein: psicologia**. São Paulo: Ática, 1982.

HOUAISS, A. (Edit). **WEBSTER'S. Dicionário Inglês-Português**, Rio de Janeiro: Record, 1987.

KANZI. Disponível em <<http://www.gsu.edu/~wwwlrc/biographies/kanzi.html>>. Acesso em 08 dez. 2002.

KILBORN, P. T. Cresce nos EUA a procura por cães farejadores de dinheiro e bombas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 nov. 2001. Disponível em:
<<http://www.blacklab.com.br/clipping1.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2002.

KLEIN, M. **Inveja e gratidão – e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

- KOSTMAN, A. Um caso de amor animal. **Veja**, 23 abr. 2003, edição 1799. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/230403/populacao_caes.html>. Acesso em 23 abr. 2003.
- LAPLANCHE, J., PONTALIS, J. B. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LEROI-GOURHAN, A. et al. **Pré-história**. São Paulo: Pioneira – EDUSP, 1981.
- LEVINSON, Boris M., *Pet-Oriented Child Psychotherapy*. Springfield: Charles C. Thomas, 1969.
- LINS, M. I. A. O jogo dos rabiscos. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 24, n.º 2, p.191-210, 1990.
- MARX, Melvin H. & HILLIX, William A. **Sistemas e teorias em Psicologia**. São Paulo: Cultrix, 1993.
- MATTIOLI, O. C. **Profissionais de educação infantil: em busca de uma identidade**. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – UNESP, 1997, 334 pág.
- MENDES, J. C. **Introdução à Paleontologia Geral**. Rio de Janeiro: Biblioteca Científica, s/d.
- MÜLLER, M. S.; CORNELSEN, J. M., **Normas e padrões para teses, dissertações e monografias**. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2003.
- NAHRA, C., **Igualdade para os animais?**. 2000. Disponível em <<http://www.terra.com.br/planetanaweb/flash/reconectando/plantasebichos/etica02.htm>>. Acesso em 22 jan. 2003.
- NASCENTES, A., **Dicionário de sinônimos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- NEWMAN, A. Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais, In: **As idéias de D W. Winnicott**, tradução de Davi Bogomoletz, Rio de Janeiro: Imago, 2003, p.298-306.
- O DIREITO a não sofrer**. 2002-2003. Disponível em <<http://www.pelosanimais.com/28.html>>. Acesso em: 20 jan. 2003.
- O USO dos bichos em terapias. **Cão & Cia**. São Paulo, n. 143, p. 28-34, jul., 1999.
- OUTEIRAL, J., HISADA, S. GABRIADES, R. (Org.). **Winnicott: seminários paulistas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- RIO DE JANEIRO. Secretarias Municipais de Saúde e Promoção e Defesa dos Animais. **Decreto 19432/2001**. Proíbe Vivissecção e Práticas Cirúrgicas Experimentais nos Estabelecimentos Municipais. Disponível em <http://www.apasfa.org/leis/19432_viv_rio.shtml>. Acesso em 20 jan. 2003.

RITO, L. O pai da Mônica. **Seleções Reader's Digest**, p. 40-41, fev. 2003

SANTORO, A. & ANGELO, C. Zoológico de gênios. **Superinteressante**. São Paulo, 14 (1): 25-30, jan. 2000.

SÃO PAULO. Secretaria do Governo Municipal. **Lei 13.131/2001**. Disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo. Disponível em <http://www.carrocinhanuncamais.com/lei_tripoli.html>. Acesso em 20 jan. 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho didático-científico na universidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

SÔNEGO, R. V.; PAVAN, A. A. **Manual de apresentação de trabalhos técnico-científicos da Faculdade Adventista Paranaense**. Ivatuba: Instituto Adventista Paranaense, 2003.

SZOLLOSY, M. *Winnicott's potencial spaces: using psychoanalytic theory to redress the crises of postmodern culture* [artigo científico]. 1998. Disponível em: <<http://www.psychematters.com/papers/szollosy.htm>>. Acesso em 20 out. 2002.

STEFANO, F. Bichos terapeutas. **Emoção e inteligência**. São Paulo, 3: 48-50, fev. 2000.

TERRA nova. Disponível em <<http://www.planeta-animal.com/terra.html>>. Acesso em: 08 dez. 2002.

TOMANIK, E. A. **O olhar no espelho: "conversas" sobre a pesquisa em ciências sociais**. Maringá: EDUEM, 1994.

VALLER, E. H. R. A teoria do desenvolvimento emocional de D. W. Winnicott. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 24, n.º 2, p. 155-170, 1990.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____ *El niño y el mundo externo*. Buenos Aires: Hormé S.A.E., s/d.

_____ **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

_____ **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____ **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____ **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

YERKES Regional Primate Center. Disponível em <<http://www.acvp.org/training/registry/yrpc.php>>. Acesso em: 24 dez. 2003.

ANEXOS

ANEXO A – BUSCA BIBLIOGRÁFICA

Desconhecemos publicações em língua portuguesa no campo da Psicologia sobre a relação homem-animal. Encontramos obras acerca do comportamento animal no campo da Etologia.

A prof.^a Dr.^a Olga Ceciliato Mattioli nos forneceu um texto de Arminda Aberastury, “Como repercute nas crianças a conduta dos pais com seus animais de estimação”, extraído do livro “Abordagens à psicanálise de crianças”. Desnecessário sublinhar o fato de tratar-se de um capítulo de uma obra sobre psicanálise infantil, de modo que desconhecemos uma obra específica sobre o assunto criança-animal.

A aquisição da primeira obra específica sobre o tema ocorreu de forma “fortuita”. Ao parar numa banca e ver impresso na capa de uma revista¹³⁷ “Terapia: os bichos ajudam a curar”, só nos restava a opção de adquiri-la. Curiosamente, na matéria era comentado sobre o trabalho realizado pela Dr.^a Hannelore Fuchs, no Hospital da Criança da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, em São Paulo. Então, entrando em contato com essa instituição, conseguimos o número do telefone da Dr.^a Hannelore Fuchs. Dada a atração de nosso interesse em comum por animais, a carência de trabalhos nessa área em questão, ouvimos com sua peculiar cordialidade. Assim, ela nos proporcionou a oportunidade de entrar em contato com uma das obras de B. M. Levinson, *Pet-oriented child psychotherapy*.

De maneira também fortuita, adquirimos *Man and Dog* e *Cat and Dog*, ambos de Reinhold Bergler. Esses dois exemplares foram doados como cortesia do autor durante a IX CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE AS INTERAÇÕES HOMEM-ANIMAL”.

¹³⁷ Trata-se do exemplar n.º 3, da revista “Superinteressante Especial - Emoções”, de fevereiro de 2000.

Sobre eventos científicos sobre o tema, nos dias 22, 23, 24 de março de 2001, pudemos participar do I FÓRUM DE INTERAÇÃO HOMEM-ANIMAL, realizado em Porto Alegre. Na ocasião foram apresentados os seguintes trabalhos:

- A importância do animal de companhia na atualidade – Dr. Aaron Katcher (EUA);
- O uso de animais como agente terapêutico – Dr.^a Hannelore Fuchs (SP);
- Tópicos de psicologia comparada – Prof. Antonio Jayro Fagundes (SP);
- *Pet* no sistema familiar – Dr. Jorge Preger (RS);
- *Pet* na escola – Dr.^a Cristiane Moll Vianna (RJ);
- *Scargot* na escola – Dr.^a Maria de Fátima Martins (SP);
- Metodologia lúdica – Dr. Gilberto Miranda (SP);
- Porque o bem-estar humano depende dos animais – Dr. Aaron Katcher (EUA);
- Cães guias – Prof.^a Ethel Rosenfeld (RJ);
- Políticas públicas e legislação frente as atividades assistidas por animais – Dr.^a Viviane Benini (SP), Dr.^a Rosângela Noble Garcia (RS), Dep. Onyx Lorenzoni (RS), Ver. Édison Nunes (RS);
- Velhos, cães e gatos – interpretação de uma relação – Dr.^a Marília Berzins (SP);
- Ética em pesquisa com modelos animais – Dr.^a Márcia Mocellin Raymund (RS), grupo de pesquisa e pós-graduação do HCPA;
- Terapia do apego e socialização dos animais – Dr. Mauro Lantzmam (SP);
- Comportamento animal e luto – Dr.^a Hannelore Fuchs;

- Equoterapia – Dr. José Torquato Severo (RS);
- Interação homem-animal – uma visão multidisciplinar, experiências em equipes multidisciplinares: atuações das profissões – Dr. José Torquato Severo (RS), Dr.^a Tatiana Baierle (RS), Prof. Antônio Jayro Fagundes (SP), Dr. Aaron Katcher (EUA).

Pelos títulos das palestras, podemos constatar que a maioria dos trabalhos – bem como os de tema livre, cujos títulos não dispomos – não abordam, como comentam Fuchs (1988) e Bergler (1988), o papel do animal da terapia, as razões para efeitos benéficos na terapia, os significados dos animais de estimação para as pessoas, as funções psicológicas por eles desempenhadas na interação com os humanos – limitando-se a focar mais especificamente os aspectos terapêuticos dessa interação.

A observação acima também se aplica aos trabalhos apresentados na “IX CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE AS INTERAÇÕES HOMEM-ANIMAL”, realizada nos dias 13,14, 15 de setembro de 2001, na cidade do Rio de Janeiro. Abaixo seguem os títulos dos trabalhos apresentados:

- Mudar perspectivas culturais para incluir animais de cobertura no século XXI: lições do Japão – Tomoko Takayanagi-Hara, M.D. (Japão);
- A saúde humana e as influências dos animais de companhia – James Lynch, PhD (USA);
- Educação veterinária na América Latina no século XXI – incluindo animais de companhia e suas relações com pessoas – Prof. Dr. Leopoldo Estol (Argentina);

- A importância dos animais de companhia nas cidades e os tipos diferentes de relações que podem existir com tais animais – Prof. Alan M. Beck, Sc. D. (USA);
- A importância dos animais de companhia para os idosos no século XXI – Prof. Dr. Erhard Olbrich (Alemanha);
- Dimensões psicológicas do vínculo homem-animal, especialmente entre crianças – Dr. Boris Cyrulnik, M.D. (França);
- Mudar atitudes em relação a animais selvagens e a animais de companhia – Dr. Carlos Drews (Costa Rica);
- ONG's e agências governamentais trabalhando juntos para proporcionar bem-estar aos animais de companhia no século XXI – Sr. Joy Leney (Reino Unido) e Sr. Marco Ciampi (Brasil).

Infelizmente, o trabalho “Dimensões psicológicas do vínculo homem-animal, especialmente entre crianças”, inscrito nesta Conferência, cujo título nos atraiu muito pela sua conformidade com o assunto tratado nesta pesquisa, não foi apresentado devido à ausência de seu autor, o Dr. Boris Cyrulnik.

Ainda tentamos “vasculhar” algumas bibliotecas virtuais, mas não obtivemos êxito na busca, partindo dos nomes encontrados nas bibliografias dos livros consultados. Abaixo, temos os endereços consultados (Veja, 12 mar. 2002):

- The Online Books – (<http://onlinebooks.library.upenn.edu/>): mais de 7000 títulos do acervo da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos;
- Biblioteca Nacional (www.bn.br): Consulta a banco de imagens, livros raros, documentos históricos e jornais antigos.

- Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro – (www.bibvirt.futuro.usp.br): mais de 3800 obras. Link para o Projeto Gutenberg, com livros em dezesseis idiomas.

- Programa Prossiga – (www.prossiga.br): Tem divisão temática, com links para bibliotecas de vários países.

Portanto, podemos notar, por essa descrição dos caminhos percorridos em busca de material, como em algumas áreas do conhecimento carecemos de publicações especializadas impressas em vernáculo.

ANEXO B – ENTREVISTAS

ENTREVISTA COM PAIS OU RESPONSÁVEIS

Iniciais do primeiro nome da criança: G

Sexo: Masculino

Idade: 4 anos

Parte A:

1. Fale-me o que pensa sobre o relacionamento criança-animal.

O G. adora.

A cadela mordisca, brincando. Puxa. Ele tem receio, por causa do tamanho dela.

2. Fale-me sobre o relacionamento de seu filho com seu animal.

Parte B:

1. Qual é o animal de estimação de seu filho?

Um peixinho. O nome dele é Mickey. Aliás, ele mudava o nome a toda hora. Agora o chama de Mickey. Ainda tem uma cadela - que ainda não tem nome definido; dois gatos – também sem nome.

2. Qual o nome dele?

Mickey.

3. Seu filho tem irmãos?

Eduardo, com nove anos.

4. Como é a relação de posse sobre o animal diante dos irmãos?

Brigam por causa dos peixes. Não tratam da cachorra, nem dos gatos. Gostam, mas não vivem muito juntos.

5. Com que idade contava a criança, quando o animal passou a fazer parte do convívio com a família?

Já tínhamos um cachorro, o Duque. Mas ele morreu. O Lucas não chegava perto. Hoje ainda ele diz “Tem que rezar para o Duque. Ele vai voltar”.

A cadela chegou há cerca de 4 meses; o peixinho chegou no final de semana; e os gatos, há 4 meses.

6. Quais mudanças ocorreram no comportamento da criança assim que o animal foi incluído no convívio familiar?

Teve grande curiosidade pelos gatinhos, quando nasceram. A toda hora queria ficar com eles. Tem paixão pelo peixe. Trata a todo momento; quer vê-lo a toda hora.

Não observou mudanças, pois já havia o Duque. Ainda ele fica pouco tempo em casa. No final de semana, vai para casa dos avós.

7. E que mudanças no comportamento podem ser notadas durante todo o período de contato da criança com seu animal?

Já respondida anteriormente.

8. Há mudanças quanto à relação da criança-pais?

Não sabemos a razão, mas está mais dócil.

Brinca como se fossem amiguinhos. Brinca com o pai de “cavalinho” – o pai é o cavalo.

9. Já presenciou a criança conversando com seu animalzinho?

Não recordam. Presenciam o G. brincando com seus brinquedos. Brinca de escolinha. Ele imagina os amiguinhos sentados, e ele falando, dando bronca neles.

10. Lembra-se do que dizia ao seu companheiro?

Não.

11. Presenciou seu filho brigando com o animal?

Sim, com a cachorra. Dá chutes nela, quando ela o puxa pelas roupas. Então ele chama a mãe para interferir.

12. O que dizia ao animal? Que gestos fazia enquanto se dirigia ao animal?

Não se recordam.

13. Lembra-se o que aconteceu antes da “briga”? Alguma discussão com o(a) senhor(a)?

Depois de que foi necessário repreendê-lo(a) por algo que tenha cometido?

Quando chama sua atenção, ele abaixa a cabeça, ouve e diz: “Não sou mais seu amigo”. Sai de perto e vai brincar com algum brinquedo.

14. Como é a relação da criança com o animal no momento de dormir? de ir à escola?

Só o peixe dorme dentro de casa. Fica na cozinha.

Nunca pediu para dormir com ele no quarto. Toda noite ele dorme com um brinquedo, ou um livro. Não todos os dias. Pede para contar histórias, então dorme com o livro. Se vai dormir na cama dele, já leva um brinquedo junto.

15. Como ela apresenta o animal aos coleguinhas? Que palavras utiliza para apresentá-lo?

Raras vezes. Quando os gatinhos eram filhotinhos, mostrava para os colegas. Elogia muito.

16. O animal já ficou doente? A criança percebeu a indisposição do animal? Qual a reação da criança frente a eminência de sua perda?

Quando o Duque morreu, ele não ficou sabendo. Morreu repentinamente. Não perceberam a falta no dia seguinte. Os pais lhe contaram depois de 4 ou 5 dias. Falaram que ele tinha fugido. Não sentiu muito. Diz que tem que rezar para o Duque. Volta e meia se lembra.

17. Seu(ua) filho(a) já fez algum comentário sobre o animal que o(a) senhor (a) achou interessante, engraçado, ou preocupante?

Não se lembra.

18. Seu(ua) filho(a) cuida do animal? alimenta-o? cuida da sua higiene?

Ele se lembra do peixe. Aliás, até coloca muita comida.

ENTREVISTA COM A CRIANÇA

1. Você gosta de animais? De quais?

Gosto de todos.

2. O seu animal é importante para você?

É.

Parte B:

1. Que animal você tem?

Peixinho.

2. Qual o nome dele(a)?

Mickey.

3. Você o ama?

Amo.

4. Você conversa com ele?

Sim. “Fica quieto! Ele não fica. Fica bagunçando. Ele pega o peixinho do meu irmão e fica brigando.

5. Você conta seus segredos para ele?

Conta. Fala dos amiguinhos.

6. Já brigou com ele? Por quê?

Não. Se eu brigar com ele, vou matá-lo.

7. Você se lembra dele quando está na escola? Tem pressa de ir para casa para ficar com ele?

Lembro. Dou “oi” para o Mickey quando chego da escola.

8. Na hora de dormir, você gosta que esteja no seu quarto?

Falo boa noite para Mickey. Ele fala “Boa noite, G.”. Não posso levá-lo para o quarto e colocá-lo em cima do guarda-roupa. O gato pode pular e pegar o Mickey.

9. Se você estiver brincando com o Mickey, e chegar um coleguinha para brincar, você continua brincando com Mickey, ou vai brincar com seu coleguinha, deixando o Mickey sozinho?

Prefere o Mickey.

10. Você deixa outra pessoa, um amiguinho brincar com ele, pegá-lo no colo?

Não. Se os coleguinhas pegarem o Mickey na mão, ele morre. Ver pode. Comer é que não pode!

11. Se ele ficar doente, o que você vai sentir?

Ele o levaria ao hospital. Não vai ficar triste.

12. Como era sua vida antes de ele aparecer? Acha que melhorou? Por quê?

Mais feliz.

13. Você fala dele para seus coleguinhas? O que você fala?

Sim. Fala que ele é gordinho.

14. Você cuida dele? dá comida, troca água, dá banho, leva passear?

Dou. “Mas meu pai trata, quando estou aqui.”.

15. Se o seu animal falasse, o que acha que ele diria para você?

Guarda-roupa. “Ele nada muito.”.

E: O que tem no guarda-roupa?

Não responde.

ENTREVISTA COM PAIS OU RESPONSÁVEIS

Iniciais dos primeiros nomes da criança: L. A.

Sexo: masculino

Idade: 4 anos

Parte A:

1. Fale-me o que pensa sobre o relacionamento criança-animal.

Achava que não tinha importância, não tinha valor.

2. Fale-me sobre o relacionamento de seu filho com seu animal.

Achei que o L. diferente, com a convivência com o Dinguinha. Ele era muito nervoso. Não fica grudado com o cachorro, porque eu não deixo. L. dava muito trabalho para levantar cedo. Agora, com o Dinguinha, ele diz “Solta o Dinguinha que eu levanto”. Quando eu solto o cachorro, ele vai direto para a cama do L.; pula em cima, acorda o Gustavo. Melhorou muito o relacionamento. Ele já admirava os cachorrinhos que o avô possuía.

Parte B:

1. Qual é o animal de estimação de seu filho?

Cãozinho poodle.

2. Qual o nome dele?

Dinguinha.

3. Seu filho tem irmãos?

Tem um irmão de 12 anos, que não reside com ele.

4. Como é a relação de posse sobre o animal diante dos irmãos?

Já respondida na anterior.

5. Com que idade contava a criança, quando o animal passou a fazer parte do convívio com a família?

Quatro anos. Faz 2 meses que o animal está com a gente.

6. Quais mudanças ocorreram no comportamento da criança assim que o animal foi incluído no convívio familiar?

Ficava o tempo todo atrás de mim. Agora gasta o tempo com o cão, conversando, carregando-o.

7. E que mudanças no comportamento podem ser notadas durante todo o período de contato da criança com seu animal?

O L. deixou de ser tão nervoso, tão agitado. Melhorou muito o relacionamento.

8. Há mudanças quanto à relação da criança-pais?

Não. Todos brincam . Eu falo para o Dinguinha: “Vem, filhinho”. Aí o L. diz “O filhinho seu está correndo atrás de você”.

Eu converso com o Dinguinha.

9. Já presenciou a criança conversando com seu animalzinho?

Sim.

10. Lembra-se do que dizia ao seu companheiro?

Como foi o dia na escola; como brincou com as crianças. Diz ao cãozinho “Não pode me morder; faz dodói”.

11. Presenciou seu filho brigando com o animal?

Já. Dá tapas nele, mas eu interfiro.

Ele diz ao Dinguinha “Você é chato! Você é nojento! Não quero graça!”. Fica emburrado. Mas passam alguns minutos e já está brincando com ele.

Obs.: A mãe diz que L. tem muito ciúmes do Dinguinha. Não aceita que a mãe brinque com seu cãozinho. Ele trata do animal, prepara o alimento, molha a ração, ajuda a dar banho.

12. O que dizia ao animal? Que gestos fazia enquanto se dirigia ao animal?

Não se lembra.

13. Lembra-se o que aconteceu antes da “briga”? Alguma discussão com a senhora? Depois de que foi necessário repreendê-lo por algo que tenha cometido?

Quando eu chamo a atenção dele, ele desconta no cachorro. Faz dele um saco de pancada.

Converso muito com o L..

O L. ateou fogo em casa, há cerca de um mês e meio. Fez uma “fogueirinha” debaixo de sua cama. Foi uma semana e meia depois de o cãozinho veio para casa.

Ele viu tudo; os bombeiros. Eu apaguei o fogo. Ele gritava para salvarem a mãe. Disse: “Mãe, já pensou se o Dinguinha tivesse morrido?”; “Se tivesse deixado o Dinguinha, ele teria virado churrasquinho”.

Ele tem medo de ficar sozinho, diz que a casa pode pegar fogo de novo. A mãe explica que a casa não vai se incendiar novamente.

Estou pensando em mudarmos de casa.

14. Como é a relação da criança com o animal no momento de dormir? de ir à escola?

O Dinguinha dorme no quarto ao lado do L. Ele não pede para deixar o Dinguinha dormir no quarto dele.

15. Como ele apresenta o animal aos coleguinhas? Que palavras utiliza para apresentá-lo?

Não presenciei. Apresentou aos avós. O L. quer a atenção toda para ele. Fica rebelde se eu não lhe desse atenção; diz “Mamãe, você não me ama mais?” Mas já não faz mais isso. A moça (Dilma, 25 anos) ajuda bastante.

16. O animal já ficou doente? A criança percebeu a indisposição do animal? Qual a reação da criança frente a eminência de sua perda?

O Dinguinha nunca ficou doente. No início era bastante frágil.

17. Seu filho já fez algum comentário sobre o animal que a senhora achou interessante, engraçado, ou preocupante?

Não me lembro.

18. Seu filho cuida do animal? alimenta-o? cuida da sua higiene?

Respondida anteriormente.

ENTREVISTA COM A CRIANÇA

1. Você gosta de animais? De quais?

Não gosto de gato.

2. O seu animal é importante para você?

É.

Parte B:

1. Que animal você tem?

Um cachorro.

2. Qual o nome dele?

Dunguinha.

3. Você o ama?

Bastante.

Quando chega a Dilma (a moça que mora com a família), ela brinca comigo na cama. Brinca de brinquedo e de “judiação”.

4. Você conversa com ele?

Ele não fala. Só late “au! au!”.

5. Você conta seus segredos para ele?

Bato na boca dele devagar. Ele arrancou um pedaço do meu dedo – mostra um dedinho do pé esquerdo: havia um arranhão muito pequeno.

6. Já brigou com ele? Por quê?

Só quando ele morde.

7. Você se lembra dele quando está na escola? Tem pressa de ir para casa para ficar com ele?

Sim. Que ele fica fazendo cocô e xixi pela casa toda.

Eu vou mudar pra perto da casa do vovô. Eu estou assustado, com medo. Minha mãe não apaga todas as luzes. Eu acordo a mãe. Ela não briga. Se ela brigasse comigo, eu mandaria o Dinguinha me proteger.

E: Ele protegeria você?

Sim.

8. Na hora de dormir, você gosta que esteja no seu quarto?

Não.

Por quê?

Ele morde.

9. Se você estiver brincando com o Dinguinha, e chegar um coleguinha para brincar, você continua brincando com o Dinguinha, ou vai brincar com seu coleguinha, deixando o Dinguinha sozinho?

Brincaria com todo o mundo. Deixaria no quarto.

10. Você deixa outra pessoa, um amiguinho brincar com ele, pegá-lo no colo?

Deixo – fala incongruente com a da mãe.

11. Se ele ficar doente, o que você vai sentir?

Não sei.

E: você ficaria triste?

Sim.

12. Como era sua vida antes de ele aparecer? Acha que melhorou? Por quê?

Sou mais feliz.

13. Você fala dele para seus coleguinhas? O que você fala?

Sim.

O Danguinha mora comigo, solto. Ele morde. Quando ele me pega, dou um tapa na boca dele.

14. Você cuida dele? dá comida, troca água, dá banho, leva passear?

Quando estou na escola, não.

E: Você ajuda a dar banho?

Ajudo.

E: Leva para passear?

Não, porque a polícia prende, se ele for na rua.

15. Se o seu animal falasse, o que acha que ele diria para você?

De mim – gostaria que falasse dele.

Não sei.

O garoto imagina um diálogo com o Dinguinha:

“Dinguinha: Como você se chama?”

L.: E você?

Dinguinha: Dinguinha.”

ENTREVISTA COM PAIS OU RESPONSÁVEIS

Iniciais dos primeiros nomes da criança: L.M

Sexo: feminino

Idade: 4 anos.

Parte A:

1. Fale-me o que pensa sobre o relacionamento criança-animal.
2. Fale-me sobre o relacionamento de sua filha com seu animal.

Parte B:

1. Qual é o animal de estimação de sua filha?

Uma cachorrinha.

2. Qual o nome dele?

Pitucha.

3. Sua filha tem irmãos?

Por parte do pai.

4. Como é a relação de posse sobre o animal diante dos irmãos?

Já respondida anteriormente.

5. Com que idade contava a criança, quando o animal passou a fazer parte do convívio com a família?

Desde neném já tinha a Sasha, que ficou com o avô. Já pediu para comprar um hamster, mas não quero.

6. Quais mudanças ocorreram no comportamento da criança assim que o animal foi incluído no convívio familiar?

Está bem mais amorosa. É muito amorosa.

7. E que mudanças no comportamento podem ser notadas durante todo o período de contato da criança com seu animal?

Está mais amorosa.

8. Há mudanças quanto à relação da criança-pais?

A criança mora apenas com a mãe.

9. Já presenciou a criança conversando com seu animalzinho?

Já.

10. Lembra-se do que dizia ao seu companheiro?

Não me lembro. Fazia da Pitucha um nenê. Ela estava com enjôo esses dias; a cachorrinha também ficou “jururu”. Então a L. disse “Mãe, eu passei meu dodói pra Pitucha”.

11. Presenciou seu filho brigando com o animal?

Só quando morde.

12. O que dizia ao animal? Que gestos fazia enquanto se dirigia ao animal?

Diz que não é para mordê-la.

13. Lembra-se o que aconteceu antes da “briga”? Alguma discussão com a senhora? Depois de que foi necessário repreendê-la por algo que tenha cometido?

Não me lembro.

14. Como é a relação da criança com o animal no momento de dormir? de ir à escola?

Já pediu para deixar dormir no quarto. Quando a Pitucha era filhotinho, dormia no quarto. Quando a L. chega da escola, já vai ver a Pitucha.

15. Como ela apresenta o animal aos coleguinhas? Que palavras utiliza para apresentá-lo?

Não me lembro de ela ter apresentado.

16. O animal já ficou doente? A criança percebeu a indisposição do animal? Qual a reação da criança frente a eminência de sua perda?

Já respondida anteriormente.

17. Sua filha já fez algum comentário sobre o animal que a senhora achou interessante, engraçado, ou preocupante?

Não me lembro.

18. Sua filha cuida do animal? alimenta-o? cuida da sua higiene?

A L. me acompanha quando trato da Pitucha. Pega a comida se eu mandar.

Quando nenê, dava resto da mamadeira para a cachorrinha; dizia “Mãe, vou deixar para a Pitucha. Queria colocar roupa; emprestar o “shampoo”, a chupeta, para a Pitucha.

ENTREVISTA COM A CRIANÇA

Parte A:

1. Fale-me sobre o que você acha dos animais.
2. Fale-me a respeito da importância do seu animal para você.

Parte B:

1. Que animal você tem?

Uma cachorrinha.

2. Qual o nome dela?

Pitucha.

3. Você a ama?

Amo.

E: Quanto? – mostrando pela abertura dos braços, pouco ou bastante.

Bastante.

4. Você conversa com ela?

Não.

5. Você conta seus segredos para ela?

Já respondida na anterior.

6. Já brigou com ela? Por quê?

Já.

E: Por quê?

Porque morde.

7. Você se lembra dela quando está na escola? Tem pressa de ir para casa para ficar com ela?

Tem saudade. Tem pressa.

8. Na hora de dormir, você gosta que esteja no seu quarto?

E: Ela dorme fora ou dentro de casa?

Fora.

E: Gostaria que ele dormisse no seu quarto?

Gostaria.

E: Por quê?

Porque sim.

E: Já pediu para sua mãe?

Não.

9. Se você estiver brincando com a Pitucha, e chegar um coleguinha para brincar, você continua brincando com a Pitucha, ou vai brincar com seu coleguinha, deixando o Pitucha sozinha?

A Pitucha.

10. Você deixa outra pessoa, um amiguinho brincar com ela, pegá-la no colo?

Deixa a Tata brincar.

E: Quem é a Tata?

Tia.

11. Se ela ficar doente, o que você vai sentir?

E: Ela já ficou doente.

Vomitou.

E: Você ficou triste?

Não.

12. Como era sua vida antes de ela aparecer? Acha que melhorou? Por quê?

Melhorou.

13. Você fala dela para seus coleguinhas? O que você fala?

Não.

E: Por quê?

Porque não.

14. Você cuida dela? dá comida, troca água, dá banho, leva passear?

Cuida. Ela não toma banho.

E: Então ela é fedida?

É.

15. Se a Pitucha, o que acha que ele diria para você?

Mamãe.

ENTREVISTA COM PAIS OU RESPONSÁVEIS

Iniciais do primeiro nome da criança: M.

Sexo: masculino

Idade: 4 anos

Observações: A mãe trabalha na Secretaria Municipal de Saúde.

O garoto começou recentemente a andar. A mãe negava a hipótese de ele ter alguma deficiência e resistia em levá-lo até a ANPR¹. E o irmão está na mesma situação.

Parte A:

1. Fale-me o que pensa sobre o relacionamento criança-animal.
2. Fale-me sobre o relacionamento de seu filho com seu animal.

Parte B:

1. Qual é o animal de estimação de seu filho?

Parece ser um fila brasileiro.

2. Qual o nome dele?

Spike. Idade entre 2 e 3 anos.

3. Seu filho tem irmãos?

João Paulo. Idade: 1 ano e 6 meses.

4. Como é a relação de posse sobre o animal diante dos irmãos?

O cachorro é da família. Não é de um deles. O cachorro fica solto no quintal.

É um relacionamento bom. As crianças são asmáticas.

E: Eles disputam o cachorro, dizendo “Ele é meu e não seu”.

Não, ele não disputam cachorro.

5. Com que idade contava a criança, quando o animal passou a fazer parte do convívio com a família?

Um ano e três meses.

6. Quais mudanças ocorreram no comportamento da criança assim que o animal foi incluído no convívio familiar?

Sabe que olha a casa. Fala de alimentar o animal. Ele se preocupa com o animal.

Manda o cachorro para fora de casa.

7. E que mudanças no comportamento podem ser notadas durante todo o período de contato da criança com seu animal?

Ele sabe que o cachorro não pode mexer no tanque; não pode passar por cima das roupas separadas para serem lavadas.

8. Há mudanças quanto à relação da criança-pais?

Não observei.

9. Já presenciou a criança conversando com o animal?

¹ Associação Norte-paranaense de Reabilitação.

Já.

10. Lembra-se do que dizia ao seu companheiro?

Como se estivesse falando com uma outra criança: “Não faça isso que não pode”. O maior contato ocorre quando vou lavar roupa. Ainda fala: “Cuidado com a árvore! Sai da árvore que ela vai chorar” – a mãe dizia aos filhos “Cuidado com a árvore! Olha que ela vai chorar!” para não danificá-la.

Não ative aos assuntos das suas conversas.

11. Presenciou seu filho brigando com o animal?

Não.

12. O que dizia ao animal? Que gestos fazia enquanto se dirigia ao animal?

Já respondida na anterior.

13. Lembra-se o que aconteceu antes da “briga”? Alguma discussão com a senhora? Depois de que foi necessário repreendê-lo por algo que tenha cometido?

Não. Ele me abraça e chora. Não fica muito fechado. No momento fica retraído. Não deixo de castigo chorando sozinho no quarto. Eu o pego no colo e deixo chorar no meu colo.

14. Como é a relação da criança com o animal no momento de dormir? de ir à escola?

O cachorro dorme no quintal.

15. Como ele apresenta o animal aos coleguinhas? Que palavras utiliza para apresentá-lo?

Não.

16. O animal já ficou doente? A criança percebeu a indisposição do animal? Qual a reação da criança frente a eminência de sua perda?

Ele perguntou o que o Spike tinha.

O vizinho lhe deu osso de frango. E o cachorro ficou engasgado cerca de 20 dias. Ele perguntava “O Spike não papou?”.

17. Seu filho já fez algum comentário sobre o animal que a senhora achou interessante, engraçado, ou preocupante?

Não.

16. Seu filho cuida do animal? alimenta-o? cuida da sua higiene?

Já respondida.

Obs. Fala para o irmão: “Não vai lá que o Spike vai morder.”

ENTREVISTA COM A CRIANÇA

Parte A:

1. Fale-me sobre o que você acha dos animais.
2. Fale-me a respeito da importância do seu animal para você.

Parte B:

1. Que animal você tem?

Spike.

E: É um gato ou um cachorro?

Cachorro.

2. Qual o nome dele?

Já respondida.

3. Você o ama?

Gosta.

E: Bastante ou pouquinho? – mostrando com a abertura dos braços.

Bastante.

4. Você conversa com ele?

Conversa.

5. Você conta seus segredos para ele?

Ele morde.

6. Já brigou com ele? Por quê?

Já. Ele mordeu.

7. Você se lembra dele quando está na escola? Tem pressa de ir para casa para ficar com ele?

Lembra.

Tem pressa de ir para casa?

Não, porque ele morde.

8. Na hora de dormir, você gosta que esteja no seu quarto?

Ele dorme dentro ou fora de casa?

Fora.

9. Se você estiver brincando com o Spike, e chegar um coleguinha para brincar, você continua brincando com Spike, ou vai brincar com seu coleguinha, deixando o Spike sozinho?

Com Paulo.

10. Você deixa outra pessoa, um amiguinho brincar com ele, pegá-lo no colo?

Deixa brincar.

11. Se ele ficar doente, o que você vai sentir?

Ele engasgou.

E: Você ficou triste?

Ficou.

12. Como era antes de ele aparecer? Prefere estar com ele ou sem ele? Por quê?

Tinha apenas 1 ano de idade.

13. Você fala dele para seus coleguinhas? O que você fala?

Ele morde.

14. Você cuida dele? dá comida, troca água, dá banho, leva passear?

Ele quer papar.

15. Se o seu cachorro falasse, o que acha que ele diria para você?

Ele morde.

ENTREVISTA COM PAIS OU RESPONSÁVEIS

Inicial dos primeiros nomes da criança: A. C.

Sexo: feminino

Idade: 4 anos.

Animais: Cadela cocker spaniel chamada Meg, peixe ornamental, dois coelhos, um casal de pássaros ornamentais.

1. Fale-me sobre o relacionamento de sua filha com a Meg.

Entrevistador: Foi o primeiro animal que ela teve?

Mãe: **Não. O primeiro animal dela foi o peixe. Foi o peixe. Foi o primeiro até porque dá menos trabalho. Aí, com o peixe, ela gostava, olhava, era muito bonitinho. Mas ela queria um animalzinho para pegar, para poder pegar. O segundo animal foi um cachorrinho que apareceu aqui dentro, todo sarmento... Aí, meu marido cuidou dele, e ele sarou e ficou por aqui. Mas “daí ele foi embora com o pai. Ficou doente e foi embora, né? filha?”** – nesta passagem a mãe está se referindo à morte do animal, que foi encoberta.

A.C.: **Ele foi ao médico antes, e depois foi embora.**

Mãe: **Daí, ele foi embora com o pai e a família dele. Aí, veio a Meg. E a Meg já veio com um ano. Já era grande quando ela chegou. No começo, nossa! Mas ela gosta bastante. Mas ela não brinca mais com a Meg porque eu não deixo, porque ela solta muito pêlo e não fica dentro de casa, né?**

A.C.: **Mas quando tem um cocozinho dela, eu vou catar e levo pro lixo.**

Mãe: **Só que ela queria um cachorrinho bem pequenino para ela poder pegar. E é a Meg que pega ela.**

Entrevistador: Depois da Meg, qual o animal que surgiu?

Mãe: **Depois da Meg vieram os passarinhos, o casal de diamante de Gould.**

Entrevistador: Foi ela quem quis?

Mãe: **Não. Foi o pai.**

Entrevistador: Ah! foi o pai...

Mãe: **Mas ela gosta. Ela fica horas deitada no sofá olhando para a gaiola onde elas estão. Eles não cantam, mas ficam fazendo ruídos.**

A.C.: **Eles não cantam, mas ficam dando beijinhos.**

Entrevistador: E como foi a idéia de arrumar coelhos? Você já assistiu ao Pernalonga?

A.C.: **Meu pai comprou e aí o pai trouxe, e eu gostei. E eu deixei aqui dentro um pouco. Aí, quando ele acostumou, eu deixei ele lá fora.**

2. Com que idade tinha a A.C. quando a Meg apareceu na vida de vocês?

Mãe: **Foi no ano passado. A A.C. tinha 3 anos e meio, quase 4.**

3. Quando ainda era bebê, ela colocava o polegar na boca ou acariciava seu próprio rosto com os outros dedos?

Mãe: **A fralda. O “cheirinho”, né, filha? E o cobertor.**

Entrevistador: Cobertor também?

Mãe: **Também.**

4. E amamentou ao peito?

Mãe: **Foi.. Até os 8 meses.**

5. Como foi o desmame para ela?

Mãe: **Ela não quis mais. Eu a pegava na escolinha às 3 horas da tarde e dava de mamar ao peito. E de repente, um dia ela não quis mais. “Travou” a boquinha e não**

quis mais. Aí, eu espirrei o leite na boca dela. Aí, ela chorou. Chorou muito sentida. No outro dia, tentei de novo, e ela não quis mais.

6. Após o desmame, teve substitutos para o seio, como mamadeira, chupeta?

Mãe: Teve. Como ela foi para a escolinha, ela pegou a mamadeira e a chupeta. ela não largava do peito e quando era bebezinho, eu não conseguia dormir. Aí, tive que dar a chupeta para ela, porque ela não mamava; só colocava na boca para poder dormir. Aí, ela não mamava e eu não conseguia dormir, né? Aí, fui obrigada a dar a chupeta para substituir.

7. Nessa fase inicial da vida, como era o apego dela com você?

Mãe: Bastante... Mais ao pai do que a mim. Ele ficava com ela mais tempo. Eu trabalhava muito cedo. Eu tinha que sair muito cedo. Aí, ele parou de trabalhar para cuidar dela, até achar um emprego com um horário melhor, né? Aí, ele que a levava para a escolinha... ele trocava a fralda de manhã, dava mamadeira. Então, ela era mais apegada a ele do que a mim. Agora, que estou mais em casa, ela está mais apegada a mim.

8. No momento de dormir, como é a relação da A.C. com a Meg?

Entrevistador: Desculpe-me, esqueci que a Meg não fica dentro de casa.

Mãe: A Meg é só lá fora.

Entrevistador: Teve algum momento em que a A. C. quis que a Meg dormisse no seu quarto?

Mãe: É normal. Não liga não. Nunca falou. Ainda antes da Meg, a A. C. teve um cavalo, né? filha?

Entrevistador: Um cavalo?

Mãe: **É. Ela tinha uma egüinha.**

A. C.: **É. Mas ela estava no meu avô.**

Mãe: **Na chácara do vô.**

ENTREVISTA COM A CRIANÇA

1. Quando você vai para a escolinha, você fica com saudades da Meg?

A. C.: **Não.**

Entrevistador: Não?

Mãe: **Não? Nem um pouquinho? Não sente saudades?**

A. C.: **Eu sinto vontade de brincar com os coelhos, com a Meg, com os passarinhos, com todos.**

Entrevistador: Com todos? E quando você vai dormir, os coelhos dormem lá fora?

A. C.: **Dormem.**

2. Quando você vai dormir, você precisa que sua mãe fique com você um pouco para tirar o medo, ou você não tem medo de ficar sozinha?

A. C. **Não. Eu tenho um abajur.**

Entrevistador: Ah! Então não precisa de mais nada?

A. C.: **Só preciso rezar com ela.**

3. Se a Meg falasse, o que você gostaria que ela falasse para você?

A. C.: **Eu gostaria que ela falasse para mim que ela brincaria todo dia comigo.**

Entrevistador: E se os peixes falassem? O que gostaria que eles falassem para você?

A. C.: **Que eu brincasse com eles.**

Entrevistador: Faz de conta que sua mãe saiu, e você ficou com seus animaizinhos. O que você faria?

A. C.: **Aí, eu fico lá fora brincando com eles. Eu não abro o portão, porque tem um homem estranho.**

ENTREVISTA COM PAIS OU RESPONSÁVEIS

Iniciais dos primeiros nomes da criança: D.

Sexo: feminino

Idade: 6 anos

Animal: Poodle fêmea, chamada “Florzinha”.

1. Fale-me sobre o relacionamento de sua filha com seu animal.

Mãe: **É uma amiguinha.**

Entrevistador: Uma amiguinha?

Mãe: **É. Uma amiguinha. Inclusive na escola, a professora pede para desenhar a família, ela desenha a Florzinha e escreve “minha irmãzinha”, né, filha?**

Entrevistador: Certo...

Mãe: **Elas brincam como duas irmãzinhas.**

Entrevistador: Ela é mais velha ou mais nova do que D.?

Pai: **Mais nova, né, filha? Ela (o animal) tem 2 anos e pouco, e a D. tem 6 anos.**

2. Com que idade tinha D. quando a Florzinha apareceu na vida de vocês?

Mãe: **Tinha 4 anos.**

Entrevistador: Como foi a chegada da Florzinha? Como foi a iniciativa de comprar? por que arrumaram a cachorrinha?

Mãe: **Porque na verdade... Como ela é filha única, a gente estava sentido alguma dificuldade no relacionamento dela. Até com a gente, assim, né? Porque não tem com quem dividir algumas irritações... assim... né? Ficava irritada facilmente. E a gente chegou à conclusão de não ter um irmãozinho. Então, a gente teria que ir por um lado ou por outro. Aí, pensando na questão do cachorrinho... Aí a gente foi atrás**

para perguntar para a psicóloga da escola, no pet shop... Até conversei com o Hugo, do Recanto do Criador. E todos eles aconselharam um cachorrinho. Quanto à higiene, é relativamente fácil. Aí, vai ser um ganho muito grande para a criança. Aí, realmente fez bastante diferença.

Entrevistador: Que bom!

Mãe: Aí, no aniversário, a gente deu a Florzinha para ela.

Entrevistador: De aniversário? Que presentão!

Mãe: Aí é uma criança, né? até a Flor acha que é parte da família. Até no banheiro... os três... ela tem que estar junto... tudo no apertadinho. Acho que ela nem sabe que é um cachorro.

Pai: Quando eu pego a carteira, ela já sabe que vou sair e começa a pular, querendo ir junto.

3. Quando ainda era bebê, seu filha segurava uma parte do lençol ou do cobertor à boca? Chegava a levá-los à boca?

Mãe: Não. Era uma fralda. Era um “cheirinho”. É uma camisetinha. Desde pequenininha ela gosta de mexer no desenhinho.

Entrevistador: No desenho?

Mãe: Tem que ser esta aqui; não gosta que lava. É este o “cheirinho” dela.

Entrevistador: É dela mesmo, né?

Pai: E... Isso aí é o que a mãe que inventou, e ela pegou.

Mãe: É que quando ela mamava, eu tinha uma camiseta com desenho, e ela ficava segurando. E eu disse: em vez de ela ficar segurando a minha camiseta, eu dei essa daí, que era dela, que tinha desenho. Aí, ela pegou essa daí e não largou mais. Tinha mais ou menos um ano.

Entrevistador: É coisa que praticamente toda criança faz. Nós fizemos também, só que não nos lembramos mais.

Mãe: **O pai lembra sim, né? Ele tinha um travesseirinho.**

Entrevistador: Ah, é? Tinha um travesseirinho... Interessante... interessante...

4. Quando ainda era bebê, ela colocava o polegar na boca ou acariciava seu próprio rosto com os outros dedos?

Mãe: **Não, acho que não.**

Pai: **Nem chupeta ela chupou.**

Entrevistador: Não?

Pai: **Nem dedo também.**

5. E amamentou ao peito?

Mãe: **Amamentei.**

Entrevistador: Até que idade?

Mãe: **Até um ano e cinco meses.**

Entrevistador: Até um ano e cinco meses?

Mãe: **Um ano e cinco meses. Até poderia ter desmamado antes, né? Mas eu acho que ficava... um vínculo psicológico para mim. Quando eu achei que eu estava preparada para ficar separada, aí eu desmamei. Foi mais por mim do que por ela mesmo.**

6. Como foi o desmame para ela?

Mãe: **Não foi muito traumático... porque tem mães que contam que tem crianças que ficam 2, 3 dias chorando. Eu passei uma erva que chama “cabo de aloe” (sic),**

que é bem escura. Parece um barro bem preto. Ele fica meio amargo. E eu passei no bico do seio e falei para ela que estava sujo, ela olhou e nem experimentou. Nem quis mais. Aí, dentro de 24 horas ainda ficava meio amuadinha, né?... querendo, mas depois já não pedia mais.

7. Após o desmame, passou a usar chupeta, mamadeira?

Mãe: Não.

Entrevistador: Não? Não teve nada?

Mãe: Não teve. Só...

Pai: **Relativamente fácil. Foi fácil. A gente conversou bastante com ela, que poderia machucar, que estava machucando, né? filha? Aí parou de mamar. Aí parou de mamar.**

Entrevistador: E agora está uma moça, com 6 anos, né?

Pai: **Claro...**

Entrevistador: Puxa! Agora não precisa mais mamar mesmo, né?

8. Nessa fase inicial da vida, como era o apego dela com a senhora?

Mãe: **Ela sempre foi muito dependente. Sempre foi, e eu muito dependente dela também. Eu acho que as duas.**

Mãe: **Sempre as duas muito juntas.**

Pai: **É... muito apegadas.**

Mãe: **Né, filha?**

Pai: **Por que ficam muito tempo juntas. Difícil... A gente não separa. Só na hora de ir para a escola mesmo, tá? Durante a tarde ficam juntas, à noite...**

Mãe: **É...**

Pai: Final de semana, até hoje nunca dormiu fora.

Entrevistador: Nunca dormiu fora?

Pai: Nunca dormiu fora.

Entrevistador: Não tem vontade? de dormir na casa de um amiguinho ou de uma amiguinha? Não?

D.: Não.

Pai: Se bem que logo, logo vai dormir na casa do Fabinho. Ele já veio dormir aqui.

Entrevistador: Você não foi até a casa dele ainda?

D.: Não.

Entrevistador: Você acha que consegue dormir sozinha lá?

D.: Se minha mãe for junto, eu vou.

9. No momento de dormir, como é a relação da D. com a Flor?

Mãe: Quando chega 10 horas (22 horas), parece que ela fica mais acesa, porque é o horário em que a D. vai dormir. Aí, a D. vai tomar água, a Florzinha fica mordendo os pés dela e correndo atrás da D. Parece que não quer que ela vai dormir. Aí, a D. vai escovar os dentes, e a Florzinha fica nós pés dela.

Entrevistador: Onde ela dorme?

Mãe: Ela dorme os pés da cama da D., na caminha dela.

ENTREVISTA COM A CRIANÇA

1. Quando você vai dormir, você acha que se a Florzinha estiver junto com você no quarto, deixa você mais tranqüila? sem medo?

D.: **Sim.**

2. Quando você vai para a escolinha, você fica triste por deixar a Florzinha em casa? Como é?

D.: **Não fico triste, mas fico com saudades dela.**

3. Se a Florzinha falasse, o que você gostaria que ela falasse para você?

D.: **Não sei.**

Mãe: **Quando fomos para Salto Bandeirantes, ficamos 3 dias lá, em um hotel. E deixamos a Flor no SOS Animal, porque não tinha quem cuidasse dela. Nossa! Para D. foi um custo. Ela chorou. Aí nós explicamos que ficaríamos em um hotel... A Flor também tinha o direito de ficar em um hotelzinho. Teve que ir lá, conhecer o lugarzinho onde a Flor iria dormir, porque senão não sossegava. Ela achou que eles iriam judiar, sabe? E a Flor estava com alergia. Precisava passar remedinho. Mas quando viu o local onde a Flor ia ficar, sossegou.**

Entrevistador: Acho que está ótimo. Muito obrigado pela atenção. Felicidades.

ENTREVISTA COM PAIS OU RESPONSÁVEIS

Iniciais do primeiro nome da criança: W.

Sexo: masculino

Idade: 4 anos

Animal: cão sem raça definida, chamado Tico.

1. Fale-me sobre o relacionamento de seu filho com seu animal.

Mãe: **Ele gosta muito dele. Acho que para ele que é praticamente sozinho, brinca direto... acho que é como um amigo. É como se fosse um companheiro mesmo.**

Entrevistador: Companheiro? Eles são muito ligados?

Mãe: **São bastante.**

Entrevistador: É... Que idade tem o W.?

Mãe: **O W. vai fazer 5 anos.**

2. Quando ainda era bebê, seu filho segurava uma parte do lençol ou do cobertor à boca?

Chegava a levá-los à boca?

Mãe: **Ele tem que pegar a etiqueta.**

Entrevistador: A etiqueta?

Mãe: **Tem que ter uma etiqueta sempre para esfregar.**

Entrevistador: Ficar esfregando...

Mãe: **Quando ele vai dormir, põe o dedo na boca e esfrega a etiqueta.**

Entrevistador: E isso até hoje?

Mãe: **Até hoje. Desde o primeiro dia que saiu do hospital, a mãe quis pôr uma chupeta, mas ele não quis saber de chupeta. Olha o cobertor! – a mãe mostra ao**

entrevistador um cobertor da criança – **O que era um cobertor! Hoje só tem um pedaço! E olha o cheiro! A cor! Também... de arrastar pra lá e pra cá...**

Entrevistador: Puxa vida! Detonou!

3. Quando ainda era bebê, ela colocava o polegar na boca ou acariciava seu próprio rosto com os outros dedos?

W.: **Olha o tamanho do meu short.**

Mãe: **Olha o tamanho do seu short? Isso é uma calça!**

Entrevistador: É... Você está bem grande, hein?

Mãe: **Ele chupa o dedo.**

Entrevistador: Mas, desde recém-nascido ele chupava o dedo e com os outros dedos acariciava seu próprio rosto?

Mãe: **O que eu me lembro é que ele chupa o dedo desde quando nasceu. A gente quis dar a chupeta, mas ele empurrava a chupeta e colocava o dedo na boca.**

4. E amamentou ao peito?

Mãe: **Foi, foi.**

5. Como foi o desmame para ele? E aí logo em seguida ele passou para a mamadeira?

Mãe: **Daí, desde que ele nasceu, ele já mamava, né? A gente dava chazinho. Depois que o médico disse que eu não tinha mais condições de amamentá-lo, porque o leite que eu tinha era muito pouco para ele, mesmo fazendo estimulação, receitou Nan. Ele mamou Nan até os 4 meses e depois passou a mamar o leite de caixinha com o Mucilon.**

6. Nessa fase inicial da vida, como era o apego dela com a senhora?

Mãe: Comigo? Comigo foi muito pouco, porque desde que ele nasceu, eu trabalhei fora. Mas na realidade, quem terminou de criar foi a avó, né? que esteve com ele desde que ele nasceu até hoje. Ela mora e sempre morou próximo, e quem cuidou dele praticamente foi ela, porque fiquei afastada 2 meses antes de ele nascer. E quando voltei ao trabalho, ele só tinha 2 meses. A partir daí, ele sempre ficou com ela durante o dia, né? Só teve contato comigo à noite, quando eu estava em casa e nos finais de semana.

Entrevistador: Mas você sente que, apesar disso, ele tem um grande apego a você?

Mãe: Tem. Não é direto assim, mas ele tem mais é com meu marido, que ficava mais em casa do que eu. Então ele também teve mais contato com o pai. E falou primeiro papai, antes de falar mamãe.

Entrevistador (dirigindo-se a W.): Eu quero conhecer o seu cachorro depois.

Mãe: É o Tico.

Entrevistador: Tico?

7. Com que idade tinha W. quando o Tico apareceu na vida de vocês?

Mãe: O W. tinha 2 anos.

W.: Quer ver meu vídeo-game?

Entrevistador: Eu quero, mas daqui a pouquinho. Agora preciso terminar de fazer essas perguntas.

Entrevistador (Dirigindo-se a mãe): E você acha que depois que o Tico passou a parte da família mudou o jeito de ele ser, de se relacionar com vocês?

Mãe: Não. Não, eu acredito que não. Mas ele tem muito apego a ele. Ele tem.

Entrevistador: Mas quando o Tico passou a fazer parte mesmo, você acha que não mudou em nada a rotina da família?

Mãe: **Não.**

8. No momento de dormir, como é a relação do W. com o Tico? O Tico fica lá fora? Ou aqui dentro?

Mãe: **Fica lá fora.**

Entrevistador: Mas ele já teve o desejo de trazer o Tico para cá com ele, para dentro de casa?

Mãe: **Não. Nunca falou, porque desde pequenininho o Tico sempre ficou lá fora.**

Entrevistador: Há mais alguma coisa a acrescentar sobre a amizade dos dois?

Mãe: **Ah! Ele é muito apegado ao Tico. O Tico já teve para morrer por 2 vezes. Este muito ruim mesmo. Aí, a gente procurou o veterinário. Ele foi medicado, e o W. falava que não queria que o Tico morresse. Só não é mais apegado porque ele estuda na parte da tarde, e o tempo que ele tem mesmo é só no final de semana. Mas quando está em casa, é sempre ele, e o Tico atrás dele.**

ENTREVISTA COM A CRIANÇA

1. W., fala para mim o que você acha do Tico.

W.: **Cachorro.**

2. Se o Tico falasse, o que você gostaria que ela falasse para você?

W.: **Nada.**

Entrevistador: Você tem um ursinho que dorme junto com você?

W.: **Sim.**

Entrevistador: Qual o nome dele?

W.: **Pimpão.**

Entrevistador: Você dorme toda noite com ele?

W.: **Sim.**

Entrevistador: Você consegue ficar uma noite sem dormir com ele?

W.: **Sim, eu já deixei ele no sofá dormindo sozinho.**

Entrevistador: Ah, é? E você não sentiu falta dele?

W.: **Não.**

ENTREVISTA COM PAIS OU RESPONSÁVEIS

Inicial do primeiro nome da criança: M.

Sexo: masculino

Idade: 10 anos

Animal: Coelho

1. Fale-me sobre o relacionamento de seu filho com seu animal.

Mãe: Eu acho que a relação dele... faz muito bem para ele. Ele gosta muito, né? Ocupa muito o tempo dele, o vazio dele, né? Sei lá! Depois que a gente pegou os animais... sei lá... ele ficou até mais bom para a gente. Ele cuida muito bem. Trata, cuida, conversa... Isso é muito importante, né? Ele põe a cadeirinha lá e fica horas lá, vendo o coelhinho, conversando. Eu até achei uma coisa interessante para ele. Está sendo bom pra ele.

2. Com que idade tinha M. quando o coelhinho apareceu na vida de vocês?

Mãe: Uns cinco anos e meio.

Mãe: Ele juntou dinheirinho, vendeu latinha pra comprar o coelhinho.

Entrevistador: Comprar o coelho...

Mãe: É...

M.: Daí, o porquinho-da-índia eu ganhei.

Mãe: O porquinho ele ganhou. Sei lá! Eu acho que tá é muito bom, porque se ele não tivesse isso daí, ele iria querer ir para a rua, né? E rua, sabe como que é hoje, né? Eu procuro o máximo segurar aqui dentro pra não ir pra rua, né? Então o tempo que ele não tá aqui assistindo desenho, tá estudando, ele tá lá, brincando com

os animais, cuidando. E cuida mesmo! Nunca vi uma pessoa cuidar igual a ele. A maioria quer ter e não quer cuidar, né?

Entrevistador: Ainda bem que cuida, não é?

Mãe: **Ele cuidava do Sagu também, né? filho? Morreu, né? Ele lavava todo dia, trocava as pedrinhas.**

Entrevistador: Todo dia?

Mãe: **Todo dia! Todo dia ele trocava a agüinha dele, dava comidinha, conversava com ele. E é assim o dia que ele não está estudando. O dia inteiro ele está cuidando dos bichinhos. Mas, primeiramente, os bichinhos. Ele levanta cedo, escova os dentes, toma café e vai cuidar dos bichinhos. Depois ele vem fazer a tarefinha dele. E aí assiste desenho. De repente, desliga, já vai lá, senta, fica lá. E eu digo: “M., sai um pouco daí, filho!”. Ele responde: “Ah! Mãe, eu gosto de ficar vendo eles”. É assim. Ele gosta. Nossa! É o gosto dele.**

3. Quando ainda era bebê, seu filho segurava uma parte do lençol ou do cobertor à boca? Chegava a levá-los à boca?

Mãe: **Ah! Normal! Nunca notei nada assim fora do normal, não. Uma criança assim... normal.**

Entrevistador: É.

Mãe: **É.**

Entrevistador: Então ele também tinha mania de pegar cobertor, passar pelo nariz, boca?

Mãe: **Ele gostava da fraldinha.**

Entrevistador: Ah! Fraldinha!

Mãe: **A fraldinha... sempre tinha uma fraldinha, né? usava...**

M.: **Até hoje eu uso, né? tem vez...**

Mãe: **Sempre foi uma criança normal...**

Entrevistador: Passava só no nariz, ou chegava a levar até à boca?

Mãe: **Nunca levou na boca, não. Sempre assim... Mais no nariz.**

4. E amamentou ao peito?

Mãe: **Amamentei. Seis meses...**

Entrevistador: Seis meses...

5. Como foi o desmame para ele?

Mãe: **Foi fácil.**

Entrevistador: Foi fácil?

Mãe: **Foi, porque ele... eu... não sei por quê... fala o médico que não tem leite fraco, né? A gente tem mania de falar: “Ah! Chora porque o leite não está sustentando, né?”. Eu passei a dar a mamadeira pra ele. Aí ele pegou bem. E foi que eu tirei. Parou sozinho. Ele parou sozinho e começou na mamadeira e não queria mais. Mas ele mamou por 6 meses. Normal.**

Entrevistador: Foi tranquilo?

Mãe: **Foi.**

6. Após o desmame, passou a usar chupeta, mamadeira?

Mãe: **Não. Assim que eu tirei, passou um bom tempo, daí logo já passou para o copo. Também já largou a mamadeira.**

Entrevistador: Depois de quanto tempo ele largou a mamadeira?

Mãe: **Ah! Ele largou a mamadeira... tinha um ano... já...É... um ano. Aí depois pegou a chupeta. Daí, chupou acho... 2 anos. Depois o tio dele fez ele largar da chupeta e jogou na fossa.**

Entrevistador: Na fossa? Coitado!

Mãe: **O tio prometeu dar uma bola, daí ele jogou e nunca mais pegou.**

Entrevistador: Com que idade, mesmo?

Mãe: **3 a 4 anos.**

7. Nessa fase inicial da vida, como era o apego dela com a senhora?

Mãe: **Ah! O M. foi assim uma criança muito esperta, sabe? É uma criança assim que não sabe ficar quieta. Desde pequeno ele é assim. Uma criança assim que quer estar sempre envolvido com alguma coisa. Ele não é uma criança de sentar e ficar aqui 2 ou 3 horas assistindo desenho. Ele não é uma pessoa assim. Ele gosta assim de estar mexendo com alguma coisa lá fora, jogando bola, mexendo com os animais, ou andando. Meu pai mora numa chácara, né. Bem grande. Então ele vai lá e fica bastante lá. Anda por tudo. Ajuda meu pai a fazer alguma coisa. Ele não é uma criança de ficar assistindo desenho igual a muitas crianças que ficam, né? Às vezes, não quer nem sair nem pra comer, né? Ele não, ele não consegue.**

Entrevistador: Como era o apego dele com a senhora nessa fase?

Mãe: **Ah! Ele é muito carinhoso. Ele...**

Entrevistador: E também quando era pequenino?

Mãe: **Também muito apegado, muito carinhoso com a gente.**

Entrevistador: Então o animal ao qual ele é mais apegado é o coelhinho?

Mãe: **É o coelhinho...**

Entrevistador: O coelhinho tem nome??

M.: **Tem.**

Entrevistador: Qual é?

M.: **Neguinho.**

Entrevistador: É um nome carinhoso.

8. No momento de dormir, ele fica tranqüilo sabendo que o coelhinho vai ficar lá fora? Ele já chegou a trazê-lo para dentro de casa?

Mãe: **Nunca chegou. Mas só que antes de dormir, ele vai lá, dá uma olhadinha, vê se tá lá, fecha bem. Tem muito cuidado. Até no começo, depois de uns 3 meses que a gente tinha ele, até pensei de pegar ele e colocar aqui no box, né? Eu fico com dó de deixar o coitadinho fechado, tá? Aí, ele começou a chorar, falou que se eu fizesse isso, ele não ia mais gostar de mim, sabe? Que ele gosta mesmo... sabe? A gente vê que ele gosta de coração mesmo. Não é igual a qualquer um. Como tem os amiguinhos dele que tem, mas vivem aí jogados. Eles nem ligam. Agora ele não! Deus me livre! Ele chega da escola. Vai primeiro lá ver se ele tá lá, pra depois entrar em casa. Então ele tem um carinho. Eu acho que se chegar a sair dali, nem sei o que acontece, porque eu falei em dar embora. Meu Deus! Então falei que primeiro ele deve pensar nos estudos. De manhã, levanta, trata, cuida da sua obrigação que é estudar. Porque ele estava tomando muito tempo com ele ali, querendo deixar o estudo um pouquinho, né? Tinha tarefinha, e ele ficava envolvido lá vendo ele comer. Aí eu falava: “Você tratou o dia inteiro. Você não precisa também ficar toda hora, a não ser que você não tenha nada para fazer, né? Mas primeiramente o estudo”. Daí, ele concordou a**

tratar cedo e depois vir para dentro e estudar, né? Porque daí fica tarde. As coisas tinham que mudar, senão não dá, porque se ele se envolver só com os animais, e o estudo dele onde vai ficar? Não é verdade?

Entrevistador: Claro.

Mãe: **Aí ele concordou. Então ele está cumprindo o que prometeu.**

Entrevistador: Está cumprindo?

Mãe: **Está cumprindo.**

Entrevistador: Ele é um “homem de palavra”!

Mãe: **Então, por isso que tá aí, a gente está ajudando ele, né? não vamos mais dar embora. Mas se ele não tivesse entrado no acordo com a gente... a gente ia dar sim. Mas ele está cumprindo certinho. Mas tem um cuidado! Nossa! Teve um dia que armou uma chuva, à noite. Teve que levantar ir até lá, pegar o coelho para pôr aqui no meio da sala, porque lá ia molhar, né? preocupado com o coelho! Daí o papai levantou, né? filho? Foi ajudar a pôr o coelho aqui na sala. E uma chuva! Uma chuva!**

Entrevistador: Dá dó, né?

Mãe: **Então quer dizer que ele gosta, né? Que ele se preocupa, né? a mesma coisa se a gente for dormir e tiver uma roupa no varal, e vem chuva, e a gente levanta para recolher, né? E ele pensou do mesmo jeito. Ele foi lá para guardar o bichinho, porque ele ia morrer, ia molhar, né? então ele se preocupou.**

Entrevistador: Mas tem que ser assim mesmo. Tem que cuidar direito.

9. Se o Neguinho falasse, o que você acha que ele diria para você?

M.: **Não sei.**

Entrevistador: Você gostaria que ele estivesse em seu quarto, se fosse possível?

M.: **Gostaria.**

Entrevistador: Por que você gosta de ficar com o coelhinho?

M.: **Para brincar com ele.**

Entrevistador: Quando você está triste, você acha que ficar com ele alivia um pouco a tristeza?

M.: **Alivia.**

Entrevistador: Quando você vai dormir, você tem medo?

M.: **Não tenho porque está fechado.**

Entrevistador: Mas você não tem medo de outras coisas... de escuro, coisas assim?

M.: **Não.**

Mãe: **Ah! Filho! Fala a verdade!**

M.: **Mãe, eu não tenho... Mais ou menos... Eu tenho, só que não muito.**

Entrevistador: Não muito...

Mãe: **Ele é um pouco medroso.**

M.: **É. Um pouco... Não muito...**

Entrevistador: Muito obrigado pela atenção.

ENTREVISTA COM PAIS OU RESPONSÁVEIS

Iniciais do nome da criança: V.

Sexo: masculino

Idade: 6 anos

Animal: Cadela sem raça definida, chamada Mel

1. Fale-me sobre o relacionamento de seu filho com seu animal.

Pai: A relação é boa, né? O cachorro sendo pequeno é bom. Se for um animal grande, não é bom.

Entrevistador: Vocês acham que a cachorrinha faz bem para ele?

Mãe: Faz.

Pai: Faz. Ele até brinca com ela...

2. Com que idade tinha V. quando a Mel apareceu na vida de vocês?

Mãe: Na verdade, quando ele nasceu, a cachorra já existia. Ela está aqui faz uns 10 anos. Ela era da época dele (indicando o irmão do sujeito da entrevista).

3. Quando ainda era bebê, seu filho segurava uma parte do lençol ou do cobertor à boca?

Chegava a levá-los à boca?

Mãe: Não.

4. Quando ainda era bebê, ela colocava o polegar na boca ou acariciava seu próprio rosto com os outros dedos?

Mãe: Não. Também não. Não pegou chupeta, nem fralda. Nada.

5. E amamentou ao peito?

Mãe: **Foi.**

Entrevistador: **Foi? Durante quanto tempo?**

Mãe: **Durante uns dez meses.**

6. Como foi o desmame para ele?

Mãe: **Foi normal. Levei ao pediatra, ele falou que devia desmamar no mesmo dia que eu levei. Já desmamei com dez meses, né? Já dei mamadeira.**

7. Após o desmame, passou mamadeira?

Mãe: **Sim.**

Entrevistador: Acostumou facilmente?

Mãe: **Foi fácil.**

Entrevistador: Foi tranquilo, então, o desmame?

Pai: **Tranquilo...**

8. Nessa fase inicial da vida, como era o apego dele com a senhora?

Mãe: **Era bem apegado mesmo.**

Entrevistador: Apegado?

Mãe: **Era.**

Entrevistador: Ele tinha algum bonequinho para ficar com ele?

Mãe: **Não. Que eu me lembre... assim... não. Era só eu, ele, bola, carrinho.**

ANEXO C – Ariely e Fluke